PATRÍCIA MARINHO DE CARVALHO

Visibilidade do Negro: Arqueologia do Abandono na comunidade quilombola do Boqueirão –
Vila Bela/MT.

São Paulo
2018

Visibilidade do Negro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

PATRÍCIA MARINHO DE CARVALHO

Visibilidade do Negro: Arqueologia do Abandono na comunidade quilombola do Boqueirão –
Vila Bela/MT.

Versão Original

Tese Revisada apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em
Arqueologia

Área de Concentração: Arqueologia e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Fabiola Andrea Silva

São Paulo
2018

Visibilidade do Negro

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema de Biblioteca e Documentação, MAE/USP,
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho, Patrícia Marinho de
Visibilidade do Negro: Arqueologia do Abandono
na comunidade quilombola do Boqueirão - Vila Bela/MT
/ Patrícia Marinho de carvalho; orientadora Fabíola
Andréa Silva. -- São Paulo, 2018. 349 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia) -- Museu de Arqueologia e Etnologia,
Universidade de São Paulo, 2018.

Diáspora africana. 2. Remanescente de quilombo.
3. Arqueologia do abandono. 4. Arqueologia
colaborativa. 5. Visibilidade. I. Andréa Silva,
Fabíola, orient. II. Título.

Dedicatória

A dona Sebastiana, porque eu tinha um sonho.

Ao meu filho Cauí. Também é por você. Sempre.

Ao Wellington pelo companheirismo e afeto.

Aos meus irmãos, sobrinhos, sobrinho-neto e minha cunhada! Minha família!

A Mãe Stella de Oxóssi (*in memorian*)

A Mãe Caçulinha (*in memorian*)

A minha mãe vó Antônia (*in memorian*)

A minha mãe Maria da Conceição (*in memorian*)

A minha avó Virgínia (*in memorian*)

Agradecimentos

Agradeço aos meus ancestrais humanos e não-humanos.

A todos os membros da família Frazão de Almeida e aos moradores da comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão/Vila Bela da Santíssima Trindade/MT. Agradeço Kika e Ádio pelo apoio fundamental para a execução da pesquisa.

Agradeço a minha orientadora Fabíola Andréa Silva.

Agradeço a CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior).

Ao Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e seus professores.

Hélio da Biblioteca MAE/USP,

Agradeço minha família, meu irmão Valtinho, minha cunhada Rosana, minha sobrinha Isabelle, meu sobrinho Rafael, minhas sobrinhas Rafaela e Maria Eduarda, ao meu irmão Neguinho, minha tina Tânia. Longe ou perto amo vocês.

Agradeço minhas amigas amadas-amoras, incríveis, guerreiras, inteligentes e belas, aos amigos queridos também. Vocês todos são especiais e me ajudaram em todos os momentos da minha jornada. Anoto o nome de vocês aqui, amargando o receio de esquecer alguém, mas quem me apoiou sabe que serie eternamente grata. Os agradecimentos serão ao vivo e a cores amigas amades:

Alice Matos, Camila Jácome, Chico Stuchi, Claudio Symanski, Débora Leonel, Diana Castilho, Elizete, Erêndira, Gabriela Viegas, Ieda do Morro, Jaqueline Romio, Javier Malano, Jéssica e Hadilly Sophia, Juliana Ricoy, Julio Moracen, Kendra, Laurinha Furquim, Liliane Braga, Luciano Silva, Mãe Amália, Maggie Fisher, Mariana Neumann, Marjorie Lima, Milena Mateuzi, Manu da Chapada, Neusa Rocha, Rafael Almeida, Rachel Rocha, Renato Mendes, Riccardo Rella, Roberta Bengliomini, Roberta Larizza, Sara Oliveira, Tata Barosi, Tata Katuvanesi, Vinícius Melquiades, Viviana Lo Monaco, Wellington Ferreira.

RESUMO

Essa tese de doutoramento trata principalmente dos estudos sobre a formação do registro arqueológico relacionado ao contexto afrodiaspórico da comunidade remanescente de Quilombo do Boqueirão, no município de Vila Bela, Mato Grosso, região do Alto Vale do Guaporé. Os dados analisados na investigação começaram a ser levantados em 2008 durante o mestrado e abordam aspectos do modo de vida e da transformação da materialidade quilombola, sob a perspectiva da arqueologia do presente. O objetivo central da análise foi discutir (e promover) aspectos da visibilidade arqueológica e social deste coletivo, por meio da prática colaborativa que possibilitou a investigação em três contextos distintos: um sítio arqueológico, dois sítios de abandono recente e dois sítios do presente. Essa tese é também o resultado de múltiplas vozes que atuaram no desenvolvimento da pesquisa ao longo dos anos e como tal, sua escrita primou por conciliar a escrita acadêmica com uma forma simples, direta e imagética de dialogar os interlocutores, colaboradores e amigos do Boqueirão.

ABSTRACT

This doctoral thesis consists of studies on the formation of the archaeological record related to the afro-diasporic context of the remaining community of Quilombo do Boqueirão, municipality of Vila Bela, Mato Grosso, Alto Vale do Guaporé region. The data is an investigation initiated in 2008 over a period of one year and addresses aspects of the way of life and transformation of materiality from an archeology perspective. The main analysis site has been published and is available for publication in three distinct contexts: an archaeological site, two sites of recent abandonment and two sites. This is that or is it an action, which writing the knowledge has not interest the media and academic language students, the word to the interest of the academic students, and was of the Boqueirão.

RESUMÉN

Esta tesis de doctorado está constituida por los estudios sobre la formación del registro arqueológico relacionado al contexto afrodiaspórico de la comunidad remanente de Quilombo do Boqueirão, municipio de Vila Bela, Mato Grosso, región del Alto Valle del Guaporé. Los datos son una investigación iniciada en 2008 durante un período de un año y aborda aspectos del modo de vida y de la transformación de la materialidad desde una perspectiva de la arqueología. El principal sitio de análisis ha sido publicado y está disponible para su publicación en tres contextos distintos: un sitio arqueológico, dos sitios de abandono reciente y dos lugares. En el caso de que se trate de una persona que no sea una persona, la que escribe el conocimiento no está interesada en los medios de comunicación y los estudiantes de idiomas, la palabra al interés de los académicos académicos, y los del Boqueirão.

LISTA DE FIGURAS

Índice de imagens e ilustrações

Capítulo 1

Figura 1: Localização de Vila Bela da Santíssima Trindade. Fonte: Google Earth	6
Figura 2: Foto área dos meandros do rio Guaporé. Foto Mario Friedlander (2014)	7
Figura 3: Foto área da cidade de Vila Bela “a Rua”. Foto Mario Friedlander (2014)	8
Figura 4: exemplo de manchete de periódico sobre intolerância religiosa e violência contra as religiões de matriz africana. Fontes: Jornal Folha de São Paulo (2017) online de 01/10/2017 (imagem 5, esquerda)	16
Figura 5: exemplo de manchete de periódico sobre intolerância religiosa e violência contra as religiões de matriz africana. Fontes: Jornal Folha de São Paulo (2017a) online de 16/10/2017 (imagem 6, direita)	16
Figura 6 a 17: Quadro 2: mulheres de Vila Bela.....	27 a 28
Figura 18: Minha irmãzinha Liliane Braga ao lado de um Baobá no Senegal; no detalhe a flor e o fruto do baobá (Adansonia L.) (Foto: autor desconhecido, 2013)	57
Figura 19: As espadas-de-são-jorge pertence ao gênero Sansevieria que possuiu diversas espécies. Essa planta foi fotografada no quintal de dona Maria dos Anjos no Boqueirão é conhecida como espada de santa-bárbara ou Iansã (Sansevieria zeylanica var. laurentii) (ago/2009)	57
Figura 20: Orogbo (Garcinia kola), muito usado em rituais afro-brasileiros (Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Garcinia_kolasão)	58
Figura 21: obi são sementes presentes nas vagens de árvores das espécies Cola nitida e Cola acuminata. Também muito utilizada em rituais afro-brasileiros (Fonte: https://www.flogao.com.br/czeiger/115624401)	58
Figuras 22 a 25: Imagem dos soldados paramentados do Congo de São Benedito de Vila Bela da Santíssima Trindade, durante a Festança, as crianças do Congo Mirim e uma neta e filha de soldado do Congo entre os capacetes de pena (jul/2015)	64
Figuras 26 e 27: Para receber os foliões do divino Dona Maria espalhou folhas de laranjeira pelo chão da casa; uma antiga tradição dos religiosos vilabelenses (jul/2009)	65
Figura 28: em cerimônia realizada durante o encontro de sacerdotes brasileiros e angolano no terreiro de Tata Luande, o barracão estava repleto de folhas sagradas esparramadas pelo chão (abril/2014)	66
Figura 29: localização dos sítios com moradores na comunidade Boqueirão. Fonte: Google Earth	70

Capítulo 2

Figura 30: alimentos usados no preparo do acarajé.....	80
Figura 31: logotipo Acarajé e Arqueologia Arte: Erêndira Oliveira.....	80
Figura 32: alimentos usados no preparo do acarajé.....	80
Figuras 33 e 34: manifesto e convite para a festa.....	80
Figura 35: Laurinha.....	80
Figura 36: amigas arqueólogas (o) do Projeto “Café com Açúcar”. Foto: Javier.....	80
Figura 37: distribuição da fartura de acarajés.....	80
Figura 38 -41: momentos inesquecíveis.....	80
Figura 42: participantes da mesa “Arqueologia da África e da diáspora africana”, a partir da esquerda Isabela Suguimatsu, Bruno Pastre, Paty Marinho, Ágata Silva, Zafenathy Paiva, Julio Moracen, Claudio Symanski e Maurício Luandê. Foto Ader Gotardo (jun/2015)	81
Figura 43: comissão organizadora da IV-SIA *Paty não saiu na foto porque estava em casa fazendo acarajé. Foto Ader Gotardo (jun/2015)	82

Figura 44-48: figura central do cartaz da ação colaborativa no espaço Gran Bazar em Cuiabá; no canto superior esquerdo Manu e eu preparando os acarajés na cozinha do Gran Bazar; nas fotos seguintes seu Martinho trançando os cestos de palha de babaçu e cuidando de sua horta no Boqueirão; a última imagem é da mesa de acarajés e a exposição dos cestos e coitéis (jul/2015)	83
Figuras 49 e 51: seu Martilho e sua horta e sua cestaria de folha de babaçu (jul/2015)	83
Figura 52: Mafalda, Paty e Gabriela Garcia. Foto: “o garçom” (jul/2015)	84
Figura 53 e 54: acarajé na praça da PUC-Goiás, na foto da direita minha ajudante Carolina, filha da minha amiga arqueóloga Rucirene Miguel e conversando com a Camila (vestido azul escuro de bolinhas vermelhas) é a Pardi (regata preta), amiga arqueóloga que nos deixou esse ano(out/2015)	85
Figura 55: amigas e amigos arqueólogos do MAE/USP fechando a festa (out/2015)	85
Figura 56: irmãs(os) de santo no terreiro de mãe Amália em dia de Festa pra Iansã (dez/2017)	87
Figura 57 e 58: mãe Amália e adornada de flores amarelas a imagem de Santa Bárbara, sincretizada com Iansã na Umbanda (dez/2017)	87
Figura 59: equipe descascando feijão fradinho na cozinha do Arquivo Público de Campos (antigo Colégio Jesuíta) (jul/2014)	88
Figura 60: eu explicando para Nathy (frufu azul) e Duda (lencinho vermelho) o ponto do vatapá. Foto: autor desconhecido (jul/2014)	88
Figura 61: equipe de arqueólogos da edição de 2014 do projeto “Café com Açúcar” (mais 2 jornalistas)	88
Figura 62: participantes da 3ª. SAB Centro-oeste. Foto: Mario Friedlander (maio/2018)	90
Figura 63 e 64: Ariosmar na Casa Azul (set/2008)	92
Figura 65: croqui esquemático método de parcelamento para realização do Levantamento da Vegetação	93
Figura 66: orla e ao fundo centro histórico de Cáceres (jul/2015)	96
Figura 67: prédios históricos de Cáceres (jul/2015)	96
Figura 68: Luciano e seu pai José (jul/2015)	96
Figura 69: na UNEMAT montando o Álbum de Memórias Foto: Luciano Silva (jul/2015)	96
Figura 70: exemplo de uma das páginas do álbum de memórias (jul/2015)	97
Figura 71: dona Maria dos Anjos na Oficina da Memória (ago/2015)	98
Figura 72: dona Maria inspeciona as antigas estruturas (ago/2015)	98
Figura 73: dona Maria descansa em seu antigo sítio (SAK-abandono) (ago/2015)	98
Figura 74: Wanderson folião do Divino (jul/2009)	99
Figura 75: Wanderson (à direita) soldado do Congo (jul/2015)	99
Figuras 76-85: festa de família na casa de dona Epídia (jul/2015)	100
Figura 86: Rudi ampliando a horta no meio do quintal (abr/2016)	102
Figura 87: Rudi fazendo os canteiros da horta (jun/2016)	102
Figura 88: plantando nos canteiros Foto Rudi (jun/2016)	102
Figura 89: horta pronta (jun/2016)	102
Figura 90-91: Rudi construindo (abri/2016)	102
Figura 92: Roxa e Rudi, parceiros de pesca. Foto: Fabinho (mai/2016)	102
Figuras 93-96: da esquerda para a direita minha cachorrinha Titititi que ficou em São Paulo; os cachorrinhos de dona Sebastiana, Lobó e Piranha; o Gato Número 1 e o Gato número 2 e minha jabuti Eclair Suelen, presente de Rudi, mas fiquei com pena e logo soltei Eclair no campo (entre abril e julho/2016)	103
Figuras 97-100: Kika dando manutenção em seu fogão à lenha (jul/2009)	105

Figuras 101 e 102: aprendendo a acender o fogo e a dar manutenção no fogão à lenha. Foto: Rudi (abril/mai/2015)	106
Figura 103: ao fundo a parede do quarto de Pau-a-pique (set/2008)	106
Figura 104: pilando na cozinha, ao fundo a área de lavagem coberta (set/2008)	106
Figura 105: estrutura do galinheiro no sítio de dona Sebastiana (jul/2009)	106
Figura 106: ao lado da cozinha a única evidência que restou do quarto: um poste (mai/2018)	106
Figura 107: área de lavagem descoberta (mai/2018)	106
Figura 108: fogão à lenha (SS) (set/2008)	107
Figura 109: fogão à lenha (SS) (mai/2018)	107
Figura 110: representação dos meus pais falecidos, minha avó paterna que me criou e meus irmãos	109
Figura 111: minha família e amigos	109
Figura 112: minha vida acadêmica e militância política. O período que trabalhei na CETESB e fui sindicalista; minha viagem para Cuba e minha militância comunista e meu ingresso na USP	109
Figura 113: aqui uma ínfima parcela de amigos e amigos queridos, de todas as épocas. Inviável colocar toda minha família estendida	109
Figura 114: Ádio, Kika e eu entre professores e estudantes do IFMT (jul/2016)	111
Figura 115: equipe do “Pisa nesse chão”, a partir da esquerda: Cauí Carvalho, Riccardo Rella, Ádio Frazão, Paty Marinho e Kendra (set/2018)	114
Figuras 116-118: sim fazia frio em Vila Bela! Frio fora de época Foto: Riccardo Rella (set/2016)	115
Figuras 119-121: flora e fauna do vale do Guaporé. Foto: Riccardo Rella	115
Figuras 122 a 124: a difícil travessia do rio Alegre. Foto: Riccardo Rella	115
Figura 125: chegada ao Porto Boqueirão	115
Figura 126: chegada ao Porto Boqueirão Foto: Ronaldo Biguá	115
Figura 127: cozinha do SJPA (set/2008)	116
Figura 128: cozinha sem teto. Foto Riccardo Rella (set/2016)	116
Figura 129: quartos e cozinha do SJPA Foto Riccardo Rella (set/2016)	116
Figura 130: retirando a palha de babaçu. Foto Riccardo Rella (set/2016)	116
Figura 131: retirando a palha de babaçu. Foto Riccardo Rella (set/2016)	117
Figura 132: fogão recuperado (set/2016)	117
Figura 133: acampamento armado (set/2016)	117
Figuras 134 e 135: Ádio desenhando croqui habitações do SARqPB. Foto Riccardo Rella (set/2016)	118
Figura 136: Ádio e Patrícia construindo o croqui do SARqPB (set/2016) Foto: Riccardo Rella	118
Figura 137: Kendra, Cauí e Riccardo discutem sobre o mapeamento do SARqPB (set/2016) ..	118
Figura 138: últimos ajustes e... ..	118
Figuras 139: ...mãos a obra. Foto: Cauí Carvalho (set/2016)	118
Figura 140 e 141: levantamento topográfico no SAK-abandono. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	119
Figura 142: levantamento topográfico no SAK-atual. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	119
Figura 143-145: croquis topográficos SARqPB, SAK-abandono e SAK-atual. Elaborados por Kendra (set/2016)	120
Figura 146-149: finalização da manutenção da casa SJPA (set/2016).	121
Figura 150: a partir da esquerda, eu, Alice, Ádio e Wellington (mai/2018)	125
Figura 151: gabinete na casa de Kika (jul/2009)	125
Figura 152: gabinete na casa de Kika. Foto Wellington Ferreira (mai/2018)	125

Figura 153 e 154: Cascata dos namorados, e a partir da direita: Paty e Hadilly Sophia, Wellington, Alice e os filhos de Kika, Jéssica e Abdilson (mai/2018)	128
Capítulo 3	
Figura 155: antigo ralador artesanal de dona Maria dos Anjos (jul/2009)	131
Figura 156: mamão verde ralado na processadora de alimentos da Kika (mai/2015)	131
Figura 157: Cozinhando no fogão à lenha no quintal de Kika (SAK-atual) (mai/2015)	131
Figura 158: Fogão à lenha no quintal de Kika (SAK-atual) (mai/2015)	131
Figura 159: Folha fotografada por Fox Talbot usando a técnica de “Photogenic drawing negative”. Fonte: The William Fox Talbot. http://foxtalbot.bodleian.ox.ac.uk/search/catalog/-6604297317300562660	148
Figura 160-165: amigos da comunidade Jaguará, Nazareno/MG	151
Figura 166: gráfico do período de ocupação de cada uma das cinco áreas estudadas	155
Figura 167: Comunidade e antigos assentamentos ao longo do rio Guaporé e seus afluentes de acordo com o relatório do Projeto Fronteira Ocidental, de onde a imagem foi adaptada (Zanettini, 2007:28) por Laura Furquim (out/2018)	155
Figura 168: a comunidade Boqueirão, hoje está cercada pela fazenda Santa Cruz. Fonte Google Earth	157
Figura 169: Ádio e Kika realizam cotidianamente a ordenha (jul/2015)	169
Figura 170: Moisés levando o leite para o refrigerador. Foto Riccardo Rella (mai/2015)	170
Figura 171: Caminhão da cooperativa chega para a retirada do leite armazenado no resfriador. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	161
Figura 172: Ádio e Kika pesando um leitão para comercialização. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	161
Figura 173: Metade de uma vaca abatida por Ádio. A outra metade já tinha sido vendida (mai/2018)	161
Figuras 174 e 175: Seu Martinho (à direita nas 2 imagens), juntamente com seu filho Moisés cuidam da horta (jul/2015)	162
Figuras 176-179: Etapas de técnicas construtivas de uma estrutura de pau-a-pique: 1) é estrutura da casa é de troncos de árvores fixadas com pregos e fibras vegetais (embira: <i>Daphnopsis fasciculata</i>); 2) a folha do babaçu (<i>Attalea speciosa</i>) é “riscada” para dar o caimento necessário para a cobertura do telhado; folhas de babaçu trançadas para serem colocadas na cumeeira, finalizando o telhado; 4) imagem da estrutura já com telhado (jul/2009)	163
Figura 180: De blusa rosa Dona Maria esposa de seu Martinho, no centro Dona Sebastiana ao lado de seu irmão Martinho. (set/2008)	165
Figura 181: Seu Martinho trançando um abanico com uma palma de babaçu (jul/2009)	165
Figura 182: Árvore genealógica da Família Frazão de Almeida. Arte: Sara Oliveira (out/2018). Figura 182: Árvore genealógica da Família Frazão de Almeida. Coleta de dados: Carvalho (2012) e Alice Matos. Arte: Sara Oliveira (out/2018)	167
Figura 183: Kendra, Cauí e Riccardo atravessam o campo durante a parte final da “expedição pelo rio Guaporé”. A trilha que liga o Porto Boqueirão a comunidade Boqueirão às vezes se confunde com os carreiros feitos pelo gado (set/2016)	170
Figura 184: seu Lino ao lado do cumbaru torcido de sua infância (ago/2009)	172
Figura 185: árvore tarumã (set/2008)	172
Figura 186: o babaçu “gigante” (set/2008)	172
Figura 187: Ádio e o velho ingá (set/2008)	172
Figura 188-190: Ádio ao lado do jatobá prensa; à direita detalhes do furo que servia para encaixar a alavanca da prensa de mandioca (set/2008)	173
Figura 191: mangueira remanescente (ago/2009)	174
Figura 192: escarificações (set/2008)	174

Figura 193: Ádio ao lado da mangueira tombada, maio/2018	174
Figura 194: detalhe da mangueira tombada, maio/2018	174
Figura 195: detalhe de esteio caído no chão (ago/2009)	175
Figura 196: esteio central caído no chão (ago/2009)	175
Figura 197: detalhe de esteio em pé (ago/2009)	175
Figura 198: negativo de esteio (ago/2009)	175
Figura 199: antigo poço identificado (set/2008)	176
Figura 200: chapa de metal para torrar farinha (set/2008)	176
Figura 201: antiga sela de cavalo (set/2008)	176
Figura 202: garrafas abandonadas (set/2008)	176
Figuras 203 e 204: croquis esquemáticos do SARqPB, à esquerda o quintal delimitado pelas árvores significativas e à direita o croqui da antiga cozinha (Fonte: Carvalho, 2012:120)	177
Figura 205: esteios que ainda estavam de pé Foto: Riccardo Rella (set/2016)	178
Figura 206: canaleta, já na campanha seguinte. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	178
Figura 207: poda de galhos de árvores na parte interna das antigas habitações (mai/2018)	180
Figura 208: remoção de folhas e poda da área das Foto: Alice Matos. (mai/2018)	180
Figura 209: figueiras que cresceram no interior da antiga habitação. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	180
Figura 210: cipó que cresceu nas delimitações da antiga cozinha. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	180
Figura 211: área interna de sala/quartos após a remoção da folhagem (mai/2018)	180
Figura 212: Ádio trabalhando na evidência da canaleta da antiga habitação (mai/2018)	181
Figura 213: Alice trabalhando na evidência da canaleta da antiga habitação (mai/2018)	181
Figura 214: Paty trabalhando na evidência das estruturas. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	181
Figura 215: detalhe da evidência das estruturas mostra a canaleta queimada e grande quantidade de raízes no entorno (mai/2018)	181
Figura 216: área do sítio limpa; à esquerda a linha vermelha delimita parte da cozinha (mai/2018)	182
Figura 217: detalhe da figueira que cresceu dentro da antiga habitação, em sala/quartos (mai/2018)	182
Figura 218: croqui das evidências das antigas habitações do SARqPB . Digitalização: Rafael Almeida	184
Figura 219: imagem aérea de parte das habitações, do lado esquerdo da imagem a cozinha foi delimitada com hastes de babaçu, na parte inferior sala quartos. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	185
Figura 220: Rudi segura a fibra de embira que ele mesmo colheu (jul/2009)	186
Figura 221: estrutura de madeira do galinheiro de dona Sebastiana (SS) (jul/2009)	186
Figura 222: Detalhe do entrelaçamento da madeira na técnica de tipa de mão (jul/2015)	186
Figura 223: a casa em ruínas de d. Maria e seu Lino (SLM-abandono) deixam evidente a técnica de taipa ou pau-a-pique (jul/2015)	186
Figura 224: vista geral da casa de Luciano e Vanusa (SLV). Da esquerda para a direita é possível ver ao fundo uma estrutura com teto de palha que abriga uma carroça, os quartos de adobe, uma saleta de visitas que une os quartos a cozinha de tábuas (mai/2015)	187
Figura 225: construção feita de adobe e madeira – quartos e sala interna (mai/2015)	187
Figura 226: detalhe da parede de adobe, revestida com argamassa (mai/2015)	187
Figura 227: Os dois paióis existentes no quintal de Luciano e Vanusa (mai/2015)	188
Figura 228: Dona Sebastiana e seu irmão Augusto sentados na cozinha tradicional externa; ao fundo pode se ver o antigo barracão de pau-a-pique que já não existe mais (jul/2009)	189

Figura 229: Neste outro ângulo vemos a cozinha tradicional externa no sítio de dona Sebastiana (SS); parte evidenciada de vermelho corresponde aos vestígios da antiga casa – sala e quartos (abr/2016)	189
Figura 230: enquanto Ádio corta as raízes da Unidade Soleira, Paty faz a decapagem usando a colher de pedreiro. Foto Alice Matos (mai/2018)	192
Figura 231: Wellington fazendo tradagem Lixeira (maio/2018)	192
Figura 232: Paty escavando e peneirando o sedimento da Unidade Lixeira. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	192
Figura 233: toda equipe trabalhando na Unidade Lixeira, escavação e laboratório (maio/2018)	192
Figura 234: Alice lava os materiais com água do rio Alegre (mai/2018)	193
Figura 235: Wellington fotografa os materiais (maio/2018)	193
Figura 236: Ádio e Alice fechando as unidades de escavação. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	193
Figura 237: Alice e Ádio fechando a Unidade Soleira. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	193
Figura 238: Ádio recolocando os materiais na Unidade Lixeira (maio/2018)	194
Figura 239: Materiais devolvidos a Unidade Lixeira (mai/2018)	194
Figura 240: Wellington fazendo a topografia do terreno com nível bolha e régua (mai/2018)	194
Figura 241: croqui esquemático perfil estratigráfico das escavações no SARqPB. Digitalização Marjorie Lima (set/2018)	195
Figura 242: localização da unidade altar na planta baixa das habitações	198
Figura 243 e 244: Ádio e Alice trabalhando na abertura da quadrícula altar (mai/2018)	199
Figura 245 e 246: primeiros 10 cm da quadrícula altar e a presença de raízes (mai/2018)	199
Figura 247: Quadrícula 0-10 cm (maio/2018)	200
Figura 248: Detalhes das evidências identificadas em 0-10 cm na Unidade Altar (mai/2018).	200
Figura 249: Base da Unidade Altar nível de 10-20 cm (mai/2018)	200
Figura 250: detalhe do solo argiloso com pigmentação vermelha (mai/2018)	200
Figura 251: cavidade de onde foi retirada a argila usada na construção da casa (Fonte Zanettini, 2007:68)	201
Figura 252: piso aos 22 cm da Unidade Altar (maio/2018)	202
Figura 253: detalhe do piso da Unidade Altar (maio/2018)	202
Figura 254: perfil da Unidade Altar (mai/2018)	202
Figura 255: localização da unidade soleira na planta baixa das habitações	204
Figura 256: em 2016 os dois batentes estavam em pé Foto: Riccardo Rella (set/2016)	204
Figura 257: Unidade Soleira e a indicação dos batentes das portas, à esquerda um batente caído e à direita um batente ainda em pé. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	204
Figura 258: palmas enfeitam o terreiro de Mãe Amália para a Feste de Ogum (abr/2015)	205
Figura 259: escavação na Unidade Soleira, no detalhe a vegetação que cresceu no interior do sítio próximo a soleira da porta (mai/2018)	206
Figura 260: Unidade Soleira, 50% na área externa e 50% na área interna da casa Foto: Wellington Ferreira. (mai/2018)	206
Figura 261: Unidade Soleira de 0-10 cm (mai/2018)	207
Figura 262: machado de aço na Unidade Soleira 0-10 cm. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	207
Figura 263: fragmento de barra de ferro roliça e Lâmina de machado de metal na Unidade Soleira 10-20 cm. Foto: Wellington Ferreira (maio/2018)	207

Figura 264: machado de aço na Unidade Soleira (maio/2018)	207
Figura 265: fragmento de barra de ferro roliça e Lâmina de machado de metal na Unidade Soleira (maio/2018)	207
Figura 266: lâmina de machado encontrada do sítio SAK-atual. Foto Wellington Ferreira (mai/2018)	208
Figura 267: ferramentas do senhor Ogum no terreiro de Mãe Amália (set/2018) Foto: Sara Oliveira (set/2018)	209
Figura 268: imagem de São Jorge sincretizado com o orixá ioruba Ogum, do “conga” (altar sagrado) do terreiro de Mãe Amália Foto: Sara Oliveira (set/2018)	209
Figura 269: lança-de-ogum. Foto: Sara Oliveira (set/2018)	210
Figura 270: espadas-de-ogum do meu batizado na Umbanda. Foto: Sara Oliveira (set/2018)	210
Figura 271: espada-de-iansã do antigo sítio de dona Maria dos Anjos, denominado SLM (ago/2009)	210
Figura 272: espada de Iansã da minha coleção de plantas de proteção. Foto Sara Oliveira (set/2018)	210
Figura 273: as dracenas e as espadas-de-iansã que circundam a antiga casa de dona Maria dos Anjos no sítio SLM (ago/2009)	211
Figura 274: touceira de comigo-ninguém-pode plantadas por dona Sérgia na frente do sítio SAK (ago/2009)	211
Figura 275: gargalo cortado de garrafa plástica (mai/2018)	213
Figura 276: tampinha plástica (mai/2018)	213
Figura 277: Ádio cortando a raiz da figueira na Unidade Soleira (mai/2018)	213
Figura 278: a unidade lixeira está localizada a 8 m. da face sudeste da estrutura sala/quartos	214
Figura 279: Imagem aérea da Unida de Lixeira Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	214
Figura 280: tradagem Lixeira 50-60 cm (mai/2018)	215
Figura 281: sedimento argiloso da tradagem Lixeira (mai/2018)	215
Figuras 282-285: material vítreo coletado na tradagem Lixeira caracterizado por gargalos e bases de garrafas (mai/2018)	217
Figura 286: fragmentos de borda de copo americano (mai/2018)	218
Figura 287: fragmentos de vidro hialino. Abaixo e ao meio dois fragmentos de vidro de janela plano (mai/2018)	218
Figuras 288 e 289: Fragmentos de gargalos e pescoços de garrafas nas colorações âmbar, hialino, verde oliva claro e água marinha. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	216
Figura 290: exemplos de gargalos do tipo coroa e rosca. O segundo gargalo, da esquerda para a direita apresenta morfologia em anel duplo e é possivelmente aplicado ao pescoço da garrafa (maio/2018)	219
Figura 291: fragmentos de garrafa verde oliva claro com textura no corpo. Foto Alice Matos (mai/2018)	220
Figura 292: fragmentos de corpo de garrafa. Foto Alice Matos (mai/2018)	220
Figura 293: garrafa verde oliva claro com base espessa e bolhas no corpo (mai/2018)	220
Figura 294: Garrafa de cor âmbar (mai/2018)	220
Figura 295: fragmentos de vidro hialino com duas bases (acima) de frascos.....	221
Figura 296: bases de garrafas (acima) e de frascos (abaixo) (maio/2018)	221
Figura 297: fragmentos de frasco de coloração azul cobalto, provavelmente associado ao armazenamento de medicamentos (mai/2018)	211
Figura 298 e 299: fragmentos de bases de garrafas e frascos com marcas de produção automática como a cicatriz circular na base. Provavelmente relacionadas ao armazenamento de bebidas (mai/2018)	222

Figura 300 e 301: fragmentos de corpos e gargalos de garrafas e frascos (mai/2018)	222
Figura 302: Garrafas de vidro e plástica armazenadas e abandonadas no sítio SLM-abandono (mai/2018)	223
Figura 303: lixeira no sítio de Kika e Ádio (SAK-atual) (mai/2018)	223
Figura 304-307: Processo de produção de melote por dona Sebastiana; ao final o remédio era acondicionado em embalagens reaproveitadas de vidro e plástico (jul/2009)	224
Figura 308-311: parte do processo de produção do óleo de babaçu seu armazenamento em recipiente plástico (set/2008)	224
Figura 312: gráfico de tipos e quantidades de matérias escavados. Digitalização Camila Jacome (set/2018)	226
Figura 313: prato de alumínio encontrado na superfície do SARqpPB (mai/2018)	226
Figura 314: fragmento de prato (mai/2018)	227
Figura 315: os fragmentos circundados são os que apresentam decoração (mai/2018)	227
Figura 316: fragmento de pires (mai/2018)	227
Figura 317: fragmento de pires (mai/2018)	227
Figuras 318 e 319: fragmentos de cerâmica, face externa e interna (mai/2018)	228
Figuras 320 e 321: Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	229
Figura 322: Foto: Riccardo Rella (set/2016)	229
Figuras 323 e 324: (jul/2015)	230
Figuras 325 e 326: (set/2008)	230
Figuras 327 e 328: (set/2008)	231
Figura 329: fragmento de foice (mai/2018)	231
Figura 330: fragmento arqueológico comparado com a foice utilizada na escavação (mai/2018)	231
Figuras 331 e 332: artefato de napa identificado na unidade lixeira (mai/2018)	232
Figuras 333 e 334: Kika ajudando na identificação do material recuperado na Lixeira. Foto Alice Matos (mai/2018)	232
Figura 335: nessa imagem enviada por Kika seu filho em ação, paramentado com o vestuário de peão de boiadeiro. Foto: autor desconhecido, enviada por Kika)	233
Figura 336: fragmentos de sandálias Havaianas (mai/2018)	234
Figura 337: fragmentos de sandálias Havaianas (mai/2018)	234
Figura 338: fragmentos de sandálias Havaianas; o fragmento circular era usado como rodinha (mai/2018)	234
Figura 339: aviãozinho de brinquedo de Ádio (mai/2018)	234
Figura 340: localização da unidade tradagem cozinha representada na planta baixa das habitações	235
Figura 341: imagem da área da cozinha onde foi feita a tradagem. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	235
Figura 342: circulado o gráfico do perfil da tradagem Cozinha	236
Figura 343: imagem da sondagem (mai/2018)	236
Figura 344: parte da frente da antiga cozinha do SAK é aberta (set/2008)	236
Figura 345: parede lateral da cozinha do SAK protege o fogão à lenha (jul/2009)	236
Figura 346: cozinha externa do sítio de dona Sebastiana (SS), apenas é fechada nos cantos onde fica o fogão à lenha (mai/2018)	237
Figura 347: cozinha externa de Edivirges e Lidu (SEL) (out/2011)	237
Figura 348: a cozinha de Vanuza (SLV) Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	237
Figura 349: a cozinha de Vanuza (SLV) (mai/2018)	237
Figura 350: localização da unidade tradagem quintal na planta baixa das habitações	238

Figura 351: imagem da área da cozinha onde foi feita a tradagem. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	238
Figura 352: perfil estratigráfico da tradagem quintal	239
Figura 353: tradagem quintal (mai/2018)	239
Figura 354: detalhe do perfil da tradagem Quintal (mai/2018)	239
Figuras 355-357: lagoa próximo da qual seu Lino e dona Maria dos Anjos moraram logo que se casaram (jul/2009)	241
Figura 358 e 359: croquis esquemáticos do sítio de seu Lino e dona Maria dos Anjos – SLM (Fonte: Carvalho, 2012:104 croqui da esquerda)	244
Figuras 360 a 368: Quadro 5: imagens do abandono: degradação das habitações do sítio SLM ao longo dos anos (2008-2018)	245
Figuras 369-374: casa de peão SLM-abandono (mai/2018)	246
Figuras 375-378: sítio atual de dona Maria e seu Lino (SLM-atual). Fotos: Wellington Ferreira (mai/2018)	247
Figura 379: Dona Maria dos anjos entre suas plantas de poder, em frente a sua casa (ago/2009)	247
Figuras 380 a 385: Quadro 6: a herbácea comigo-ninguém-pode e os aspectos do comportamento da planta ao abandono SLM-abandono (2008-2018)	249
Figura 386: dracena vermelha e comigo-ninguém-pode (mai/2015)	250
Figuras 387 e 388: guiné, touceiras de comigo-ninguém pode e cróton brasileiro (maio/2015)	250
Figura 389: planta comigo ninguém pode na sala/atividades SLM (ago/2009)	250
Figura 390: uma das entradas do sítio SLM-atual (mai/2018)	251
Figura 391: pimentas que dona Maria dos Anjos plantou em sua horta SLM-atual (jul/2015)	251
Figura 392-394: pimentas plantadas na horta de dona Maria dos Anjos SLM (ago/2009)	252
Figura 395: chifre de vaca na horta de Maria dos Anjos no antigo sítio SLM (ago/2009)	253
Figura 396: chifre de vaca na horta de dona Maria dos Anjos no sítio SLM-atual (mai/2015)	253
Figura 397-399: em uma das entradas do sítio SLM-atual muitas plantas; dona Maria gosta muito de flores e espalhou sementes por todo o quintal (jul/2015)	253
Figura 400: SLM-atual (mai/2018)	254
Figura 401: SLM-atual (mai/2018)	254
Figuras 402-405: pomar e horta do sítio SLM-atual (mai/2018)	254
Figura 406: sala/quartos sítio SLM-abandono (mai/2015)	255
Figura 407: sala/quartos sítio SLM-abandono, detalhe em amarelo circundando a cerca (jul/2015)	255
Figuras 408 e 409: continuidade do cercamento com tela de arame (mai/2015)	255
Figuras 410-411: detalhes da tela de arame hexagonal abandonado no entorno da estrutura sala/quartos (mai/2018)	256
Figura 412: sala/quartos sítio SLM-abandono, detalhes internos (mai/2015)	256
Figura 413: sala/quartos sítio SLM-abandono, detalhes internos (mai/2015)	256
Figura 414: sala/quartos; circulado em vermelho o banheiro (ago/2009)	257
Figura 415: sala/quartos; circulado em vermelho o banheiro (mai/2015)	257
Figura 416: sala/quarto; viga central (mai/2018)	257
Figura 417: sala/quartos e o banheiro (mai/2018)	257
Figura 418: parede interna que dividia a sala dos quartos (mai/2018)	257
Figura 419: vista interna do banheiro (mai/2018)	257
Figuras 420-423: sala/quartos do sítio SLM-abandono, detalhe dos artefatos (mai/2015)	258

Figura 424 e 425: detalhe da prateleira deixada no sítio SLM-abandono (mai/2018)	259
Figura 426: fiação que alimentava sala/quartos (mai/2018)	260
Figura 427: cozinha, ao lado direito sala/quartos – fundos sítio SLM (out/2011)	260
Figura 428: cozinha, ao lado esquerdo sala/atividades – fundos sítio SLM-abandono (jul/2015)	260
Figura 429: cozinha, ao lado direito sala/quartos – fundos sítio SLM (mai/2015)	260
Figura 430: cozinha – fundos sítio SLM. Foto Wellington Ferreira (mai/2018)	260
Figura 431: cozinha parte da frente/lateral sítio – SLM (mai/2009)	261
Figura 432: cozinha parte lateral – sítio SLM (jul/2015)	261
Figura 433: cozinha vista lateral (divisa com sala/atividades) sítio SLM Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	261
Figura 434: cozinha vista lateral (divisa com sala/quartos) SLM (mai/2018)	261
Figuras 435-438: detalhes construtivos da cozinha do sítio SLM (mai/2018)	262
Figuras 439 e 440: registro de algumas das colmeias de marimbondo existentes na cozinha do sítio SLM-abandono (mai/2018)	263
Figura 441 e 442: sacos plásticos na parede da dispensa; no detalhe a direita o saquinho contendo frascos de hipoclorito de sódio (mai/2018)	264
Figura 443: artefato feito com ferro galvanizado e borracha (mai/2018)	264
Figura 444: seringa encontrada na dispensa da cozinha SLM-abandono (mai/2018)	264
Figura 445: pilha alcalina (mai/2018)	264
Figura 446 e 447: peça de metal usada em montaria em cavalos (mai/2018); à direita imagem comparativa de objeto similar (Fonte Google)	265
Figura 448: garrafa térmica na dispensa da cozinha SLM-abandono (mai/2018)	265
Figura 449: armário deixado na dispensa da cozinha SLM-abandono (mai/2018)	265
Figura 450: vista geral da cozinha SLM-abandono (mai/2018)	266
Figura 451: cozinha de dona Maria no sítio SAK-atual (mai/2018)	266
Figura 452: fogão antigo de dona Maria SLM-abandono (mai/2018)	267
Figura 453: os fogões de quatro e seis bocas de dona Maria dos Anjos SLM-atual (mai/2018)	267
Figura 454: porta papel tipo “TV” e bacia de plástico (mai/2018)	267
Figura 455: caixote com vários utensílios domésticos (mai/2018)	267
Figura 456: sala/atividades no dia do aniversário de dona Maria dos Anjos – SAK-abandono (ago/2009)	270
Figura 457: varanda da casa de dona Maria dos Anjos e seu Lino no SLM-atual. Foto: Alice Matos (mai/2018)	270
Figura 458: redes no quintal do sitio SLM-abandono (ago/2009)	271
Figura 459: dona Maria em sua rede na varanda do sítio SLM-atual (jul/2015)	271
Figura 460: atrás de dona Maria e de seu netinho Maguila é possível ver os latões e a mangueira de água (set/2008)	271
Figura 461: dona Maria dos Anjos lavando vasilha em sua pia no quintal do SAK-abandono (ago/2009)	271
Figura 462: Lidu e Edvirges preparando alimento (carne) (out/2011)	272
Figura 463: Cauí e Paty preparando alimento (carne) (jul/2016)	272
Figura 464-466: estrutura sala/atividades sendo reaproveitada (mai/2015)	272 e 273
Figura 467 e 468: evidências da sala/atividades SLM-abandono (mai/2018)	273
Figura 469: mesa abandonada no interior da estrutura sala/atividades (mai/2018)	273
Figura 470: banquinho na sala/atividades (mai/2018)	273
Figura 471: no detalhe pedaço de couro sobre um tronco (maio/2018)	274

Figura 472: pedaço de couro (maio/2018)	274
Figura 473: pedaço de filtro de barro no interior da estrutura sala/atividades (mai/2018)	274
Figura 474: poste de sustentação e seu respectivo negativo no solo (mai/2018)	274
Figuras 475 a 480: Quadro 7: estruturas do quintal: paiol e galinheiro SLM (2008-2018)	275
Figuras 481 e 482: a criação de aves de noda Maria dos anjos SLM-abandono (ago/2009)	276
Figura 483: galinheiro do sítio SLM-atual (mai/2015)	276
Figuras 484 e 485: variações de prisão de galinhas sítio SLM-abandono (ago/2009)	277
Figura 486: à frente do paiol as pequenas prisões de galinhas. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	277
Figura 487: curral de caprinos e ovinos (ago/2009)	278
Figura 488: curral de caprinos e ovinos. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	278
Figura 489: fogão de cupinzeiro no antigo sítio SLM-abandono (ago/2009)	278
Figura 490: fogão de cupinzeiro no antigo sítio SLM-atual. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	278
Figuras 491-494: vasos de latas de metal e de recipiente de plástico	279
Figura 495: peça de antena parabólica (mai/2018)	280
Figura 496: sala/quartos, no detalhe vasos e peça da parabólica (ago/2009)	280
Figura 497: cadeira de ferro com fio de polipropileno (mai/2018)	280
Figura 498: plástico preto (mai/2018)	280
Figura 499 e 500: tijolos identificados no SLM-abandono (mai/2018)	281
Figura 501 e 502: garrafas de bebida próximo a parede da cozinha do SLM-abandono (mai/2018)	282
Figura 503: cadeira escolar com prancheta (mai/2018)	282
Figura 504: tambor de metal 200 litros (mai/2018)	282
Figuras 505 e 506: pneu feito de lixeira para armazenamento de garrafas (mai/2018)	284
Figura 507: larvicida Cidental utilizado no tratamento da criação (mai/2018)	285
Figura 508: mão de pilão abandonado no sítio SLM-abandono (mai/2018)	285
Figura 509: antigo pilão levado para sítio SLM-atual (mai/2018)	285
Figura 510: vaso de caldeirãozinho (mai/2018)	285
Figura 511: roda de bicicleta (mai/2018)	285
Figura 512: gráfico geral classes de materiais SLM-abandono. (digitalização Viviana Lo Monaco)	288
Figura 513: telhas acumuladas ao lado da casa de peão (mai/2018)	288
Figura 514: telha abandonada no quintal. Foto Wellington Ferreira (mai/2018)	288
Figuras 515-518: fragmentos de plásticos e sacos de ráfia sintética (mai/2018)	289
Figuras 519 e 520: diferentes partes do quintal SLM-abandono (mai/2018)	289
Figura 521: casamento de Kika e Ádio realizado em Vila Bela (set/2018) Foto: autor desconhecido	290
Figuras 522 e 523: croqui esquemático do sítio de Ádio e Kika – SAK (Fonte: Carvalho, 2012:112 croqui da esquerda)	291
Figuras 524 a 535: Quadro 8: imagens do abandono: degradação das habitações do sítio SLM ao longo dos anos (2008-2018)	292 e 293
Figuras 536-539: antigo prédio que fora construído para abrigar a Associação quilombola, antes da reforma (jul/2009)	294 e 295
Figura 540: localização dos sítios SAK-atual e SAK-abandono (mai/2015)	295
Figura 541: vista panorâmica do sítio SAK-atual. Foto Riccardo Rella (set/2016)	296
Figuras 542 e 543: quarto e bar do SAK-atual. Fotos: Wellington Ferreira (mai/2018)	297

Figura 544: os netos de Kika e Ádio se divertem na piscina montada na área coberta do bar (set/2018)	298
Figura 545: à esquerda Jéssica, filha de Kika, Kika e Alice estudante da arqueologia da UFOPA e as netas de Kika: Hadilly Sophia, filha de Jéssica e Yasmim filha de Abdilson	298
Figura 546 a 553: Quadro 9: a herbácea comigo-ninguém-pode e os aspectos do comportamento da planta ao abandono SAK-abandono (2008-2018)	299
Figuras 554 e 555: Espadas-de-são-jorge que ficam entre a casa de kika e o bar/quarto visitas (jul/2015)	300
Figura 556: as espadas-de-são-jorge, bem como a vegetação do entorno se alastraram nesse registro de 2018. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	300
Figura 557: horta de Vanusa (SLV) e sua exuberante touceira de espadas-de-iansã (mai/2015)	301
Figura 558: minha horta no sítio de dona Sebastiana (SS) (set/2016)	301
Figura 559: touceira de espada-de-iansã na entrada da horta no sítio de dona Sebastiana (mai/2018)	301
Figura 560: coqueiros plantados na entrada do sítio SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	302
Figura 561: vegetação em frente a casa SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	302
Figura 562: vegetação em frente a casa SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	302
Figura 563: coqueiros plantados na entrada do sítio SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	302
Figura 564: localização da roça ao lado do bar SAK-atual. Foto Riccardo Rella (set/2016) ...	302
Figura 565: localização da roça ao lado do bar SAK-atual. Foto Riccardo Rella (set/2016)	302
Figura 566: roçado de mandioca SAK-atual. Foto Wellington Ferreira (mai/2018)	303
Figura 567: mangueiras na entrada na SAK-abandono, lado da estrada (jul/2009)	303
Figura 568: mangueiras na entrada na SAK-abandono, lado do rio Alegre (jul/2009)	303
Figura 569: quintal do SAK-abandono repleto de mangueiras; Kendra e Ádio fazendo o levantamento topográfico. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	304
Figuras 570 e 571: destaque para o árduo e ininterrupto trabalho das saúvas (mai/2018)	304
Figura 572: quartos/atividades SAK-abandono (set/2008)	306
Figura 573: refrigerador e alguns equipamentos do bar/atividades no SAK-atual; destaque para minha amiguinha Hadilly Sofia. Fotos: Riccardo Rella (set/2016)	306
Figura 574: do lado externo os galões e baldes para armazenamento de água para lavagens de roupa e utensílios e na parte coberta uma série de materiais. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	307
Figura 575: área de lavagem de roupas. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	307
Figura 576: área de lavagem de utensílios e alimentos (mai/2018)	307
Figura 577: notem nas figuras que seguem a deterioração das paredes e teto (jul/2009)	307
Figura 578: desabamento parcial da parede interna (jul/2015)	308
Figura 579: desabamento parcial da parede interna (jul/2015)	308
Figura 580: a partir da esquerda, porta do quarto das crianças, porta do quarto do casal e sala-atividades (set/2018)	308
Figura 581: a partir da esquerda o quarto das crianças e do casal. A parede divisória entre os quartos continua de pé (jul/2015)	308
Figura 582: destaque para a parede interna que permanecia em pé. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	309
Figura 583: apenas os postes de sustentação da sala permaneciam em pé. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	309

Figura 584: parede externa do quarto das crianças. Foto: Riccardo Rella (set/2008)	309
Figura 585: parede externa do quarto das crianças caída. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	309
Figura 586: frente da cozinha (aberta) (set/2008)	310
Figura 587: lateral (fundos), parede onde ficava o forno do lado de dentro (jul/2009)	310
Figura 588: frente da cozinha (aberta) (mai/2015)	310
Figura 589: lateral cozinha vista frente (jul/2015)	310
Figura 590: cozinha e sala/quartos (set/2016)	310
Figura 591: frente da cozinha (aberta) (mai/2015)	310
Figura 592: lateral cozinha vista frente (jul/2015)	310
Figura 593: curral SAK-abandono (out/2011)	311
Figura 594: curral SAK-atual (mai/2018)	311
Figura 595: chiqueiro no SAK-atual. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	311
Figura 596: chiqueiro no SAK-atual. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	311
Figura 599 a 607: Quadro 10: estruturas no quintal do sítio SAK-atual	313
Figura 608-610: preparação da cabeça de vaca assada (jul/2009)	314
Figuras 611 e 612: mesa no quintal à sombra do bambuzal. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	314
Figuras 613 e 614: uma bica de água dica próximo a cozinha e a outra está localizada ao lado da sala de atividades (do quarto/bar). Fotos: Wellington Ferreira (mai/2018)	315
Figura 615: detalhe dos materiais abandonados na sala e no quarto de Kika e Ádio (jul/2015)	315
Figura 616 e 617: triturar de milho. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	316
Figuras 618 a 623: Quadro 11: itens retirados do SAK-abandono ao longo do tempo	318
Figura 624: gráfico de ocupação do SAK e SAK atual e retonos ao SAK-abandono (1979-2018)	319
Figura 625: detalhe dos itens que foram deixados para trás em quartos e sala de atividades no SAK-abandono (jul/2015)	320
Figuras 626 e 627: detalhe dos materiais deixados para trás na cozinha no SAK-abandono (jul/2015)	320
Figuras 628 e 629: detalhe dos materiais que foram deixados para trás na cozinha no SAK-abandono (set/2016)	320
Figura 630-632: fogão à lenha nos contextos de abandono, a partir da esquerda: SAK-abandono. Foto Riccardo Rella (set/2016); casa de peão no SLM-abandono. Foto: Paty Marinho (mai/2018); na antiga cozinha SJPA. Foto: Riccardo Rella (set/2016)	321
Figura 633 e 634: latinhas espalhadas dentro e no entorno do latão de ferro (mai/2018)	322
Figura 635 e 636: antiga cela de cavalo abandonado no SAK-abandono(mai/2018)	322
Figura 637 e 638: inicialmente achei que essas poderiam ser antigas caixas nas quais Ádio gradava seus apetrechos de pescaria, porque ai havia porque havia linha e carretel de linha de anzol para pesca, mas Kika esclareceu que aqui foi depositado alguns itens descartados durante a mudança, ou seja resíduos de fato, para que não ficassem espalhados pelo quintal (mai/2018)	323
Figura 639: localizei alguns frascos de hipoclorito de sódio antigamente usado para o tratamento da água, tal qual observei no SLM-abandono (mai/2018)	323
Figura 640: ao redor dessa mangueira contei 34 garrafas de vidro, que como na lixeira do SarqPB se configurou como a maior categoria de evidências matérias (mai/2018)	323
Figura 641: me chamou a atenção não ter identificado no SAK-abandono frascos de Cidental, pois já havia visto Ádio usando nos cães, provavelmente os frascos foram queimados, ou entre o matagal. Esse frasco estava armazenado no SAK-atual, na estrutura de ferro do bar. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	324

Figura 642: se no sítio abandonado as garrafas de vidro de bebida eram depositadas aos pés de uma mangueira, no SAK-atual, onde o volume gerado é bem maior, as garrafas são armazenadas ao lado do bar (mai/2018)	324
Figuras 643-647: o arsenal de tupperware de na cozinha de Kika no SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018)	327

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Sítios da comunidade remanescente de Quilombo do Boqueirão e comunidade Bom futuro, as respectivas siglas atribuídas aos sítios durante a pesquisa e a situação de ocupação em maio de 2018	9
Quadro 2: mulheres de Vila Bela.....	27 e 28
Quadro 3: Ação colaborativa “Acarajé da Paty: Arqueologia e acarajé” (2015)	80
Quadro 4: Unidade amostral – Levantamento da vegetação do SARqPB. (mai/2015)	94
Quadro 5: imagens do abandono: degradação das habitações do sítio SLM ao longo dos anos (2008-2018)	245
Quadro 6: a herbácea comigo-ninguém-pode e os aspectos do comportamento da planta ao abandono SLM-abandono (2008-2018)	249
Quadro 7: estruturas do quintal: paiol e galinheiro SLM (2008-2018)	275
Quadro 8: imagens do abandono: degradação das habitações do sítio SLM ao longo dos anos (2008-2018)	286 e 287
Quadro 9: a herbácea comigo-ninguém-pode e os aspectos do comportamento da planta ao abandono SAK-abandono (2008-2018)	299
Quadro 10: estruturas no quintal do sítio SAK-atual	313
Quadro 11: itens retirados do SAK-abandono ao longo do tempo	318

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Coordenada GPS – estruturas do SARq-PB	127
Tabela 2: Refugio no interior da cozinha – sítio SLM-abandono (mai/2018)	268
Tabela 3: Refugio no exterior de sala/quartos – sítio SLM-abandono (mai/2018)	281
Tabela 4: Refugio no exterior da cozinha – sítio SLM-abandono (mai/2018)	283
Tabela 5: Refugio no exterior da sala/atividades – sítio SLM-abandono (mai/2018)	284
Tabela 6: Refugio no quintal – sítio SLM-abandono (mai/2018)	286
Tabela 7: Refugio geral – sítio SLM-abandono (mai/2018)	287
Tabela 8: Refugio geral – sítio SAK-abandono (mai/2018)	324

Sumário

Introdução	1
PARTE I: Definição do campo de pesquisa e proposta de trabalho	6
1. A arqueologia da Diáspora Africana no Brasil: revisão e proposta de trabalho	6
1.1. A pesquisa sobre a diáspora africana	12
1.1.1. “Se vocês querem saber quem eu sou”: lugar de fala	21
1.1.2. A arqueologia da diáspora africana no Brasil	29
1.2. “Me leva que eu vou sonho meu”: os caminhos que me levaram ao Boqueirão	54
1.2.1. Vila Bela da Santíssima Trindade	59
1.2.2. Minha trajetória acadêmica em Vila Bela da Santíssima Trindade	61
PARTE II: Três tempos: práticas arqueológicas no Quilombo do Boqueirão	74
2. Canta canta minha gente! Arqueologia Colaborativa	74
2.1. “Não mexe comigo que eu não ando só”: ações colaborativas	78
2.1.1. 1ª Etapa de campo maio de 2015: Oficina da Memória e Levantamento da Vegetação (SArqPB)	89
2.1.2. 2ª Etapa de campo julho de 2015: Oficina da Memória: pessoas, coisas e lugares. 95	
2.1.3. 3ª Etapa de campo abril de 2016: Mudança para a comunidade Boqueirão	101
2.1.4. 4ª Etapa de campo setembro de 2016: Pisa Nesse chão com força: prospecção e mapeamento do Sítio Arqueológico Porto Boqueirão (SArqPB) e Oficina de Arqueologia Experimental – casa tradicional	111
3. Como será o amanhã? Arqueologia do Presente e Arqueologia do Abandono	129
3.1. Diacronia em três tempos: análise dos dados etnográficos e arqueológicos	152

Visibilidade do Negro

3.1.1. Sítio Arqueológico Porto Boqueirão - SARqPB.....	169
3.1.2. SLM (Sítio Lino e Maria)	241
3.1.3. SAK (Sítio Ádio e Kika)	290
Conclusão: Eu só quero é ser feliz... e visível! Visibilidade arqueológica e social do Negro	329
Referências Bibliográficas	333

Introdução

O resultado final dessa tese de doutoramento reflete a minha visão de mundo e consequentemente minha atuação política diante do contexto em que vivemos. Essa afirmativa apesar de ser redundante é necessária, pois é recorrente que muitos pesquisadores não deixem explícito seu lugar de fala (Ribeiro, 2017).

Entendo que nenhum trabalho acadêmico poder ser gestado em uma bolha e nossas escolhas epistemológicas impreterivelmente irão refletir a nossa visão de mundo, pois não devemos ignorar que todo o conhecimento produzido é situado e parcial (Haraway, 1988).

Esta pesquisa arqueológica está centrada na visibilização das comunidades afrodescendentes por meio de estudos arqueológicos e etnográficos, que são o resultado de pelo menos 20 anos de dedicação ao estudo acadêmico da cultura afro-brasileira e exatamente 10 anos de imersão na história e na cultura de uma população específica: os moradores da comunidade remanescente do Quilombo do Boqueirão. Porém, em sentido amplo, essa tese é o reflexo da minha própria vida, desde o meu nascimento que me colocou no mundo como “uma sujeita diaspórica”.

Numa avaliação da minha trajetória acadêmica, percebi que jamais a neutralidade científica fora uma questão na minha produção. Muito antes de eu dar meus primeiros passos no universo acadêmico, Habermas (1982) já havia refutado o mito da neutralidade científica. O que não quer dizer que, em algum momento eu não tenha sido cobrada em nome de uma pseudoneutralidade.

Nesse sentido, o leitor poderá notar que esta tese traz também uma carga emocional, que além de genuína eu considero positiva, afinal um arqueólogo não deveria lidar com pessoas como se fossem objetos inanimados, ainda que objetos possuam agência e possam provocar variadas emoções no pesquisador.

A contribuição acadêmica dessa pesquisa desenvolvida em um contexto afrodiaspórico de resistência recai, majoritariamente, em reflexões acerca da visibilidade arqueológica desse coletivo social. Sendo que essa leitura da formação do registro

arqueológico somente foi possível pelo acolhimento e colaboração da comunidade ao longo dos anos.

Em contrapartida, para além das reflexões teóricas sobre a visibilidade social das populações remanescentes de quilombo, mais do que nunca prementes em nossa sociedade que parece caminhar para um retrocesso nas conquistas sociais, procurei desenvolver uma tese que pudesse ser amplamente apropriada pela comunidade, como um memorial da história de formação do território quilombola.

Ainda que os recortes necessários tenham sido feitos me levando a eleger o núcleo familiar dos Frazão de Almeida, sobretudo na execução das intervenções arqueológicas, a experiência etnográfica não foi isolada, nem poderia ser. Olhar para a comunidade como um todo que compartilha de um contexto histórico em comum, no intuito de construir uma reflexão sobre o modo de vida quilombola, também tem relação com a realidade vivida pelos moradores do Boqueirão, na dinâmica própria do grupo que têm seus códigos e práticas de cooperação e que também têm divergências e interesses específicos.

A experiência que vivenciei foi, certamente, um processo de aprendizado, no qual eu tive diversas mestras e mestres, tanto na comunidade quanto na Vila – refiro-me aos moradores do centro de Vila Bela. Nesse processo de aprendizado que, obviamente, inclui o conhecimento acadêmico na sala de aula, em campo e na mesa de bar, também procurei ensinar sobre arqueologia, sobre a tradição afro-religiosa, sobre raça, gênero e sobre um tanto de opiniões sobre o meu mundo, diferente do deles. Sei que afetei e também fui afetada.

O início dessa introdução foi no sentido de deixar claro ao leitor que essa tese trata de um pedacinho de nossas vidas. E por seu caráter acadêmico não abarca todos os aspectos dessa relação que estabeleci com os moradores de Vila Bela que foi de alegrias e tristezas, concordâncias e discordâncias, como qualquer processo de convívio social, ou seja, a forma genuína da construção do conhecimento.

Também considero necessário dizer que aprendi com muitas pessoas em diversas situações do cotidiano, além dos moradores de Vila Bela, principais interlocutores nessa etapa da pesquisa, compartilhei da vivência junto ao povo de santo, amigas(os) e a

comunidade acadêmica. Esta tese contou com muitos outros atores em seu percurso, com os quais eu aprendi e pude ensinar.

Navegando pelo Guaporé com meu amigo Biguá aprendi sobre a sinuosidade dos rios, sobre os peixes, sobre lendas e histórias de pescador. Durante as longas prosas com dona Sebastiana aprendi muito sobre a riqueza das plantas e dei boas risadas. Nas visitas às minhas vizinhas, Dona Maria do seu Martinho, Roxa, Vanusa e Metilde aprendi sobre tudo um pouco e a elas eu recorria constantemente em busca de cura para qualquer mal-estar (ainda que ilusório), sempre saindo com um punhado de ervas na mão. Com Ádio conheci o campo verde serenado, fiquei sabendo dos bichos, sem jamais conseguir decorar os nomes dos peixes e aprendi sobre os materiais e sobre arqueologia. Com Kika vibrei, me identifiquei, pesquei, trabalhei, cozinhei e tive um grande exemplo de vida. No convívio com Dona Maria dos Anjos e seu Lino reforcei meu respeito e admiração pelos mais velhos. Com todos, sem exceção, compartilhei da caridade.

No entanto, minha maior pretensão sempre foi dar visibilidade a esses vilabelenses que participaram da pesquisa. Sonhei mundos e fundos e ainda lido coma frustração de não ter podido ir além. O possível foi feito, reverberou nos meus discursos e se materializou nesta tese que espero seja um documento útil em qualquer entrevero territorial, pois temos que estar sempre atentos às investidas sobre os direitos quilombolas. Também tenho o desejo que essa tese seja uma boa lembrança de pessoas, coisas e lugares e que exerça influência positiva sobre a autoestima da comunidade.

Meu objetivo foi compreender a formação do território quilombola, promover o debate sobre questões de visibilidade arqueológica e social de coletivos diaspóricos por meio da investigação da materialidade e da formação do registro arqueológico. Para tanto realizei estudos em sítio arqueológico, sítios abandonados recentemente e também moradias atuais, todos relacionados a família Frazão de Almeida, registrando, analisando e comparando a materialidade desses três contextos temporais e espaciais distintos. Em todas as etapas da pesquisa contei com a participação de membros da comunidade e as suas considerações sobre sua própria materialidade, são obviamente, a mais relevante fonte de dados desta tese.

As questões relativas à visibilidade do registro arqueológico de comunidades afrodescendentes e, também, sobre a visibilidade social deste coletivo no âmbito da sociedade brasileira foram abordadas desde uma perspectiva das identidades culturais na diáspora africana (Stuart Hall, 1994; 2003; 2010), da visibilidade arqueológica (Binford, 1992; Symanski, 2009), da visibilidade social (Elias, 1994; Leite, 1996; Munanga, 2012), da Arqueologia do Presente e da noção de materialidade (González-Ruibal, 2006, 2009, 2016), da arqueologia do abandono (Schiffer, 1972, 1976, 1987; Cameron e Tomka, 1996; Ortiz y Manzanilla, 2003), arqueologia colaborativa/alternativa (Gnecco, 2010, 2012; Fabíola Silva, 2009), arqueologia visual (Shanks, 1997; Silva, Mützenberg e Cisneiros, 2012) e do feminismo Negro (Donna Haraway, 1995; Kimberlé Crenshaw, 2004; Djamila Ribeiro, 2015, 2017).

Esta tese está dividida em duas partes e a conclusão. **A PARTE I: Definição do campo de pesquisa e proposta de trabalho**, está dividida em dois capítulos nos quais procuro tratar de aspectos teóricos-metodológicos definidos para direcionar a pesquisa em contexto de diáspora africana. O capítulo 1 **Arqueologia da diáspora africana: revisão e proposta de trabalho** está subdividido em duas partes. Para a primeira, elaborei uma breve revisão sobre o desenvolvimento da arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e sua inserção na arqueologia brasileira e discuto as origens dos estudos da diáspora, os termos e conceitos envolvidos e meu “lugar de fala”, a fim de me situar neste contexto diaspórico. Na segunda parte deste capítulo, apresento a história de Vila Bela e a trajetória acadêmica que me levou até o alto vale do Guaporé, apresentando um resumo da minha dissertação de mestrado (Carvalho, 2012), com o objetivo de que o leitor possa ter acesso a informações do início da pesquisa, afim de acompanhar ao longo do texto as várias referências que faço a situações e aspectos da materialidade que venho observando desde 2008 na comunidade do Boqueirão. A apresentação detalhada da proposta de trabalho desta pesquisa encerra o primeiro capítulo. **Na PARTE II: Três tempos: práticas arqueológicas no Quilombo do Boqueirão** eu apresento os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos da formação do registro arqueológico levado à cabo na comunidade Boqueirão. No capítulo 2 **Canta canta minha gente! Arqueologia Colaborativa** apresento os pressupostos da arqueologia colaborativa e aspectos das práticas colaborativas adotadas para o desenvolvimento da pesquisa na

comunidade do Boqueirão. No capítulo 3 **Como será o amanhã? Arqueologia do Presente e Arqueologia do Abandono** discorro sobre essas duas perspectivas que nortearam os estudos da materialidade e da formação do registro arqueológico associado à comunidade quilombola. A análise dos dados é apresentada em “Três Tempos”: a primeira análise apresentada é a do sítio Arqueológico Porto Boqueirão (SArqPB) que foi abandonado no final da década de 1970 e onde realizei escavações arqueológicas. Os outros “Tempos” são contextos de abandonos recentes, primeiro a análise do sítio de seu Lino e dona Maria (SLM-abandono) abandonado em 2013 e o sítio de Ádio e Kika (SAK-abandono) que foi abandonado pela família entre 2013 e 2014, encerrando os estudos sobre a formação do registro arqueológico do quilombo do Boqueirão. Na **Conclusão** abordo os aspectos conclusivos dos estudos realizados, ao longo de 10 anos de pesquisa. Faz-se necessário uma explicação sobre as **Referências Bibliográficas**, as quais adicionei o símbolo *akoma* = no final de cada referência que foi escrita por uma mulher, ou que uma mulher participou de sua escrita, ou ainda da organização da publicação. Apesar de fugir das normas técnicas para textos acadêmicos, considere importante tal destaque para colaborar com autoras e autores que se dedicam a questão de gênero na arqueologia, também em seus aspectos quantitativos. Akoma é símbolo do amor, paciência, bondade, fidelidade e constância (Nascimento e Gá, 2009:82) ♡.¹

¹ Fonte: http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/sankofa/?content_link=6. Para mais informações consultar: Sabedoria em Símbolos Africanos, com organização de Elisa Larkin Nascimento e Luiz Carlos Gá.

PARTE I: Definição do campo de pesquisa e proposta de trabalho

sem folha não tem sonho

sem folha não tem festa

sem folha não tem vida

(Sem folha não tem nada. Gerônimo Santana e Ildádio Tavares).

1. A arqueologia da Diáspora Africana no Brasil: revisão e proposta de trabalho

Neste capítulo, que está dividido em duas partes apresento uma revisão sobre a Arqueologia da Diáspora Africana, suas origens norte-americanas, seu desenvolvimento, e sua inserção na arqueologia brasileira. Na segunda parte faço o resumo da minha trajetória acadêmica, traçando os caminhos que me levaram até a comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão, em Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso.

Figura 1: Localização de Vila Bela da Santíssima Trindade. Fonte: Google Maps.

Vila Bela está situada no alto Vale do Guaporé que se caracteriza pela diversidade de biomas, sendo denominada área de transição entre “Domínios Morfoclimáticos Amazônico e do Cerrado”, integrando o bioma amazônico apresentando florestas de influência amazônica e do cerrado, características próprias do Brasil central (Ab'Saber, 1967).

Figura 2: Foto área dos meandros do rio Guaporé. Foto: Mario Friedlander (2014).

O município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital da então Capitania do Mato Grosso de 1752 a 1835. Nesse texto farei referências a Vila Bela quando for citar o município e a Vila, ou “Rua” quando for fazer referência ao centro de Vila Bela, que está a aproximadamente 20 quilômetros de distância da comunidade do Boqueirão.

Figura 3: Foto área da cidade de Vila Bela “a Rua”. Foto: Mario Friedlander (2014).

Já a região na qual fica a comunidade do Boqueirão, como é conhecida e referenciada pelos vilabelenses, em verdade é composta por duas comunidades, ou melhor dito, dois núcleos familiares: os descendentes de Maria Rosa formam a comunidade Bom Futuro, e os Frazão de Almeida a comunidade Boqueirão. Esses dois grupos são limítrofes, ocupam geográfica e historicamente a mesma região, além de estabelecerem laços de amizade, troca e cooperação. Eu mesma quando fui morar na comunidade, vivi na casa de Dona Sebastiana, da comunidade Bom Futuro, há 500 metros da casa de Kika e Ádio da Comunidade do Boqueirão. De acordo com os moradores hoje em dia ninguém mais faz essa distinção. Então, quando eu me referir à Comunidade do Boqueirão, estarei fazendo referência a todos os moradores indistintamente.

Visibilidade do Negro

Quadro 1: Sítios da comunidade remanescente de Quilombo do Boqueirão e comunidade Bom futuro, as respectivas siglas atribuídas aos sítios durante a pesquisa e a situação de ocupação em maio de 2018.

Sigla	Proprietários/moradores	Observação
Vafilda (somente o lote)	Vafilda Frazão de Almeida	→ Primeiro sítio do núcleo familiar dos Frazão de Almeida (distribuído entre filhas e filhos). Vafilda mora na Vila.
SE (Sítio Epídea)	Epídia Frazão de Almeida	→ Waldiney (Magro), filho de Epídia morou durante um tempo no sítio enquanto trabalhava na Fazenda; hoje não tem ninguém na casa.
SLM (Sítio Lino e Maria)	O casal Lino Frazão de Almeida e Maria dos Anjos Leite.	→ Hoje o casal vive no sítio SLM-atual e vivem acompanhados dos netos, sobretudo Glebson. Até 2012 a família vivia SLM-abandono.
SJPA (Sítio João Paulo e Amélia)	Proprietários atuais: filhos do finado João Paulo Frazão de Almeida	→ Após o falecimento de João Paulo em 2012, sua companheira Amélia se mudou
SMW (Sítio Metilde e Willian)	O casal Metilde Frazão de Almeida	→ Nos últimos anos Metilde que é a herdeira do sítio vive com seu marido, sua filha, o genro Isac e as netas.
SAK (Sítio Ádio e Kika)	Ábdios Frazão de Almeida (Ádio) e Elisandra Botelho (Kika)	→ Hoje o casal vive sozinho no sítio SAK-atual, mas constantemente os filhos vêm passar temporadas. Até 2013/14 a família vivia no SAK-abandono.
SMM (Sítio Martinho e Maria)	O casal Martinho e Maria e o filho Moisés.	→ Primeiro sítio do núcleo familiar de Maria Rosa. Seu Marinho e filho de Maria Rosa. Vivem no sítio Martinho, a esposa Maria e o filho Moisés (Socó).
SS (Sítio Dona Sebastiana)	Florêncio	→ Dona Sebastiana viveu no sítio até 2016; seu sobrinho Oziel arrendou o sítio e seu pai Florêncio vive lá sozinho. Sebastiana e Florêncio são filhos de Maria Rosa.
SR (Sítio Roxa)	Regina (Roxa)	→ Regina, ou Roxa como é conhecida foi casada com Cirilo, filho de Maria Rosa.
SEI (Sítio Ezequiel)	Ezequiel e Iolanda	→ Ezequiel é filho de Roxa e do finado Cirilo, vive no sítio com sua companheira Iolanda.
SA (Sítio Augusto)	Augusto	→ Augusto é filho de Maria Rosa e vive sozinho no sítio.
Marinho (apenas o lote)	Marinho	→ Marinho é filho de Augusto. Ele mora na Vila e pensa em construir.
SEL (Sítio Edivirges e Lidu)	Edivirges e Lidu	→ O casal não mora no sítio; o morador e também o cuidador do sítio é Beto, sobrinho de Lidu. A proprietária do sítio é Edivirgis, herdeira de Maria Rosa.
Dinho (apenas o lote)	Dinho	→ Dinho é sogro de Oziel, filho de Florêncio. Ele mora na Vila.
SLV (Sítio Luciano e Vanusa)	O casal Luciana e Vanusa	→ Luciano é filho adotivo de Maria Rosa.

Os estudos arqueológicos foram realizados em contextos relacionados aos atuais membros da família Frazão de Almeida, mas a experiência etnográfica foi mais abrangente, envolvendo todos os membros da comunidade para onde me mudei no ano de 2016.

Durante minha vivência no quilombo do Boqueirão pude observar a dinâmica comunitária referente ao uso do espaço e da produção e reprodução do mundo material, me aprofundi no entendimento dos saberes e práticas ancestrais, além de acompanhar processos de formação do registro arqueológico, como a ação do tempo e as práticas de descarte e reaproveitamento de espaços e artefatos. Também realizei atividades junto a comunidade quilombola, de cunho integrador e informativo, buscando formas de linguagem que tornassem acessível a todos os moradores a proposta desta investigação arqueológica. Esse foi um projeto colaborativo que também procurou atingir a comunidade acadêmica por meio da oficina “Acarajé da Paty: acarajé e arqueologia”, com o objetivo de sensibilizá-la sobre a emergência dos estudos da diáspora africana na arqueologia brasileira.

Quando cheguei em maio de 2015 em Vila Bela para realizar a primeira etapa de campo do doutorado, a paisagem havia sido alterada desde a última visita que havia feito a comunidade em 2009. As famílias de Ádio e Lino Frazão de Almeida haviam deixado suas casas tradicionais de pau-a-pique para viverem nas novas casas de alvenaria. Por causa disso vislumbrei mais uma possibilidade de investigar a formação do registro arqueológico quilombola.

As casas tradicionais de pau-a-pique estavam em processo de deterioração. De acordo com os moradores, já no ano de 2013, depois da conclusão da pesquisa de mestrado, Lino e Maria dos Anjos concluíram a construção da casa de alvenaria e para ela se mudaram. O casal há anos planejava essa mudança em busca de maior conforto, pensamento comum a todos os moradores da comunidade que ao longo dos anos foram construindo suas “casas de material”, como se referem às casas de alvenaria.

Já o processo de mudança de Ádio e Kika foi repentino e eles tiveram que deixar sua casa tradicional antes mesmo que a casa de alvenaria ficasse pronta. Essa mudança às pressas se deveu ao fato de que o desmatamento contínuo e acelerado – principalmente

pela expansão das terras da Fazenda Santa Cruz, para constituição de pastagem e plantação de sorgo e soja – provocou o alagamento do sítio tradicional da família na época das chuvas.

De acordo com Kika, o solo ficava encharcado de água e o piso da habitação se tornava um verdadeiro lamaçal impossibilitando o trânsito e a permanência no local. A família então passou a viver nas dependências de um prédio inacabado de alvenaria que começara a ser construído numa parte mais alta, dentro de sua propriedade e que havia sido inicialmente projetado para abrigar a sede da associação quilombola, fato que não se efetivou.

O acompanhamento do processo de deterioração das casas tradicionais foi visto nesse momento como uma importante oportunidade para reunir elementos para contribuir com o debate sobre a formação do registro arqueológico em contextos afrodescendentes.

Os três contextos estudados foram:

- a) **SArqPB** (Sítio arqueológico Porto Boqueirão): antigo assentamento dos antepassados dos atuais Frazão de Almeida localizado no Porto Boqueirão, às margens do rio Alegre – abandonado em 1980;
- b) Conjunto SLM (Sítio Lino e Maria): dividido em dois lugares e tempos diferentes, sendo **SLM-abandono**, localizado na Comunidade do Boqueirão a aproximadamente 4 km do rio Alegre – abandonado em 2012 – e **SLM-atual** localizado ao lado do sítio SLM-abandono onde atualmente mora a família de seu Lino e dona Maria;
- c) Conjunto SAK (Sítio Ádio e Kika): dividido em dois lugares e tempos diferentes, sendo **SAK-abandono** localizado na Comunidade do Boqueirão, a aproximadamente 3 km do rio Alegre – abandonado em 2013 – e **SAK-atual** localizado em frente ao sítio SAK-abandono onde atualmente mora a família de Ádio e Kika.

As siglas, **SArqPB**, **SLM** e **SAK** foram definidas ainda durante o mestrado e, eventualmente, farei referência a outros sítios que não fizeram parte do estudo de

abandono – todas as siglas, com os respectivos nomes dos proprietários e/ou moradores estão no Quadro 1 (página 9).

1.1. A pesquisa sobre a diáspora africana

A origem do termo “diáspora africana” e seus desdobramentos nos estudos sobre os afrodescendentes, são a base para o entendimento da arqueologia da diáspora africana. A palavra diáspora tem origem no grego e significa dispersão, *diaspeiren*. Na Antiguidade esteve associada à migração e colonização da Ásia Menor e Mediterrâneo, sendo usada como sinônimo de “exílio”, conforme registrado na versão grega da torá (Bonciani, 2011)².

A diáspora judaica além de se referir à dispersão, também foi usada para identificar a comunidade fora do estado de Israel reunida em um conjunto de tradições que eram recriadas e reinventadas através do diálogo com as diversas culturas que os judeus na diáspora tiveram contato (Tavares, 2010 [2008]:80).

Os africanos também passaram pela experiência de uma dispersão forçada e, com dimensões continentais: o tráfico transatlântico de escravos. De acordo com o mais completo banco de dados sobre a escravidão transatlântica, o “*The Trans-Atlantic Slave Trade Database – Slave Voyages*”³, que reúne informações sobre 36.000 viagens de embarcações escravistas, estima-se que até 12,5 milhões de pessoas tenham embarcado nesses navios.

² A primeira utilização da palavra como sinônimo de exílio aparece na versão grega da torá, chamada *Septuagint*, no livro do Deuteronômio (capítulo 28, versículo 25). Foi por meio da memória da escravidão e da perspectiva de conquista da Terra Prometida que se estabeleceu a aliança entre Deus e o povo judeu, e por meio desta constituiu-se sua identidade político-religiosa. A colonização da Palestina seria garantida por meio da sujeição e exploração dos povos autóctones. O Pentateuco legitimava a conquista e a subordinação dessas populações e foi apropriado com esse sentido durante a expansão atlântica e a construção do Estado de Israel – marcos fundamentais da construção das ideias de “modernidade” e de “Ocidente” (Bonciani, 2011, p. 22).

³ As informações estão disponíveis no site: <http://slavevoyages.org/>. Trata-se dos dados do projeto desenvolvido pela Universidade de Emory, em Atlanta, nos USA, sob a coordenação do historiador David Eltis. Este afirma que esses números podem aumentar conforme novos dados sejam acrescentados pelos pesquisadores.

O Brasil liderou o número do tráfico de pessoas, estimando-se que 5,8 milhões de africanos embarcaram em navios com a bandeira Brasil/Portugal, sobretudo no golfo do Benim e na África Centro-Occidental.

A dispersão compulsória de africanos é vista como algo global e que envolveu distintas culturas africanas que, para Tavares (2010 [2008]:80) deram “início a um processo de criação, invenção e recriação da memória cultural dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade”.

O termo “diáspora africana” se consolidou nos Estados Unidos a partir do trabalho do intelectual e ativista Negro, William Edward Du Bois. Considerado o líder do movimento contra o segregacionismo norte-americano foi o pioneiro dos estudos africanos e da diáspora africana nas Américas. Du Bois associava a militância política pelos direitos civis dos afro-americanos ao desenvolvimento da produção intelectual sobre o tema (Lopes, 2004; Ferreira, 2010).⁴

Nos Estados Unidos, sobretudo na década de 1950, havia um intenso debate na sociedade americana sobre os direitos civis. Entre as lutas pelo fim da segregação racial, crescia o entendimento de que o deslocamento de africanos durante o tráfico transatlântico deveria ser classificado como uma diáspora. Esta premissa ganhou força entre a intelectualidade, em consonância com o discurso pan-africanista e as lutas de descolonização da África moderna.

O termo “diáspora africana” vem sendo usado para fazer referência a povos que forçosamente foram levados a viver em outras partes do globo que não sua terra de origem. O termo não faz somente referência à movimentação de pessoas a partir do tráfico transatlântico, mas também, designa os descendentes de africanos fora de seu continente

⁴ Du Bois é referência indispensável nos estudos africanos e da diáspora africana na modernidade, sendo um dos mais importantes pensadores sobre o tema. Em 1899 publicou o primeiro estudo de caso de uma comunidade afro-americana intitulado “*The Philadelphia Negro: A Social Study*”. Este intelectual fazia parte do movimento artístico e literário Harlem Renaissance, de ideias pan-africanistas e que defendia a valorização da herança africana para combater o racismo. Em 1903, Du Bois publicou “*The Souls of Black Folk: Essays And Sketches*”, coletânea de ensaios sobre o tema do Negro espiritual. Du Bois foi co-fundador da *National Association for the Advancement of Colored People*, e também foi editor da revista *The Crisis*.

original – sujeitos diaspóricos – e o patrimônio cultural a eles associado (Lopes, 2004: 236).

Para Singleton e Souza (2009), as diásporas são diversas de outros tipos de migração. Trata-se de uma migração forçada, na qual a permanência leva a uma nova configuração do grupo em termos étnicos, raciais ou religiosos, sendo a consciência coletiva e a memória, fundamentais nessa reconfiguração. Também é possível verificar algum tipo de alienação em relação à sociedade receptora ou hospedeira e, por último, existem trocas ou relacionamentos entre os sujeitos diaspóricos mesmo estando estes distanciados espacialmente.

Paul Gilroy (2001:22) afirma que o fenômeno da diáspora africana não deve ser visto apenas como movimento de populações:

A ideia de culturas viajantes foi um instrumento valioso para desagregar as suposições complacentes e irrefletidas a respeito de uma história cultural sedentária. No entanto, ela rapidamente se tornou banal e inútil, a partir do momento em que um ramo acadêmico e fácil do debate sobre a diáspora produziu ortodoxias elegantes porém superficiais, vazias de qualquer sentido de conflito ou de violência. Diante de tal resultado, parece imperativo impedir que a diáspora se torne apenas um sinônimo de movimento (Gilroy, 2001:22).

Esse aspecto da violência intrínseca do tráfico transatlântico de africanos que envolveu a caça de pessoas que foram tratadas como mercadorias, objetos e não como seres humanos é fundamental em qualquer análise histórica da escravidão. Além desse tipo de violência, do ponto de vista socioantropológico há consequências impostas aos afrodescendentes na diáspora africana atual, seja a violência social, ou violência física que ainda é real, como é o caso, por exemplo, do genocídio de jovens afrodescendentes na periferia de São Paulo (Waiselfsz 2016; Cerqueira et al., 2017), além da luta pela terra dos grupos quilombolas.

Segundo Machado e Loras (2017), a violência cometida contra os africanos nos primórdios do contato com o europeu foi justificada pela Igreja católica, a partir da alegação de que eles não tinham alma. A difusão de ideias racistas sobre Negros se

perpetuou entre intelectuais importantes para a ciência ocidental. No século XVIII, o botânico Carlos Lineu nomeou a espécie humana como *Homo sapiens* e defendeu a ideia de “raças” entre os humanos, de acordo com a origem e cor da pele. Além disso, ideias racistas em relação ao Negro já eram difundidas por importantes filósofos ocidentais, como Voltaire e Montesquieu, por exemplo.

Nesse sentido, as referências depreciativas passavam pela aparência física dos Negros, pelo caráter, pelas capacidades cognitivas, e, inclusive, sobre uma suposta cultura inferior, sendo eles acusados de incivilizados e sem história. A crueldade física, psicológica e estrutural em relação aos africanos e seus descendentes na diáspora atravessaram os séculos, da escravidão à desqualificação vivenciada na atualidade, através de uma violência simbólica, ou seja, que não pressupõe violência física, visando a manutenção da dominação de um indivíduo/grupo por outro (Bourdieu, 1989).

Se pensarmos no exemplo das práticas culturais religiosas afro-brasileiras vemos que o primeiro momento de repressão conduziu ao chamado sincretismo, com a tradição da religião católica do colonizador tornando-se difundida entre muitos praticantes afro-religiosos. A repressão tornou-se lei, em 1890, através dos artigos do Decreto 847 que definia como ilegal a prática do curandeirismo e espiritismo, considerando os cultos um atentado a moral e aos bons costumes (Maggie, 1986:85). Mesmo com a garantia da liberdade religiosa a mesma opressão, fruto do racismo e convertida em intolerância religiosa ganha as páginas dos periódicos até os dias atuais.

Alguns anos após o Decreto 847, mais precisamente em fevereiro de 1912, aconteceram vários episódios violentos em Maceió/AL. Nesse cenário, pessoas foram incitadas por políticos a invadirem terreiros afro-religiosos para destruir objetos de culto, além de agredir os praticantes. Estes incidentes ficaram conhecidos como “Quebra de Xangô” ou “Quebra de 1912”. Este tipo de violência ainda está presente 105 anos depois, pois em 2017, foram registrados atos de violência contra casas de culto e povo-de-santo, em várias cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, traficantes se juntam a fanáticos neopentecostais e têm destruído terreiros, atacado e expulsado moradores afro-religiosos dos morros cariocas. Parece que mais de um século não foi suficiente para conter a

intolerância opressora e violenta de determinados coletivos em relação àqueles que procuram manter as práticas religiosas de matriz africana.

FOLHA
Folha de S. Paulo

**'Tráfico evangelizado' é acusado
de liderar ataques a terreiros no
Rio**

FOLHA
Folha de S. Paulo

**Promotoria investigará ataques a
terreiros religiosos no interior de
SP**

Figuras 4 e 5: exemplos de manchetes de periódicos sobre intolerância religiosa e violência contra as religiões de matriz africana. Fontes: Jornal Folha de São Paulo (2017) online de 01/10/2017 (imagem 3, esquerda) e Jornal Folha de São Paulo (2017a) online de 16/10/2017 (imagem 4, direita).

Ainda que nesse exemplo do que se passa no Rio de Janeiro o embate aconteça entre grupos marginalizados da sociedade com a afirmação de poder e controle de um grupo armado em relação à comunidade, há também o trabalho de desqualificação promovido pelo colonizador. O que se vê desde os primórdios é a repressão violenta na tentativa de promover o apagamento da cultura africana. As identidades diaspóricas de africanos e seus descendentes, bem como novas práticas culturais se formaram nesse contexto em que a violência sempre foi um componente no processo escravista e colonizador. Segundo Fanon (1963:170 *apud* Hall, 2010:351):

No passado recente, a colonização não se satisfaz somente com reter uma comunidade sob seu jugo e esvaziar o cérebro do nativo de toda forma e conteúdo, senão que, devido a uma classe de lógica perversa, esta colonização se volta até o passado do povo oprimido, o distorce,

desfigura e destrói (Fanon 1963:170 *apud* Hall, 2010:351, tradução nossa).⁵

É nesse contexto que se formaram e se formam as identidades na diáspora africana. De acordo com Hall (2010), sobre a experiência Negra no Caribe, as identidades culturais são reflexos das experiências históricas e códigos culturais compartilhados. Dessa forma, geram uma “unicidade”, que na realidade é para ele a essência do “ser caribenho”, ou seja, da experiência diaspórica do Negro do Caribe que podemos estender para Negros em outros países da diáspora como o caso afro-brasileiro.

Stuart Hall se define como um sujeito diaspórico, nasceu e foi criado na Jamaica, tendo migrado para a Inglaterra em 1951, onde morou até seu recente falecimento em 2014. Apesar da experiência vivenciada, ele considerava que não pertencia a nenhum desses países, sendo isso a experiência diaspórica “longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma ‘chegada’ sempre adiada” (Hall, 2003:393).

De acordo com Paul Gilroy (2001), a experiência da diáspora africana provocou a comunicação entre diversos grupos étnicos, ainda durante a travessia do “Atlântico Negro”:

“Este livro [Atlântico Negro] aborda uma pequena área da consequência maior desta conjunção histórica: as formas culturais estereofônicas, bilíngues ou bifocais originadas pelos – mas não mais propriedade exclusiva dos – Negros dispersos nas estruturas de sentimento, produção, comunicação e memória, a que tenho chamado heurísticamente mundo atlântico Negro (Gilroy, 2001:35).

A travessia do oceano Atlântico nos tumbeiros representa o trágico rompimento com a vida anterior de africanas e africanos capturados. Para Gilroy a travessia, significa

⁵ Texto original em espanhol: “en el pasado reciente, la colonización no se satisface tan sólo con retener a una comunidad bajo su yugo y vaciar el cerebro del nativo de toda forma y contenido, sino que, debido a una clase de lógica perversa, esta colonización se vuelve hacia el pasado del pueblo oprimido, y lo tergiversa, lo desfigura y lo destruye” (Fanon, 1963, p. 170 *apud* Hall, 2010:351).

a transformação vivida por aqueles que deixam de pertencer às diversas etnias de origem e passam a ser identificados apenas como “Negros”.

Tanto Stuart Hall quanto Paul Gilroy que lidam com a modernidade por meio da diáspora africana desenvolvem seus pensamentos a partir da perspectiva do “comércio triangular” – África, Europa e América do Norte.

No Brasil, o desenvolvimento do debate acerca da diáspora africana está associado a fundação, em 1978, do MNU – Movimento Negro Unificado (originalmente MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial). O Movimento estava focado na luta contra o racismo atuando na educação e no trabalho, sendo que ele estimulou o desenvolvimento de uma intelectualidade negra voltada para a problemática das relações étnico-raciais (Gomes, 2003).

Os termos Negro, afrodescendente, remanescente de quilombo, remetem a identidade coletiva de um grupo cuja história – primeiro fator constitutivo desta identidade, foi contada pelo “outro”, o branco colonizador (Munanga, 2012).

A luta política de ressignificação identitária, perpassando a ideia de diáspora africana, visava a desconstrução e combate à discriminação e à ideia de “democracia racial”, na qual a ideia de “mestiço”, deu lugar à categoria “Negro”, os afrodescendentes, que de acordo com a nomenclatura do IBGE inclui pretos e pardos (Guimarães, 2003:103).

A classificação por cor da pele, já existente na sociedade “é orientada pela ideia de raça”, logo cor não é uma categoria objetiva, mas sim racial (Guimarães, 2003:103). Já a prática racista a partir de critérios de cor da pele tem uma nomenclatura específica: colorismo, termo utilizado pela primeira vez em 1982 por Alice Walker, também denominado “pigmentocracia”, o conceito corresponde a ideia de que quanto maior a pigmentação da pele maior é a discriminação sofrida pela pessoa (Djokic, 2015).

Já Olacyr Nogueira (1998) formulou o conceito “preconceito de marca”, ou seja, não apenas a cor da pele, mas outras marcas, outros traços negroides são considerados para critérios de discriminação. De acordo com o autor, pessoas com marcas negroides

menos acentuadas tem maior chance de conseguir ascensão social. Você leitor, já caminhou por um shopping center, ou por ruas com comércio e serviços voltados para públicos com alto poder aquisitivo e observou quantos afrodescendentes estão empregados nesses estabelecimentos ocupando funções de atendimento direto ao público?

Por estar diretamente relacionada a discriminação e a exclusão social a categoria raça presente nos estudos étnicos-raciais e nas formas de racismos diagnosticadas na sociedade foi ressignificada, conforme explica Gomes (2003:741).

Ao ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social, o movimento Negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana (Gomes, 2003:741).

Os avanços da biologia em relação aos estudos do genoma demonstraram que as classificações raciais não se fundamentam em termos genéticos, ou seja, a fundamentação científica de diferenças raciais é insustentável. O conceito biológico de raça que fundamentou as teorias racistas do século XIX, somente não foi superado pelos racistas, haja vista que alguns cientistas ainda procuram defendê-lo.

No Brasil é possível ouvir argumentações contrárias a implantação de cotas destinadas a afrodescendentes e indígenas no ensino superior, que se utilizam exatamente da superação do conceito biológico de raça, afirmando que se não há raças, não deveria haver cotas. Tal argumentação cai por terra a partir do momento em que consideramos as categorias como colorismo (Djovik, 2015) e preconceito de marca (Nogueira, 1998), que traduzem a perversidade do sistema discriminatório institucionalizado na sociedade brasileira.

Stuart Hall é pontual, para o autor “raça” é uma construção política e social, sendo a categoria que abarca as discussões sobre o racismo (Hall, 1994:401).

Para o autor as identidades da diáspora, ou diaspóricas, estão constantemente se produzindo e reproduzindo e o que caracterizaria essa experiência dos afrodescendentes

é justamente a diversidade, entendendo que há uma multiplicidade de etnias e culturas africanas. Sendo que a representação não é reflexo da identidade como tem sido tratada, mas sim é o elemento que permite que a identidade seja levada a cabo. A identidade cultural está em transformação constantemente a partir e em função da reprodução, sendo uma ação relacionada ao passado que não é estático (Hall, 2010: 349-351).

Um exemplo sobre a formação de identidades na diáspora africana remete a identidade quilombola dos afrodescendentes de Vila Bela da Santíssima Trindade, bem como de outras comunidades negras após a promulgação da Constituição brasileira, chamada “Constituição Cidadã”, na qual, por meio do seu Artigo 68, reconheceu o direito dos descendentes de escravizados às suas terras historicamente ocupadas (Leite, 2000).

O autoreconhecimento dos sujeitos como quilombolas é uma construção que foi sendo solidificada ao longo das últimas duas décadas, quando surgiram as primeiras discussões sobre o reconhecimento e a titulação de suas terras pelo Governo Federal. Hoje a comunidade se autoreconhece como remanescente de quilombo pela associação que foi feita do conceito à sua própria história, aos seus antepassados e a formação do território.

Em Vila Bela, foi por volta de 2006 que as várias comunidades quilombolas existentes começaram a se reunir para discutir essa nova realidade de reconhecerem-se como tal, situação que envolvia a titulação das terras.

No primeiro momento, muitos moradores de Vila Bela negavam sua origem quilombola, conforme nos foi relatado inúmeras vezes desde que estabelecemos contato com as comunidades em 2009. A maioria das pessoas argumentava que seus antepassados não eram escravos fugitivos, eram Negros livres. Essa negação não se restringiu à Vila Bela, pois em outras comunidades no território nacional muitos negaram essa associação pelo estigma da imagem do escravizado, do “negro fujão”, construída desde a escravidão. A violência e a exploração às quais foram submetidos africanas, africanos e seus descendentes, criou revolta, mas também induziu afrodescendentes a quererem esquecer esse passado.

No caso dos vilabelenses a comunidade negra atuante teve um importante papel no processo de autoreconhecimento desta identidade. As primeiras associações

quilombolas foram formadas e seus membros participaram ativamente de atividades promovidas pelo governo e por outras associações de comunidades remanescentes de quilombo. O intercâmbio de informações nesses fóruns foram fundamentais para a conscientização e o autoreconhecimento.

1.1.1. “Se vocês querem saber quem eu sou”: lugar de fala

O conceito de “lugar de fala” tem origem incerta, “acreditamos que ele surge a partir da tradição de discussão sobre feminist stand point – em uma tradução literal ‘ponto de vista feminista’ – teoria racial crítica e pensamento decolonial” (Ribeiro: 2017:58), fruto das contradições que há muito tempo as mulheres Negras enfrentavam.

O leitor provavelmente observou que sempre quando faço referência a Negra(s) ou Negro(s) utilizo letra maiúscula. Essa escolha tem relação com o meu lugar de fala e com a emergência da visibilidade da temática afrodiaspórica na arqueologia brasileira. Negro é sujeito da pesquisa e por meio do estudo do registro arqueológico procurei trazer dados para a reflexão sobre a visibilidade material e social dos sujeitos diaspóricos.

Essa escolha foi feita porque entendo que desenvolver uma pesquisa focada estritamente nas questões da formação do registro arqueológico de comunidades afrodescendentes, sem me preocupar com a problematização da questão diaspórica em termos da visibilidade/invisibilidade social do Negro, não seria ético com a comunidade, nem tampouco comigo. Para mim seria impossível realizar uma pesquisa distante e alheia, fora de mim mesma.

Se o ser humano como diz a máxima aristotélica é “um animal político por natureza”, não há como não se colocar politicamente, assumindo seus posicionamentos para a comunidade acadêmica e demais leitores. No meu caso, estou interagindo com populações vivas, com um coletivo humano específico que sofre os efeitos de uma colonização baseada num sistema escravista que deixou sequelas que ainda repercutem negativamente na vida dessas pessoas.

O momento político que nós brasileiros vivemos é instável, preocupante, à beira do aterrador. Ainda sobre a ação de um golpe político, que abriu as portas rumo a um

novo golpe militar, a sociedade vive um movimento reacionário que mais uma vez ganha força na sociedade, estimulando ações fascistas e racistas.

Há um movimento conservador cujo discurso de ódio contra as minorias avança exatamente no momento em que a população afrodescendente conquista cotas raciais em universidades, representantes indígenas destacam-se na luta pela terra e pelo fim do genocídio no campo, mulheres demandam pelo direito a decidir sobre o próprio corpo e exigem o fim da violência contra a mulher, a comunidade LGBTQIA⁶ reivindica seu lugar no arco-íris. A resposta dos setores conservadores da sociedade repercute, desde a defesa da tal “escola sem partido”, a indiferença e até concordância com o genocídio da juventude Negra. Todos temos um “partido”, ou seja, todos nós “tomamos partido”, temos um ponto de vista, temos uma visão de mundo que norteia nossas ações.

Os ataques que também atingem a ciência, a intelectualidade, as universidades e os estudantes, infelizmente podem ter como emblema, o incêndio e a quase destruição completa do Museu Nacional e seu acervo. Um ataque à história e à memória.

Diante desse quadro, mais do que uma escolha, me sinto na obrigação de trazer para a arqueologia a discussão sobre a visibilidade social deste coletivo vulnerabilizado para a arqueologia. A escolha da grafia da palavra Negro com letra maiúscula tem por objetivo marcar a especificidade, dar visibilidade para uma discussão arqueológica onde os Negros são os protagonistas. Ao mesmo tempo, marcar a minha postura política enquanto arqueóloga, que envolve meu lugar numa sociedade na qual gênero e raça fazem toda a diferença.

Partindo do ponto de vista do feminismo Negro, a interseccionalidade é a reunião ou intersecção de identidades sociais como gênero, raça e classe, entendendo a necessidade de se analisar essas dimensões de forma conjunta pois machismo, racismo e classismo são formas de opressões estruturais, logo é preciso analisá-las a partir de um modelo único.

⁶ LGBTQI: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer ou Questionadores, Intersexo e Assexual. Existe ainda a possibilidade de representar adicionado um sinal de “+”, ficando a grafia LGBTQ+.

A análise da intersecção destas múltiplas dimensões, para (...) [as feministas Negras], é uma superação do próprio pensamento feminista, que tendia a inviabilizar os diversos eixos de opressão sexista, racista e classista por basear em uma abordagem universalizante da experiência de ser mulher ou homem, independentemente da raça ou classe social (Brasil, 2017:35).

A especificidade de ser mulher é uma questão presente no debate entre as feministas Negras desde o século XIX nos Estados Unidos (Ribeiro, 2017:22-23), porém o conceito ganhou destaque também nos Estados Unidos, quando a intelectual Negra Kimberlé Crenshaw (1989) fez uso do conceito em sua tese para analisar como “como raça, gênero e classe se interseccionam e geram diferentes formas de opressão” (Ribeiro, 2015:47).

Nasci mulher, Negra e pobre. Basta essa tripla classificação para enumerar uma série de implicações e especificidades que vão para além do plano individual e por isso podem ser melhor exemplificadas a partir da enumeração de alguns dados estatísticos da condição da população Negra na sociedade brasileira.

De acordo com o “índice de vulnerabilidade juvenil à violência” (Brasil, 2017), além da confirmação das estatísticas sobre o genocídio da juventude Negra, as jovens Negras são mais vulneráveis à violência do que as jovens brancas.

Nos atuais debates sobre a descriminalização do aborto, integrantes de movimentos Negros organizados estão indo a público para denunciar que as mulheres Negras são a maioria entre as vítimas fatais em abortos clandestinos e também no encarceramento.

Diniz e Medeiros (2012), analisando dados da “Pesquisa Nacional de Aborto”, identificaram que as “características mais comuns das mulheres que fazem um primeiro aborto é idade de até 19 anos, cor Negra e com filhos” (Diniz e Medeiros, 2012:1674). Ainda em relação comparativa com as mulheres brancas, as mulheres Negras estão mais sozinhas no momento do aborto e sem a colaboração dos companheiros. Você já ouviu falar da “solidão da mulher Negra”?

Na esfera acadêmica, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a taxa de escolarização líquida – que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade – no ensino superior entre as mulheres brancas é de 23,8%, enquanto entre as mulheres Negras corresponde a menos da metade, exatos 9,9% (Brasil, 2013). As ações afirmativas vêm justamente no sentido de acabar com essa discrepância.

É importante frisar que no caso do ensino superior a questão vai além do acesso à educação, mas também envolve “um conjunto de aspectos que evidenciam as relações hierárquicas reproduzidas no interior do sistema educacional” (Sotero, 2013:36).

O racismo institucional e a sociedade patriarcal empurram as mulheres Negras, para a base da pirâmide social. Eu poderia citar aqui uma série de outros indicadores sociais, que tem limitado as trajetórias da população e da mulher Negra, porém, não está entre as propostas dessa tese uma análise de gênero, ainda que seja um tema transversal e ao longo da análise o papel da mulher seja revelador no entendimento da materialidade quilombola. Meu objetivo foi pontuar a especificidade do “meu lugar de fala”, sendo coerente e ética, com o leitor, com meus pares e, sobretudo, com as pessoas da comunidade do Boqueirão.

Seguindo a discussão sobre os “saberes localizados” em Donna Haraway (1995), a minha própria condição enquanto mulher Negra se reflete na minha pesquisa, me conduzindo a questões que dialogam com a minha realidade afrodiaspórica, pois, segundo essa autora, a produção do conhecimento é “situado e corporificado” e não uma transcendência derivada da relação não implicada entre sujeito e objeto. Para Haraway é necessário que estas relações sejam reveladas. Neste sentido, o conhecido que produz parte de minha condição como mulher Negra. Condição essa marcada pelos dados estatísticos que procurei apontar anteriormente.

A perspectiva do subjugado revê questões que outros, de seus lugares situados não enxergam. A perspectiva hegemônica impõe o conhecimento absoluto como se o saber não fosse situado, como se estivessem isentos da sua particularidade política e por esse motivo não trazem seu lugar de fala em suas produções acadêmicas. Ora sempre que nos posicionamos, fazemos isso de um lugar específico.

Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva (21).

A perspectiva feminista traz tudo à tona na pesquisa acadêmica demonstrando que não existe essa transcendência a partir da divisão entre sujeito e objeto, mas o pesquisador e o pesquisado nada mais são que sujeitos localizados, pois a objetividade só se alcança a partir de uma perspectiva parcial.

Criticando a visão dessa ciência objetiva e neutra, é preciso assumir o lugar a partir do qual o conhecimento científico é produzido e revelar sua parcialidade. Isso implica, segundo Haraway (1995), não apenas assumir responsabilidades políticas, como também a própria possibilidade da crítica. Portanto, quando me refiro a lugar de fala, estou reivindicando que sejam abertos espaços de reconhecimento de um conhecimento produzido a partir do meu lugar de mulher Negra, assim como sejam revelados a localidade e parcialidade de toda produção científica.

O meu lugar não é fácil nem pronto, ele está sendo desconstruído e construído. Tenho dúvidas, faço descobertas, cometo erros e acertos, é um lugar de aprendizado constante. Até o depósito da última versão dessa tese eu era a primeira Negra doutora em arqueologia – de muitas que virão – tratando de temáticas afrodiaspóricas neste campo no Brasil. Essa tese foi também uma forma de autoconhecimento e os temas aqui discutidos, não estão fechados, eles continuarão a serem discutidos em artigos e fóruns de arqueologia e de temáticas diaspóricas. Essa tese é uma tentativa de abrir esse diálogo e chamar a comunidade acadêmica para um debate profundo sobre as questões que envolvem a vida, a sobrevivência e a reprodução social e material da população Negra.

Na atualidade, onde temas como feminismo e racismo tem alcançado a grande mídia e motivado debates acalorados nas redes sociais, levando à publicação de

incontáveis vídeos de “formadores de opinião”, há a naturalização de conceitos como empoderamento, lugar de fala e apropriação cultural.

A principal razão que tem levado ao esvaziamento desses conceitos, me parece ser motivada pela confusão que as pessoas fazem entre o individual e o coletivo. Todos esses conceitos procuram dar conta de problemáticas sociais, no entanto muitas vezes esses conceitos são utilizados para dar sentido à dimensão do particular, sem que seja feita uma análise do entorno, da realidade social.

Porém não é somente através do senso comum que esses conceitos são mal aproveitados, pois acadêmicos omitem seu lugar de fala, como se o saber não fosse situado, como se eles fossem isentos da sua parcialidade política permanecem confortáveis em seus lugares de poder.

Outro equívoco em relação ao uso dos conceitos tem a ver com a má fé, pois vozes conservadoras e/ou racistas promovem a deturpação dos mesmos intencionalmente e justamente nesse momento de retrocesso e de ataque às mínimas conquistas sociais de afrodescendentes, indígenas, dentre outros grupos vulnerabilizados.

Como estou tratando de um lugar de fala aproveito para apresentar algumas mulheres da comunidade que foram interlocutoras, companheiras, irmãs e amigas e que me ajudaram em toda parte deste percurso. Mulheres sábias e guerreiras em um mundo onde ser guerreira não é uma opção.

Quadro 2: mulheres de Vila Bela.

Figura 6: Dona Sebastiana (2008).

Figura 7: Elisandra Botelho, Kika (2018).

Figura 8: Dona Maria dos Anjos (2009).

Figura 9: Metilde (2015).

Figura 10: Dona Maria (2015).

Figura 11: Regina (Roxa) (2016).

Visibilidade do Negro

Figura 12: Vanusa (2009)

Figura 13: Dona Mancia (2008).

Figura 14: Vafilda com a netinha (2008).

Figura 15: Dona Elpídia (2015).

Figura 16: Tia Joana (2018).

Figura 17: Eu. Foto: W. F. (2017).

1.1.2. A arqueologia da diáspora africana no Brasil

A Arqueologia da Diáspora Africana está contida nos estudos que se convencionou chamar de Arqueologia da Escravidão perspectiva que ganhou espaço na arqueologia histórica norte-americana durante a década de 1960, impulsionada pelo Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos⁷.

A aprovação da legislação de preservação do patrimônio histórico e a constituição da arqueologia preventiva, também foram fatores que favoreceram a realização das primeiras pesquisas em sítios arqueológicos afro-americanos.

O arqueólogo Charles Orser (1998:65) considera uma “imaturidade” da arqueologia histórica, o fato de que até meados da década de 1960, as pesquisas arqueológicas se restringiram quase que exclusivamente aos sítios arqueológicos relacionados ao colonizador europeu. O interesse arqueológico era pelo passado da elite norte-americana, pelas estruturas das mansões das *plantations* e na restauração dos antigos casarões (Singleton, 1995; Orser, 1998). O fato é que o racismo estrutural presente na sociedade norte-americana dava a tônica das pesquisas arqueológicas.

De acordo com Symanski (2014:16), os primeiros resultados de pesquisa arqueológica em contexto de diáspora africana foi publica em 1944, por Bullen e Bullen. O *The Garden's Lucy* foi um trabalho descritivo limitado a informar sobre o trabalho de campo e fazer um inventário dos artefatos encontrados, sendo que a preocupação dos pesquisadores era apenas estabelecer a relação desse material recuperado com documentos disponíveis sobre a propriedade (Symanski, 2014:160).

Quase quarenta anos depois as pesquisas arqueológicas foram retomadas no “*The Garden's Lucy*”. O arqueólogo Baker, influenciado pelas perspectivas da *New Archaeology* concluiu que o material recuperado, bem como as características da habitação de Lucy indicavam um padrão recorrente em outros sítios afro-americanos,

⁷ Nos referimos ao *The African-American Civil Rights Movement*, porém na década de 1960 ainda não era usado o termo afro-americano.

“sugerindo padrões de comportamento material que seriam caracteristicamente afro-americanos” (Symanski, 2014:164).

A partir do início dos anos de 1980, os arqueólogos passaram a se interessar pelos padrões de identificação dos sítios afro-americanos, e pelas possíveis implicações de tais padrões em termos de comportamento e status social. O foco dos estudos dos sítios de *Cannon's Point Plantation* publicados por John Otto, na Geórgia (Otto, 1984) foi o de caracterizar as condições de vida dos escravizados e as diferenças entre eles e os brancos livres, levando em consideração a distribuição da cultura material nas *plantations*. Otto encontrou uma forte relação intra-sítios, o que possibilitou a definição de padrões específicos de distinção de categorias sociais – escravos, senhores e capatazes. Tais padrões foram por ele discutidos em termos específicos de comportamento e de distintas categorias de status (Singleton, 1999:93).

Outro foco das pesquisas em arqueologia afro-americana foram os estudos de aculturação por meio do registro arqueológico desenvolvidos por Wheaton e Garrow (1985). Para esses autores, a cultura material dos afro-americanos foi gradativamente se aproximando da europeia, contendo cada vez menos traços africanos, ao longo do tempo. Esses autores partiram da premissa de que o comportamento humano é padronizado não considerando o fato de que os escravizados poderiam ter se apropriado dos itens europeus de acordo com suas referências culturais específicas.

Esses estudos contribuíram para a formulação de novos questionamentos. Um dos principais problemas identificados é apontado por Singleton e Souza (2009:515), com relação às relações entre a cerâmica e aspectos sociais e culturais dos grupos escravizados que em geral se restringem à identificação de continuidades africanas, denotando resquícios das pesquisas realizadas nos anos 1960 e 1970 que se pautavam em marcadores étnicos de origem. Além da visão equivocada de correlação direta entre grupo cultural e artefato, essa insistência pelos marcadores étnicos tem relações com a visão de que os escravizados constituíam um grupo coeso e separado dos homens brancos livres.

A década de 1990 foi marcada por uma mudança de paradigma nos estudos de arqueologia afro-americana, acompanhando as novas proposições pós-processualistas, em que se questiona, entre outros fatores, a correlação direta feita pelos processualistas

entre cultura e cultura material, já que estruturas de significados se interpõem entre ambas (Hodder, 1986; 2001). Assim, os pesquisadores passaram a considerar a possibilidade de os afro-americanos reformularem sua cultura diante do contexto social em que estavam inseridos, incorporando elementos externos pautados em seus próprios referenciais culturais, de modo a selecionar elementos culturais do “outro” a partir de particularidades que remetiam ao seu próprio universo cultural (Howson, 1990; Thomas, 1995).

Há, assim, um deslocamento dos estudos de arqueologia de *plantations* para o campo mais abrangente de arqueologia da diáspora africana, e as pesquisas nessa área passam a focalizar temas tais como liberdade, resistência e agência (Leone, Laroche e Babiarz, 2005).

Há um aumento das pesquisas na área da arqueologia da escravidão, sobretudo pelo interesse no tema da arqueologia da diáspora africana, inclusive com as publicações especiais sobre esse tema, como o número 26, do ano de 1996, da revista africana *West African Journal of Archaeology* (Ferreira, 2011:267).

Em seu artigo *The archaeology of slavery in North-American*, de 1995, Thereza Singleton analisa quatro temas relacionados à interpretação de sítios arqueológicos em contexto de escravidão: as condições de vida do escravizado, estudos de status dentro das *plantations*, as relações de dominação e resistência e a formação da identidade cultural afro-americana (Singleton, 1995:119).

No início da década de 1990, de acordo com Symanski (2014:169) a arqueologia norte-americana que abordava a cultura material em termos de aculturação e padrões de comportamento passou pelo crivo da crítica marxista que via um caráter mais dinâmico nas relações de poder entre senhores e escravizados, cabendo ao arqueólogo investigar essas relações que envolviam a dominação. Para o autor, os arqueólogos marxistas desconsideraram as possíveis táticas empregadas pelos escravizados para burlar a dominação do escravista nas *plantations*.

Ainda sobre os anos de 1990, Symanski (2014:169-174) observa que houve uma mudança na postura dos arqueólogos históricos em relação aos sítios afro-americanos na medida em que passaram a considerar a “agência dos grupos subordinados a partir de

abordagens recursivas que consideram as trocas e negociações entre os grupos envolvidos”.

Nesta mesma década, segundo o autor, outros arqueólogos estavam preocupados com o papel da ideologia racista na justificativa da escravização de africanos e indígenas. Os arqueólogos desenvolveram críticas ao uso do conceito de etnicidade quando abordado desde um ponto de vista essencialista, no qual os grupos humanos são vistos como estáticos, e, portanto, é esperado uma repetição de comportamento, sem considerar uma premissa básica, os comportamentos mudam.

Entre as mudanças de abordagem que se observaram na arqueologia sobre os grupos afrodescendentes na década de 1990, incluem a adoção do conceito de criouliização, como uma tentativa dos arqueólogos em entender a cultura material dos grupos escravizados a partir de seus próprios referenciais culturais africanos, considerando a influência da ideologia racista nesse contexto (Symanski, 2014:169-174).

Ainda que o conceito de criouliização fornecesse uma melhor explicação para os processos culturais observados em relação ao conceito de aculturação, o modelo de criouliização é rígido e não dá espaço para a análise dos contextos particulares, assim, seu uso foi criticado porque a noção de culturas crioulas é homegeneizante e estática (Symanski, 2014:175).

Ao avançar nessa discussão, conceitos como o de criouliização e sincretismo seriam ultrapassados do ponto de vista de Bhabha (1998), que vê a cultura como algo em constante transformação, dinâmica, logo híbrida.

De acordo com Orser (1998:63 *apud* Carvalho, 2012:14), na atualidade os arqueólogos que se dedicam ao estudo da diáspora africana geralmente examinam três questões principais, em ordem decrescente de proeminência: “material de identificação da identidade africana”, “arqueologia da liberdade nos sítios de quilombo” e “raça e racismo”. O autor acrescenta que a arqueologia da diáspora africana “não é uma busca verdadeiramente global e o Novo Mundo é ‘super-representado’”. Para Orser uma mudança nesse quadro somente será possível se os arqueólogos passarem a olhar para a arqueologia pós-colombiana e assumirem investigações diaspóricas.

De acordo com a divisão proposta por Orser (1998), nossa pesquisa se enquadraria no que ele chama de arqueologia da liberdade, pois é realizada em comunidade remanescente de quilombo e sítios arqueológicos relacionados há um passado de resistência.

Porém, antes de discutir especificamente minha proposta de trabalho, considerando o proposto por Orser (1998), e avaliando alguns termos e conceitos usuais na arqueologia sobre a cultura material das populações afrodescendentes, exponho minha opinião a respeito sobre essas divisões e nomenclaturas.

Em se considerando a noção de multivocalidade, que deve fazer parte das investigações arqueológicas que se orientem pelos pressupostos da descolonização da produção do conhecimento, os arqueólogos devem ser críticos quanto ao seu vocabulário. É preciso ter clareza que, ele realmente tem poder explicativo sobre o passado uma vez que o discurso arqueológico representa ideologicamente o controle da história dos artefatos, dos lugares sagrados e de outros elementos relacionados. A linguagem científica também pode significar uma forma de colonialismo, por esse motivo, o vocabulário deve ser formado de forma colaborativa, sempre que couber, levando em conta as visões de mundo das comunidades investigadas (Colwell-Chanthaphonh, 2009:197).

Não faz parte do escopo desta pesquisa a inclusão ou exclusão de subáreas da arqueologia, nem tampouco se trata de um estudo revisionista da episteme arqueológica. Porém, tendo em vista que este estudo trata de questões relativas, sobretudo a populações vivas vejo a necessidade de discutir sobre determinados conceitos e nomenclaturas questionadas pelos grupos em questão.

Muitas vezes, termos recorrentes, e aparentemente inofensivos precisam ser revisados. Entre meus colegas pesquisadores da diáspora africana, em diferentes áreas do conhecimento, tenho constatado o esforço dos mesmos na construção de um vocabulário em consonância com os pressupostos da descolonização do pensamento. Neste sentido, há uma tendência de substituição da palavra “escravo” por “pessoas escravizadas”. Recentemente, durante palestra de abertura da V Semana Internacional de Arqueologia dos Descendentes MAE/USP (maio/2017), a arqueóloga Whitney Battle-Baptiste afirmou que

também adota o termo “escravizados”, por entender que a escravidão foi uma condição imposta aos africanos.

A palavra “escravo” é um substantivo, ao passo que “escravizado” é uma adjetivação ao substantivo escravo. Ou seja, o uso do adjetivo recoloca a humanização dos africanos e seus descendentes, na medida em que tornar-se uma pessoa escravizada foi uma imposição, uma ação efetivada com o uso da força e não uma escolha. O africano é antes de tudo um ser humano e não um objeto com uso definido: o do trabalho escravo, tal qual tratado pelo escravizador europeu.

Em matéria publicada no New York Times⁸ online em 2015, sobre as novas políticas educacionais do Texas, de autoria de Ellen Bresler Rockmore é passada a informação de que desde 2010, o conteúdo dos livros didáticos tem promovido o capitalismo e as filosofias políticas republicanas, inclusive minimizando o papel da escravidão como causa da Guerra Civil norte-americana. Também é possível identificar, segundo a autora, a ideia de que a escravidão trouxe alguma vantagem para os afrodescendentes, seja através da formação de uma cultura afro-americana distinta, da centralidade da família, ou até mesmo pela alegria das pessoas expressa em danças comunitárias.

Segundo Rockmore, a estratégia usada vai além da escolha das palavras, a manipulação é extremamente sutil sendo colocada pela via da gramática, como no exemplo selecionado pela autora proveniente de um livro didático:

Alguns escravos informaram que seus mestres os trataram gentilmente. Para proteger seu investimento, alguns proprietários de escravos forneceram alimentos e roupas adequados para seus escravos. No entanto, o tratamento severo foi muito comum. As chibatadas, marcações com ferro em brasa e as piores torturas faziam parte da escravidão americana.

⁸A matéria pode ser localizada no “The New York Times” online; conteúdo disponível em: https://www.nytimes.com/2015/10/22/opinion/how-texas-teaches-history.html?smid=fb-nytopinion&smtyp=cur&_r=1 Acesso 30/08/2017.

(...) As famílias foram muitas vezes desfeitas quando um membro da família foi vendido para outro proprietário”⁹ (Rockmore, 2015:s/n, tradução nossa).

Nas duas primeiras frases do parágrafo que procura transmitir o “lado bom” da escravidão, retratando a generosidade do escravista, as frases apresentam os sujeitos definidos: “escravizado” e “proprietário de escravos”. Porém, no final do parágrafo que se refere às atrocidades o sujeito é indeterminado: quem chicoteava? quem torturava? quem foi o responsável pela separação das famílias? No entanto, os escravizados submetidos aos maus tratos aparecem na sentença. No trecho destacado por Rockmore do livro didático, a frase foi construída usando a voz passiva, sem sujeito definido.

Outro elemento apontado por Ellen Rockmore demonstra que a sutileza do texto está também na voz dada ao escravizado que aparece em primeira pessoa em vários momentos, mas nunca fazendo referência ao sofrimento, ao horror da escravidão, ao trabalho implacável compulsório e sem remuneração, ao confinamento, apartamento de sua terra, de seus amigos e familiares, aos castigos corporais e à morte. A eles é dada voz para contar sobre sua contribuição, informando como seus conhecimentos agrícolas proporcionaram o desenvolvimento da economia norte-americana. Ao escravizado também é dada a palavra para que cantem suas músicas, suas histórias e se expressem através e sobre suas danças.

A prática da substituição da palavra “escravo” não é uma unanimidade. Há quem argumente que aos olhos do escravista os africanos eram realmente desumanizados, tratados como peças e não passavam de mercadoria. Assim, não usar a palavra “escravo” seria uma forma de atenuar uma situação que realmente existiu.

Eu optei pela adoção de “pessoa(s) escravizada(s)”, e “escravizadas(os)”, por entender que a escravidão não foi uma escolha do africano, nem tão pouco é uma condição

⁹ *Texto original em inglês:* Some slaves reported that their masters treated them kindly. To protect their investment, some slaveholders provided adequate food and clothing for their slaves. However, severe treatment was very common. Whippings, brandings, and even worse torture were all part of American slavery. (...) Families were often broken apart when a family member was sold to another owner (Rockmore, 2015:s/n).

intrínseca do ser e também, por concordar com a ideia de que escolhas gramaticais podem significar escolhas morais.

Nesse sentido, gostaria de propor uma reflexão sobre o termo “Arqueologia da Escravidão”. Sob esse termo estão reunidas várias abordagens arqueológicas, a arqueologia da liberdade, arqueologia de quilombo, arqueologia da diáspora africana e todas as arqueologias nas quais o africano e seus descendentes escravizados são os protagonistas.

A escravidão foi o sistema econômico basilar da colonização das Américas, ou seja, toda a produção material desse período está estritamente vinculada à escravidão. A opulência da casa grande, a vastidão dos engenhos, o crescimento das charqueadas, o soerguimento de cidades e igrejas ostentosas, só puderam acontecer porque nas Américas se implantou um sistema colonialista escravista.

Ainda assim, convencionou-se chamar de “arqueologia da escravidão” apenas o estudo da materialidade relacionada aos africanos e seus descendentes, mesmo que indígenas e europeus também estivessem sob o mesmo regime escravocrata.

Mas a questão aqui não seria renomear uma série de áreas de pesquisas arqueológicas, mas sim avaliar se o tema “escravidão” continua sendo adequado para se referir à materialidade afrodescendente, tenha sido ela produzida durante ou depois da escravidão, tendo em vista as transformações na produção do conhecimento.

O termo “diáspora africana” é mais abrangente e está associado a conceitos que colaboram para a melhor compreensão da materialidade associada aos grupos afrodescendentes, suas estratégias de produção e reprodução material.

Ainda é relativamente pouco o que se conhece sobre a cultura material diaspórica no Brasil, mas é sabido que os africanos e seus descendentes usaram de estratégias para manter e reproduzir elementos de identificação com suas culturas originais. De acordo com Ferreira (2009:270), além de possuir uma característica multicultural, com suas identidades culturais híbridas no contexto atlântico, a diáspora africana implica em resistência cultural.

Essa resistência não está circunscrita a espaços tradicionais de resistência como no caso de remanescentes de quilombos, ou terreiros de candomblé, onde é possível observar elementos que dialogam com as tradições africanas. Além de espacial, a resistência se materializa, pois é “incorporada” – no sentido do *embodied* – na produção e na apropriação de artefatos (Symanski, 2007), ao longo do processo de constituição das identidades diaspóricas no passado e no presente. Cabe ao arqueólogo treinar o seu olhar para identificar a resistência nos aspectos materiais e imateriais.

É fato que após o desenvolvimento da “Arqueologia da Escravidão”, nos Estados Unidos, na década de 1960, tem sido crescente o aumento no número e na qualidade das pesquisas, sobretudo nos últimos trinta anos (Ferreira 2009).

Na atualidade, uma prática arqueológica dissociada da ideia de diáspora africana e suas implicações me parece ultrapassada. Novas formas de abordagem em consonância com a descolonização do pensamento são necessárias para uma interpretação profunda e crítica da materialidade afrodescendente.

De acordo com Singleton e Souza (2009) o termo diáspora africana somente começou a ser usado com maior frequência na arqueologia a partir da década de 1990 que adotou o uso do sufixo “afro” para designar o estudo de diásporas específicas, como a afro-americana, afro-caribenha, afro-brasileira e assim por diante.

Os autores ainda apontam que:

A adoção do termo "diáspora" na arqueologia, no entanto, ainda não produziu estudos em que o conceito forme um quadro analítico dentro do qual as experiências de deslocamento, vínculos comparativos com outros grupos da diáspora africana (eg, Harrison, 1988), ou teorias e discursos da diáspora (Clifford, 1997; Gilroy, 1993) sejam examinados (Singleton & Souza, 2009: 449, tradução nossa)¹⁰.

¹⁰ *Texto original em inglês:* The adoption of the term “diaspora” in archaeology, however, has not yet produced studies in which the concept forms an analytical framework within which experiences of displacement, comparative linkages with other groups of the African Diaspora (e.g., Harrison, 1988), or diaspora theories and discourses (Clifford, 1997; Gilroy, 1993) are examined (Singleton & Souza, 2009:449).

O número de pesquisa em arqueologia tratando do contexto da diáspora africana aumentou sensivelmente no Brasil, desde a publicação deste artigo, no qual Singleton e Souza (2009) já haviam constatado uma maior concentração em estudos realizados em comunidades remanescentes de quilombos. Porém, é amplamente conhecido que o interesse da arqueologia histórica brasileira recaía sobre o registro material ligado ao colonizador, sobretudo em termos de monumentalidade, incluindo igrejas, fazendas e fortificações, confirmando o viés elitista da disciplina.

Em seu estudo etnoarqueológico sobre a loiça de barro pernambucana, Daniela Amaral constatou que “no Brasil e especialmente no Nordeste brasileiro, poucos são os estudos de Arqueologia Histórica dedicados à compreensão da vida cotidiana e das formas de resistência das populações historicamente marginalizadas” (Amaral, 2013:19).

A autora fez um levantamento entre quatro das principais publicações de periódicos sobre arqueologia, a fim de identificar pesquisas relacionadas a sítios arqueológicos no Nordeste e constatou que entre 1977 a 2009, apenas três estavam relacionados a estudos realizados na zona rural ou no agreste nordestino, dentre eles os estudos realizados na Serra da Barriga, no antigo Quilombo dos Palmares (Amaral, 2013:19).

Quando apresentei a dissertação de mestrado (Carvalho, 2012), a partir de dados disponíveis na revisão de Lima (1993) sobre a Arqueologia Histórica brasileira. Esses levantamentos demonstraram quão incipiente eram os estudos arqueológicos em contextos afro-brasileiros, em realidade, quase nulos. De cerca de 85 (oitenta e cinco) pesquisas levantadas por Lima, apenas os estudos desenvolvidos por Carlos Magno em Minas Gerais, na década de 1980, envolviam a investigação em contexto de diáspora, sendo a identificação de áreas de antigos quilombos o projeto do arqueólogo, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Os autores se referem a: Harrison, F.V., 1988, Introduction: An African Diaspora Perspective for Urban Anthropology. Urban Anthropology 17(2-3):111-14; Clifford, J., 1997, Routes, Travel, and Translation in the Late Twentieth Century. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts e Gilroy, P., 1993, The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.

Novos estudos em área de quilombo só foram realizados dez anos mais tarde, quando na década de 1990 foram iniciados os estudos arqueológicos na Serra da Barriga/AL, no antigo Quilombo dos Palmares, na emergência das homenagens ao centenário do assassinato de Zumbi dos Palmares.

A década de 1980 foi estimulante para que Arqueologia Histórica experimentasse maior abertura para estudos das minorias étnicas e dos grupos oprimidos, refletindo os debates entre teóricos processualistas e pós-processualistas (Lima, 1993; Funari, 2003; Symanski 2009).

Também a etnoarqueologia avançou nesse período, expandindo seus interesses para além de novas abordagens e novos contextos, explorando aspectos da expressão simbólica das tramas da vida social (David e Kramer, 2001; Politis, 2004).

Numa breve revisão que segue sobre estudos arqueológicos desenvolvidos mais recentemente nessa área selecionei pesquisas realizadas em áreas de quilombo. Para a revisão tomei por base levantamentos bibliográficos e também as informações disponíveis nas revisões “Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos” e “*Introduction: Archaeology of African Diaspora Contexts in Brazil*” ambos publicados por Luís Cláudio P. Symanski em 2009 e 2016 respectivamente e de Singleton e Souza (2009) “*Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States*”. Ainda fiz uso de informações disponibilizadas na minha dissertação de mestrado (Carvalho, 2012).

No Brasil, o primeiro estudo em área de quilombo foi realizado na década de 1980 por Carlos Magno Guimarães e Ana Lanna. Os pesquisadores desenvolveram sua pesquisa em áreas de antigos quilombos, em Minas Gerais, nas regiões da Serra da Canastra e Vale do Jequitinhonha. Nas descrições das evidências materiais identificadas por eles estão “fragmentos cerâmicos, cachimbos, panelas de ferro e de esteatita, fragmentos de louça e de garrafas de vidro, ossos de mamíferos e seixos rolados marcados com cruzeiros em vermelho” (Guimarães e Lanna, 1980 *apud* Symanski, 2014:182).

Outro quilombo pesquisado em Minas Gerais foi o quilombo do Ambrósio (Guimarães, 1990). Os pesquisadores destacam a existência no sítio arqueológico de

restos de fosso que deveria ter entre 2 e 3 metros de profundidade e que fazia parte do sistema de defesa dos quilombolas. Porém, os estudos na área não tiveram continuidade por parte da equipe de pesquisadores da UFMG, conforme aponta Symanski (2014:183).

Em 2010 o geógrafo Rafael Sanzio em conjunto com pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) retornou ao Morro da Espia para empreender novos estudos afim de dirimir possíveis conflitos territoriais referentes a delimitação do antigo Quilombo do Ambrósio (Conceição et al, 2010).

O sítio arqueológico do Quilombo do Ambrósio, também conhecido por Quilombo Grande foi tombado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional em 2002, porém a localização do sítio foi contestada pelo pesquisador Tarcísio Martins, do IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que afirmou que o local tombado se referia a uma segunda ocupação do quilombo¹¹.

A equipe de pesquisadores da UnB, que voltou ao quilombo em 2010 fez referência ao Parecer do IPHAN de 1998 e destacou a escolha estratégica por parte dos quilombolas ao escolher um local que privilegiasse a defesa da comunidade que ocupava a “parte mais baixa de uma depressão, próximo ao curso d’água perene e ao Morro do Espia” (Conceição et al, 2010:25).

Ainda, de acordo com os pesquisadores da UnB, nos mapas antigos confeccionados pelas autoridades como parte das estratégias para identificar e destruir o Quilombo do Ambrósio é possível observar que os quilombolas tinham uma visão privilegiada de cima do Morro da Espia. A escolha não foi aleatória, o local permitia o controle daqueles que passavam pela região, colaborando não só com a segurança, mas também facilitando a identificação da circulação de mercadorias que, potencialmente, poderiam ser saqueados pelos quilombolas.

¹¹ A localização do antigo Quilombo do Ambrósio foi contestada por Tarcísio Martins: <http://novo.mgquilombo.com.br/artigos/pesquisas-escolares/quilombo-do-ambrosio-impericia-na-universidade-publica/>

Em 2014 o Ministério Público, por meio da Procuradoria da República no Município de Uberaba, em Minas Gerais abriu inquérito para apurar possíveis equívocos técnicos nos estudos para o tombamento. Todavia não há conclusão a respeito.

É recorrente nas pesquisas de sítios arqueológicos de antigos quilombos a informação de que esses lugares estão localizados em áreas de difícil acesso. Isto é de se esperar já que eram espaços de resistência que agrupavam Negros fugidos da escravidão, entre outros, oprimidos pelo poder da elite colonial.

Em Vila Bela da Santíssima Trindade, os quilombolas também escolheram locais de difícil acesso durante o período colonial. As margens do rio Guaporé e seus afluentes foram refúgios para Negros rebelados.

Entre os séculos XVIII e XIX, vários quilombos povoaram o vale do Guaporé, sendo que os maiores resistiram por mais tempo às campanhas de captura, como é o caso do quilombo do Quariterê ou do Piolho, que foi comandado por Thereza de Benguela, localizado às margens do rio Quarité ou Piolho, afluente da margem direita do Guaporé (Bandeira, 1988; Volpato, 1993; Volpato 1996; Gomes, 2005).

A comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão onde desenvolvo a pesquisa, apesar de não ter se originado durante a escravidão foi formada em local de difícil acesso. Inicialmente a comunidade ficava às margens do rio Alegre, um dos afluentes do Guaporé e era conhecida como comunidade Porto Boqueirão e lá permaneceu até 1979, quando uma grande enchente forçou os moradores a migrarem para uma área mais alta, distante aproximadamente 3 quilômetros do rio.

Com o deslocamento da comunidade para uma área mais alta, onde hoje está a comunidade Boqueirão, o acesso só era possível a pé ou a cavalo pelas trilhas no meio da mata, ou pela via fluvial. A estrada que hoje dá acesso à comunidade, somente foi construída em 2006 sobre um caminho pré-existente, que só podia ser feito a pé ou à cavalo. A estrada, e as pontes sob o rio Guaporé só foram construídas depois de muita reivindicação da comunidade que culminou com um protesto dos quilombolas unidos que fecharam a rodovia.

Outra constatação das escolhas estratégicas feitas pelos quilombolas pode ser percebida quando se sobe a Serra da Barriga. No Parque Memorial Quilombo dos Palmares, a visão que se tem de qualquer um dos mirantes existentes confirma a posição privilegiada onde estava localizado o antigo quilombo. Tal localização permite uma

ampla visão de quilômetros de distância, um dos fatores que contribuiu para a existência do quilombo que resistiu quase cem anos às investidas das forças coloniais.

Foi justamente no antigo Quilombo dos Palmares que houve a retomada de estudos arqueológicos em contexto afrodescendente, após aproximadamente um lapso de dez anos, desde as pesquisas pioneiras realizadas nos quilombos de Minas Gerais, por Carlos Magno e equipe.

Apesar de em 1980, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Alagoas – UFAL ter formulado um plano de manejo para a Serra da Barriga, visando a preservação do local que recebia um número crescente de visitantes foi apenas na década de 1990 que a pesquisa arqueológica foi iniciada. O plano elaborado pelo Núcleo contemplava uma investigação arqueológica que trouxesse a público evidências da saga de Palmares, por meio da identificação de artefatos, localização do local do massacre e das paliçadas que protegiam o quilombo (Allen, 2001).

Entre 1992 e 1993 teve início o Projeto Arqueológico Palmares que foi conduzido pelos arqueólogos Charles Orser e Pedro Paulo Funari, contando mais tarde com a participação do arqueólogo Michael Rowland. O Projeto teve apoio de entidades e gestões locais, tendo sido financiado integralmente por instituições internacionais.

O Projeto foi gestado e desenvolvido em um momento em que a sociedade brasileira vivia uma agitação política, inclusive no que diz respeito às questões raciais. Em 1988 era promulgada a Constituição brasileira, cujo Artigo 68, reconhecia o direito dos descendentes de escravizados às suas terras historicamente ocupadas (Leite, 2000). Esse também foi o ano do centenário da abolição da escravidão, e a década seguinte foi marcada pelo tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares.

Nas duas etapas de prospecção que foram realizadas em 1992 e 1993, os pesquisadores identificaram quatorze sítios arqueológicos na Serra da Barriga, sendo apenas um deles posterior ao Quilombo dos Palmares.

Dentre as evidências arqueológicas recuperadas há um tipo de cerâmica que foi nomeada “cerâmica de Palmares”, pois se supõe ter sido feita no local. Funari (2001:23)

descreveu-as como “parecidas em certo sentido com as do tipo colono das escravarias sulistas nos estados Unidos”, e até mesmo alguns jarros maiores que tinham alguma similaridade com cerâmica atribuída ao grupo étnico ovimbundo de Angola.

Porém, os resultados preliminares das prospecções arqueológicas revelaram que o tema crucial para a compreensão do quilombo, passava pela discussão da etnicidade da comunidade (Funari, 1995/1996). Assim, os estudos não tiveram continuidade através do Projeto.

Com o objetivo de testar a “etnogênese palmarina” foi Scott Allen (2000; 2001) quem retomou os trabalhos na Serra da Barriga. Seu objetivo era verificar se a cerâmica indígena recuperada seria um indicador de um grande contingente de indígenas no quilombo, ou se a população palmarina havia adotado as técnicas indígenas na produção cerâmica.

Além dos arqueólogos que trabalharam em Palmares terem distintas opiniões sobre o significado das evidências recuperadas (Funari 2005; Carvalho 2005), muitos ativistas Negros discordavam das afirmações dos pesquisadores da massiva presença indígena no quilombo, fato compreensível, visto que Palmares era tido como um espaço de resistência na luta contra o racismo. Desde a década de 1970, o Movimento Negro promovia atividades no espaço do antigo quilombo, reivindicando a Serra da Barriga como um espaço de resistência da luta negra.

As opiniões divergentes sobre as pesquisas arqueológicas em torno de Palmares é um claro exemplo para se discutir as tensões que a multivocalidade provoca no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas.

A análise do vasto material arqueológico resgatado no âmbito do projeto coordenado pelo arqueólogo Scott Allen indica a existência de uma aldeia indígena pré-histórica associada à Tradição Aratu (Costa, 2010). Em estudos arqueológicos recentemente realizados no âmbito de processo de licenciamento para obra de acesso

viário até o Parque foi resgatada uma urna funerária, também associada à Tradição Aratu que pode ter 900 anos de existência¹².

Depois de Palmares, outro projeto de grandes proporções e que incluiu a pesquisa arqueológica em contexto de diáspora africana, foi o Fronteira Ocidental. O projeto teve início em 2002, sobre a coordenação do arqueólogo Paulo Zanettini, tendo por objetivo fazer o levantamento histórico e arqueológico das vilas de mineração do século XVIII no Vale do Guaporé, no estado do Mato Grosso (Zanettini, 2002).

A Fase 4 do projeto sobre a “Presença africana no Vale do Guaporé” foi realizada em 2007 e contou com a “Expedição ao Território Quilombola”, que levou os pesquisadores a percorrerem aproximadamente 2.350km pelo rio Guaporé e afluentes, mais 1300km via terrestre. A expedição acabou se estendendo até Rondônia, onde existem comunidades negras formadas por antigos moradores de Vila Bela (Zanettini, 2007:8).

Durante a expedição foram mapeadas “comunidades e assentamentos de afrodescendentes”, como definido pelos autores, num total de 25 (vinte e cinco) no Mato Grosso e 3 (três) no estado de Rondônia. Os assentamentos identificados parecem estar relacionados às comunidades existentes atualmente, e se supõem que foram “abandonados” na década de 1970, durante a expansão das grandes fazendas que se instalaram na região.

De acordo com relato de moradores de Vila Bela e que também foram registrados por Leite e Silva (2014), esses assentamentos abandonados na década de 1970 e identificados pelo Projeto Fronteira Ocidental realmente eram ocupados por famílias quilombolas, tendo havido coação para que essas famílias abandonassem suas propriedades.

A opressão vivenciada pelas comunidades tradicionais provocou deslocamentos por todo território nacional, motivo que explica porque muitas comunidades

¹² Fonte site do IPHAN: <http://portal.IPHAN.gov.br/noticias/detalhes/4598/achado-arqueologico-em-serra-da-barriga-al-encontrada-urna-indigena-pre-colonial> acesso 5 de abril de 2018.

afrodescendentes reivindicam terras onde elas se formaram originalmente, durante ou depois da escravidão.

Também no estado do Mato Grosso, Symanski e Souza empreenderam diversos estudos em contextos afrodiaspóricos (Symanski e Souza, 2001; Souza e Symanski, 2009).

Dentre essas pesquisas destacamos a realizada na Tapera do Pingador, um pequeno sítio que de acordo com os relatos orais de moradores locais, teria sido o lugar de um antigo quilombo. Os autores identificaram um depósito arqueológico com muitos fragmentos cerâmicos, faiança e duas moedas. O material corresponde à primeira metade do século XIX. Esse depósito arqueológico usado como área de refugio se assemelha às estruturas identificadas em casas de escravizados norte-americanos, quando os escravizados dali retiravam o barro que serviu para a construção de cabanas de pau-a-pique (Souza e Symanski, 2009:10).

Essa mesma utilização de cavidades resultantes da retirada do barro para construção como área de refugio, identifiquei em Vila Bela, no sítio Arqueológico Boqueirão, onde foram realizadas escavações. Em outra oportunidade participei da construção de uma casa de reza feita com a técnica de pau-a-pique na Aldeia Guarani em São Paulo e observei que o barro era retirado de área contigua à casa de reza.

Em 2005, Cláudio Carle defendia sua tese de doutorado “A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX”, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O autor fez a correlação da cosmologia africana expressa pelo conhecimento presente no candomblé, com a escolha dos locais escolhidos pelos quilombolas para se estabelecerem (Symanski, 2014:184).

De acordo com o autor o objetivo de sua pesquisa foi a busca de “uma dimensão social na caracterização de locais que apresentam marcas e indicativos de serem relacionados a escravos fugitivos” (Carle, 2005:15). Carle afirma ter conseguido “descrever estruturalmente como se organiza um quilombo, como este se integra ao ambiente e como o ambiente lhe é definidor”, e que os quilombos por ele estudados não

estavam em áreas de difícil acesso, mas sim em estradas próximas a centros urbanos da época (Carle, 2005:18).

O autor identificou no material dos sítios arqueológicos estudados influência cultural banto, e aponta uma série de estudos realizados na África subsaariana. Porém, em sua tentativa de “demonstrar como o universo mítico africano marcou e estruturou os sítios” ele buscou informações sobre a cultura do povo iorubá do oeste africano, sendo que o autor se justificou a respeito disso, afirmando que não encontrou material bibliográfico “razoável” sobre os bantos (Carle, 2005:20-24).

As hibridizações culturais foram intensas entre os africanos na diáspora africana, Grupos antes apartados geograficamente e politicamente, muitas vezes eram comercializados como pertencentes a um único grupo, como estratégia do colonizador para minar possíveis revoltas. A continuidade dos estudos nesses sítios pesquisados e nas evidências materiais identificadas por Carle (2005) poderia trazer informações mais aprofundadas sobre esses processos de encontros culturais de africanos nas Américas.

Seguindo em ordem cronológica, em 2008, Regina Santana apresentou ao Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional (UFRJ) a dissertação de mestrado “Mussuca: por uma arqueologia de um território Negro em Sergipe D’El Rey”. A autora realizou a “arqueologia do território Negro da Mussuca”, observando como aspectos simbólicos, e elementos paisagísticos influenciaram na conformação desse território Negro, abordando lugares e a memória da comunidade (Santana, 2008:159).

A autora traz uma importante reflexão sobre memória e pertencimento em relação aos moradores da Mussuca que negam sua relação com um passado escravista. Santana afirma que esse “bloqueio das memórias” que observou entre os membros da comunidade tem haver diretamente com o sofrimento sofrido pelos antepassados: “não é uma situação que se queira reviver, daí a recusa dos moradores a enfrentar a questão, seja alegando esquecimento, seja adiando a conversa para outro momento” (Santana, 2008:153).

Se por um lado, as discussões sobre o reconhecimento dos territórios Negros procuraram fazer referência a um passado de resistência aludindo ao Quilombo dos

Palmares para muitos, e sobretudo para os mais velhos a palavra quilombo gera um ressentimento, um temor do retorno a esse tempo.

A noção de pertencimento e negação já começa quando se pergunta sobre a origem da comunidade: esteve “desde sempre”, respondem os moradores da Mussuca. Assim, ao mesmo tempo que nega a escravidão abraça a resistência que se expressa em sua manutenção do/no lugar cercado por grandes proprietários. A Mussuca apesar de estar localizada num local protegido – topo de morro – está também muito perto de grandes proprietários de terras.

Outra pesquisa que faz parte da nova geração de pesquisas etnoarqueológicas realizadas em contexto de diáspora é a dissertação de Evelin Nascimento (2011), “A ‘textura da vida diária’: materialidade e paisagem no cotidiano do Quilombo de Marques (Vale do Mucuri/MG)”, que foi apresentada no Departamento de Antropologia da UFMG. Trata-se de um trabalho etnográfico que descreve o uso dos espaços domésticos, a fim de pensar a transformação na paisagem e suas implicações na formação dos vestígios arqueológicos nessa paisagem.

A autora definiu os padrões de descarte de objetos na comunidade e observou que a construção da paisagem é um processo contínuo, em constante transformação (Nascimento, 2011:140).

No ano de 2009, João Rosa defendeu sua dissertação de mestrado no PPGArq-MAE-USP e que foi realizada, na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Tendo o pesquisador participado do Projeto Fronteira Ocidental (Zanettini, 2002), visitou várias comunidades, dentre elas a do Boqueirão e Bom Futuro, nas quais desenvolvemos minha pesquisa.

Seu objetivo foi fazer uma reflexão sobre a resistência de africanos e seus descendentes à escravidão. Para tanto, Rosa afirma que inicialmente sua pesquisa se estruturava no tripé: memória dos vilabelenses, consulta a documentos escritos e análises de evidências arqueológicas. Porém, o acordo científico não foi concretizado e ele terminou por não ter acesso ao material arqueológico. Em sua dissertação, o autor lida quase que, exclusivamente, com fontes escritas e orais. De acordo com Rosa (2009: 12),

as poucas fontes arqueológicas as quais ele teve acesso contribuíram para a “composição de mapas de distribuição dos possíveis quilombos de economia quilombola mineradora/contrabandista”

Diante da situação, Rosa fez uma crítica atribuindo a limitação imposta a seu trabalho, a um processo por ele chamado de “feudalização” da Arqueologia que consistiria num domínio de determinadas regiões geográficas por parte de alguns arqueólogos, tanto no aspecto da pesquisa acadêmica quanto relacionado ao trabalho no âmbito da arqueologia de contrato.

Diante desse panorama, Rosa partiu da premissa difundida na literatura vigente sobre o tema, de que a cidade de Vila Bela teria se tornado um quilombo após ter sido abandonada pela elite branca durante a transferência da mesma, para a nova capital Cuiabá, e partiu para a interpretação da relação entre “ocupação, abandono e reocupação”, explorando a base de dados sobre a distribuição do potencial aurífero na região.

O autor, focado sobre a questão teórica de resistência ao sistema escravista e às questões do conceito histórico de quilombo e sua ressemantização na década de 1980, que acabou por gerar o Artigo 68 da Constituição de 1988, afirma que a revisão do conceito de quilombo leva a um enfraquecimento em dois aspectos.

O primeiro diz respeito ao conteúdo em si, pois quilombo era entendido como resistência e que sua existência não estaria vinculada a terra, “mas sim a sua capacidade de resistir às recapturas, de migrar ou de ‘desaparecer’ dos domínios dos proprietários ou se imiscuir entre os trabalhadores africanos e afrodescendentes escravizados e libertos nas cidades” (Rosa, 2009:154).

A posse da terra por meio da titulação seria a forma de reparação tornada lei por meio do artigo 68, porém isso enfraqueceria outros movimentos sociais de luta pela terra já que existiria uma propensão a seguir pela via pacífica do reconhecimento, do que ir para o enfrentamento (Rosa, 2009:155). Inclusive, a “confusão” em torno do artigo 68 estaria ofuscando outras questões prementes como a luta dos trabalhadores pela posse de terras devolutas do Estado (Rosa, 2009:156).

Considero válida a posição do autor quanto a questão agrária que realmente não caminha de maneira satisfatória no Brasil e sempre está pendendo para o benefício dos latifundiários. Porém, uma década depois do trabalho de Rosa, o que temos visto é que mesmo com a vigência do artigo 68, longe de ser uma luta pacífica, a titulação de terras quilombolas é marcada por violência.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra o número de assassinatos no campo aumentou em 105% desde 2013, entre quilombolas, indígenas e pequenos produtores rurais, e estaria relacionada com uma ofensiva empresarial pela posse de terras:

“A gente está interpretando como uma nova corrida à terra. A terra como meio de produção, como reserva de valor, como madeira, água, minério, possibilidades de agronegócio, de expansão do negócio em torno da terra. Isso tem a ver com a crise econômica, cuja origem em 2008 foi o estouro da bolha especulativa. De lá pra cá, eles, o setor hegemônico do capitalismo hoje, que é o capital financeiro, procurar um lastro, uma base que dê um mínimo de garantia para essa banca do jogo internacional da especulação” (Siqueira, 2018:s/n).

E a ideia da reparação vinculada à terra é sim uma luta legítima dos Negros, é histórica. Na eminência da promulgação da Lei Áurea devido as pressões externas, uma série de decretos procuraram limitar o acesso de trabalhadores à terra. Gadelha (1989:157-158) mostra isto, ao se referir a um Projeto de Lei “sobre Terras e Colonização (10-06-1843), apresentado pelo Ministro da Marinha, o Deputado Joaquim José Rodrigues Torres” que deixava claro os interesses da elite brasileira.

Uma das diretivas desse projeto era aumentar o preço das terras para impossibilitar a compra por parte de “colonos que não trazem outro capital senão os seus braços de se fazerem logo proprietários de terras e cultiva-las por sua própria conta” (Gadelha, 1989:158). O texto ainda deixa claro que nunca foi intenção incluir os africanos e seus descendentes escravizados ao trabalho assalariado, pois já se previa o direcionamento do dinheiro arrecadado pelo Governo com a venda das terras, para criação de meios para atrair mão-de-obra assalariada e estrangeira.

A mudança de foco da economia brasileira rumo ao capitalismo está intimamente ligada a propriedade da terra. Como explicita Gadelha (1989) em seu texto, não é coincidência que a Lei Euzébio de Queiróz que aboliu o tráfico de africanos(as) é de 1850 e foi promulgada dias antes da Lei de Terra nº 601.

Os Negros que desde o início da colonização trabalharam nas terras, com a abolição da escravatura não tiveram o direito de acesso à terra, assim como os colonos pobres. Impedir o acesso de escravos e trabalhadores foi um dos objetivos da Lei de Terras.

Em Vila Bela a população quilombola no geral já não tem mais dúvidas quanto a abrangência do conceito de quilombo e as implicações da titulação de suas terras. Sobretudo os líderes ligados as associações quilombolas, que em 2006/2007 quando Rosa fez as entrevistas lhe pareceu que estavam pouco entrosados com o tema e tinham um “fraco” conhecimento sobre o conceito histórico e atual do termo quilombo. Sim, essas pessoas realmente tinham pouco conhecimento sobre o tema, assim como a grande maioria dos brasileiros nesse momento. O conceito de quilombo, remanescente de quilombo é histórico, acadêmico e jurídico, não estavam nos livros didáticos, não faziam parte do cotidiano das pessoas comuns de Vila Bela. Como afirmou Kika, moradora da comunidade do Boqueirão e uma das primeiras engajadas na luta pelo direito dos quilombolas de Vila Bela, a compreensão sobre o que “é ser quilombola” veio ao longo dos anos, por meio da participação de eventos voltados para o tema.

Atualmente Vila Bela possui apenas a ASSORREQ – Associação Remanescente de Quilombo. E entre os quilombolas há um sentimento de que as associações quilombolas foram perdendo sua força ao longo dos anos, fato atribuído a condução das mesmas, marcada por gestões com pouca ou nenhuma transparência e interesses políticos outros que não a luta quilombola.

Apesar de nas comunidades do Retiro, Boqueirão, Bom Futuro, os quilombolas não terem seguido em frente com o processo de titulação de suas terras, por haver divergências quanto a propriedade coletiva das terras, identifiquei nos discursos que essa conscientização de “ser quilombola” é motivo de orgulho para muitas pessoas, que viram reconhecida a luta de seus ancestrais, independentemente da origem de suas terras (antigo

assentamento de Negros fugidos, doação, posse). Isto se explica porque os deslocamentos estiverem sempre presentes entre os descendentes de Negros escravizados, em Vila Bela e em outras cidades onde foi registrada a presença de africanos e seus descendentes.

Dona Mancia Frazão de Almeida e seu primo Ádio Frazão de Almeida, contaram-me que desde a época de seu avô Higino Frazão de Almeida, africano de origem desconhecida, seus familiares vêm se deslocando entre os rios Guaporé e Alegre. Ádio mesmo, já teve que mudar de casa por duas vezes (1979 e 2013), não por questões agrárias especificamente, mas por questões de enchentes e alagamentos.

Outra pesquisa apresentada ao Programa de pós-graduação do MAE/USP foi a da colega Silvia Corrêa, que no ano de 2012 apresentou a tese “Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro”. O estudo foi desenvolvido numa comunidade remanescente de quilombo localizada em Itapeva, interior do estado de São Paulo, a qual a autora chama de “um sítio caboclo de raiz africana” que se constituiu após a abolição da escravatura. Silvia realizou levantamentos junto à comunidade e identificou “lugares da memória como referências patrimoniais” e promoveu ações de musealização desses lugares.

Também no ano de 2012 apresentei no PPGArq-MAE/USP minha tese, intitulada “A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT (e sua interface com a religiosidade afro-brasileira)”¹³.

No ano de 2013, o colega Fabio G. Almeida apresentou a dissertação “Terra de Quilombo: Arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira – Município de Cananéia/SP”, cujo objetivo foi estudar a formação do território

¹³ “O acréscimo ao título delimitado por parênteses (e sua interface com a religiosidade afro-brasileira), não pode ser acrescentado ao exemplar oficial da dissertação. Dada a relevância do tema que, por não atentarmos a uma questão burocrática relativa a datas e alterações previstas na Norma do Programa, ficou ausente. Desde então, dada a relevância, acrescento ao título a assertiva explicativa para o melhor entendimento do leitor e o devido reconhecimento da comunidade religiosa afro-brasileira, também sujeito da pesquisa, sempre que cito meu trabalho em produções acadêmicas e de divulgação em geral” (Carvalho, 2012, p.16).

quilombola, explorando a interpretação dada pelos quilombolas aos vestígios arqueológicos distribuídos em seu território, incluindo árvores significativas como marcadores territoriais.

O estudo desenvolvido por Almeida privilegiou uma abordagem multivocal, e demonstrou como o “reconhecimento e identificação do patrimônio arqueológico” por parte dos quilombolas do Mandira, transformou o olhar, como no exemplo da casa-de-pedra, estrutura de um antigo engenho de arroz, que passou de mero servidor de matéria prima à prova material da ancestralidade da comunidade (Almeida, 2013:152)

Em 2015, Pedro Damin também apresentou dissertação em área de remanescente, sob o título: “Identificação e mapeamento de antigas áreas de moradia quilombolas: estudo de caso da comunidade remanescente de Pedro Cubas/SP”. O autor adotou a árvore como um marcador paisagístico para a identificação de locais habitados no passado.

Contando com a colaboração de moradores da comunidade Damin identificou antigas moradias, e árvores a elas relacionadas, possibilitando o estabelecimento de alguns padrões, e assim demonstrar que as árvores são marcadores de paisagem para essas populações que ocupam esses lugares, e também podem ser um indicador a ser utilizado na pesquisa arqueológica (Damin, 2015:27).

O autor demonstrou como determinadas árvores além de serem marcadores da paisagem são para a população de Pedro Cubas “um instrumento de legitimação da antiguidade da comunidade no local” (Damin, 2015:25)

Luciana Bozzo Alves, em 2016 apresentou a dissertação “A diáspora africana no litoral Norte paulista: desafios e possibilidade de uma abordagem arqueológica”. A autora integra às informações orais coletadas junto às comunidades quilombolas de Ubatuba, informações históricas, dados sobre vestígios materiais, análise da paisagem, além de parâmetro oceanográficos, e aspectos das manifestações culturais associados a herança africana. Todos esses dados servem para traçar um panorama dos processos históricos relacionados à presença afrodescendente no litoral Norte de São Paulo, local de desembarque clandestino de africanos escravizados em meados do século XIX. Alves concluiu que o litoral Norte possui um grande potencial arqueológico relacionado à

diáspora africana, indicando locais de alta probabilidade para os desembarques clandestinos nesse período.

Essa revisão não abarca a totalidade dos trabalhos produzidos, nem tem um recorte tão específico dentre os estudos em contextos afrodescendentes. Meu objetivo, para além do diálogo foi também demonstrar que o ainda reduzido número de pesquisas, implicaria nas questões relativas a visibilidade arqueológica atribuída a esses sítios, sobretudo se nos referirmos aos sítios em área de antigos quilombos que, como vimos, geralmente eram de difícil acesso, localizados no meio das matas.

Os critérios de visibilidade arqueológica estão relacionados ao “grau de preservação dos vestígios materiais neles presentes como sendo de alta, média ou baixa visibilidade”, sendo que a alta visibilidade remete a sítios arqueológicos relacionados a elite, e a baixa visibilidade está relacionada a evidências “mais discretas” atribuídas a parcela pobre da população. Entendendo que existe uma “crença subjetiva de que as evidências mais discretas não sejam passíveis de identificação” (Symanski e Souza, 2007:216).

As pesquisas nas quais a árvore teve um papel importante de identificação e compreensão do espaço quilombola (Carvalho, 2012; Almeida, 2013 e Damin, 2015), a visibilidade de um sítio arqueológico nem sempre está associada aos vestígios materiais relacionados.

A apropriação que se faz de uma determinada árvore ou planta, seja como marcador territorial, seja por seu aspecto mágico-religioso, ou ainda, por qualquer de suas características que despertem vínculos mnemônicos é sem dúvida uma ferramenta sensível a ser percebida pelo arqueólogo na investigação de qualquer sítio arqueológico, e sobretudo, sítios em contextos afrodiaspóricos, quando já se sabe da possibilidade dessas populações afrodescendentes manterem relações com a paisagem que remete a sua ancestralidade.

A atuação da comunidade na formação e transformação da paisagem é crucial e envolve a percepção do ambiente e as crenças e concepções de mundo daquele grupo.

Por meio do estudo dos assentamentos do passado abandonados pelos moradores do Boqueirão e por seus ancestrais fiz uma leitura da materialidade quilombola, procurando sempre associá-la com aspectos subjetivos da cultura quilombola.

No item que segue, procurei apresentar de maneira resumida minha trajetória acadêmica que acabou por me levar até a comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão pela primeira vez em 2009, ainda durante o mestrado. O texto é intercalado com informações sobre a comunidade.

1.2. “Me leva que eu vou sonho meu”: os caminhos que me levaram ao Boqueirão

Este texto tem por objetivo apresentar minha trajetória acadêmica cujo resultado é esta pesquisa ou tese de doutoramento, que trata dos aspectos da visibilidade social e arqueológica da comunidade quilombola do Boqueirão. Pontuarei sucintamente essa trajetória em quatro relevantes momentos.

- a) Da Graduação em Ciências Sociais na FFLCH/USP (1995-2004). Durante todo esse período, pude estabelecer os primeiros contatos de cunho acadêmico com comunidades religiosas afro-brasileiras. Já no final da graduação, iniciei pesquisas sobre a reafricanização do candomblé e o uso de plantas nos rituais afro-brasileiros. Em setembro de 2003, participei do 11º. SIICUSP – Simpósio Internacional de Iniciação Científica, com a comunicação, “A travessia atlântica de árvores sagradas”, sobre o uso das folhas sagradas nas religiões afro-brasileiras e sua interface com as culturas africanas contribuintes.
- b) Da Especialização em Arqueologia na UNISA (2003-2004). Através desse estudo, tive o primeiro contato com comunidades remanescentes de quilombo e com o trabalho em arqueologia, no âmbito da arqueologia preventiva. O título dessa especialização foi obtido com a apresentação da monografia intitulada “Palmares e Jaguará: Teoria e Método arqueológico no estudo da formação cultural afro-brasileira”.
- c) Do Mestrado em Arqueologia MAE/USP (2008-2007). No decorrer do curso, fui bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (*International Fellowship Program*) e a titulação foi obtida com a

apresentação da dissertação com o título “A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT (e sua interface com a religiosidade afro-brasileira)”. Esse trabalho pode ser visto como uma contextualização dos caminhos que me levaram na continuidade dessa pesquisa.

- d) Da Tese de Doutorado. Ela é o resultado de uma experiência de um pouco mais de dez anos entre comunidades religiosas e comunidades quilombolas.

Como procurei demonstrar com esse resumo de minha trajetória acadêmica, a religiosidade afro-brasileira e a memória afrodescendente são problemas de pesquisa aos quais venho me dedicando desde a graduação em Ciências Sociais. Porém, o interesse pelo tema surgiu já no ambiente familiar, ainda na infância, quando fui levada por minha mãe, Dona Maria da Conceição, em alguns desses espaços de manifestação religiosa.

Durante a graduação, passei a frequentar terreiros afro-religiosos a fim de aprofundar meu conhecimento sobre religiões afro-brasileiras. Assim, participava de atividades em ambientes laicos como o da capoeira, da dança afro, contação de histórias, dentre outros, nos quais a referência à religiosidade também estava presente.

A partir de 2003, iniciei a pesquisa acadêmica junto às comunidades afro-religiosas (umbanda e candomblé) com o interesse principal nas questões relativas à atribuição de significados simbólicos às plantas que são de fundamental importância nos rituais afro-brasileiros, independentemente de sua influência africana. Concomitantemente, pesquisei o processo de reafirmação do candomblé – envolve tanto a inserção de elementos das etnias africanas correspondentes quanto à exclusão de influências europeias e indígenas¹⁴.

De acordo com essa pesquisa, as religiões afro-brasileiras foram reorganizadas tendo como matriz a religiosidade e a filosofia de africanos de diversos grupos étnicos que habitavam os atuais países Benin (antigo Daomé), Togo, Gana, Nigéria, Angola, Congo e Moçambique. Além de influências mútuas entre as distintas culturas africanas,

¹⁴ É necessário ponderar que o candomblé é uma reinvenção das tradições africanas, organizado a partir do conhecimento de seus praticantes e fundadores africanos escravizados no Brasil.

é possível identificar elementos provenientes das culturas europeias (catolicismo e kardecismo) e das culturas indígenas.

Por outro lado, há variações no próprio candomblé e na umbanda que podem também ser classificadas de acordo com uma gradação, partindo dos cultos que possuem a ritualística mais próxima das práticas originais africanas, dos candomblés tradicionais, ou candomblés “reafricanizados”, até os cultos mais distanciados das práticas e filosofias africanas, presentes na umbanda e nas suas variadas ramificações. Vale ressaltar ainda que há diferenciações regionais nos cultos afro-brasileiros.

Além da influência africana denominada afro-brasileira, essas práticas religiosas compartilham algo em comum, ou seja, a conexão com a natureza e a centralidade das plantas na ritualística de cada culto. A máxima que circula entre o povo-de-santo (praticantes de religiões afro-brasileiras) que se estende também à umbanda, é a de que “sem planta não há candomblé”. Foi possível observar essa afirmativa em campo, durante as minhas incursões nos terreiros iniciada no ano de 2003.

Ainda nesse ano, passei a identificar também nas culturas africanas, a centralidade das folhas nos rituais afro-brasileiros por meio dos estudos desenvolvidos durante a disciplina “Estudos de Arte Africana”, ministrada pela professora Marta Heloisa L. Salum – Lisy (MAE-USP). Além da discussão em torno da arte africana, com interação com o acervo Africano e Afro-brasileiro do MAE-USP, a professora Salum – Lisy, trazia em sua disciplina, a consequente discussão sobre filosofia africana (Hampatê-Bá, 1980). Intitulada “A Madeira e seu emprego na Arte Africana: um exercício de interpretação a partir da estatuária bantu” (1996) sua tese despertou meu interesse sobre o universo simbólico que permeava a escolha de determinadas árvores não apenas na estatuária, mas também, numa série de rituais cotidianos praticados entre os grupos bantu, conforme observações na bibliografia acadêmica e na literatura sobre os povos africanos¹⁵.

¹⁵ Um importante livro de literatura africana que li nesse período foi “A geração da utopia” do Pepetela. O romance do autor angolano retrata a guerra civil em Angola (iniciada em 1975) sob o olhar de Aníbal, personagem que perdeu a esposa de maneira violenta na guerra e tornou-se um ermitão; Aníbal passou a cultivar uma árvore especialmente para receber o espírito de sua mulher Mussolé, prática adotada entre grupos africanos para aquelas pessoas que faleceram e eram importantes na comunidade; essa árvore é uma mangueira, árvore especialmente importante na pesquisa acadêmica desenvolvida em Vila Bela.

Ainda no ano de 2003, no final da graduação, pude desenvolver pesquisas de campo em três terreiros com influência na cultura bantu em suas práticas: no Inzo (ou Nzo) Tumbansi, casa de candomblé angola, dirigida pelo sacerdote, Tata Katuvanesi; na Tenda de Umbanda Pai das Matas e Mãe D'água, dirigida pela Mãe Amália; e no Abassá Oxum Oxóssi, da querida Mãe Caçulinha, falecida em 29 de fevereiro de 2016.

Essas pesquisas de campo converteram-se em trabalho de iniciação científica sob a orientação da professora Salum. Os resultados iniciais apontavam para a atribuição de significação simbólica às plantas por parte do povo-de-santo.

O conhecimento do uso das plantas na ritualística afro-brasileira atravessou o Atlântico através da memória de africanos e africanas, se difundindo por meio da tradição oral. Algumas dessas plantas importantes na ritualística literalmente cruzaram o oceano, ainda durante o tráfico de escravos, como é o caso da árvore baobá (*Adansonia L.*), a herbácea espada-de-são-jorge (*Sansevieria zeylanica var. laurentii*), as sementes do orogbo (*Garcinia kola*) e obi (*Cola nitida e Cola acuminata*) e o dendezeiro (*Elaeis guineensis L.*). Outras plantas foram descobertas pelos africanos aqui no Brasil, como é o caso da guiné, planta originária do continente americano, utilizada pelos indígenas e que foi adotada amplamente, sendo utilizada na ritualística afro-brasileira.

Figura 18: minha irmãzinha Liliane Braga ao lado de um Baobá no Senegal; no detalhe a flor e o fruto do baobá (*Adansonia L.*).

(Foto: autor desconhecido, 2013)

Figura 19: As espadas-de-são-jorge, gênero *Sansevieria* composto por várias espécies. Essa é do quintal de d. Maria dos Anjos no Boqueirão. Conhecida por espada de santa-bárbara ou Iansã (*Sansevieria zeylanica var. laurentii*) - (ago/2009).

Figura 20: Orogbo sementes da árvore *Garcinia kola*, muito usado em rituais afro-brasileiros (ago/2018).

Figura 21: obi são sementes presentes nas vagens de árvores das espécies *Cola nitida* e *Cola acuminata*. Também muito utilizada em rituais afro-brasileiros (ago/2018).

Todas essas plantas foram distribuídas entre o panteão de divindades africanas também transladadas na memória e nos corpos desses povos. A morfologia das plantas, como o formato das folhas, a cor das flores, também suas propriedades medicinais, tóxicas e mágicas, eram consideradas nessa distribuição, totalmente baseadas na memória e conhecimento ancestral dos praticantes africanos e afrodescendentes. Assim, cada entidade espiritual, do candomblé ou da umbanda possui um conjunto de plantas: as ervas sagradas utilizadas na ritualística.

Ainda que muitos candomblés tradicionais adotem o sistema classificatório de plantas de origem africana, como apontado por Bastide (1978), Verger (1995) e Pessoa de Barros (1993; 2011), determinadas plantas usadas na umbanda, por exemplo, podem não fazer parte do conjunto de plantas dos candomblés tradicionais. Porém, o que pude observar foi a recorrência no uso de diversas plantas, nas três casas pesquisadas, e esporadicamente em outros terreiros.

No intervalo entre o final da graduação e o ingresso no mestrado (2004 – 2008), adotei uma estratégia para manter-me próxima à Arqueologia, conciliando as oportunidades acadêmicas com minha vida profissional, pois durante toda a graduação trabalhei em regime de 44h horas. Continuei frequentando comunidades afro-religiosas e

realizei algumas pesquisas no âmbito da arqueologia de contrato que me colocaram em contato com algumas comunidades remanescentes de quilombo.

Em 2007, me inscrevi no Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (*International Fellowship Program*) apresentando um boneco do projeto de pesquisa. Essa experiência junto as comunidades religiosas e quilombolas me levou a formular uma hipótese inicial que amadureceu na construção do projeto de mestrado para o ingresso no PPGArq-MAE/USP.

Durante esse período, tendo observado que entre os praticantes de religiões afro-brasileiras a distribuição de plantas entre as divindades e entidades do panteão religioso se deu apoiada, sobretudo na memória dos africanos trazidos para o Brasil, levantei a hipótese de que seria possível encontrar as mesmas correspondências simbólicas atribuídas às plantas entre membros de comunidades quilombolas nas quais a tradição oral ainda tivesse força. Foi nesse período que tomei conhecimento da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade seus quilombos.

1.2.1. Vila Bela da Santíssima Trindade

A seguir, traço um breve panorama histórico sobre as origens de Vila Bela a fim de demonstrar sua importância no contexto colonial e a importância da resistência negra ao longo dos séculos, e que dá a esta cidade e a seu povo especial característica.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital da então província do Mato Grosso, entre 1752 a 1835 que, por sua vez, tem suas origens na expansão colonial portuguesa que se estendeu até essa que é a fronteira do Brasil.

A vila foi fundada em uma região estratégica que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, firmado entre espanhóis e portugueses em 1494, já pertenceu ao Reino da Espanha, os primeiros exploradores europeus da região. De acordo com os registros históricos, no século XVI o espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca comandou uma expedição na região onde hoje estão localizados os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Apesar dessa primazia espanhola na exploração da região foram os portugueses que dominaram a mesma. A fronteira era uma área vulnerável, e o foco espanhol estava

na exploração das abundantes minas de ouro e prata existentes no então Vice-Reino do Peru, criado em 1542 para ser o centro da administração da Coroa Espanhola na América (Ferreira, 2001:345).

Por outro lado, a penetração de Portugal na região se deu de maneira “lenta e gradual”, por meio das bandeiras promovidas pelos bandeirantes paulistas direcionadas a captura e escravização de populações indígenas e da localização de áreas auríferas (Chaves, 2000:12).

A intensificação da ocupação da região se deu a partir de 1718, quando Paschoal Moreira Cabral Leme que liderava uma bandeira com o objetivo de capturar os indígenas no oeste do Brasil localizou veios auríferos no rio Coxipó. Porém, o “ouro de aluvião” das fontes de Cuiabá esgotou-se rapidamente, levando a mineração itinerante rumo ao sertão do Oeste a procura de novas fontes de ouro (Ferreira, 2001; Volpato, 1996).

Outra bandeira, também organizada para captura de indígenas conduzida pelos irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros em 1734 levou a descoberta de ouro na região do rio Guaporé em 1734 (Volpato, 1996; Ferreira, 2001; Teixeira, 2004).

A Coroa Portuguesa avançava sobre a bacia amazônica, penetrando em terras espanholas de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Além disso, sentia a ameaça dos espanhóis na região fronteira do Guaporé que crescia em importância estratégica em termos coloniais. A fim de ratificar a ocupação da região e estabelecer maior fiscalização no escoamento do ouro, em 1748 foi definido o desmembramento da região da Capitania de São Paulo, com a fundação da Capitania do Mato Grosso (Chaves, 2000; Ferreira, 2001).

No final do século XVIII, por meio do Tratado de Madrid (1750) e da Convenção de Badajoz, uma nova configuração territorial foi negociada entre portugueses e espanhóis. O Tratado que proporcionou a posse legal das terras à Coroa Portuguesa se baseava no princípio do direito privado romano *uti possidetis, ita possideatis*, segundo o qual aquele que possui de fato, deve possuir de direito (Volpato, 1996; Andrade, 2001).

Segundo Volpato (1996), no ano de 1752, o plano de domínio das terras do vale do Guaporé estava em andamento, sob as ordens de D. João VI, um governo provincial foi instaurado na região, com a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade por Antônio

Rolim de Moura, primeiro capitão general, da primeira capital da capitania do Mato Grosso. Vila Bela carregaria o “ônus” de ser zona de fronteira, responsável pela defesa do povoamento luso e, se possível, por sua ampliação. Com a intenção de proteger o território, a Coroa se ocupou da militarização da região fronteira e entre os anos de 1776 a 1783 foi construído o Real Forte Príncipe da Beira (localizado no estado de Rondônia).

Quando a capital do Mato Grosso foi definitivamente transferida para Cuiabá pela facilidade de comunicação com o restante do território que já era o centro administrativo da região, a elite escravista rumou para a nova capital, e em Vila Bela, a população passou a ser formada, quase em sua totalidade, por africanos e afrodescendentes.

Esse processo de desarticulação da “Vila Bela dos Brancos”, como definiu a cientista social Maria de Lourdes Bandeira (1988), não significou em si a formação da comunidade negra, mas contribuiu para a constituição da “Vila Bela dos Pretos”, resultando “de decisões coletivas dos pretos, formuladas politicamente a partir da redefinição de sua identidade étnica, frente à nova situação de alteridade” (Bandeira, 1988:123).

A comunidade Negra de Vila Bela encontrou nessa nova configuração social maior liberdade no processo de redefinição da identidade étnica do grupo, expressando-se através dos saberes ancestrais, da religiosidade e de outras práticas que se relacionam ao passado ancestral africano.

Esta contextualização sobre a origem de Vila Bela através dos registros históricos procurou demonstrar a localização estratégica da cidade colonial e o domínio Negro do território com a debandada da elite branca. A história que seguiu será relatada ao longo dessa tese, numa tentativa de dar voz aos moradores de Vila Bela.

1.2.2. Minha trajetória acadêmica em Vila Bela da Santíssima Trindade

Tendo descrito o trajeto que me levou a Vila Bela, passo a relatar resumidamente o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, pois por se tratar de uma pesquisa cumulativa ao longo desses 10 anos, é fundamental trazer ao leitor esse conhecimento para melhor compreensão da gestação e desenvolvimento desta tese.

Logo após o primeiro contato estabelecido com os moradores de Vila Bela, seguindo as referências do Projeto Fronteira Ocidental, bem como dos arqueólogos Claudio Symanski e Paulo Zanettini, rapidamente me vi envolvida no cotidiano da comunidade, que foi receptiva, interessada e acolhedora.

Uma das primeiras atividades que me colocou em contato com os saberes ancestrais e as origens das tradições do povo vilabelense foi minha participação nas atividades da celebração católica denominada “Festança”. Esta é considerada a maior expressão da elaboração cultural da comunidade negra de Vila Bela, sendo amplamente tratada na literatura histórico-cultural sobre a região (Vilela et.al., 2002).

A Festança consiste numa importante oportunidade para se observar aspectos da visão de mundo da população vilabelense que mantém um ritual religioso, oficialmente católico, no qual elementos africanos, indígenas e europeus estão visivelmente presentes. Trata-se de uma comemoração do catolicismo popular, ou ainda, do “catolicismo rústico”, expressão rural do catolicismo, presente no interior, geralmente associado à ausência de um sacerdote que faz visitas esporádicas à comunidade, sendo centrado no culto aos santos católicos, a eleição de “festeiros” (Queiroz, 1968).

A dupla existência de um catolicismo oficial e um chamado popular não é uma exclusividade do Brasil, pois já estava presente entre os colonos portugueses (Queiroz, 1968:104).

Uma das características que me chamou a atenção entre o catolicismo rústico (Queiroz, 1968) e as práticas religiosas afro-brasileiras é a relação que o fiel estabelece com os santos e entidades, sendo que para ambos é atribuída uma personalidade, um temperamento. Tanto os santos quanto as entidades afro-brasileira podem se zangar com os devotos e castigá-los por comportamentos inadequados. Ainda no caso do catolicismo rústico, de acordo com Queiroz (1968:112):

Para ter sucesso na vida, o indivíduo precisa conhecer como o santo gosta de ser tratado, quais as suas preferências rituais, quais as coisas que detesta. Em contrapartida, o fiel espera a reciprocidade que não poderá deixar de vir, sob a forma de graça concedida. Caso contrário,

tomará providências para ‘obrigar’ o santo a pagar o que deve...
Queiroz (1968:112).

Em Vila Bela, a Festança assumiu grandes proporções, bastante conhecida no estado do Mato Grosso, recebe fiéis de toda região e também conta com a presença dos representantes da Igreja e da política. É um momento de encontro familiar, quando os antigos moradores que se mudaram para outras cidades, estados e até países, retornam para rever e festejar junto aos familiares e amigos.

No caso da Festança de Vila Bela são celebrados o Divino Espírito Santo, Mãe de Deus e Três Pessoas, além das celebrações ao Glorioso São Benedito, ponto alto da festa.

A Festança é uma celebração que vem desde o século XVII, inicialmente realizada para celebrar o final da colheita e os santos católicos.

É durante a Festança, mas não apenas, que a população afrodescendente reafirma sua negritude e reverencia e divulga sua história, por meio das falas e presença de seus anciãos, durante as cerimônias públicas, pela performance do Coral da Consciência Negra, pelo bailado histórico das mulheres do Chorado, exposições fotográficas e de obras de artistas da cidade. Destaca-se a Congada, manifestação cultural de origem afro-brasileira, que agrega elementos do catolicismo e memória ancestral africana, tendo São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia como homenageados pelos devotos em diversas partes do Brasil.

Em Vila Bela a Congada de São Benedito ou a Dança do Congo consiste num auto religioso que inclui música e dança, bem como a encenação da coroação do rei do Congo, em referência a esse ritual praticado no antigo Reino do Congo. É possível identificar no auto palavras de origem banto, como *kanjinjin*, um dos personagens do auto, filho do rei do Congo (Gaeta, 1997; Vilela et al., 2002). Na vestimenta dos homens há muitas penas e que remetem uma influência indígena. É uma tradição ancestral que permanece até os dias atuais e que tem sido passada de geração para geração em uma linha masculina, pois apenas os homens participam do auto.

Figuras 22 a 25: Imagem dos soldados paramentados do Congo de São Benedito de Vila Bela da Santíssima Trindade, durante a Festança, as crianças do Congo Mirim e uma neta e filha de soldado do Congo entre os capacetes de pena (jul/2015).

As mulheres são as que confeccionam as fardas dos soldados do Congo incluindo os caprichados chapéus de penas e flores. Elas estão à frente dos almoços e jantares oferecidos à comunidade, além de produzirem os deliciosos biscoitos de ramos, *kanjinjin*, esquentada xereca e leite de onça que são servidos durante as rezas e demais rituais. Também faz parte da celebração do Glorioso São Benedito a coroação da Rainha e do Rei do Congo que sempre são Negros, assim como os soldados do Congo.

Durante a etapa de campo realizada em 2009 tive a oportunidade de participar da Festança de Vila Bela. A celebração propriamente dita dura uma semana inteira, porém os preparativos da festa começam um ano antes, quando são sorteados os nomes daqueles que ocuparão os postos e serão responsáveis pela organização da próxima festa.

Esse contato e a participação efetiva em muitos dos rituais (antes e durante a semana comemorativa) da Festança foram fundamentais para que eu pudesse interagir com a comunidade nesse processo de apresentação e conhecimento através da cooperação.

Foi acompanhando os foliões do Divino que pude observar pela primeira vez o uso tradicional de plantas relacionado ao universo religioso na comunidade vilabelense, e traçando um paralelo com a cultura e religiosidade afro-brasileira para refletir sobre as formas/ do hibridismo cultural dessas populações quilombolas.

Durante a passagem dos foliões que traziam a Bandeira do Divino para a benção dos anfitriões na casa de Dona Maria, bem como para recolher “esmola”¹⁶, além do cafezinho e biscoitos de ramos, para receber a comitiva religiosa Dona Maria espalhou folhas de laranjeira pelo chão da casa.

Figuras 26 e 27: Para receber os foliões do divino Dona Maria espalhou folhas de laranjeira pelo chão da casa; uma antiga tradição dos religiosos vilabelenses (jul/2009).

De acordo com o depoimento dos moradores espalhar flores de laranjeira pela casa é uma tradição antiga em homenagem ao Divino Espírito Santo e que hoje em dia é mantida apenas por alguns anciãos da comunidade. Os interlocutores não souberam (ou não quiseram) revelar o objetivo daquelas folhas de laranjeira espalhadas pelo chão.

O Espírito Santo, de acordo com o dogma católico corresponde a terceira pessoa da Santíssima Trindade (Deus, Filho e Espírito Santo). O Espírito Santo é a manifestação de Deus, é o guia daqueles que veem Jesus Cristo como o caminho da salvação da alma, sendo simbolizado por uma pomba branca.

¹⁶ A “esmola” é o processo de coleta de dinheiro como colaboração para a realização dos festejos, tem início meses antes, sendo encerrado dias antes da realização da semana comemorativa da Festaça.

Por outro lado, é amplamente conhecida a barreira tênue que separa o catolicismo popular da religiosidade afro-brasileira. Se de um lado as crenças religiosas do europeu, dos indígenas e dos africanos encontra ponto de intersecção, do outro o trânsito religioso pode ser um dos fatores que contribuem para o sincretismo e o hibridismo religioso.

Nos rituais afro-brasileiros, mais especificamente, na Umbanda, há referência a Santíssima Trindade, uma vez que sofre influência cristã nessa doutrina. Jesus na umbanda é sincretizado com Oxalá (orixá de origem ioruba). Jesus/Oxalá é o mestre da Umbanda, e como me ensinou minha mãe Amália, mãe de santo da Tenda Pai das Matas Mãe D'Água, assim como Jesus é a expressão da fé em Deus, Oxalá é quem é capaz de guiar as pessoas pelos caminhos da fé.

No candomblé ketu Oxalá é “Filho de Olorum, o criador supremo, Oxalá é o pai de todos os orixás. No candomblé angola, corresponde a Lemba, filho de Zambi, o criador supremo. Na umbanda, tem sob seu governo direto as hostes de anjos e santos que atuam como protetores dos mortais” (Gaspar, 2008:271). Nos rituais relacionados a essa divindade podem ser usadas folhas de laranjeira.

Outra semelhança ritual entre as práticas dos vilabelenses e o universo religioso afro-brasileiro é o fato de que tanto no candomblé quanto na umbanda há o costume da utilização de folhas sagradas espalhadas pelo chão durante as cerimônias religiosas.

Figura 28: Em cerimônia realizada durante o encontro de sacerdotes brasileiros e angolano no terreiro de Tata Luande, o barracão estava repleto de folhas sagradas esparramadas pelo chão (abril/2014).

Durante todo o processo de pesquisa do mestrado realizei esse exercício comparativo do uso de plantas, bem como da atribuição de significados por parte dos quilombolas de Vila Bela, com uso e as significações das mesmas plantas entre os praticantes de religiões afro-brasileiras, não apenas nos três terreiros (dos sacerdotes Mãe Caçulinha, Tata Katuvanesi e Mãe Amália) onde realizei pesquisa de campo, mas também consultando a literatura religiosa afro-brasileira.

Após relacionar uma série de plantas significativas, em primeiro lugar pela atribuição de significação simbólica às mesmas, mas também por sua importância no cotidiano da comunidade vilabelense, especialmente entre os moradores da comunidade remanescente de Quilombo do Boqueirão, fiz a identificação dessas plantas nos quintais da família Frazão de Almeida.

Através dessas comparações e das observações junto às comunidades afro-religiosas e de quilombo, foi possível a elaboração de um banco de dados e um possível *corpus* para a produção da pesquisa e atribuição de significação simbólica às plantas a partir da população quilombola de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Além da pesquisa de campo no levantamento dessa atribuição de significados, que abrangeu a população de Vila Bela de um modo geral realizei o mapeamento na comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão, sempre focada nos quintais, no uso do espaço e na distribuição das plantas.

Na comunidade do Boqueirão realizamos o mapeamento de três unidades habitacionais: os sítios onde viviam os irmãos Frazão de Almeida, Lino e Abdios, conhecido por Ádio. De acordo com dona Mancia Frazão de Almeida, prima de Lino e Ádio, o seu bisavô, o senhor Higino, seria africano de etnia desconhecida e fora escravizado, tendo cruzado o Atlântico e aportado em Salvador, de lá, encaminhado a Vila Bela em data não conhecida. Os bisnetos ainda contam que o bisavô teria se instalado às margens do rio Alegre, um afluente do Guaporé e que seus descendentes teriam dado origem a outras comunidades na região do rio Guaporé.

O mapeamento dos sítios foi realizado em dois contextos diferentes, dois foram realizados nos sítios denominados “sítios do presente”, ou no contexto sistêmico, e outro “sítio do passado”, ou no contexto arqueológico (Schiffer, 1972).

Nos sítios do presente viviam seu Lino e a esposa dona Maria dos Anjos, e foi identificado pela sigla SLM (Sítio Lino e Maria) e o sítio do casal Ádio e Elisandra Botelho, conhecida por Kika, denominado SAK (Sítio Ádio e Kika).

No mapeamento desses sítios do presente identificamos aquelas árvores e plantas significativas para os moradores, de acordo com os depoimentos e as observações de campo.

De posse dessas informações foi realizado o mapeamento do então denominado Sítio Arqueológico Porto Boqueirão (SArqPB). Esse antigo assentamento foi ocupado pelos ancestrais da Família Frazão de Almeida até o início da década de 1980, quando a região foi atingida por uma enchente obrigando os moradores a rumarem para áreas mais altas. Então, a família Frazão se mudou para o sítio SAK, que já era local de roça da família.

Os resultados conclusivos apresentados na dissertação de mestrado em 2012 apontaram para a existência de atribuição de significação simbólica a elementos da natureza, árvores e herbáceas, que eram similares aos significados atribuídos às mesmas plantas pelos praticantes de religiões afro-brasileiras. Essas similaridades foram interpretadas como resultantes do conhecimento ancestral difundido e reprocessado na diáspora africana.

Em 2014 ingressei no doutorado, também pelo PPGArq/MAE-USP com a intenção de dar continuidade à pesquisa, dessa vez apresentando um projeto colaborativo capaz de conciliar as atividades arqueológicas com os anseios da comunidade.

Nessa primeira etapa de campo, foram realizadas reuniões individuais com as famílias que vivem na comunidade Boqueirão. Além da devolutiva referente aos estudos desenvolvidos durante o mestrado, iniciei as discussões sobre a continuidade dos estudos por meio de um projeto arqueológico colaborativo em que a comunidade pudesse

participar de acordo com seus interesses. Foi definido que eu moraria na comunidade durante um período para acompanhar de perto as problemáticas cotidianas dos quilombolas enquanto registrava minhas percepções desde um ponto de vida arqueológico, da produção material do grupo.

Comunidade Boqueirão em realidade corresponde apenas às terras de propriedade da família Frazão de Almeida, pois o restante das terras que formam a comunidade pertence aos descendentes de Maria Rosa, e é denominada comunidade Bom Futuro. Porém, a população de Vila Bela se refere as duas comunidades como sendo uma só, a comunidade do Boqueirão, que foi também como eu conheci.

Visibilidade do Negro

Figura 29: Localização de todos os sítios na comunidade Boqueirão. Fonte: Google Earth. (Todas as localizações através do Google Maps incorporadas à esta tese foram feitas por Wellington Ferreira).

No projeto originalmente apresentado e aprovado pelo Programa havia proposto o retorno ao sítio arqueológico SARqPB para a realização de estudos da paisagem e intervenções arqueológicas em subsuperfície, com o objetivo de gerar novos dados para a continuidade da pesquisa. Porém, após a realização da primeira etapa de campo em maio de 2015, deparei com uma nova configuração espacial das moradias tradicionais quilombolas: constatei que os moradores dos sítios estudados (SLM e SAK), Lino e Ádio deixaram suas casas de arquitetura tradicional, entre 2013 e 2014, para viverem em novas casas de alvenaria.

Os quintais de Sr. Lino e Dona Maria (SLM), e de Ádio e Kika (SAK), que durante o mestrado eram quintais do presente agora se tornaram quintais do passado. Além disso, as casas tradicionais rapidamente se deterioravam, inclusive a vegetação outrora mapeada, sucumbia ao ataque de cupins, formigas e outros insetos, ou ainda, estava sendo sufocada pelo “mato” que crescia livremente devido ao abandono.

Diante dessa nova configuração do espaço quilombola e considerando o acúmulo de dados sobre os quintais SLM e SAK, incluí na pesquisa o estudo da formação do registro arqueológico por meio da perspectiva da Arqueologia do Abandono, registrando detalhadamente os processos que estavam atingindo essas duas unidades habitacionais abandonadas e em avançado estado de deterioração.

Também foi durante essa primeira etapa de campo que iniciei os procedimentos para a realização dos estudos arqueobotânicos, a partir do levantamento da vegetação no Sítio arqueológico Porto Boqueirão (SARqPB).

Quando me mudei para a comunidade do Boqueirão e a partir das visitas frequentes ao sítio arqueológico, optei por não realizar os estudos arqueobotânicos. Isto aconteceu, devido à demanda recorrente do novo contexto de abandono e, também, porque o sítio não apresentava condições para a coleta de material tendo em vista que o terreno é sujeito a alagamentos na época de chuvas.

Com a alteração na proposta para a inclusão dos sítios recentemente abandonados se tornou possível criar um panorama de distintos períodos de ocupação da região por

essas populações afrodescendentes, indo ao encontro do objetivo de reunir novos elementos para pensar a visibilidade arqueológica de sítios afrodescendentes.

A relação entre a prática etnográfica e o uso de técnicas arqueológicas na investigação da materialidade quilombola foi pensada e executada sempre com o intuito de garantir a inclusão dos moradores do Boqueirão em todas as etapas da pesquisa. Esse foi o primeiro passo no sentido de proporcionar a visibilidade social do grupo: a participação. Ainda que nem todos os moradores tenham participado ativamente das atividades realizadas no Boqueirão, procurei manter a todos informados sobre os procedimentos que seriam realizados.

Por outro lado, é impossível pensar na realização dessa pesquisa sem a colaboração da comunidade como um todo, e também, a minha ida para a comunidade durante um período para morar, vivenciar o cotidiano de forma mais intensa foi indispensável. Essa situação somente foi possível com o consentimento manifesto pelos moradores e pelo apoio que recebi, de todos, mas principalmente de Dona Sebastiana e da Família Frazão de Almeida, de Ádio e Kika.

Ainda que as intervenções tenham sido realizadas em três sítios distintos, todos pertencentes a membros de uma mesma família, os Frazão de Almeida, a vivência que possibilitou a construção da história sobre a comunidade aqui apresentada nesta tese é fruto dessa comunhão que se estabeleceu ao longo dos anos entre nós.

Essa proposta em desenvolver o estudo da materialidade e da história da comunidade quilombola a partir da priorização da participação pode também ser entendida como estratégia para garantir a visibilidade dessa população no âmbito da pesquisa acadêmica.

Ainda que essa tese tenha sido elaborada por mim, o seu conteúdo é fundamentado na experiência vivenciada e nas informações trocadas com os moradores. Toda e qualquer identificação de sítios arqueológicos, de plantas, de artefatos, de formas de fazer e pensar dos quilombolas é, sem dúvida, fruto da colaboração de todas as pessoas com as quais convivi ao longo destes dez anos de pesquisa. A leitura de estudos anteriores e posteriores ao início da minha pesquisa (principalmente: Bandeira, 1988; Zanettini, 2007; Symanski e Zanettini 2010; Mendes 2012; Arruda 2014; Leite e Silva 2014), com certeza ampliam esse quadro que apresento.

Ao lado da visibilidade social, também coube a comunidade, em especial a Ádio Frazão de Almeida, aos colegas arqueólogos ou não, que colaboraram nas atividades de campo e laboratório, o reconhecimento e recolhimento de evidências que me ajudaram nessa tarefa de contribuir e ampliar o debate sobre a visibilidade arqueológica em contextos de diáspora africana (Symanski e Souza, 2007).

De acordo com uma abordagem socio-antropológica o conceito de visibilidade social está associado à identidade dos sujeitos (Elias, 1994 *apud* Rodrigues, 2007). Ao partirmos do pressuposto de que os Negros constituem um seguimento considerado socialmente invisível desde o período colonial e o tráfico transatlântico de escravos entendo que a invisibilidade foi construída socialmente ao longo da história, sendo “um dos suportes da ideologia do branqueamento” (Leite, 1996:41), que desvalorizou as práticas culturais de africanos e seus descendentes como estratégia para retirar desse grupo seu potencial étnico e político.

O grupo Negro é estigmatizado e está em desvantagem nos critérios de inclusão/exclusão, sendo que um dos objetivos dessa pesquisa foi pensar e executar conjuntamente com a comunidade formas de se alcançar essa visibilidade social e a manutenção dessas populações em seu próprio território, de acordo com os anseios expostos pela comunidade.

PARTE II: Três tempos: práticas arqueológicas no Quilombo do Boqueirão

2. Canta canta minha gente! Arqueologia Colaborativa

O panorama sobre a colonização, sobre a questão territorial e a presença Negra em Vila Bela da Santíssima Trindade apresentado no primeiro capítulo dessa tese teve caráter introdutório, porém possibilita reflexões sobre a descolonização da arqueologia e a abrangência dessa prática no que se refere a visibilidade social de populações tradicionais em contextos afrodiáspóricos.

O entendimento de como os processos políticos, desde o Brasil Colônia até os dias atuais afetaram e afetam a vida dessas populações é importante para pensar como esta pesquisa pode contribuir para a descolonização do pensamento e da prática arqueológica. Ao mesmo tempo, entender para pensar o seu alcance em termos de justiça social, tendo em vista o desenvolvimento deste projeto colaborativo que buscou dar visibilidade social a esse coletivo social.

O processo de desarticulação da “Vila Bela dos Brancos”, como definiu a cientista social Maria de Lourdes Bandeira (1988), não significou em si a formação da comunidade Negra, mas contribuiu para a constituição da “Vila Bela dos Pretos”, resultado “de decisões coletivas dos pretos, formuladas politicamente a partir da redefinição de sua identidade étnica, frente à nova situação de alteridade” (Bandeira, 1988:123).

A comunidade Negra de Vila Bela encontrou nessa nova configuração social maior liberdade no processo de redefinição da identidade étnica do grupo, expressando-se através dos saberes ancestrais, da religiosidade e de outras práticas que se relacionam ao passado ancestral africano. Ou seja, Vila Bela possui um contexto social, cultural, político e territorial, parafraseando Levi Strauss, “bom para se pensar” a formação de identidades na diáspora africana, entendida a partir das formulações de Stuart Hall (2003; 2010). Logo, o contexto quilombola de Vila Bela pode ajudar a arqueologia a pensar sobre outros contextos.

Sobre a questão da representação histórica, Cristóbal Gnecco (2010:98) afirma que:

Não conceber a história como um processo cronológico linear e teleológico senão como uma heterogeneidade multitemporal é um lugar de entrada para falar de histórias locais e sua relação em rede com outras histórias (o que outorga a perspectiva global) ao invés de falar de grandes narrativas (Gnecco, 2010:98).

O caminho para lidar com este tipo de representação histórica seria por meio de uma arqueologia da descolonização, entendendo que “se a academia não milita contra a discriminação e a subordinação serão poucas as suas oportunidades de ser socialmente responsável nos tempos que correm” (2010:102).

O fenômeno colonial não era tido como importante pela arqueologia e somente ganhou espaço com o desenvolvimento de teorias pós-coloniais, ou seja, formas criadas no ocidente para estudar situações coloniais.

Porém, de acordo com Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016:16) os principais intelectuais do pós-colonialismo não se detiveram sobre os efeitos da colonialidade na América Latina, onde, no início do século XXI surgiu uma rede de intelectuais desenvolvendo investigações em torno da “decolonialidade”. O termo decolonial é sugerido por Walter Mignolo para marcar a abordagem do Grupo Modernidade/Colonialidade, relacionados a descolonização pós-Guerra Fria e os estudos asiáticos

De acordo com a perspectiva atual da descolonização da arqueologia, há o entendimento de que a literatura e as representações acadêmicas produzidas pelos ocidentais, no geral, espelharam apenas o ponto de vista do colonizador, justamente pela posição de dominação que esse ocupa.

Dessa maneira, um dos primeiros passos no sentido da descolonização seria a elaboração de novos conceitos para entender a cultura material e a formação do registro arqueológico em situações coloniais (Stein, 2005; Colwell-Chanthaphonh, 2009; Silva, 2011). A arqueologia colonialista reproduz a desigualdade, pois está marcada pela assimetria das relações sociais, onde vigora a dominação oriunda de uma experiência

colonialista, entendida como a dominação de um povo sobre outro num período de tempo prolongado (Gasco, 2005).

Para Silliman (2001) é preciso identificar as agências das minorias sociais, suas práticas e formas de resistência, meios pelos quais elas negociam suas identidades. Esse processo se dá por meio do reconhecimento das estruturas de poder do colonialismo.

É um fato que os colonizados não foram meros espectadores. Gasco (2005) traz o exemplo dos nativos americanos que não foram vítimas passivas do processo de colonização, mas sim, tiveram um papel ativo na formação da sociedade colonial e pós-colonial, transformaram e interpretaram as tradições trazidas pelos espanhóis. A autora afirma que ao mesmo tempo em que vigorou a imposição e o domínio por parte do colonizador, também houve negociação, transformação e afirmação por parte do oprimido.

Nas etnografias feitas no passado os Negros foram colocados como meros espectadores passivos, porém os africanos e seus descendentes feitos escravos no Brasil resistiram e reinterpretaram suas culturas frente ao novo contexto, como se pode observar nas relações sincréticas no campo religioso afro-brasileiro (Ferretti, 1995; 2007). Estas que podem ser analisadas a partir do conceito de hibridismo que sugere que diferenças e similaridades ligam as pessoas no contexto colonial sem equipará-las e que as pessoas formam novas culturas e reinventam tradições, ainda que mantendo certas percepções dentro de normas e padrões culturais próprios (Hall, 2003; van Dommelen, 2005).

Essa etnografia tradicional que surgiu a partir das experiências coloniais europeias está sendo criticada e novas propostas teóricas e metodológicas estão sendo formuladas a partir do entendimento da complexidade das inter-relações em contexto colonial.

A arqueologia tem apresentado propostas alternativas e práticas colaborativas nas quais “a multivocalidade e a reflexividade são entendidas como componentes fundamentais” (Silva, 2012:26), que devem ser incorporadoras na pesquisa, no sentido de fazer o(a) arqueólogo(a) se colocar de maneira ética e responsável diante dos coletivos sociais estudados e do patrimônio arqueológico (Colwell-Chanthaphonhh 2009, Silva, 2012).

Uma prática arqueológica mais responsável passa pelo reconhecimento por parte dos(as) arqueólogos(as) da sua responsabilidade social, em relação aos coletivos estudados, e da necessidade de conciliar interesses científicos com os interesses sociais e políticos das comunidades.

González-Ruibal (2009:20) em suas formulações sobre a arqueologia do presente, que abrange tanto o estudo de sociedades capitalistas, quanto não modernas, afirma que a partir dessa perspectiva não há distinção entre “nós” e os “outros”, categorias da pesquisa eurocentrada.

As arqueologias alternativas são norteadas por uma prática que promova a efetiva participação dos coletivos estudados em todas as etapas da pesquisa. O engajamento do grupo necessariamente passa pelo interesse na realização da pesquisa, que deve se estruturar a partir do equilíbrio entre o conhecimento e as visões de mundo dos povos estudados e o saber acadêmico. As “etnografias arqueológicas” são importantes nesse sentido, pois proporcionam ao arqueólogo entender qual o significado do registro arqueológico para o coletivo, reconhecendo as múltiplas vozes sobre o passado (Silva, 2012:26).

A etnografia arqueológica é mais que um método, sendo definida por Hamilakis e Anagnostopoulos (2009) como um espaço transcultural e multidisciplinar no qual se realiza a interação entre os membros do coletivo pesquisado e os acadêmicos e colaboradores envolvidos com a pesquisa.

A investigação realizada na comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão durante o doutorado foi desenvolvida de forma a contemplar os pressupostos de uma arqueologia em consonância com as propostas alternativas. O projeto foi estruturado sob bases da abordagem colaborativa, que se configurou como uma etnografia arqueológica da materialidade quilombola.

Desde a finalização do mestrado quando demonstrei interesse em retornar à comunidade para continuidade da pesquisa recebi apoio dos moradores, ainda que a comunidade não demonstrasse um interesse arqueológico específico nesse momento.

Desde o meu retorno à comunidade para a realização da primeira etapa de campo, procurei abordagens alternativas com o intuito tornar claro e acessível a todos o meu interesse de pesquisa, ao mesmo tempo em que procurei identificar em conjuntos com os moradores suas expectativas em relação à pesquisa.

Esse processo se estendeu durante algum tempo e no ano seguinte, quando eu já estava morando na comunidade, tínhamos claro que o resultado final da tese daria origem a um documento científico que confirmaria a ocupação histórica entre os rios Guaporé e Alegre, que deu origem a atual comunidade do Boqueirão.

Durante o andamento da pesquisa, tomei consciência da efetiva contribuição no sentido do fortalecimento da autoestima da comunidade, sobretudo entre os membros da família Frazão, que viram na execução do trabalho a valorização de sua ancestralidade, de sua história no passado e no presente. Essa tese também é deles e deve ser apropriada. Ela é também um memorial que reuniu a genealogia da família Frazão de Almeida dos dias atuais até onde a memória alcançou.

2.1. “Não mexe comigo que eu não ando só”: ações colaborativas.

A arqueologia colaborativa é uma perspectiva em construção que passa pela revisão e formulação de novas teorias e métodos, sempre em consonância com as perspectivas de descolonização do pensamento (Colwell-Chanthaphonhh, 2009).

Logo que eu me preparava para realizar a primeira etapa de campo do doutorado, me questioneei sobre qual seria a melhor maneira de apresentar o projeto de pesquisa à comunidade, visando alcançar todas as pessoas de uma maneira simples e precisa, procurando interagir com as diversas formas possíveis de linguagem.

Nesse sentido, outra questão primordial no desenvolvimento da pesquisa foi de como promover a participação efetiva da comunidade e viabilizar a realização da pesquisa não apenas em termos econômicos, considerando que a bolsa CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) não tem seus valores reajustados desde 2012, mas também, em termos da execução dos estudos necessários que haveriam de envolver vários conhecimentos específicos

No início de junho de 2015, logo depois do meu retorno do primeiro campo em Vila Bela, me engajei no grupo de pós-graduandos do MAE-USP para a organização da nossa IV Semana Internacional de Arqueologia – Discentes MAE/USP.

Durante uma reunião de trabalho, meus colegas me consultaram sobre a possibilidade de ampliar a “acarajezada” que eu faria em minha casa para reunir algumas amigas e amigos arqueólogos durante a realização da IV-SIA, transformando-a na festa de encerramento da Semana de Arqueologia.

Eu aceitei o desafio e, além dos membros da comissão da Semana se juntaram à organização da festa arqueólogas(os) e amigos do bairro. Meu vizinho Tata Limoeiro permitiu que utilizássemos o terreno dele para fazer uma fogueira e roda de violão. Com a autorização da prefeitura, a rua foi fechada e foi colocado um banheiro químico e, assim, realizamos uma enorme festa. Aproximadamente 200 pessoas participaram do evento no Morro do Querosene, bairro próximo a USP para confraternizar ao som da boa música, das Sambadas em meio a uma “fartura de acarajés”. E foi nessa efervescência que comecei a estruturar as “ações colaborativas”.

Quadro 3: Ação colaborativa “Acarajé da Paty: Arqueologia e acarajé” (2015).

Figura 30-32: logotipo Acarajé e Arqueologia Arte: Erêndira Oliveira e alimentos usados no preparo do acarajé. (mai/2015).

Figuras 33 e 34: manifesto e convite para a festa.

Figura 35: Laurinha.

Figura 36: amigas arqueólogas (o) do Projeto “Café com Açúcar”. Foto: Javier.

Figura 37: distribuição da fartura de acarajés.

Figura 38-41: momentos inesquecíveis.

Para a Semana de Arqueologia organizamos uma mesa sobre a “Arqueologia da África e da diáspora africana”, que contou com a participação de estudantes e professores convidados. As pesquisas apresentavas abordavam temas sobre escravidão, candomblé, artes na diáspora, educação, cultura material africana e quilombo. O colega Bruno Pastre convidou para a mesa o sacerdote e professor Maurício Luandê, meu amigo e colaborador do projeto de pesquisa.

Figura 42: participantes da mesa “Arqueologia da África e da diáspora africana”, a partir da esquerda Isabela Suguimatsu, Bruno Pastre, Paty Marinho, Ágata Silva, Zafenathy Paiva, Julio Moracen, Claudio Symanski e Maurício Luandê. Foto Ader Gotardo (jun/2015).

Figura 43: comissão organizadora da IV-SIA *Paty não saiu na foto porque estava em casa fazendo acarajé. Foto Ader Gotardo (jun/2015).

Inicialmente, a ação colaborativa teve por objetivo arrecadar fundos com a venda dos acarajés para patrocinar a ida de um representante das comunidades religiosas afro-brasileiras de São Paulo, que haviam participado da pesquisa de mestrado, para conhecer os moradores da comunidade do Boqueirão. Porém, por uma questão de incompatibilidade de agendas não foi possível realizar o proposto e o valor arrecadado foi destinado a realização da segunda etapa de campo.

Como previsto, viajei em julho de 2015 para o Mato Grosso para realização da segunda etapa de campo na comunidade do Boqueirão em Vila Bela. Após ter concluído as atividades na comunidade viajei para Cuiabá onde realizei mais uma edição do “Acarajé da Paty: arqueologia e acarajé”, com a colaboração das amigas cuiabanas Gabriela Viegas, sua irmã Manu e uma nova rede de colaboradores mato-grossenses.

Com o dinheiro arrecadado na ação colaborativa inaugural da Semana de Arqueologia comprei as vasilhas de coitês (*Crescentia kujete*) de Ronaldo Biguá, morador de Vila Bela, filho de tia Joana, primo de Kika, meu amigo e colaborador do projeto desde o mestrado. Também pude comprar de seu Martinho, morador da comunidade do Boqueirão, sua produção de cestaria de palha de babaçu e levei para Cuiabá, junto com

as vasilhas de coité de Biguá para ser exposto no espaço cultural Gran Bazar Pac, na Praça da Mandioca, local onde realizei a segunda edição do acarajé em parceria com o José Julio. Na feitura dos acarajés pude usar tomates e quiabos que também havia comprado do seu Martinho.

Figura 44-48: figura central do cartaz da ação colaborativa no espaço Gran Bazar em Cuiabá; no canto superior esquerdo Manu e eu preparando os acarajés na cozinha do Gran Bazar; nas fotos seguintes seu Martinho trançando os cestos de palha de babaçu e cuidando de sua horta no Boqueirão; a última imagem é da mesa de acarajés e a exposição dos cestos e coités (jul/2015).

Figuras 49 e 51: seu Martinho e sua horta e sua cestaria de folha de babaçu (jul/2015).

Figura 52: Mafalda, Paty e Gabriela Garcia. Foto: “o garçom” (jul/2015).

Meses depois da edição inaugural, realizei o segundo “Acarajé da Paty: arqueologia e acarajé” durante o XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para Quem?, realizado em Goiânia. Mais uma vez pude contar com a colaboração das amigas e amigos arqueólogos e realizei duas edições, uma festa no meio da semana e outra depois do encerramento do Congresso, no meio da praça nas da PUC-Goiás, com iluminação emprestada do bar da Tia.

Nesse congresso também tive a oportunidade de apresentar duas comunicações, uma delas divulgando as primeiras reflexões sobre a arqueologia colaborativa.

Figura 53 e 54: acarajé na praça da PUC-Goiás, na foto da direita minha ajudante Carolina, filha da minha amiga arqueóloga Rucirene Miguel e conversando com a Camila (vestido azul escuro de bolinhas vermelhas) é a Pardi (regata preta), amiga arqueóloga que nos deixou esse ano(out/2015).

Figura 55: amigas e amigos arqueólogos do MAE/USP fechando a festa (out/2015).

Após essas três primeiras experiências a avaliação foi positiva e ação colaborativa “Acarajé da Paty: arqueologia e acarajé” passou a ser permanente e itinerante. Em aproximadamente um ano realizei uma dezena de eventos. A arrecadação foi revertida para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, porém o valor arrecadado era pouco, o trabalho excessivo e a satisfação enormes. O que realmente estava sendo significativo para a pesquisa era a visibilidade para questões da diáspora africana. Acarajé, quilombo e arqueologia formavam uma combinação que provocou o interesse das pessoas por onde o dendê passou, tanto no âmbito acadêmico quando fora dele.

O Ofício das Baianas do Acarajé é Patrimônio Cultural do Brasil, tendo esse bem cultural de natureza imaterial reconhecido e inscrito, desde 2005, no Livro de Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em

Salvador foi incluído reconhecido como Patrimônio Imaterial da Bahia e em 2012 foi incluído no livro de Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer, do IPAC. O Ofício é profissão regulamentada por decreto municipal no município de Salvador desde 1998.

O bolinho feito de feijão fradinho, cebola e sal é de origem africana e no Golfo do Benin é chamado de “*acará* que, em iorubá, significa “comer fogo” – *acará* (fogo) + *ajeum* (comer)” (Brasil, 2007). Nas religiões de matriz africana o acarajé é alimento das divindades Iansã ou Oiá e Xangô:

Um dia Oiá foi enviada às terras dos baribas. De lá ela traria uma poção mágica, cuja ingestão permiti cuspir fogo pela boca e nariz. Oiá, sempre curiosa, usou também a fórmula, e desde então possui o mesmo poder de seu marido (Prandi, 2001:308).

Minha relação com esta é ligada à minha trajetória acadêmica. Em 2003, quando realizava trabalho de campo para disciplina do curso de Ciências Sociais no terreiro de candomblé angola Nzo Tumbansi fui convidada pelo sacerdote, chefe da casa, Tata Katuvanjesi a colaborar com as mulheres filhas de santo da casa na preparação do acarajé. Recebi uma saia cumprida e florida e fui incorporada à roda de mulheres que descascavam feijão fradinho, ali no quintal no quintal repleto de plantas e mistérios. Assim fui iniciada na feitura do acarajé! *Eparrei Oiá!*

Em setembro desse ano comecei a colaborar com o preparo do acarajé na tradicional Festa de Cosme do Dinho Nascimento e da Cecília e no Morro do Querosene, antigo bairro de São Paulo. No ano seguinte, fiz minha primeira oferenda de acarajés a Iansã e desde então passei a servir acarajés para minhas amigas e amigos no dia do meu aniversário e todos os anos o ritual que ficou conhecido como “acarajé da Paty” se repete. *Eparrei Oiá!*

Em 2003 eu já frequentava o terreiro de Umbanda Pai das Matas Mãe D’água, dirigido por mãe Amália que também veio a fazer parte da minha pesquisa de mestrado. Mesmo sem ser adepta da religião passei a fazer acarajé nas festas em homenagem a orixá Iansã que ocorre no mês de dezembro. Em 2014, venci as barreiras do meu ateísmo e fui batizada pelo caboclo Tupinambá na Lei da Umbanda.

Figura 56: irmãos(os) de santo no terreiro de mãe Amália em dia de Festa pra Iansã (dez/2017).

Figura 57 e 58: mãe Amália e adornada de flores amarelas a imagem de Santa Bárbara, sincretizada com Iansã na Umbanda (dez/2017).

O meu interesse no universo da religiosidade afro-brasileira foi motivado pela curiosidade originada ainda na infância, mas ao longo dos anos, para além do lado espiritual se tornou uma causa pela qual milito, logo abrange vários aspectos da minha vida.

Na arqueologia, antes da primeira ação colaborativa eu já procurava compartilhar com os meus colegas aspectos do universo cultural afro-brasileiro e o acarajé sempre foi uma saborosa introdução.

Em julho de 2014, organizei uma feitura de acarajés junto com a turma que participava das escavações realizadas em área da antiga senzala do Colégio Jesuíta no âmbito do Projeto “Café com Açúcar: Arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no sudeste rural escravista: séculos XVIII e XIX”, coordenado por Claudio Symanski e Flávio Gomes.

Figura 59: equipe descascando feijão fradinho na cozinha do Arquivo Público de Campos (antigo Colégio Jesuíta) (jul/2014).

Figura 60: eu explicando para Nathy (frufu azul) e Duda (lencinho vermelho) o ponto do vatapá. Foto: autor desconhecido (jul/2014).

Figura 61: equipe de arqueólogos da edição de 2014 do projeto “Café com Açúcar” (mais 2 jornalistas).

As ações colaborativas em torno do acarajé foram realizadas até início de 2016, antes da minha mudança para comunidade – onde cheguei a fazer carajé durante uma reunião colaborativa. Porém, a ideia de “ação colaborativa” se estendeu para as atividades de campo.

A participação nas pesquisas acadêmicas dos colegas é uma prática amplamente adotada na arqueologia, sobretudo pelo caráter multidisciplinar desta disciplina. Essa prática é naturalizada entre os arqueólogos, porém eu proponho analisá-la desde um ponto de vista da arqueologia colaborativa, entendendo que essa é uma prática que promove o compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores, colaboradores e as comunidades envolvidas.

Essa efetiva troca de experiências que acontece nas pesquisas de campo em arqueologia é uma experiência multivocal de construção de conhecimento. Durante o doutorado tive a oportunidade de realizar cinco “ações colaborativas” em Vila Bela que envolveram uma série de arqueólogos e profissionais de outras áreas, na execução dos estudos empreendidos na comunidade quilombola.

Na realização dessas etapas de campo procurei desenvolver uma metodologia que fosse didática e inclusiva, adotando linguagem múltiplas, textos, ilustrações, vídeos, áudios e a palavra. Considero que descrever esse percurso seja importante para dar visibilidade aos “bastidores” do desenvolvimento da tese, colaborando com informações que podem ser úteis, sobretudo para estudantes que procuram fazer uma arqueologia alternativa de forma colaborativa, como essa realizada em contexto de diáspora africana.

2.1.1. 1ª Etapa de campo maio de 2015: Oficina da Memória e Levantamento da Vegetação (SArqPB)

Na primeira etapa de campo os principais objetivos foram: retomar o contato com a comunidade, apresentar a proposta do projeto de pesquisa e realizar o levantamento da vegetação.

Antes de rumar para Bela Vila para realizar a primeira etapa de campo, fiquei alguns dias em Cuiabá para fazer levantamento bibliográfico da UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso e na Superintendência do IPHAN.

Em Cuiabá recebi o apoio do colega arqueólogo Francisco Stuchi, que me hospedou em Cuiabá, me deu suporte no IPHAN e me apresentou ao Cristóvão Luís, coordenador do MISC – Museu da Imagem e do Som. Cristóvão promovia a valorização

da cultura afro-brasileira no em Cuiabá, através das exposições e oferecendo a apoio a diversas manifestações culturais como o grupo Aruandê de Capoeira que realizava seus encontros no local. Foi por intermédio do coordenador do MISC que conheci colaboradores que possibilitaram a realização de mais uma ação colaborativa “Acarajé da Paty – Arqueologia e Acarajé” durante segunda etapa de campo.

Nessa oportunidade participei da 3ª. Reunião SAB Centro-Oeste realizada em Cuiabá e Chapada dos Guimarães/MT, entre 27 de abril a 1 de maio. Essa foi a primeira vez que eu apresentei a pesquisa no estado do Mato Grosso. Foi uma oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as pesquisas realizadas no estado.

Durante a Reunião da SAB conheci várias arqueólogas e arqueólogos que atuam no Mato Grosso e selei parcerias com pessoas que passaram a colaborar com a pesquisa.

Figura 62: participantes da 3ª. SAB Centro-oeste. Foto: Mario Friedlander (maio/2018).

Ao final da SAB, voltei para Cuiabá e fiquei hospedada na casa da minha nova amiga a arqueóloga Gabriela Garcia até a chegada de Renato Mendes para então, seguirmos para Vila Bela.

O engenheiro florestal Renato Mendes havia realizado estudos nas comunidades do Boqueirão e Retiro entre 2005 e 2007, para a implantação de sistemas agroflorestais,

no âmbito do Projeto Guyagrofor (*Development of Sustainable Agroforestry Systems Based on Indigenous and Maroon Knowledge in the Guyana Shield Region*) (Mendes, 2012; Leite e Silva, 2014).

Lembro que quando cheguei na comunidade em 2008, todos lembravam com carinho de Renato e de Célia “a portuguesa” que também tinha trabalhado no Guyagrofor. Logo que voltei a São Paulo os procurei.

Em outubro deste mesmo ano, conheci Célia durante minha participação o II Fórum Luso Brasileiro de Arqueologia Urbana, realizado em Coimbra/Portugal. Também tive o prazer de conhecer a acolhedora família de Célia, que me hospedou durante o Fórum. Em Coimbra pude assistir a uma apresentação de Célia na Faculdade de Engenharia sobre os estudos que ela desenvolveu nas comunidades quilombolas de Vila Bela.

Algum tempo depois conheci Renato no campus de Seropédica da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde Renato cursava o doutorado em Ciências Ambientais e Florestais. Durante dois dias, Renato me contou detalhes sobre os estudos que desenvolveu em Vila Bela, me apresentou o campus da Universidade ao mesmo tempo em que me dava foi verdadeira aula de identificação de plantas.

Renato e eu nos tornamos bons amigos e manifestamos o desejo de irmos juntos à Vila Bela. Dez anos depois esse desejo se realizou e em maio de 2015 viajamos para Vila Bela para realizar o levantamento da vegetação do sítio arqueológico Porto Boqueirão (SArqPB).

O retorno a Vila Bela foi como sempre emocionante pois fiz muitas amizades por lá. Renato e eu seguimos direto pra casa de tia Joana a procura de seu filho Ronaldo Biguá, meu amigo e cuidador da casa do fotógrafo Mario Friedlander, mais conhecido como Casa Azul, onde Renato e eu nos hospedariamos antes de seguir para o Boqueirão. Mario morou na Azul e manteve sua arquitetura tradicional e transformou um espaço cultural que sempre recebe pesquisadores e pessoas interessadas em conhecer mais da cultura de Vila Bela.

No primeiro campo que fiz em Vila Bela, ainda no mestrado em 2008, Paulo Zanettini e Claudio Symanski me deram muitas referências de quem poderia me ajudar em Vila Bela. Mario Friedlander foi uma dessas pessoas que tem colaborado com a pesquisa ao longo destes 10 anos.

Nem só de alegrias e reencontros foi esse retorno à Vila Bela, ficamos tristes ao saber do falecimento de Ariosmar aos 22 anos. Ariosmar era o neto de Vafilda, irmã de seu Lino e Ádio que em 2008 ajudava Biguá a tomar conta da Casa Azul. Também faleceram Cirilo, irmão de dona Sebastiana e esposo de Roxa e João Paulo, irmão de Vafilda Ádio e seu Lino.

Ariosmar e João Paulo e anos depois Zé Roberto do Boqueirão morreram em decorrência de acidentes de motocicleta, que aos poucos foram tomando o lugar dos cavalos no transporte de pessoas e cargas. Hoje em dia é possível ver vários cavalos que voltaram ao estado não domesticado por falta de montaria.

Figura 63 e 64: Ariosmar ♥ na Casa Azul (set/2008).

Também reencontramos Kika, que agora era diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Bela, que acabou por tornar-se uma instituição parceira da pesquisa. No dia seguinte partimos para a comunidade do Boqueirão e seguiu-se mais uma série de encontros emocionantes.

O levantamento da vegetação foi realizado em duas etapas: com colaboração de Ádio fizemos o reconhecimento da área, localizamos o SARqPB e identificamos a mangueira remanescente, que foi o marco zero na definição das parcelas; no dia seguinte, Renato e eu retornamos ao sítio para fazer o levantamento.

Renato definiu o método de parcelas retangulares de 30 x 50 metros, para obter uma unidade amostral que proporcione maior efeito de borda, capta mais os efeitos dos gradientes, além de facilitar orientação dos trabalhos. Ele também definiu o diâmetro mínimo para as árvores contabilizadas que foi de 30 cm/d.

Figura 65: croqui esquemático método de parcelamento para realização do Levantamento da Vegetação.

O resultado do levantamento demonstrou que a maioria das árvores existentes no local são espécies nativas e confirmou que as árvores frutíferas cultivadas pela família Frazão e pelos demais moradores das margens do rio Alegre, já haviam desaparecido quase que por completo, após 36 anos de abandono.

De acordo com Renato as espécies frutíferas:

são sp. [espécies] exóticas que passaram por um longo processo de domesticação pelo ser humano ao longo de muitos anos. Isso explica a dependência dessas sp. pelos tratos culturais (podas, controle na competição com outras plantas, adubação...) para se desenvolver bem. Quando não ocorre esses tratos culturais, essas sp. tendem a ficar em desvantagem em relação as outras sp. nativas mais adaptadas. Por isso eles entram num processo de senescência e acabam morrendo (Carvalho, 2012:123).

Quadro 4: Unidade amostral – Levantamento da vegetação do SARqPB. (mai/2015).

nº	Espécie	Diâmetro	Altura
1	NI-1*	90	25
2	Jatobá	53	15
3	Jatobá	150	25
4	Araticum	97	18
5	Araticum	81	18
6	Araticum	100	18
7	Araticum	113	20
8	Araticum	65	15
9	Jatobá	107	20
10	Jatobá	209	25-30
11	Araticum	82	20
12	Araticum	81	12
13	Jatobá	113	30
14	Araticum	126	16
15	Araticum	45	18-20
16	Pindaíba (<i>xylopia</i>)	56	18
17	Jatobá	84	25
18	Cajazeira	128	18
19	Ingá	83	18
20	Ingá	89	20
21	NI 1	90	25
22	Pindaíba	57	20
23	Araticum	57	18-20
24	Araticum	55	18
25	Amescla	63	25
26	Araticum	101	25
27	Jatobá	117 + 79	25
28	Babaçu	117	25
29	Araticum	80	25
30	Ingá	136	12
31	NI-2 (nervura trivinévia)	53	10
32	Araticum	53	15
33	Araticum	56	15
34	NI-3	45	15
35	Cajazeira	129	25
36	NI-4	45	20
37	NI-5 (presença e aculhos)	83+105	201
38	Babaçu	137	10
39	Ingá	68-90	16
40	Araticum	112	20

No final do dia, terminado o levantamento Renato e eu nos perdemos no campo ao retornar à comunidade. Esse, inclusive foi um importante episódio que teve um significado de rito de passagem. Ádio, Moisés, Luciano e Beto, que formavam a “equipe de resgate”, ao nos localizarem no começo da noite perdidos no campo – há poucos metros da estrada – disseram: “Paty agora você pode dizer que é moradora do Boqueirão, porque todos os moradores daqui já se perderam alguma vez no campo”! Depois deles outros moradores da comunidade fizeram o mesmo comentário, de modo que me senti integrada (risos).

Além do levantamento da vegetação, outra atividade que realizei na comunidade foi a primeira etapa da “Oficina da Memória: pessoas”. Essa oficina consistiu na elaboração de um álbum de fotografias com imagens de moradores de Vila Bela com os quais convivi durante a pesquisa. O “Álbum de Memórias” teve por objetivo ativar a memória das pessoas, para que se recordassem da minha passagem pela comunidade e da pesquisa desenvolvida, afinal fazia quase quatro anos que nós não nos víamos pessoalmente.

Foi gratificante ver as manifestações das pessoas ao verem suas fotografias, recordarem momentos e se alegrassem ao ver bebês que se já crianças que corriam de lá pra cá.

Diante da constatação da mudança do espaço quilombola, com o abandono das moradias tradicionais, para o próximo campo acrescentei ao Álbum de Memórias fotografias das coisas e dos lugares que haviam se transformado no Boqueirão.

2.1.2. 2ª Etapa de campo julho de 2015: Oficina da Memória: pessoas, coisas e lugares.

A segunda etapa de campo realizada em julho de 2015 foi repleta de atividades no âmbito da colaboração. Saindo de São Paulo, fiz uma parada em Cuiabá onde tive apoio das pessoas que conheci durante a SAB Centro-Oeste e que me ajudaram a organização da segunda ação colaborativa! Acarajé da Paty: arqueologia e acarajé, já em agosto no meu retorno de Vila Bela.

Visibilidade do Negro

De Cuiabá parti rumo à Vila Bela, passando antes por em Cáceres, que foi fundada em 1778, por questões estratégicas de comunicação com a então capital Vila Bela com a Capitania de São Paulo pelo rio Paraguai.

Em Cáceres fiquei hospedada na casa do arqueólogo Luciano Silva, professor da UNEMAT que me deu total apoio enquanto eu preparava o material para a realização da segunda etapa da Oficina da Memória.

Figura 66: orla e ao fundo centro histórico de Cáceres (jul/2015).

Figura 67: prédios históricos de Cáceres (jul/2015).

Figura 68: Luciano e seu pai José (jul/2015).

Figura 69: na UNEMAT montando o Álbum de Memórias Foto: Luciano Silva (jul/2015).

O Álbum de Memórias foi ampliado, às fotografias registradas desde o início das pesquisas iniciadas na comunidade em 2008, juntei imagens que havia feito dois meses antes, não apenas das pessoas, mas também imagens das casas tradicionais que haviam sido abandonadas recentemente (entre 2013 e 2014).

Figura 70: exemplo de uma das páginas do álbum de memórias (jul/2015).

Com essa montagem fotográfica procurei despertar a memória dos moradores do Boqueirão pelo lado afetivo incluindo fotos de pessoas, de modo a associar as transformações pelas quais passamos ao longo da vida, como o nascimento, o crescimento e a morte, aos processos de transformação da materialidade. Tudo tem um começo e um fim. Essa analogia teve por objetivo introduzir os moradores da comunidade as questões da formação do registro arqueológico.

Depois da troca de ideias visitei os sítios SLM e SAK acompanhado por Dona Maria dos Anjos e Ádio, respectivamente. Em campo comparei a situação atual das estruturas, com aquelas selecionadas no Álbum de Memórias. A partir das imagens das casas abandonadas, conversei sobre a fatores humanos e ambientais que interferiam na formação do registro arqueológico ao longo do tempo. Procurei explicar como o estudo dessas estruturas abandonadas poderiam ajudar outros arqueólogos a pesquisarem outros sítios arqueológicos de antigos quilombos e formularem novas interpretações sobre o modo de vida quilombola, dando maior visibilidade na arqueologia para a questão dos Negros na diáspora africana.

Na realização da Oficina respeitei o interesse de cada um. Ádio fez algumas fotografias procurando os ângulos das fotos anteriores, já com dona Maria andamos por todas as estruturas, enquanto ela inspecionava o estado das estruturas, observava as plantas que estava sendo atacadas pelas pragas e ia me contando histórias enquanto eu fotografava.

Figura 71: dona Maria dos Anjos na Oficina da Memória (ago/2015).

Figura 72: dona Maria inspeciona as antigas estruturas (ago/2015).

Figura 73: dona Maria descansa em seu antigo sítio (SAK-abandono) (ago/2015).

Ainda em Vila Bela participei de mais uma edição da Festança, onde pude rever muitos foliões que eu havia acompanhado durante dias 2009. Alguns meninos que eram foliões no Divino, tinham se tornado adultos e agora eram soldados na Congada de São Benedito.

Figura 74: Wanderson folião do Divino (jul/2009).

Figura 75: Wanderson (à direita) soldado do Congo (jul/2015).

Durante os dias que participei da Festança fiquei hospedada na Vila, na casa de dona Epídia, irmã de seu Lino e Ádio e lá participei do grande encontro da família Frazão. As filhas e filhos de Epídia e Bernardo que moram em São Paulo e na Alemanha vieram para Festança rever familiares e amigos. Tive a oportunidade de falar para dona Epídia e mais membros da família Frazão sobre o projeto desenvolvido na área de seus ancestrais e registrar esse encontro familiar que reuniu gerações.

Visibilidade do Negro

Figuras 76-85: festa de família na casa de dona Epídia (jul/2015).

A ideia do álbum de memórias foi tão produtiva que continuei alimentando-o com fotografias que fiz nesse campo e dei continuidade a Oficina da Memória no campo seguinte.

2.1.3. 3ª Etapa de campo abril de 2016: Mudança para a comunidade Boqueirão

Enfim, em abril de 2016 eu estava saindo de São Paulo para viver na comunidade do Boqueirão. Essa decisão provocou uma grande movimentação na minha vida e da minha família.

Na época minha amiga Jacqueline Romio foi morar na minha casa em São Paulo e ficou cuidando da nossa cachorrinha Tititi, parte da casa estava alugada e meu filho e sua família me acompanharam em parte dessa jornada. Quando chegamos ao Mato Grosso, eles decidiram ficar morando próximo à casa de Maura, filha de dona Sebastiana, em Várzea Grande, município localizado ao lado de Cuiabá.

Dona Sebastiana (SS) já estava vivendo em Várzea Grande há alguns meses devido seu estado de saúde complicado. Batica, como dona Sebastiana é chamada por seus familiares e amigos, me deu as chaves de sua casa no Boqueirão e me disse que eu ficaria no quarto de hóspedes e dividiria a casa com Rudi, seu parente que estava tomando conta do sítio já há algum tempo. Eu havia conhecido Rudi em 2009, quando ele Luciano e Lidu estavam construindo um galinheiro no quintal de dona Sebastiana.

Nos primeiros dois meses recebi todo apoio de Rudi para organizar minha nova vida de sitiante, desde a construção de uma estante para meus livros, a construção da horta, até ensinamentos sobre aspectos climáticos e sobre o plantio de hortaliças. Rudi conhece muito sobre as árvores principalmente sobre o uso da madeira na construção civil.

Figura 86: Rudi ampliando a horta no meio do quintal (abr/2016).

Figura 87: Rudi fazendo os canteiros da horta (jun/2016).

Figura 88: plantando nos canteiros Foto Rudi (jun/2016).

Figura 89: horta pronta (jun/2016).

Figura 90-91: Rudi construindo (abri/2016).

Figura 92: Roxa e Rudi, parceiros de pesca. Foto: Fabinho (mai/2016).

As minhas vizinhas também estavam sempre a postos pra me ajudar em qualquer questão. Me ensinaram a tratar das galinhas e também dos bichinhos de estimação – os cachorrinhos e gatos de dona Sebastiana – que as vezes eram acometidos por alguma enfermidade, como o bicho de pé.

Figuras 93-96: da esquerda para a direita minha cachorrinha Titititi que ficou em São Paulo; os cachorrinhos de dona Sebastiana, Lobó e Piranha; o Gato Número 1 e o Gato número 2 e minha jabuti Eclair Suelen, presente de Rudi, mas fiquei com pena e logo soltei Eclair no campo (entre abril e julho/2016).

Também pude colocar em prática conhecimentos que eu havia adquirido ao longo da vida, sobretudo com os meus avós paternos que me criaram. Minha avó, dona Antônia, que nasceu na roça sempre cultivou plantas e desde pequena desenvolvi curiosidade pela flora. A oportunidade de viver uma vida simples, mexer com a terra, conhecer as plantas sempre foi um desejo.

Assim, uni o útil ao agradável, aprender com as minhas vizinhas sobre a vida cotidiana no sítio era também aprender sobre os processos de formação. Certa vez tive a oportunidade de realizar a manutenção do fogão à lenha, seguindo aquilo que havia observado Kika fazer anos atrás.

O processo consistia na aplicação de argila com água (algumas pessoas adicionam cinza à mistura para argamassa ficar mais clara) na superfície do fogão para encobrir rachaduras e deixar o fogão com um bonito aspecto. Kika usou um pedacinho de plástico como espátula e fez o procedimento com a lenha em brasa. No sítio de dona Sebastiana eu comecei a reservar a cinza para fazer a manutenção, pois já havia notado que em outras casas a cinza era armazenada dentro de uma lata ou de um balde plástico, que podia ser guardado dentro ou fora da cozinha.

Figuras 97-100: Kika dando manutenção em seu fogão à lenha (jul/2009).

Figuras 101 e102: aprendendo a acender o fogo e a dar manutenção no fogão à lenha. Foto: Rudi (abril/mai/2015).

O fogão à lenha é um importante item na identificação de antigas moradias, pois pela ação contínua do fogo em suas paredes de argila, este se torna resistente e muitas vezes colapsa depois que a própria casa (Souza, 2017:123).

Além de poder acompanhar o processo de formação do registro nos sítios SLM-abandono e SAK-abandono e a relação das pessoas diante desse processo, pude perceber as transformações pelas quais passavam os quintais dos meus vizinhos cotidianamente.

Quando eu cheguei no Boqueirão em 2008, no sítio de dona Sebastiana (SS) além da casa de alvenaria, havia uma cozinha semifechada e ao lado um quarto, ambos de pau a pique. A área ao ar livre pra lavagem de louça processamento de alimentos também era coberta por uma estrutura de palha de babaçu. Em 2009, acompanhei a construção de um galinheiro no quintal.

Quando voltei em 2015, o quintal de dona Sebastiana estava completamente transformado. A cozinha semifechada continuava ativa, porém o quarto que estava servindo de paiol desde construção da casa de alvenaria, havia sido desmanchando frente ao seu eminente desabamento e a cobertura da área de lavagem já não existia, assim como o antigo galinheiro.

Em 2016 quando me mudei para a comunidade, Rudi e eu utilizamos alguns postes do antigo galinheiro que ainda estavam de pé e trocamos outros de lugar para construir a horta.

Figura 103: ao fundo a parede do quarto de Pau-a-pique (set/2008).

Figura 104: pilando na cozinha, ao fundo a área de lavagem coberta (set/2008).

Figura 105: estrutura do galinheiro no sítio de dona Sebastiana (jul/2009).

Figura 106: ao lado da cozinha a única evidência que restou do quarto: um poste (mai/2018).

Figura 107: área de lavagem descoberta (mai/2018).

Não apenas as estruturas mudavam com frequência, mas o que se cultivava no quintal também mudava de tempos em tempos.

Um outro detalhe importante para o estudo da formação do registro que pude observar no sítio de dona Sebastiana (SS), é que entre 2008 e 2015, o fogão foi reconstruído em posicionamento diferente e a parede de taipa também foi substituída por uma parede de tábuas. Provavelmente a parede ruiu e foi feita a substituição de maneira mais simples. Hoje quem vive no sítio é seu Florêncio, irmão de dona Sebastiana, que tem mais de 80 anos. Seu filho Boquinha, foi quem arrendou o sítio e ambos cuidam da criação e da manutenção do sítio.

Figura 108: fogão à lenha (SS) (set/2008).

Figura 109: fogão à lenha (SS) (mai/2018).

Essas observações e esse tipo de exercício comparativo, utilizei para construir a análise da formação dos sítios arqueológicos abandonados (SAK-abandono e SLM-abandono), apresentada no terceiro capítulo desta tese.

Outro aspecto positivo na minha mudança para a comunidade, foi que cotidianamente eu tinha a oportunidade de falar sobre o Projeto, explicar questões da arqueologia, o que tornou um pouco mais fácil explicar para as minhas vizinhas porque algumas vezes eu tinha que passar o dia inteiro estudando e por isso não podia visitá-las ou tinha que deixar o serviço do sítio de lado.

A tarefa de oferecer explicações sobre o projeto era uma constante, algumas pessoas realmente tinham dificuldade em entender porque às vezes eu tinha que passar o dia na beira do rio pra ficar estudando uma tapera que já nem existia mais. Esse trabalho tinha que ser feito de casa em casa, pois reunir a todos era uma tarefa quase impossível.

Em todo o período que vivi na comunidade consegui realizar uma única reunião geral com aproximadamente 70% dos moradores do Boqueirão. Essa reunião aconteceu num domingo, dia 10 de julho de 2016. Aproveitei que era dia do meu aniversário e finalmente, primeira vez fiz acarajé pra comunidade, infelizmente nem todos puderam disfrutar, porque além da reunião ter se estendido para além do previsto, algumas pessoas resolveram partir assim que a reunião chegou ao fim, por conta de algumas inimizades existentes entre os moradores.

Na reunião ficou acordado que escreveríamos um projeto com objetivo de conseguir um financiamento para comprar um trator para a comunidade, pois seria algo que beneficiaria a todos e não apenas a família Frazão de Almeida, foco dos estudos que eu vinha desenvolvendo ao longo dos anos.

A antecipação do meu retorno para São Paulo, acabou se confirmando depois do meu Exame de Qualificação e não conseguimos levar adiante nossos planos, sobretudo por questões de comunicação. Na comunidade não há acesso à Internet e o serviço de telefonia celular é bastante deficiente, sendo que a única pessoa com a qual eu poderia me comunicar era Kika, que trabalhava na Vila. Mesmo sendo Kika a pessoa mais engajada e acessível, o fato dela passar a semana toda trabalhando na Vila e considerando as relações pessoais entre os moradores do Boqueirão, inviabilizavam a continuidade das ações para elaboração do financiamento.

Outro ponto de pauta da reunião teve caráter integrador e consistiu na narração de aspectos da minha vida pessoal, afinal todos aqueles anos eu vinha convivendo e investigando a vida das pessoas da comunidade, conhecia seus familiares e amigos, enquanto eles conheciam muito pouco de mim. /desde que me mudei para a comunidade eles somente tiveram a oportunidade de conhecer meu amigo Riccardo Rella que tinha ido me visitar meses antes. Da minha família, apenas meu filho Cauí filho teria condições de me visitar no Boqueirão, o que de fato aconteceu poucos dias depois.

Para promover essa aproximação mais profunda, elaborei o “Livro da Pessoa”, com fotografias que havia trazido de São Paulo com essa finalidade. O enfoque do Livro foi basicamente apresentar minha família, minha trajetória acadêmica, profissional e de militância política, bem como falar um pouco sobre amizade e sobre minhas crenças religiosas. Também coloquei referências e imagens de pesquisas que já havia desenvolvido em arqueologia profissionalmente.

Figura 110: representação dos meus pais falecidos, minha avó paterna que me criou e meus irmãos.

Figura 111: minha família e amigos.

Figura 112: minha vida acadêmica e militância política. O período que trabalhei na CETESB e fui sindicalista; minha viagem para Cuba e minha militância comunista e meu ingresso na USP.

Figura 113: aqui uma ínfima parcela de amigos e amigos queridos, de todas as épocas. Inviável colocar toda minha família estendida.

Infelizmente não tenho nenhuma fotografia de registro desta reunião, devido a um problema técnico no cartão de memória da máquina fotografia do Thiago, nosso fotógrafo esse dia. Thiago morava na Vila tinha parentes no Boqueirão. Ele estava morando na Casa

Azul, onde promovia diversas atividades culturais. Foi parceiro da pesquisa, mas depois de um tempo ele se mudou para Cuiabá.

Desde o início da pesquisa em 2008, meus maiores colaboradores foram os membros da família Frazão de Almeida. Com Kika, desde o início me identifiquei e logo nos tornamos amigas. Quando eu planejava minha mudança para o Boqueirão ela me convidou para morar em sua casa. Porém na época declinei do convite porque eu esperava que dona Sebastiana voltasse a viver em sua casa no Boqueirão e que eu pudesse retribuir sua generosidade de alguma forma.

Kika foi parceira, foi a pessoa com quem eu mais discuti o projeto, ela me ajudou no planejamento das atividades e mesmo a distância eu podia contar com ela que me esclarecia qualquer tipo de dúvida, seja sobre as genealogias das famílias do Boqueirão, história da comunidade, entre outras. Mesmo Kika não podendo nos acompanhar nas atividades nos sítios, sua colaboração foi fundamental na identificação dos materiais.

No dia em que eu me preparava para ir pra São Paulo foi um dia de grande agitação. Eu me mudei da casa de dona Sebastiana para a casa da Kika e meu filho Cauí que estava no Boqueirão com a família fez a mudança.

Kika e Ádio receberam estudantes do Ensino Médio Integrado e do Proeja do IFMT – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Várzea Grande, que faziam parte do Projeto de Ensino Expedições Seculares. Os estudantes visitaram também Cáceres e o centro histórico de Vila Bela.

O casal deu uma excelente aula à turma de estudantes sobre o modo de vida quilombola, usando exemplos práticos do dia a dia. Kika contou que eles estão acostumados com essa visita de estudantes que costumam vir de unidades de ensino localizadas em cidades próximas de Vila Bela, até mesmo de Cuiabá. Essas visitas já foram mais frequentes no passado completou Kika.

Kika pediu que eu falasse da pesquisa e eu utilizei o pôster que havia apresentado em fevereiro daquele ano durante o *3rd Young Natural History Scientists Meeting* (Paris/França). O início minha fala comentando sobre a pesquisa de doutorado as

professoras conheciam a dissertação que haviam incluído na bibliografia recomenda aos estudantes que participavam do Expedições Seculares.

Figura 114: Ádio, Kika e eu entre professores e estudantes do IFMT (jul/2016).

Morar na comunidade do Boqueirão foi uma experiência incrível, tanto do ponto de vista acadêmico quanto pessoal. Tive a oportunidade de vivenciar experiências que me ajudaram a conhecer mais profundamente o modo de vida dos quilombolas de Vila Bela, pude perceber e vivenciar aspectos das relações sociais e visões de mundo. Aprendi muito sobre as plantas, sobre o clima, sobre arqueologia, sobre animais e sobre os seres humanos. Tive experiências positivas sobretudo quanto a generosidade e afeto das pessoas, mas também vivi momentos de conflito onde tive que enfrentar posturas machistas, situações de assédio, distorções da realidade, problemas com alcoolismo e todo tipo de visões de mundo divergentes. Tudo acabou convergindo para o fortalecimento dos meus ideais e a certeza de que eu faria tudo de novo.

2.1.4. 4ª Etapa de campo setembro de 2016: Pisa Nesse chão com força:
prospecção e mapeamento do Sítio Arqueológico Porto Boqueirão (SArqPB)
e Oficina de Arqueologia Experimental – casa tradicional

Após o Exame de Qualificação do doutorado, além de questões teórico metodológicas que se definiram, me foram colocadas demandas que exigiam meu retorno para São Paulo.

Diante desta situação, vi a necessidade de retornar à Vila Bela para conversar com a comunidade afim de encontrar a melhor solução, pois eu ainda não estava plenamente convencida de que meu retorno à São Paulo seria a melhor maneira de dar continuidade ao nosso trabalho. Eu também precisava voltar a comunidade para realizar o mapear o sítio arqueológico Porto Boqueirão para delimitar áreas para futuras escavações e continuar o acompanhamento dos processos de formação do registro arqueológico, que estavam em andamento nos contextos de abandono.

Sem condições financeiras para custear mais uma campanha para Vila Bela, estruturei mais uma ação colaborativa e escrevi o projeto: “Pisa nesse chão com força: prospecção e mapeamento do Sítio Arqueológico Porto Boqueirão (SArqPB) e Oficina de Arqueologia Experimental – casa tradicional”, com objetivo de levantar fundos para mais essa empreitada.

O projeto que apresentei nas escolas em busca de parceiros, trazia a contextualização histórica da comunidade do Boqueirão e da pesquisa desenvolvida. Fiz a descrição das atividades que seriam desenvolvidas, que além do mapeamento incluíam uma oficina experimental envolvendo a reforma de uma casa de pau-a-pique:

A oficina experimental tem por objetivo a construção e reparo de estrutura habitacional no antigo sítio SJPA (sítio João Paulo e Amélia), por meio de técnicas construtivas tradicionais de casas de taipa (ou pau-a-pique).

A construção de uma nova estrutura anexa também foi planejada para que os moradores da comunidade possam receber estudantes que visitam a comunidade com regularidade, para realização de pesquisas sobre o modo de vida das populações quilombolas de Vila Bela. A comunidade recebe estudantes do ensino fundamental e médio vindos de cidades próximas, e também da capital Cuiabá.

A valorização e difusão dos saberes e das técnicas de arquitetura vernacular tradicionais entre os mais jovens é o principal objetivo desta oficina. Participarão da atividade membros da comunidade de diferentes idades e pesquisadores colaboradores.

Além dos membros da comunidade com o conhecimento das técnicas construtivas tradicionais, participarão também da oficina os pesquisadores colaboradores (que realizarão o mapeamento do sítio arqueológico SARqPB) e outros membros da comunidade de diferentes idades.

Contrapartida: “Ciclo de palestras em Arqueologia”, cujo público alvo, o período e o conteúdo programático serão definidos em conjunto com o financiador. O fio condutor das palestras será “A arqueologia e o presente: patrimônio e saberes tradicionais”. Os profissionais, arqueólogos e especialistas de outras áreas, responsáveis pelas palestras possuem titulação acadêmica e experiência na área educacional e de educação patrimonial (arquivo pessoal, 2016).

A ideia de promover essa oficina experimental, foi gestada ainda em Vila Bela, depois de conversas com Ádio, Kika e os filhos de João Paulo, irmão de Ádio que havia falecido em 2012.

Em uma escola de Belo Horizonte consegui parte do financiamento, com a promessa de agendamos as palestras para depois da defesa da tese de doutorado. Também contei com a colaboração do professor Claudio Symanski, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG emprestou o nível topográfico.

O passo seguinte foi reunir a equipe, que foi formada por Cauí Carvalho, meu filho que estava vivendo em Vila Bela e tinha experiência profissional em pesquisas arqueológicas, Riccardo Rella, meu amigo antropólogo, que também já havia trabalhado em pesquisas arqueológicas e estava avaliando as possibilidades de desenvolver um projeto de doutoramento em Vila Bela, Ádio Frazão de Almeida, morador da comunidade presente em todas as etapas de campo e Kendra Andrade, minha amiga com formação em

Geografia, com quem escavei no Projeto Café com Açúcar. Em setembro de 2016 partimos para Vila Bela.

Figura 115: equipe do “Pisa nesse chão”, a partir da esquerda: Cauí Carvalho, Riccardo Rella, Ádio Frazão, Paty Marinho e Kendra (set/2018).

Riccardo e eu chegamos na Vila e nós juntamos a Cauí e sua família que nos aguardavam na Casa Azul. Enquanto esperávamos por Kendra que chegaria no dia seguinte. Enquanto isso nos dedicamos a logística de campo, além da compra de materiais e alimentos, planejamos com Ronaldo Biguá a “Primeira expedição Guaporé-Alegre”. Desde que eu iniciei a pesquisa em 2008 essa seria a primeira vez que eu navegaria pelo rio Guaporé até o Boqueirão do rio Alegre, percorrendo as águas que durante anos foram navegadas pelos moradores da comunidade Boqueirão e seus ancestrais. Além da experiência necessária e também fantástica, foi uma forma que eu encontrei em colaborar com Biguá que sempre foi um colaborador e amigo em todas as horas.

Figuras 116-118: sim fazia frio em Vila Bela! Frio fora de época Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figuras: 119-121: flora e fauna do vale do Guaporé. Foto: Riccardo Rella.

Figuras 122 a 124: a difícil travessia do rio Alegre. Foto: Riccardo Rella.

Figura 125: chegada ao Porto Boqueirão.

Figura 126: chegada ao Porto Boqueirão Foto: Ronaldo Biguá.

Na comunidade do Boqueirão como de costume, assim que cheguei fomos todos fazer uma visita aos moradores, também para comunicar sobre as atividades que seriam desenvolvidas e para apresentar minha amiga Kendra, pois Riccardo e Cauí já eram conhecidos.

Para aqueles dias em que nos dedicamos ao mapeamento do sítio Porto Boqueirão, contratei Metilde para fazer nossas refeições. Na hora do almoço Ádio ia com sua moto buscar nosso almoço. Diferente das outras campanhas dessa vez insisti para que Ádio aceitasse uma diária para trabalhar conosco no mapeamento, pois um dos objetivos da busca de financiamento para o projeto foi reverter parte desse dinheiro para a própria comunidade.

A equipe ficou acampada no sítio SJPA, onde realizamos a primeira etapa da oficina experimental de pau-a-pique, que consistiu na limpeza do mesmo visando a recuperação do fogão-a-lenha para que pudéssemos fazer nosso jantar. O teto da cozinha havia desabado e tivemos que tirar a palha de babaçu.

Figura 127: cozinha do SJPA (set/2008).

Figura 128: cozinha sem teto. Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 129: quartos e cozinha do SJPA Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 130: retirando a palha de babaçu. Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 131: retirando a palha de babaçu. Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 132: fogão recuperado (set/2016).

Figura 133: acampamento armado (set/2016).

No projeto inicial estava previsto o levantamento topográfico no sítio arqueológico SARqPB, porém conseguimos realizar também no SAK-abandono e SAK-atual, para que pelo menos Ádio e Kika tivessem mais esse documento sobre sua propriedade.

Toda a equipe passou por um treinamento em campo oferecido pela arqueóloga e geógrafa Kendra. Ádio e eu já tínhamos tido a oportunidade de realizar medições usando o nível topográfico, porém Cauí e Riccardo estariam manuseando os equipamentos pela primeira vez. A participação de Ádio foi fundamental para a elaboração de um croqui das habitações a partir de sua memória, que norteou o levantamento topográfico, juntamente com as evidências remanescentes da antiga construção.

Figuras 134 e 135: Ádio desenhando croqui habitações do SARqPB. Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 136: Ádio e Patrícia construindo o croqui do SARqPB (set/2016) Foto: Riccardo Rella.

Figura 137: Kendra, Cauí e Riccardo discutem sobre o mapeamento do SARqPB(set/2016).

Figura: 138: últimos ajustes e...

Figuras 139: ...mãos a obra. Foto: Cauí Carvalho (set/2016).

Visibilidade do Negro

Depois de terminados os trabalhos no sítio arqueológico Porto Biqueirão, partimos para o sítio SAK-abandono e SAK-atual.

Figura 140 e 141: levantamento topográfico no SAK-abandono. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 142: levantamento topográfico no SAK-atual. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Visibilidade do Negro

Figura 143-145: croquis topográficos SARqPB, SAK-abandono e SAK-atual. Elaborados por Kendra (set/2016).

A última atividade de campo foi a realização da segunda parte da Oficina Experimental casa de pau-a-pique. Durante os dias eu fiquei trabalhando no Boqueirão conversei com Rudinho, filho de João Paulo, sobre o impasse entre minha continuidade na comunidade ou meu retorno para São Paulo.

De acordo com Rudinho ele e sua família não tinham condições de vir morar no sítio, então não adiantaria fazer a reforma e o novo poço caso eu não fosse morar lá. Resolvemos que faríamos um mutirão para retirar toda a palha e madeiras da antiga cozinha para preservar a estrutura dos quartos que ainda estava em boa condição.

Figuras 146-149: finalização da manutenção da casa SJPA (set/2016).

No último final de semana, reuni todos os participantes e alguns amigos e para uma confraternização e fizemos um churrasco com os porquinhos que a Kika cria para comercializar.

Esse campo foi realizado com um financiamento alternativo que tornou possível a organização de uma logística, na qual os membros da comunidade que colaboraram tivessem algum tipo de retorno financeiro, ainda que pequeno e pontual. Isso confirma

que as formas alternativas de colaboração, podem viabilizar a execução de projetos e originar formas de garantir da participação da comunidade por meio de proposta criativas e de interesse mútuo.

2.1.5. 2.1.4. 4ª Etapa de campo maio de 2018: “Levanta, sacode a poeira: arqueologia do abandono e escavações no sítio arqueológico”.

Após um ano sem ter condições de retornar à comunidade, passei pelo processo de aposentadoria da minha então orientadora, professora Marta Heloísa Leuba Salum. Esse fato acabou gerando uma situação atípica e meu trabalho foi novamente submetido a avaliações antes que fosse confirmada a professora Fabíola Andréa Silva como minha orientadora oficial. Com a situação resolvida, parti para Vila Bela da Santíssima Trindade para realizar a 5ª e última etapa de campo, em maio de 2018.

A ação colaborativa “Levanta, sacode a poeira: arqueologia do abandono e escavações no sítio arqueológico”, foi necessária para concluir os processos iniciados, além dos aspectos arqueológicos, também foi o momento de informar aos moradores sobre a finalização dos trabalhos.

Nessa ação colaborativa tive a possibilidade de levar para campo uma estudante de graduação em arqueologia, Alice Matos que estuda na UFOPA, em Santarém/PA. A estudante foi recomendada pela amiga Laura Furquim, pois além de excelente aluna, Alice é afrodescendente, militante e se interessa pela temática da arqueologia da diáspora africana. Ao final do campo pedi a Alice para fazer um relato sobre a sua experiência, que considerei necessário reproduzir na íntegra:

Sou Alice de Matos Soares, tenho 20 anos, nascida e criada em Santarém do Pará, localizada às margens do rio Tapajós. Sou acadêmica do Curso de Bacharelado em Arqueologia na Universidade Federal do Oeste do Pará. Minha trajetória na universidade é um pouco difícil, uma universidade que mais apresenta diversidade, onde estão presentes indígenas, quilombolas e negros, mas ainda não tem suporte pra lidar

com essas diferenças. Mas os movimentos estão presentes e bem fortes pra ajudar a lidar com isso.

Minha experiência no Boqueirão foi muito boa, animadora diria. Dado ao contexto de comunidades quilombolas, isso me atraiu muito quando recebi o convite de uma amiga (Laura Furquim) que me colocou em contato com Paty, pois na região em que moro Santarém-Pará, as comunidades quilombolas são muito presente e fortes. Por meu interesse em tratar da diáspora africana no meu trabalho de conclusão de curso (TCC). O convite me animou muito, pois são poucos os trabalhos e pesquisadores que trabalham com a diáspora africana, e ter a oportunidade de ajudar num trabalho com esse viés foi enriquecedor tanto para a formação acadêmica quanto pessoal, pois como estudante negra, estar dentro da academia é difícil e isso também nos impulsiona a resistir. Ver outros pesquisadores e pesquisadoras negras, significa representatividade.

O contexto de Boqueirão em si foi muito interessante, dado as famílias que ainda moram lá e a história que contam. A cheia que fez com que boa parte dos moradores mudarem e se reorganizarem, para arqueologia entender os fatores são muito importantes. Pra minha pesquisa isso vai ser muito útil: memória, as lembranças de um tempo que se passou. As entrevistas e construção de árvore genealógica foram as melhores, eles contando sobre como era o lugar, quem viveu ali, falando de suas famílias, pra mim foi excelente, pois os poucos dias que estive convivendo e conversando com as pessoas pude conhecer e participar da vida deles. Principalmente da família que nos recebeu.

Eu moro na cidade, já tinha conhecido um pouco da vida no campo, mas ver as atividades sendo feitas todos os dias, um serviço pesado e ainda ter uma disposição de ajudar as pessoas como Adio e a Família dele fez, foi gratificante. Eu só havia feito uma escavação, então isso me ajudou também, adquiri mais experiência, ainda mais em contexto totalmente diferente do que já havia visto. Assim, tudo isso contribuiu mais para minha formação.

Agradeço grandemente a oportunidade de conhecer pessoas, contextos e trabalhos novos. Pois enquanto acadêmica de arqueologia, na reta final já do curso, isso afetou muito nos meus planos de TCC, já tinha pensado em desistir do tema da diáspora africana, devido a questões acadêmicas e pessoais, mas estar em contato com a comunidade, oportunidade de conversar sobre, me fez querer continuar, pois quero ajudar com o trabalho que desenvolverei a comunidade ou as comunidades, pois sabemos que com o avanço do agronegócio, a disputa de território vários direitos estão sendo retirados, então fazer uma pesquisa que ajude a comunidade tanto no registro de memória, quanto afirmação da mesma para mim é bom (Alice Matos, comunicação Pessoal).

A colaboração de Alice foi importante não apenas do ponto de vista do desenvolvimento das atividades em si, mas também porque o incremento das pesquisas em arqueologia da diáspora africana passa pela inclusão de profissionais e estudantes Negros (Singleton, 1997; Symanski e Souza, 2007).

A garantia da participação de afrodescendentes nos cursos de arqueologia das universidades públicas, em equipes de profissionais em projetos arqueológicos, propicia a incorporação de perspectivas diferenciadas, a partir de um lugar de fala afrodescendente. Assim, garantir a participação, por um lado promove a visibilidade social do afrodescendente e por outro lado, pode contribuir também para a visibilidade do registro arqueológico, uma vez que acrescenta ao debate, vozes historicamente excluídas dos espaços de conhecimento e poder.

Além da presença indispensável de Ádio, o quarto integrante da equipe foi Wellington Ferreira, meu companheiro, eletricitista e fotógrafo, dividiu comigo a logística de campo, foi o fotógrafo e o “doutor pardal” da equipe, com uma solução para todos os problemas.

Ainda contamos com a colaboração de Bibiana e Jéssica (mãe e filha de Kika respectivamente), na cidade de Várzea Grande/MT, ponto de encontro para reunião a equipe antes de seguir viagem para Vila Bela.

Figura 150: a partir da esquerda, eu, Alice, Ádio e Wellington (mai/2018).

Com a equipe toda reunida visitamos todas as famílias do Boqueirão, já nos dependendo porque os trabalhos foram muito intensos e produtivos. A escavação no sítio arqueológico foi bem-sucedida e encerrei a coleta de dados nos contextos de abandono presente. Tive a última reunião com seu Lino e dona Maria e com Ádio e Kika, expondo o final da pesquisa de campo e a redação do produto final: a tese. Também os convidei a participarem da defesa em São Paulo, mas provavelmente apenas Kika comparecerá.

Figura 151: gabinete na casa de Kika (jul/2009).

Figura 152: gabinete na casa de Kika. Foto Wellington Ferreira (mai/2018).

A equipe ficou hospedada na casa de Kika e o quarto de hóspedes e a sala de atividade foi nosso gabinete de trabalho.

Cotidianamente procurei repassar para Kika as atividades desenvolvidas em campo e eventualmente procurei seu Lino e dona Maria para informar sobre as descobertas e consulta-los sobre a identificação dos materiais, uma vez que foi acordado que o laboratório seria feito em campo e os materiais encontrados, seriam enterrados após a escavação.

No sítio arqueológico Porto Boqueirão, com a colaboração da equipe além das escavações, da equipe fizemos a evidência das estruturas e realizamos o registro das coordenadas GPS, para incluir na tabela produzida no campo anterior as novas evidências identificadas.

Tabela 1: Coordenada GPS – estruturas do SARq-PB

N	Identificação	Coordenadas	Tamanho	n° GPS
1	Esteio (em pé)	0182701 X 8322177	1,80 cm	001
2	Esteio (deitado)	0182707 X 8322177	2,20 cm	002
3	Esteio (deitado)	0182709 X 8322180	2,20 cm	003
4	Esteio (deitado)	0182708 X 8322181	2 m	004
5	Esteio (em pé – toco)	0182706 X 8322180	1,90 cm	005
6	Marca esteio	0182701 X 8322181	-	006
7	Caneleta	0182706 X 8322182	2 m	007
8	Canaleta (3,20 cm da anterior)	0182705 X 8322185	40 cm	008
9	Batente (deitado)	0182707 X 8322185	2 m	009
10	Batente (em pé)	0182709 X 8322187	1,50 cm	010
11	Marca esteio	0182711 X 8322190	-	011
12	Canaleta	0182720 X 8322190	2,90 cm	012
13	Marca esteio	0182716 X 8322190	-	013
14	Caneleta	0182715 X 8322192	2,80 cm	014
15	Marca esteio	0182712 X 8322194	-	015
16	Marca esteio	0182718 X 8322192	-	016
17	Caneleta	0182718 X 8322191	2 m	017
18	Marca esteio	0182713 X 8322190	-	018
19	Esteio (em pé)	0182712 X 8322194	1,70 cm	019
20	Esteio (em pé)	0182712 X 8322194	3 m	020
21	Marca esteio	0182704 X 8322184	-	021
22	Esteio (em pé)	0182707 X 8322185	1,70 cm	022
23	Marca esteio	0182700 X 8322187	-	023
24	Marca esteio	0182704 X 8322189	-	024
25	Marca esteio	0182704 X 8322190	-	025
26	Marca esteio	0182712 X 8322194	-	026
27	Esteio (esteio em pé)	0182707 X 8322183	1,50 cm	038
28	Esteio central (deitado)	0182705 X 8322186	3,78 cm	039

Após a finalização dos trabalhos de campo a comemoração foi na Cascata dos Namorados em Vila Bela, mas infelizmente Kika não pode ir com Ádio pois ela estava com sérios problemas de coluna. A Cascata dos Namorados está localizada no Parque Estadual Serra Riccardo Franco foi criado em 1997 e faz divisa com o Parque Nacional Noel Kempf Mercado na Bolívia. O parque está ameaçado devido ao *lobby* dos fazendeiros junto ao legislativo visando a flexibilização dos limites ou até mesmo a extinção do Parque.

Figura 153 e 154: Cascata dos namorados, e a partir da direita: Paty e Hadilly Sophia, Wellington, Alice e os filhos de Kika, Jéssica e Abdilson (mai/2018).

As ações colaborativas foram idealizadas para promover a participação dos membros da comunidade. O foco na família Frazão de Almeida não impediu que outros moradores de Vila Bela se envolvessem e colaborasse com a pesquisa. Penso que essa tese também reflete essa participação, essa colaboração. Ádio e Kika foram os maiores parceiros, as pessoas que mais se envolveram na pesquisa, opinaram, ajudaram a interpretar a materialidade. Mas todos os moradores do Boqueirão, me acolheram e cada um ao seu modo ajudaram a construir essa tese.

3. Como será o amanhã? Arqueologia do Presente e Arqueologia do Abandono

Quando iniciei o desenvolvimento de um projeto etnoarqueológico em Vila Bela da Santíssima Trindade, durante o mestrado, pude perceber que a materialidade quilombola estava em pleno processo de mudança, pois determinados materiais, estruturas e objetos que faziam parte da história centenária daquelas comunidades estavam dando lugar a outros.

No discurso dos moradores da comunidade, era recorrente entre todas as famílias o desejo de construir casas de alvenaria no lugar das tradicionais casas de pau-a-pique. A motocicleta estava chegando na comunidade, em substituição aos cavalos, facilitando o transporte entre a comunidade quilombola e a Vila. Além do transporte por meio do acoplamento da carretinha à motocicleta, o leite era transportado nas charretes e carrinhos de mão.

Com o passar dos anos as casas tradicionais foram sendo substituídas, o campo ficou repleto de cavalos que voltaram ao seu estado indomável por ausência de montaria, e à parafernália doméstica itens foram incorporados e outros eliminados.

O contato com a sociedade envolvente traz novas referências para a comunidade, as alterações ambientais provocadas pelo desmatamento do entorno, aceleradas pela ampliação das terras dos grandes latifúndios exigem novas estratégias para dar conta da subsistência: poços artesianos cada vez mais fundos, uso de agrotóxicos para combater pragas que se multiplicam por causa do cultivo de sorgo e soja nas fazendas pecuaristas.

Porém, nem tudo é novidade e nem tudo é substituído. Assim, o novo e o velho convivem no cotidiano da comunidade.

Toda comunidade viva está em processo de mudança contínua com relação aos materiais que utiliza. Em qualquer ponto de sua existência, uma parte dos materiais está caindo em desuso e em decomposição, enquanto novos materiais estão sendo adicionados como substitutos.

Em certo sentido, uma parte de cada comunidade está se tornando, mas não é, de fato, dados arqueológicos (Ascher, 1961:324).¹⁷

Um episódio que vivenciei me fez refletir sobre como as materialidades e as temporalidades se misturam. Certa vez, quando eu havia acabado de me mudar para a comunidade do Boqueirão, depois de conversar com Kika resolvemos fazer um doce de mamão verde, pois os mamoeiros da casa dela estavam repletos. Se não usássemos os mamões verdes eles, inevitavelmente, seriam consumidos pelas maritacas que aumentaram em grande número na região, devido ao desmatamento de grandes proporções nas terras da Fazenda Santa Cruz que circunda a comunidade. As aves, com a ausência de frutos por causa da derrubada das árvores nativas atacavam as plantações quilombolas.

Tudo combinado, num sábado de manhã segui para casa de Kika munida do meu ralador de lata, autêntico artefato doméstico de fabricação manual adquirido durante minhas andanças por comunidades quilombolas no sul do Brasil, e que eu usava em minha casa em São Paulo para ralar o coco para o acarajé.

Kika, ao ver meu belíssimo instrumento indagou: “Pra que isso?” Para ralar o mamão e o coco, respondi. Kika então rebateu, “imagina, muito trabalho, eu tenho processadora de alimentos”. Kika me ensinou como usar a processadora de alimentos para lascar o mamão e o coco, pois apesar de eu possuir também uma processadora que despreocupadamente havia deixado em São Paulo só sabia usá-la para triturar feijão fradinho.

¹⁷ *Texto original:* “Every living community is in the process of continuous change with respect to the materials which it utilities. At any point in its existence some proportion of materials are falling into disuse and decomposing, while new materials are being added as replacement. In a certain sense a part of every community is becoming, but is not yet, archaeological data (Ascher, 1961:324 apud Binford, 1981, 196).

Figura 155: antigo ralador artesanal de dona Maria dos Anjos (jul/2009).

Figura 156: mamão verde ralado na processadora de alimentos da Kika (mai/2015).

Porém, para cozinhar o doce de mamão improvisamos um fogão à lenha no quintal, pois na casa nova a família ainda não havia construído um fogão à lenha situação que deixava Kika chateada porque toda a comida, assim como o doce, fica bem mais gostosa no fogão à lenha.

Figura 157: Cozinhando no fogão à lenha no quintal de Kika (SAK-atual) (mai/2015).

Figura 158: Fogão à lenha no quintal de Kika (SAK-atual) (mai/2015).

É fato que outras moradoras do Boqueirão continuam usando seus antigos raladores de lata. Como gosto e costume dizer, Kika é uma mulher à frente do seu tempo, sempre curiosa e inovadora. Mas a questão central introduzida por este caso, do qual quero tratar, diz respeito a um dos pressupostos da Arqueologia do Presente: o

entendimento de que “presente e passado não devem ser concebidos hierarquicamente” (González-Ruibal, 2006:110).

O que realmente temos é uma confusão de tempos e coisas, memórias e povos, a arqueologia deve aproveitá-la ao máximo, mergulhando em multiplicidades temporais, em vez de impor divisões radicais e insustentáveis, congelando Outros no tempo e apagando o que não se encaixa facilmente dentro de esquemas lineares (González-Ruibal, 2006:115)¹⁸.

Na classificação em arqueologia, os materiais também são classificados de acordo com o tempo, estabelecendo-se para eles uma cronologia. Porém, é possível que materiais considerados pertencentes a um tempo passado possam estar sendo usados no presente, enquanto outros materiais tidos como modernos tenham sido deixados de lado, ou ainda, que ambos sejam usados concomitantemente. Tudo dependerá dos contextos específicos.

Em “*The past is tomorrow*” (2006:114), González Ruibal dá alguns exemplos de relações entre pessoas e coisas que não acontecem de forma linear. Como ele observou na Etiópia, os agricultores utilizam o arado de madeira, enquanto nos campos das antigas fazendas do período comunista (1974-1991) o moderno maquinário agrícola está abandonado, sem uso, deteriorando-se. Nesse exemplo, eventos que estariam próximos desde um ponto de vista linear do tempo estão distantes no que concerne às relações específicas. Neste caso, os etíopes retomaram técnicas milenares de agricultura porque precisaram recuperar a terra dos estragos impostos pelo maquinário moderno. Inclusive, é por esta interpretação particular da materialidade que, segundo este autor, na Etiópia e em outros países da África, o “passado é o futuro”.

A reflexão de Ruibal sobre a noção de tempo linear e de tecnologia faz parte da crítica à etnoarqueologia concebida e exercida pelos arqueólogos processualistas. Neste caso, desenvolvida a partir de uma perspectiva positivista e cartesiana da realidade,

¹⁸ *Texto original*: “What we truly have is a mess of times and things, memories and peoples, and archaeology must make the most of it, delving into temporal multiplicities, instead of imposing radical and untenable divides, freezing Others in time, and erasing what does not easily fit within our linear schemes.” (González Ruibal, 2006:115).

concebendo, não apenas o tempo de maneira linear, mas também, separando as pessoas e as coisas, e conseqüentemente, afirmando uma assimetria nas relações entre o arqueólogo e o Outro. Além disso, vislumbrando as sociedades vivas e a realidade presente como um laboratório de estudos para fazer inferências sobre a cultura material de outros povos do passado, sem refletir sobre a materialidade dos povos com quem estava interagindo no presente.

A arqueologia do presente de acordo com González-Ruibal (2009:20), está centrada no estudo de sociedades do presente, sociedades vivas e, portanto, trata-se de uma etnografia da vida contemporânea, que busca compreender os contextos locais de forma crítica, se aprofundando nos aspectos históricos e políticos desses coletivos e promovendo o engajamento das pessoas envolvidas.

De acordo com González-Ruibal (2009:20), a etnografia praticada pelos arqueólogos não é convencional e pode ser definida como uma “etnografia da materialidade”. A materialidade entendida como a relação entre as pessoas e o mundo material, como as pessoas percebem, significam, manipulam e transformam os materiais e de como os materiais influenciam as pessoas.

Nesse sentido, o autor sugere a retirada do prefixo “etno”, passando a considerar apenas “arqueologia” (2006:112), arqueologia do presente.

Em 2016, González-Ruibal avaliando os avanços dos estudos etnoarqueológicos em consonância com as preocupações atuais da arqueologia, sugere que a etnoarqueologia direcionada a “fornecer quadros analógicos de inspiração para a arqueologia” é tão importante quanto a arqueologia do presente, voltada para o estudo de sociedades vivas (González-Ruibal, 2016:1).

A questão não está na analogia em si, pois o arqueólogo pode realizar uma etnoarqueologia convencional, com vistas a produzir conhecimento arqueológico, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação com a comunidade local, na qual o contexto local seja também importante.

Nesse modo de fazer etnoarqueologia onde foco está na sociedade viva estudada e o arqueólogo se empenha em fazer interpretações sobre essa sociedade, os resultados da pesquisa até poderão servir a investigações futuras sobre outros grupos humanos, no passado ou presente, mas a preocupação primeira está no entendimento da relação entre as pessoas e as coisas naquele contexto específico (González-Ruibal, 2009:19). Ruibal chama esse tipo de etnoarqueologia de “pós-colonial”, que difere da etnoarqueologia clássica praticada pelos arqueólogos processualistas (González-Ruibal, 2016:4).

Há muitas formas de se trabalhar com as comunidades do presente, sendo que estas vão desde a arqueologia em seu sentido mais puro, passando por diferentes abordagens etnoarqueológicas, e a arqueologia do presente que se diferencia por não ter nenhum interesse analógico.

Produzir uma arqueologia do presente é construir relações orientadas por uma postura de descolonização do pensamento e da prática arqueológica que exige uma postura ética do arqueólogo frente aos grupos humanos estudados, buscando maior equilíbrio e simetria entre o pesquisador e o pesquisado.

Mariana Cabral (2014) em sua pesquisa junto aos Wajãpi do Amapá relata que foi convidada a participar de um projeto que incluía o reconhecimento de sítios arqueológicos nas terras indígenas. Durante uma expedição com os interlocutores indígenas a arqueóloga identificou bacias de polimento no rio Inipuku, registrou, fotografou e explicou o significado daquela evidência.

Mais tarde a arqueóloga tomou conhecimento que os Wajãpi tinham uma outra interpretação sobre as marcas sobre a rocha, que remetiam a cosmogonia, assim como tinham sua própria interpretação para cada achado arqueológico.

Cabral faz uma reflexão sobre os diferentes regimes de temporalidade que distinguem o conhecimento acadêmico, e a visão de mundo do arqueólogo, daquela visão e explicação Wajãpi, que, “ainda que versem sobre o mesmo suporte material, são construídas sobre suportes imateriais diferentes” (Cabral, 2014:120). E isso se dá porque cada um interpreta a materialidade e dá sentido à vida, a partir do seu próprio ponto de

vista. Ao mesmo tempo que a arqueóloga tem uma visão sobre a cultura e a materialidade Wajãpi, eles também constroem suas histórias sobre o mundo da pesquisadora.

Quando se fala em simetria nas relações entre pesquisadores e populações estudadas, descolonização do pensamento, ética no fazer arqueológico está se falando em última instância na arqueologia enquanto prática política. Nesse quesito Ruibal faz sua crítica mais contundente aos etnoarqueólogos (e também antropólogos), que se omitem de tratar das questões políticas e econômicas às quais estão submetidos os povos com os quais trabalham. Para o autor, estes grupos são tidos como “reliquias do passado” e isto teria acarretado consequências negativas para esses grupos, em suas relações com a chamada sociedade moderna (González-Ruibal, 2009: 21).

De acordo com Ruibal a arqueologia do presente é uma arqueologia política que se coloca de maneira crítica a essa situação e “incorpora como parte de seus objetivos abordar questões relacionadas com a globalização, a violência, a política, os programas de desenvolvimento e as ingerências estatais na vida das comunidades que estuda”¹⁹ (González-Ruibal, 2009:21).

O fazer arqueológico proposto por González-Ruibal prioriza o estudo da materialidade conectado com a prática política, dialogando com as origens e os desdobramentos das pressões exercidas pelos sistemas dominantes a essas comunidades. Essa postura vai ao encontro do caminho que sempre procurei seguir durante o desenvolvimento da minha pesquisa em Vila Bela.

Uma prática desconectada do contexto do tráfico transatlântico de escravos e de suas consequências para os descendentes de africanos na sociedade brasileira é para mim algo sem sentido.

Nos parágrafos anteriores procurei demonstrar por meio de minhas escolhas teóricas, a especificidade dos estudos em contextos de diáspora africana, as

¹⁹ *Texto original:* “incorpora como parte de sus objetivos abordar cuestiones relacionadas con la globalización, la violencia política, los programas de desarrollo o las injerencias estatales en la vida de las comunidades que estudia” (González-Ruibal, 2009:21).

particularidades e implicações contidas nessa definição e a ideia de que o estudo por mim proposto não poderia ser realizado satisfatoriamente, caso eu não tivesse investido num projeto colaborativo e participativo e, ao mesmo tempo, evidenciando tudo que essa escolha implicou a pesquisa.

Minhas escolhas também têm a ver com minha visão sobre a arqueologia. Concordo com o ponto de vista de autores como Lúcio Menezes (2008:301-302), que veem a arqueologia histórica como a arqueologia de “nós mesmos”. Entendo a arqueologia como uma área do conhecimento que não deve apenas abordar o “arqueo”, mas o presente também.

Ao longo da pesquisa, a arqueologia do abandono também se configurou como uma perspectiva eficaz para construir uma interpretação sobre a formação do registro arqueológico desse grupo, bem como ajudou a ampliar um diálogo com a comunidade, a partir do qual eu pude me conectar ao passado e ao presente dessas pessoas, tendo a participação delas próprias na maior parte do processo.

Afinal, foram essas pessoas que junto com seus ancestrais aprenderam a identificar e transformar os materiais disponíveis na natureza, construíram suas casas tradicionais e uma série de artefatos, muitos dos quais estão em uso até hoje. São elas, e não eu, quem faz as escolhas do que é abandonado ou do que é incorporado ao conjunto material com o qual a vida na comunidade se reproduz.

Os quilombolas são os detentores do conhecimento que eu busco compreender para produzir reflexões para um debate acadêmico, com o objetivo de ampliar as noções que os arqueólogos têm sobre a materialidade em contexto de diáspora. A visibilidade arqueológica que procurei construir com essa tese, passou necessariamente pelo conhecimento dessas pessoas.

A opção pela perspectiva do abandono não estava prevista no projeto de doutorado e só foi incorporada após uma reorientação proposta durante o Exame de Qualificação, tomando por base o contexto observado.

Como já exposto, esses locais de interesse arqueológico foram estudados para construir uma interpretação sobre a formação do registro arqueológico que, por sua vez, envolve um conjunto variado de processos que incidem e caracterizam cada contexto (Schiffer, 1972, 1988; Binford, 1982).

O abandono é segundo Schiffer (1987), o processo pelo qual passam os lugares e as atividades até entrarem para o contexto arqueológico. Este autor faz uma distinção entre o contexto sistêmico no qual esses lugares estão sendo ocupados por pessoas em plena atividade e o contexto arqueológico, caracterizado pelo fim da ocupação/atividade anterior, sendo que ele se forma após o abandono dos lugares (Schiffer, 1972).

Os materiais abandonados são o resultado de processos deposicionais (p.ex. atividades domésticas, ações de descarte dos materiais, limpeza das áreas de atividade) e estão sujeitos a toda sorte de processos pós-deposicionais, sendo estes culturais e naturais. Os primeiros dizem respeito às ações antrópicas (p.ex. movimentação de terra, queimada, inundação). Os segundos decorrem da ação dos elementos da natureza (p.ex. ação das intempéries, pedoturbação e bioturbação). O entendimento de como se deram os processos deposicionais e pós-deposicionais permite compreender como se deu a formação dos sítios arqueológicos.

A ideia de “abandono” pode remeter a situações catastróficas, como aquelas provocadas por crises ambientais (Cameron e Tomka, 1996:3). O abandono em condições de catástrofe permite que se compreenda melhor os processos do abandono e os comportamentos no passado (Cameron, 2003:204).

Inomata e Webb (2003:1) argumentam que os casos de abandono também podem estar relacionados a migrações em massa provocadas por guerras ou crises ambientais, podendo refletir mudanças sociais drásticas, como colapsos de sistemas econômicos e/ou políticos. Cameron e Tomka (1996:3) aclaram que a maioria dos estudos de abandono em arqueologia estavam concentrados em casos de êxodo regional, como se observa no sudoeste dos Estados Unidos (ano 1300), mas também, em casos de catástrofe, como no clássico (e ideal) caso de Pompéia.

A cidade italiana de Pompéia foi atingida pela erupção vulcânica do Monte Vesúvio no ano 79 d.C., catástrofe que também atingiu a cidade de Herculano. Hoje se sabe que uma parcela da população morreu após inalar a fumaça expelida pelo vulcão que continha gases tóxicos. Uma combinação tétrica de fenômenos fez com que essas pessoas morressem de forma instantânea enquanto realizavam suas atividades diárias e seus corpos ficaram paralisados e engessados, oferecendo um quadro do horror que se passou ali.

Porém, se trata de um caso raro, de uma catástrofe, sendo que nem todos os sítios arqueológicos se formaram da mesma maneira. O quadro que se tem de Pompéia seria um ideal arqueológico, um registro estático, um instantâneo do momento do termino da vida daquelas pessoas e cidades.

Esse episódio sombrio alimentou o debate entre os arqueólogos sobre questões relacionadas à formação do registro arqueológico.

Schiffer (1976) argumentou que os arqueólogos da *New Archaeology* lidavam com o registro arqueológico a partir de um falso princípio, o da “premissa de Pompéia”. Ou seja, para os arqueólogos processualistas o registro teria uma disposição idêntica a do momento do abandono, pois seria um negativo de como as coisas ocorreram no passado. Para o autor, os processualistas não consideravam os processos culturais e naturais envolvidos na formação do registro, ou seja, não compreendiam o registro arqueológico como uma realidade em transformação.

Por sua vez, Lewis Binford devolve a acusação, argumentando que o registro arqueológico não é uma realidade distorcida pelos processos de formação, concordando com as colocações de Ascher (1961) sobre o registro ser um arranjo desorganizado e não um passado preservado. Binford concebe o registro arqueológico como um palimpsesto formado por muitos eventos cumulativos e várias camadas superpostas (Binford, 1982:197).

Eu considerei necessário que os arqueólogos investigassem o registro arqueológico como uma ordem diferente da realidade, cuja estrutura padronizada representa não um simples acúmulo de pequenos eventos,

mas algumas das restrições e determinantes organizacionais básicos que operam nos eventos ou episódios da vida diária. O registro arqueológico não é, portanto, uma manifestação pobre ou distorcida da "realidade" etnográfica, mas provavelmente uma consequência estruturada do nível de organização difícil, se não impossível, para um etnógrafo observar diretamente (Binford, 1981:197-198).²⁰

A diferença entre os pontos de vista dos autores é sutil e parece divergir, principalmente, no interesse que cada um tem em relação ao registro arqueológico. Para Binford, o registro arqueológico está à mercê das transformações acarretadas pelo tempo, e essa é a natureza do mesmo. A questão que realmente é relevante, de acordo com este autor, é entender quais são as diferenças e semelhanças entre os sistemas sócio-culturais que deram origem aos registros arqueológicos (Binford, 1981:197).

Do ponto de vista de Schiffer, o registro arqueológico é a única fonte para se compreender os processos de longa duração. O registro “*contém evidências relevantes para a reconstrução de tecnologias e das sociedades nas quais elas funcionavam*” (Schiffer e Skibo, 1987:609). Por meio de estudos experimentais e etnoarqueológicos, devem ser formuladas leis experimentais para fazer inferências sobre o comportamento humano.

Tanto Lewis Binford quanto Michael Schiffer desenvolveram metodologias destinadas ao estudo do registro arqueológico que não necessariamente são opostas ou excludentes, mas que podem ser complementares em diversos contextos.

No caso de contextos de abandono, por exemplo, as formulações de Schiffer sobre os processos de formação do registro são fundamentais. O autor afirma que processos de abandono podem ser entendidos como toda atividade que precede o abandono como por

²⁰ Texto original: “*I have considered it necessary for archaeologists to investigate the archaeological record as a different order of reality, the patterned structure of which represents not a simple accumulation of little events, but rather some of the basic organizational constraints and determinants operating on the events or episodes of daily living. The archaeological record is therefore not a poor or distorted manifestation of ethnographic "reality," but most likely a structured consequence of the operation of a level of organization difficult, if not impossible, for an ethnographer to observe directly*”(Binford, 1981:197-198).

exemplo, o desmonte das estruturas, alterações nos padrões deposicionais e curadoria de artefatos (Schiffer, 1987:89-90). As circunstâncias do abandono também são um dos condicionantes da entrada dos materiais no registro arqueológico.

De acordo com Cameron e Tomka (1996:3), desde a década de 1970 que os processos de abandono têm sido entendidos como algo normal e crucial para se entender a formação do registro.

Em 2012, Almeida desenvolveu estudos etnoarqueológicos em área quilombola no litoral sul de São Paulo registrando antigas áreas forçosamente abandonadas e chamando a atenção para a importância dessas áreas na conformação do território quilombola.

Apesar da reconhecida importância do abandono para a compreensão da formação do registro, verifiquei que não são recorrentes na arqueologia histórica brasileira estudos que explorem o tema, sobretudo em contextos de abandono recentes, como os que identificamos no quilombo do Boqueirão.

Os processos de abandono têm sido significativos também para o entendimento dos conjuntos artefatuais em espaços domésticos (Joyce e Johannessen, 1996:38). Schiffer (1998:12-18) chegou a definir oito processos relacionados a formação de conjuntos de materiais sobre o piso em unidades habitacionais, em contextos pré-históricos. Na análise dos contextos de abandono na comunidade quilombola entendi que três processos deposicionais são fundamentais na análise que propus, os relacionados ao refugo primário, que corresponde ao descarte do material em seu lugar original de uso, o refugo secundário, no qual os materiais são dispensados em local diferente daquele em que foram usados e o refugo de fato que corresponde aqueles materiais que foram deixados no local quando se concretizou o abandono (Schiffer, 1972: 163), por exemplo uma mesa deixada pra trás, porque as pessoas já não necessitavam, ou porque era muito pesada para o transporte.

As referências sobre estudos do abandono são mais frequentes na arqueologia norte-americana e mesoamericana (Cameron e Tomka, 1996; Inomata e Webb, 2003). Somente após 1996, com a publicação do livro *“Abandonment of settlements and*

regions”, por Catherine Cameron e Steve Tomka é que houve um aumento dos estudos sobre os processos de abandono.

“A investigação do abandono como processo de formação do local está muito atrasada. A exploração da interação complexa entre processos de abandono e padrões arqueológicos resultantes é abordada sistematicamente pela primeira vez pelos artigos deste volume. Tanto nas escalas de análise regionais como nas de intra-sítios, os casos etnoarqueológicos e arqueológicos fornecem padrões empíricos necessários para entender o abandono” (Cameron e Tomka, 1996:6).²¹

De acordo com Schiffer (Inomata e Webb, 2003:XI-XII), os estudos dos processos de abandono produzidos até então podem ser compreendidos em três estágios: fundacional, expansionista e explanatório. No estágio fundacional o enfoque estava no entendimento de como os processos de abandono tem grande relação com a variabilidade artefactual. O estágio expansionista o objetivo recai sobre o entendimento de como os rituais relacionados aos eventos de abandono poderiam ter influenciado a composição dos conjuntos arqueológicos e o contexto de ocupação relacionado. Nesse estágio tem início uma expansão dos estudos de abandono abordando diferentes escalas e complexidade social. Já no terceiro estágio, o explanatório Schiffer afirma que nessa fase os estudos sobre os processos de abandono estão focados em sociedades complexas e numa profunda contextualização política, ambiental e econômica, versando sobre diferentes escalas: regional, local, sítio e moradia.

Outros aspectos a serem considerados estão relacionados à perspectiva temporal e espacial. É preciso compreender a velocidade com que se deu o abandono, bem como a existência ou não de um planejamento prévio. Abandonos planejados e que ocorrem de

²¹ *Texto original em inglês:* The investigation of abandonment as a site formation process is long overdue. Exploration of the complex interaction between abandonment processes and resultant archaeological patterns is approached systematically for the first time by the papers in this volume. At both the regional and intra-settlement scales of analysis, ethnoarchaeological and archaeological cases provide empirical patterns necessary for understanding abandonment behavior within the context of prehistoric cultural systems. These studies suggest new directions for the study of abandonment (Cameron e Tomka, 1996:6).

forma gradual, irão apresentar diferenças na variabilidade artefactual, se comparados com sítios onde o abandono foi repentino.

Uma variável importante, em termos de abandono regional, é a distância entre o antigo e o novo assentamento, pois muitas vezes isto pode determinar o que será deixado para trás e aquilo que poderá ser transportado. Em casos nos quais a distância é pequena é possível que determinados materiais de construção sejam transportados para serem reaproveitados no novo assentamento (Cameron, 1991 apud Cameron e Tomka, 1996:5).

Do ponto de vista espacial, “o abandono pode ocorrer numa escala cada vez mais abrangente, desde locais de atividades a grandes áreas geográficas”, podendo ser classificado como sendo um abandono “intra-sítio” ou “regional” (Cameron e Tomka, 1996:4-5).

Em Cameron e Tomka (1996) são apresentados dois estudos de caso etnoarqueológicos sobre o abandono, um na cidade do México/USA e o outro na província de La concha/México. Essas pesquisas forneceram um quadro para que eu pensasse aspectos do abandono na Comunidade Boqueirão.

O primeiro deles (Rothschild *et al*, 1996) foi realizado no Novo México/EUA, em área de aldeias agrícolas “abandonadas”, localizadas ao sul da reserva dos Zuni, nativos norte-americanos. O objetivo dos autores nesse artigo foi:

“refinar o conceito examinando-o no presente, descrever uma série de situações de uso e abandono e identificar algumas expressões materiais dessas situações em relação a condição arquitetônica e aos padrões de artefatos. Estamos adotando uma abordagem etnoarqueológica e também estamos preocupados em entender como o registro arqueológico é criado (Rothschild *et al*, 1996:124).²²

²² Texto original: “[Our goal in this paper] is to refine the concept by examining it in the present, describe a number of use and abandonment states, and identify some material expressions of these states in

Os autores apresentam os resultados preliminares de estudos realizados em 1989 por Susan Dublin e Nan Rothschild – antes deste, outros estudos arqueológicos realizados reuniram documentação escrita e fotográfica sobre a arquitetura dos prédios construídos com adobe ou pedra, sobre os artefatos abandonados sobre a superfície, e descrições sobre a paisagem (Rothschild *et al*, 1996:123-124).

A pesquisa etnoarqueológica desenvolvida em 1989, levou a compreensão dos motivos que levaram os Zuni a abandonar as aldeias agrícolas. De acordo com os depoimentos da população a mudança esteve relacionada à políticas governamentais em relação às terras Zuni, a mudança de atividade econômica pela degradação da paisagem, ao falecimento dos mais velhos e “perda” dos homens mais jovens que foram recrutados pelo exército nos anos 1940. Durante 50 anos eles não retornaram a essas aldeias sazonais agrícolas (Rothschild *et al*, 1996:123-124).

O que aconteceu com ao povo Zuni, não difere de modo geral com o que pode ser observado em outras partes do mundo, incluindo Vila Bela da Santíssima Trindade em relação ao êxodo rural.

No caso específico de Vila Bela é possível identificar a interferência do Estado na composição do quadro que hoje se observa no campo. De um lado a ineficiência do Estado que não tomou providências para conter a grilagem que se abateu sobre as terras quilombolas, e de outro a implementação de incentivos à migração rumo a região – Marcha do Oeste – sob o falso pressuposto de que se tratavam de áreas desocupadas, desconsiderando populações indígenas, quilombolas e camponesas que ocupam a região historicamente.

O envelhecimento da população e o êxodo da população jovem, seja pelo recrutamento militar no caso dos Zuni, seja pela busca de melhores condições de trabalho no caso dos jovens vilabelenses, é outro agravante que leva o abandono do campo.

architectural condition and artifact patterns. We are taking an ethnoarchaeological approach, and are also concerned with understanding how the archaeological record is created (Rothschild et al, 1996:124).

Outro aspecto importante que foi alcançado pelos autores por meio da pesquisa etnoarqueológica, e que contribuiu para discussão acerca da arqueologia do abandono, diz respeito a própria noção de abandono.

De acordo com os pesquisadores em relação ao abandono:

(...) o conceito chave aqui é a ideia de deixar algo sem pensar em retornar a ele. Ir embora ou desistir de algo sem pensar em retornar a ele. Também está implícito nas discussões sobre o abandono a ideia de que o uso em tempo integral de uma estrutura como residência ou local de trabalho é o único uso que conta (Rothschild *et al*, 1996:124).²³

Porém o abandono pode fazer parte do estágio do ciclo de vida de um lugar, e a pesquisa etnoarqueológica entre os Zunis demonstraram que eram não consideram que o abandono das aldeias agrícolas era algo definitivo. Os espaços não eram mais usados como residência, mas serviram como locais de armazenamento de grãos e acondicionamento de ferramentas, até mesmo como fonte de obtenção de matéria prima para a construção de novas casas, entre outros usos. Algumas casas tinham indícios de ações de conservação, e o abandono de uma estrutura não significava que a terra estaria livre para outro construir (Rothschild, *at al*, 1996:125).

Os autores sugerem que o conceito de abandono deva ser revisto, entendendo que é um processo que pode ser composto por várias etapas, que vai desde abandonar a habitação enquanto espaço de moradia, passando por outros usos, até o abandono definitivo

No caso das habitações abandonadas do Boqueirão, todas elas (SArqPB, SLM-abandono e SLM-abandono), foram locais de armazenamento de ferramentas, móveis, utensílio domésticos e até roupas, enquanto as estruturas ainda estiveram de pé.

²³ *Texto original*: “(...) the key concept here is the idea of leaving up something without thought of returning to it. Also implicit in discussions of abandonment is the idea that the full-time use as a structure as a residence or work-place is the only use that counts” (Rothschild *et al*, 1996:124) .

Outro aspecto observado nas antigas habitações Zuni, dizem respeito aos processos de deterioração das estruturas que, além de abandonadas não tinham nenhum tipo de conservação. Os pesquisadores observaram a sequência desses processos e o *timing* desses processos, e relacionaram com os tipos de materiais usados para construir as casas, a interferência do clima e da topografia do lugar (Rothschild, *et al*, 1996:126-127).

Os pesquisadores catalogaram até 250 tipos de artefatos nas aldeias abandonadas, e definiram um sistema de classificação composto por onze categorias de artefatos, com o objetivo de abordar questões arqueológicas sobre o comportamento do abandono: quais artefatos são encontrados em casas abandonadas ou inabitadas, quais são os artefatos encontrados do lado de fora da estrutura e qual essa relação com estágios diferentes do abandono, e por último, quais os padrões de descarte observáveis (Rothschild *et al*, 1996:128-129).

Os artefatos encontrados em superfícies estão relacionados a diversos usos, e sua análise ajuda a identificar e compreender melhor essas classes de objetos no registro arqueológico (Rothschild *et al*, 1996:136).

O segundo estudo etnoarqueológico sobre abandono foi realizado Joyce e Johannessen (1996) na localidade de La Concha, área rural no México e se assemelha em vários aspectos com o contexto de Vila Bela. A pesquisa foi realizada num sítio abandonado, relacionado a um único núcleo familiar, a estrutura das habitações e os comportamentos de descarte.

Os arqueólogos se detiveram em analisar os efeitos do abandono sobre os padrões materiais do espaço doméstico, classificando os diversos padrões de deposição. Para tanto fizeram uma revisão de estudos “anteriores sobre o descarte de lixo em locais domésticos, especialmente durante o abandono do local, para fornecer uma estrutura para examinar os dados de La Concha” (Joyce e Johannessen, 1996:138).

Uma constatação que os arqueólogos Joyce e Johannessen (1996:139) fazem logo no início do texto e que também observamos nos sítios abandonados do Boqueirão, é o fato de que a maioria dos descartes em contexto de abandono doméstico é secundário. E

a forma como se dão esses descartes depende de fatores como: esforço, manutenção temporária para uso posterior e redução de obstáculos.

Já os descartes dos resíduos gerados pelo próprio abandono e dos resíduos “de fato”, estão atrelados à aspectos do planejamento (ou não) do abandono, a distância entre o antigo e o novo assentamento, os meios de transporte disponíveis. A relação é: quanto mais planejamento menos resíduo (Joyce e Johannessen, 1996:139).

O estudo etnoarqueológico desenvolvido pelos autores foi diferenciado do estudo que realizei na comunidade do Boqueirão, ou seja, não foi um estudo que envolveu a comunidade na pesquisa de forma mais participativa. Os moradores das imediações do sítio pesquisado foram “informantes” ocasionais, que relataram detalhes da mudança da família para outro local distante de Lá Concha, a data do abandono, o tempo viveram no local, quantos membros compunham o núcleo familiar (Joyce e Johannessen, 1996:140-141).

Os estudos de abandono incluem tanto os processos de formação do registro quanto as práticas sociais. No caso dos contextos em Vila Bela, procurei entender como os processos relacionados ao abandono afetaram o registro arqueológico relacionado à comunidade, com o objetivo de construir uma interpretação sobre as questões de visibilidade arqueológica. Nossa intenção ao analisar esses contextos também está voltada para gerar conhecimento sobre aspectos relacionados à história da comunidade, bem como do seu modo de vida no presente.

No contexto da comunidade do Boqueirão, nos sítios SLM e SAK foi possível identificar em superfície uma série de utensílios domésticos, roupas, ferramentas, além de uma série de frascos de plástico ou vidro, e latas de alumínio, entre outros, que foram abandonados pelos Frazão de Almeida quando estes se mudaram para a casa de alvenaria.

Além desses materiais dispersos pela superfície, procurei acompanhar o processo de deterioração das casas tradicionais de pau-a-pique que foram abandonados entre 2013 e 2014. Esse acompanhamento teve início em 2015, teve continuidade durante o período em que vivi na comunidade e o último registro foi realizado em maio de 2018.

Além do diálogo, da observação e do registro que rechearam diversos cadernos de campo, uma importante ferramenta metodológica utilizada para acompanhar os efeitos dos processos de abandono foi a fotografia. A fotografia como documento.

O registro fotográfico também foi usado por mim como uma estratégia de reaproximação junto à comunidade, quando do meu retorno em 2015 para a realização do projeto colaborativo do doutoramento. A fotografia como artifício mnemônico foi utilizada para despertar a memória dos moradores de Vila Bela para que recordassem da minha passagem pela comunidade entre 2008 e 2011.

A mesma estratégia eu utilizei dois meses depois, quando retornei a comunidade para a realização da ação colaborativa: “Oficina da Memória: estudos sobre a formação do registro arqueológico”, realizada dois meses depois do nosso reencontro em 2015. Essa Oficina apresentei minha proposta de estudo para a comunidade. Fiz uma analogia entre as transformações ocorridas em nossas vidas, com as transformações pelas quais passaram também os espaços de moradia na comunidade desde 2008, quando lá cheguei pela primeira vez.

Além de inserir fotografias que remetiam a minha atuação na comunidade, selecionei imagens das habitações tradicionais quando ainda eram habitadas (de 2008 a 2011) e contrastei com as imagens que havia feito dois meses antes das mesmas casas já em processo de deterioração pelo abandono. Também acrescentei algumas imagens dos próprios moradores, com fotografia de bebês que se tornaram crianças, crianças que se tornaram adultos, famílias que cresceram, pessoas que se foram, o desenrolar da vida, desde o dia que havíamos nos conhecido, até aquele momento recente.

Nessa Oficina eu transmiti, por meio da fotografia, a noção da transformação das coisas e pessoas. Foi uma espécie de linha do tempo, na qual consegui transmitir os da pesquisa arqueológica, despertando o aspecto emocional da relação entre pessoas e coisas.

Dada a relevância da fotografia nos estudos de formação do registro arqueológico recorri à literatura específica sobre a fotografia, sobre seu uso enquanto documento científico e seu uso específico na arqueologia.

Foi em 1840, que o cientista Fox Talbot utilizou a câmera fotográfica para registrar plantas com o objetivo de realizar estudos botânicos. Esse feito impulsionou a ideia da imagem fotográfica como um registro científico, ainda que “amenizado” em detrimento das pinturas, forma até então utilizada para esse tipo de registro (Andrade 2002:36).

Figura 159: Folha fotografada por Fox Talbot usando a técnica de “*Photogenic drawing negative*”.

Fonte: The William Fox Talbot *Catalogue Raisonné*. Bodleian Libraires – University of Oxford.

<http://foxtalbot.bodleian.ox.ac.uk/search/catalog/-6604297317300562660>

A popularização da fotografia decorrente da industrialização tornou acessível as pessoas que começaram a registrar festas e viagens.

“Todas essas imagens nos levam a regatar o prazer do instante, do momento presente e do ausente, daquilo que passou, mas que permanece na memória. Olhamos para fotografias para regatar o passado no presente. Tiramos fotografias para nos apropriarmos do objeto que desaparecerá” (Andrade, 2002:49).

Em arqueologia o recurso fotográfico é amplamente utilizado seja para identificar os registros pretéritos ou o processo de pesquisa do arqueólogo. De acordo com os arqueólogos Silva, Mützenbergl e Cisneiros (2012:138), “o seu estudo enquanto documentos participantes do processo de produção de conhecimento científico ou a sua conscientização no interior da disciplina são ainda quase inexistentes”.

A fotografia enquanto registro documental utilizado na arqueologia (e outras ciências), tem uma listagem longa de objetivos (ver: Collier (1995); Shanks (1997); Rouille (2009)). As fotos são um poderoso instrumento de representação “de ideias

vinculadas à reconstrução de contextos arqueológicos” (Silva, Mützenber e Cisneiros, 2012:138).

De acordo com Shanks (1997:11-12) a “fotografia como processo de documentação tem relações com a arqueologia”, pois ambas testemunham “o passado no presente”. As evidências que os arqueólogos buscam sobre o passado numa escavação, essas evidências são testemunhas de um passado, assim como a fotografia, ambas se relacionam com a temporalidade, com a duração.

No contexto de Vila Bela, tomei o registro fotográfico, como um documento sobre os processos de formação do registro arqueológico. O objetivo foi o de visibilizar esses processos e torná-los acessíveis, não somente a outros pesquisadores com interesse sobre o contexto afrodiaspórico, mas sobretudo, para a comunidade, o que faz desta, também uma tese de arqueologia visual (Silva, Mützenber e Cisneiros, 2012).

A quantidade de material fotográfico é imensa, representam um acervo de dez anos de pesquisa e ainda que muitas fotos tenham sido perdidas num desencadeamento de “tragédias virtuais” e físicas, que envolveu desde ataques de vírus no computador, no roteador, avaria de mídia, até roubo de computadores. Porém o resultado pareceu satisfatório, ainda que algumas fotos recuperadas estejam com a qualidade comprometida, ou mesmo estão desfocadas, mas foram incluídas na análise por sua relevância e exclusividade.

A fotografia também tem certa relevância entre os membros da comunidade, como pude observar desde o nosso primeiro encontro. Por ser uma cidade de reconhecida importância histórica, pelas suas manifestações culturais e religiosas e pela sua configuração social e territorial em que se destaca a existência de comunidades remanescentes de quilombo, Vila Bela já despertou o interesse de vários pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

Assim sendo, ser fotografado por pessoas de fora da comunidade para compor registros fotográficos de teses, livros e revistas não é novidade para o vilabelense. O fotógrafo Mario Friedlander, por exemplo, tem registros belíssimos da comunidade que

incluem pessoas, as festas tradicionais e a paisagem fantástica da região. Ele sempre é lembrado pelos quilombolas do Boqueirão e moradores da Vila.

Por outro lado, a fotografia foi um condutor para que as pessoas demonstrassem suas insatisfações com os pesquisadores e interessados que procuram a comunidade para desenvolver seus trabalhos e não dão uma devolutiva. Na comunidade do Boqueirão, seu Martinho, por exemplo, mais de uma vez me questionou sobre o paradeiro das fotos que fiz dele, querendo saber se eu estava “ganhando dinheiro” com esse material, como haveriam de ter ganhado outros fotógrafos e pesquisadores.

Essa postura das pessoas é recorrente nas comunidades tradicionais acostumadas em receber pesquisadores das mais variadas áreas de pesquisa, pois também é recorrente que esses pesquisadores não retornarem nas comunidades estudadas. Isso acontece quando a pesquisa se deu no âmbito de uma prestação de serviços, como nos casos de arqueologia de contrato, ou mesmo no desenvolvimento de projetos acadêmicos.

Na minha trajetória profissional, tenho utilizado a fotografia como um meio de dar um mínimo de retorno as comunidades, pois muitas vezes, na arqueologia de contrato somos substituídos por outros profissionais e não temos nem a oportunidade de retornar a comunidade para etapas de pesquisa subsequentes.

Penso ser importante registrar que em 2017 tive a oportunidade de retornar a primeira comunidade remanescente de quilombo na qual desenvolvi uma pesquisa no âmbito da arqueologia de contrato, pela A Laska Arqueologia, realizada em 2006 e depois produzi uma monografia em 2007 (ver página 49 desta tese), a comunidade Jaguará:

Setembro de 2006

Maio de 2017

Setembro de 2006

Maio de 2017

Figuras 160-165: amigos da comunidade Jaguará, Nazareno/MG.

Nesses dez anos não perdi completamente o contato com a comunidade, sobretudo porque estudantes da Universidade Federal de São João Del Rey me procuram ao longo desses anos para obterem informações e materiais que eu conservo da comunidade. E quem repassa meu telefone para esses estudantes é o João Rosa, morador da comunidade.

No caso da comunidade Jaguará, a potencialização da autoestima do coletivo que eu procurava minimamente provocar com um trabalho bem feito e distribuindo as fotografias entre os moradores, foi mais profunda.

Após a passagem da equipe de arqueologia pela comunidade e a elaboração de um Laudo (arquivo pessoal) reconhecendo a comunidade enquanto remanescente de quilombo, a comunidade recebeu a visita do Cedesf - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, que listou Jaguará como mais uma comunidade remanescente de quilombo identificada em Minas Gerais. João Rosa me contou que depois de 2006 muitas coisas positivas aconteceram para a comunidade depois deste reconhecimento.

O exemplo de Jaguará revela que na pesquisa junto as comunidades vivas é preciso inovar e ser persistente. A arqueologia pode sim contribuir para a visibilidade desses coletivos e os (as) arqueólogo (as) devem assumir sua responsabilidade nesse processo.

Na comunidade do Boqueirão, desde o primeiro contato procurei de alguma forma, além de ser transparente em relação aos meus objetivos, descrever a rotina acadêmica, informando sobre a publicação de artigos, participação em congressos, eventos nacionais e internacionais. Procurei imprimir fotos e distribuí-las entre a comunidade e realizei uma série de atividades nas quais a fotografia foi um método eficaz de comunicação junto à comunidade.

Como parte dos estudos da formação do registro arqueológico da comunidade quilombola do Boqueirão, além das fotografias, também produzi croquis das áreas de interesse (SArqPB, SAK-abandono, SAK-atual, SLM-abandono e SLM-atual). Para o georreferenciamento das áreas utilizamos o nível topográfico e coletamos por meio de GPS as coordenadas geográficas usando o sistema WGS 84 (*World Geodetic System*) e bússola.

A ferramenta online Google Earth, foi bastante explorada por ser um recurso que possibilitou a localização muito fiel da comunidade, possibilitando uma visualização e detalhamento das áreas de pesquisa.

Também acreditando na especificidade que envolve a realização de pesquisas arqueológicas em contextos de diáspora africana, com intuito de compartilhá-las, principalmente com outros pesquisadores que planejam desenvolver seus estudos nessa área, elaborei uma descrição detalhada dessas ações no final da tese.

3.1. Diacronia em três tempos: análise dos dados etnográficos e arqueológicos

A pesquisa etnográfica realizada em Vila Bela corresponde há um acúmulo de vivências, prosas, entrevistas, cooperação, lazer, trabalho, contemplação, aprendizado, alegrias e tristezas que representam os últimos dez anos da minha vida. Nessa tese procurei condensar essas informações, focando na história de ocupação dos sítios estudados.

As cinco áreas (SArqPB, SLM-abandono, SLM-atual, SAK-abandono e SAK-atual) que envolvem a reflexão sobre o tema do abandono fazem parte de uma grande porção de terra que foi ocupada por João Sacerdote e sua família na primeira década do século XX que com o passar dos anos foi sendo partilhada entre os herdeiros.

É importante dizer que em escala regional, a ocupação da região entre os rios Guaporé e Alegre por afrodescendentes tem início no século XVIII, de acordo com os relatos dos moradores e pesquisadores (Bandeira, 1988; Zanettini, 2007), o que condiz com o histórico da ocupação Negra no vale do Guaporé, do qual tratamos no primeiro Capítulo desta tese.

Quanto à escala do abandono, no Boqueirão tratei de analisar os contextos desde uma escala intra-sítios, que possibilitou um conhecimento detalhado da utilização do espaço dos sítios, ajudando a compreender os conjuntos materiais relacionados, e fazer inferências sobre a formação do registro considerando também a relação inter-sítios. As cinco áreas estudadas fazem parte de um mesmo contínuo histórico, todas ligadas ao mesmo grupo familiar, que ao longo dos anos guardaram semelhanças, mas também diferenças.

O primeiro abandono tratado – SArqPB – ocorreu na década de 1980. Foi um abandono rápido, quase sem planejamento, tendo sido motivado por um fator climático. Porém, a família Frazão de Almeida se mudou para uma área há 3 km de distância, dentro de sua propriedade. Esta área era utilizada (área de roça) e tinha um barracão de pau-a-pique que havia sido construído com finalidade de servir de paiol de armazenamento de ferramentas, produtos agrícolas e colheita.

A abordagem ao sítio arqueológico Porto Boqueirão (SArqPB) contou com intervenções de subsuperfície, que foram realizadas com o objetivo de dialogar com os

outros dois contextos de abandono mais recentes, o primeiro formado pelas áreas/sítios SLM-abandono e SML-atual, onde atualmente moram seu Lino e dona Maria e o segundo contexto formado por SAK-abandono e SAK-atual, casa atual de Ádio e Kika. Para analisar esses dois contextos de abandono mais recente realizei registros fotográficos e levantamento de materiais, além de realizar observação participante e contar com a colaboração dos moradores.

A investigação da ocupação das terras quilombolas na região do Boqueirão, na margem direita do rio Alegre, abrangeu um período de 69 anos, ainda que família Frazão de Almeida tenha ocupado as terras banhadas pelos rios Guaporé e seus afluentes, desde pelo menos o século XIX.

Figura 166: gráfico do período de ocupação de cada uma das cinco áreas estudadas.

Figura 167: Comunidade e antigos assentamentos ao longo do rio Guaporé e seus afluentes de acordo com o relatório do Projeto Fronteira Ocidental, de onde a imagem foi adaptada (Zanettini, 2007:28) por Laura Furquim (out/2018).

A região do Porto Boqueirão foi densamente ocupada até aproximadamente os anos 1970, quando grileiros acompanhados de pistoleiros começaram a ameaçar as

comunidades. Os grileiros mandavam os pistoleiros na frente para intimidar as pessoas, depois vinham cercando as terras com arame farpado. Dona Maria dos Anjos contou que seus pais e todos os seus irmãos tinham propriedades no Porto Boqueirão, porém acabaram as vendendo muito barato, temendo por suas vidas.

Nessa época seu Lino contou que um dos seus irmãos foi assassinado por esses pistoleiros que eram contratados pelos grileiros. Muitos deles chegavam se apresentando como donos da terra e apresentavam escrituras falsas, ou nem isso.

Logo a região foi tomada por fazendeiros, e como disse Rudi que nasceu e cresceu na região, “fazendeiro não é gente, é coisa do diabo”. Ele contou que quando o Isaias dono da Fazenda Cruz chegou em Vila Bela, ele começou a comprar as terras do povo que ali vivia historicamente, inclusive terras da “colônia dos bolivianos, os chiquitanos”.

De acordo com Rudi o fazendeiro fica “de olho” ao que acontece na comunidade. Rudi explicou que quando acontece algum falecimento na comunidade, como por exemplo do José Roberto em 2015, ele aparece com proposta para comprar as terras dos herdeiros.

Outra situação polêmica em relação à terra é a questão da titularidade da propriedade de Lino Frazão de Almeida. Seu Lino trabalhou durante muitos anos na Fazenda Santa Cruz, até ser dispensado. De acordo com os irmãos de seu Lino, ele teria vendido uma parte de suas terras para o proprietário da Fazenda Santa Cruz, que ao registrar a venda em cartório teria declarado não apenas a dita parcela comprada, mas a totalidade da propriedade, incluindo parcelas que seriam dos outros herdeiros da família Frazão de Almeida. Seu Lino não confirma essa versão, sendo esse um tema bastante delicado.

O fato é que hoje em dia a comunidade está completamente rodeada pela Fazenda Santa Cruz, cuja atividade única é a pecuária extensiva. O que inclusive tem trazido danos ambientais para a região, gerando dificuldades para os quilombolas.

Visibilidade do Negro

Figura 168: a comunidade Boqueirão, hoje está cercada pela fazenda Santa Cruz. Fonte Google Earth.

A Figura 162, ilustra que somente as propriedades que estão nos limites da comunidade Boqueirão ainda conservam parte da mata original da região, enquanto todo o entorno que hoje pertence ao proprietário da Fazenda Santa Cruz, se encontra totalmente desmatado. Além da transformação da terra em pasto, nas terras da Fazenda, são cultivados o sorgo e outros grãos para alimentação do gado.

Essa situação de desmatamento tem gerado vários problemas para a comunidade, desde alagamentos, a necessidade do uso de agrotóxicos nas hortas devido ao aumento das pragas e a diminuição da oferta do coco de babaçu, fruto que já foi amplamente utilizado na culinária local, e que atualmente tem servido de alimento para as maritacas (pionus) que se proliferam na região. Essas avezinhas barulhentas e famintas também se alimentam de outros frutos, inclusive aqueles cultivados pelos quilombolas.

Há entre o fazendeiro e a comunidade uma relação de dependência econômica que acabou sendo gerada pelas mudanças no modo de vida. Algumas dessas mudanças foram provocadas pela própria gestão da Fazenda que tem acarretado alterações ambientais no entorno, como tratei acima.

Ao longo dos anos, boa parte dos moradores e ex-moradores da comunidade trabalharam, em algum momento, na Fazenda Santa Cruz. Além disso, familiares de moradores do Boqueirão, muitas vezes, vem de outras cidades onde estavam estabelecidos para trabalhar e morar na Fazenda.

Esse fenômeno pode ser observado em outras regiões brasileiras, nas quais o pequeno e o médio produtor são afetados pelas crises econômicas e são impedidos a oferecer sua força de trabalho aos fazendeiros do entorno e conseqüentemente, não tem tempo de cuidar de suas próprias terras.

Ádio, que há muitos anos atrás trabalhou na Fazenda Santa Cruz por um curto período de tempo, por causa de uma dificuldade financeira, afirma que a última coisa que ele gostaria de fazer seria trabalhar novamente para algum fazendeiro. Ádio dedica todo o seu tempo nas atividades (que são inúmeras) de manutenção e melhoria de seu sítio. O objetivo do casal é garantir que seus filhos tenham de onde tirar o próprio sustento, sem depender dessas relações de trabalho com os latifundiários da região.

Ádio e Kika são firmes em seus discursos, demonstrando terem plena consciência do processo de alienação provocado pela relação de dependência.

O proprietário da Fazenda Santa Cruz não nasceu no Mato Grosso, não vive na Fazenda, nem mesmo no Estado do Mato Grosso. Ele tem uma relação predatória com a terra, utilizando ao máximo os seus recursos para a reprodução da atividade agropecuária. Ele tem levado à terra ao esgotamento dos recursos naturais e produzido um desequilíbrio ambiental na região.

Por outro lado, os quilombolas têm uma relação preservacionista com a terra, pois é a casa deles e de seus ancestrais, dos quais herdaram os saberes e fazeres tradicionais com os quais lidam com a biodiversidade até hoje. Por mais que os sitiantes tenham expandido e modernizado sua produção e sua área de pasto há um interesse em preservar a natureza que os prove de plantas medicinais, alimentos e materiais construtivos. Essa geração de quilombolas, ainda é detentora do conhecimento tradicional, presente em seu cotidiano.

Os moradores da comunidade podem ser reunidos na categoria de sitiantes, termo que designa o produtor rural que trabalha direta e pessoalmente a terra com o auxílio da família. O termo “sitiente” não é usado aqui em substituição a designação de “quilombolas” auto atribuída/atribuída a comunidade, o que poderia contribuir para a invisibilização social e política do grupo. O uso do termo tem a exclusiva função de fazer a distinção entre eles e os fazendeiros, ressaltando suas diferentes escalas de produção e relação histórica e cultural com a terra.

O termo “sitiente” também ajuda a pensar na forma como a comunidade se organiza. A comunidade é autoreconhecida remanescente de quilombo desde 2006, porém o processo não foi levado a diante, justamente porque as famílias optaram por manter a propriedade individual da terra, ainda que haja certa colaboração coletiva entre os moradores.

Todos os atuais moradores da comunidade do Boqueirão vivem do trabalho que exercem em suas propriedades. Quase todos os sitiantes são produtores de leite e há

alguns anos comercializam seu produto, junto a uma cooperativa da região, a Coomprovi que instalou um refrigerador na comunidade.

Cada sitiante faz a ordenha matutina e transporta os galões em motos, charretes ou carrinhos de mão até o sítio de Ádio e Kika (SAK-atual), onde o casal, ou eventualmente alguns de seus filhos recebe o produto e faz os devidos procedimentos.

Figura 169: Ádio e Kika realizam cotidianamente a ordenha (jul/2015).

Figura 170: Moisés levando o leite para o refrigerador. Foto Riccardo Rella (mai/2015).

Antes do leite ser depositado no refrigerador, Kika ou Ádio tem que fazer o teste para avaliar a acidez do leite. É retirada uma pequena quantidade de leite que é adicionada a um recipiente contendo o composto químico chamado Alizarol. A coloração que a mistura atingir indicará os níveis de acidez do leite. Se estiver tudo em ordem, o leite é contabilizado e despejado no refrigerador. A cada 15 dias aproximadamente, um funcionário da cooperativa vai até a comunidade para fazer a coleta do leite armazenado, pegar anotações sobre a quantidade de leite produzido por cada sitiante a fim de efetuar os respectivos pagamentos.

Figura 171: Caminhão da cooperativa chega para a retirada do leite armazenado no resfriador. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Além do leite outra fonte de renda para os moradores da comunidade Boqueirão, é a comercialização de animais e carne. Kika e Ádio criam gado e suínos para o abate, seu Lino cria cabras, Dona Maria dos Anjos cria patos, galinhas e galinhas-da-angola, Roxa cria perus, e frequentemente tem alguém na comunidade a procura de animais abatidos, ou mesmo para criação. Eu inúmeras vezes pude presenciar Ádio abatendo uma vaca e vendendo ela por partes, para trabalhadores/colonos da Fazenda Santa Cruz e moradores da cidade. Também na época da Festança, ou outras datas comemorativas é comum a comercialização de animais abatidos ou para o abate.

Figura 172: Adio e Kika pesando um leitão para comercialização. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 173: Metade de uma vaca abatida por Ádio. A outra metade já tinha sido vendida (mai/2018).

A família de seu Martinho (sítio SMM), além de criar gado de corte e leiteiro, cria cabras e cultiva legumes e verduras. Seu Martinho mantém uma horta com fins comerciais e a maior parte da produção de seu Martinho abastece os restaurantes da cidade.

Figuras 174 e 175: Seu Martinho (à direita nas 2 imagens), juntamente com seu filho Moisés cuidam da horta (jul/2015).

Todas essas atividades econômicas exercidas pelos moradores do Boqueirão, sobretudo a agricultura, são sazonais e não são fixas. Dona Maria e Metilde, por exemplo, praticamente tiveram que interromper a comercialização de suas aves no primeiro semestre de 2018, pois os animais foram contaminados com uma doença que quase dizimou toda a criação.

A sazonalidade, a oferta de matéria prima, a introdução de novos produtos industrializados, se juntam às habilidades e predileções por determinadas atividades, que acabam por determinar o que cada pessoa, cada família produziu no passado e produz para sua subsistência e geração de renda. O que une esses fazeres é o conhecimento que foi passado de geração para geração:

Há um processo de iniciação quando ainda se é jovem. As informações que se recebe, pela oralidade, de outra pessoa mais experiente no grupo social não serão reproduzidas com a mesma estrutura recebida de seu ancestral. É necessário fazer experimentações e interferências, avaliar resultados. As populações ditas tradicionais pensam, projetam, estabelecem

hipóteses, testam-nas e estão sempre a refazer (Leite e Silva, 2014:136).

Durante esses dez anos de pesquisa pude acompanhar algumas mudanças no modo de reprodução da vida na comunidade quilombola do Boqueirão. Pude presenciar desde a construção de estruturas de pau-a-pique ao abandono da moradia tradicional, a elaboração de remédios, pratos tradicionais e artefatos com matérias-primas coletadas na natureza. Observei e uma série de formas de lidar com a terra e com os animais, além de investigar a relação simbólica dos quilombolas com o entorno, sobretudo em relação às plantas (Carvalho, 2012)

Figuras 176-179: Etapas de técnicas construtivas de uma estrutura de pau-a-pique: 1) é estrutura da casa é de troncos de árvores fixadas com pregos e fibras vegetais (embira: *Daphnopsis fasciculata*); 2) a folha do babaçu (*Attalea speciosa*) é “riscada” para dar o caimento necessário para a cobertura do telhado; folhas de babaçu trançadas para serem colocadas na cumeeira, finalizando o telhado; 4) imagem da estrutura já com telhado (jul/2009).

Dona Sebastiana, filha de Maria Rosa fundadora da comunidade Bom Futuro (comunidade contígua a do Boqueirão), era uma das maiores conhecedoras dos saberes e fazeres tradicionais.

A anciã que me acolheu em sua casa quando fui morar no Boqueirão em 2015, desde essa época vive em Várzea Grande/MT com sua filha Maura, para onde foi levada por complicações do seu estado de saúde.

Dona Sebastiana, assim como todos os idosos da comunidade do Boqueirão estão expostos à vulnerabilidade específica associada a “velhice rural”. A debilidade biológica que chega com a velhice associada ao duro trabalho ao qual essas populações foram submetidas ao longo da vida acarretam doenças limitadoras que impossibilitam que esses idosos continuem exercendo as atividades cotidianas exigidas no sítio.

Muitos idosos, como no caso de Dona Sebastiana, acabam ficando sem o auxílio de parentes mais jovens que rumaram para as cidades em busca de melhores condições de trabalho, ou simplesmente, tem suas próprias demandas cotidianas nos seus sítios ou na Vila, não podendo prestar um apoio integral aos seus mais velhos.

Essa situação atinge a população rural brasileira de um modo geral. Em termos da vulnerabilidade do idoso, esta diz respeito a “condições socioeconômicas, acesso à informação, escolarização, garantia de acesso aos serviços e de respeito aos direitos humanos”, nas quais as mulheres são as mais penalizadas, pelas múltiplas tarefas exercidas e pela dificuldade nos tramites para conseguir a aposentadoria (Tonezer; Trzcinski; Dal Magro, 2017:12).

No caso específico de Vila Bela, muitos idosos são levados para a Vila para ficar sob os cuidados dos parentes que lá vivem. Porém, muitos familiares próximos, em geral os filhos do idoso não vivem mais em Vila Bela, mas em cidades como Várzea Grande e Cuiabá, no Mato Grosso, e muitos têm familiares em Rondônia ou outras cidades brasileiras mais distantes.

Esse afastamento do idoso do local onde passou sua vida inteira acarreta imenso sofrimento para os mesmos que dificilmente se adaptam a vida na cidade. Muitos deles nem mesmo se acostumam com a vida na Vila, pois consideram que já não há tanto sossego como no sítio.

A velhice e o êxodo rural são apenas algumas faces da invisibilidade social que atingem as comunidades tradicionais quilombolas, foco desta pesquisa. Porém, está relacionada a uma questão ampla de políticas públicas para a população que vive no meio rural. A população quilombola ainda sofre com a questão do racismo institucional que dificulta não só a vida no campo, como também dos quilombolas que partem para as grandes cidades em busca de trabalho.

No aspecto cultural, da identidade do ser quilombola, as comunidades sofrem com a perda de seus velhos e do conhecimento que morre com eles. Na comunidade Boqueirão, atualmente, são cinco os anciãos com mais de 65 anos que ainda vivem lá: Dona Maria dos Anjos e seu Lino, Metilde irmã de seu Lino, seu Martinho e sua esposa Dona Maria e Roxa, esposa do finado Cirilo, irmão de seu Martinho.

Os demais moradores, os nascidos e criados em Vila Bela que são a maioria dominam muitos desses saberes tradicionais, porém a tendência é que cada vez menos esses saberes sejam utilizados na vida cotidiana, pela introdução de novas tecnologias, pela dependência dos produtos industrializados, e o esquecimento pela falta de uso.

Um dos exemplos do esquecimento dos saberes é o domínio da técnica da cestaria com folhas de babaçu. Seu Martinho é, na comunidade, a última pessoa que domina a técnica. Nenhum de seus dois filhos teve interesse em aprender.

Figura 180: De blusa rosa Dona Maria esposa de seu Martinho, no centro Dona Sebastiana ao lado de seu irmão Martinho. (set/2008).

Figura 181: Seu Martinho trançando um abanico com uma palma de babaçu (jul/2009).

Outra anciã que tem um profundo conhecimento dos saberes, principalmente relacionados aos poderes de cura das plantas é Dona Maria dos Anjos. Diferentemente de dona Sebastiana, sua contemporânea, Maria dos Anjos atribui à determinadas plantas, propriedades mágico-religiosa que lhe conferem o poder, por exemplo, de afastar o mau-olhado e promover o descarrego físico e espiritual de energias negativas. Dona Maria é católica, enquanto dona Sebastiana é evangélica, como a maioria dos descendentes de Maria Rosa, e como tal nega o universo simbólico relacionado, principalmente, às religiões afro-brasileiras (Carvalho, 2012:98).

A família Frazão de Almeida, tradicionalmente é católica, aliás como a maioria da população de Vila Bela foi um dia, pois a adesão às religiões protestantes e pentecostais é algo mais recente, em Vila Bela, tendo começado por volta de 1950 com as incursões evangelizadoras do pastor de origem alemã, naturalizado holandês “Gustavo” Gustav Adolf Bringsken.

Porém, ao lado do catolicismo popular praticado pelos vilabelenses é sabido que sempre houve praticantes e seguidores de práticas de origem africana na cidade. Hoje em dia, apesar de ouvir que existem praticantes, desconheço espaços destinados aos cultos dessa origem. No passado, como relatou Ádio, seu pai João Sacerdote e sua mãe dona Sérgia frequentavam locais de culto onde houvesse e inclusive viajavam para Cuiabá com esse objetivo.

Nesta pesquisa conseguimos concluir uma árvore genealógica parcial da família Frazão de Almeida, cujo objetivo foi indicar os descendentes e ascendentes de seu Lino e Ádio.

Figura 182: Árvore genealógica da Família Frazão de Almeida. Coleta de dados: Carvalho (2012) e Alice Matos. Arte: Sara Oliveira (out/2018).

O membro mais antigo que a família se recorda é o bisavô Higino Frazão de Almeida, que foi casado com Maria Ana de Moraes. Porém, nenhum dos membros atuais da família chegou a conhecê-los. Dona Mancia Frazão, prima de seu Lino e Ádio me contou que Higino era um africano de origem desconhecida que foi trazido como escravo diretamente da Bahia – provavelmente local onde o bisavô desembarcou vindo dos portos africanos.

Os bisnetos de Higino não souberam precisar se foi ele quem deu origem à ocupação dessas terras entre o rio Guaporé e o rio Alegre, ou se foi um escravizado que fugiu para essas terras fazendo parte de algum quilombo.

Já o avô dos irmãos Frazão, Anselmo Frazão de Almeida foi casado com Francisca Frazão de Almeida, com quem teve dois filhos, João Sacerdote e Simplícia Frazão de Almeida. Porém, todos contam que o avô era um homem “mulherengo” e teve um total de sete filhos com outras mulheres, prática considerada normal para época, completou seu Lino.

Quando o avô Anselmo morreu, seu Lino ainda não havia nascido (seu Lino nasceu em 23 de setembro de 1949), mas sabe-se através de relatos da família que o avô que estava doente morreu a caminho do hospital. Ele estava sendo carregado numa rede, mas não chegou a tempo e faleceu no meio do caminho. Os antigos contam que ele foi enterrado no local onde morreu, sob a copa de um pé de cambará, “uma árvore de tronco grosso, flores amareladas e que gosta de terra úmida”, disse seu Lino (família botânica Asteraceae).

Seu Lino contou que seu pai nasceu na comunidade do Bastos e que viveu na comunidade Porto Alegre – todas muito próximas como demonstrado no mapa das “comunidades e assentamentos” ao longo do rio Guaporé e seus afluentes (Figura 161). A comunidade Porto Alegre foi fundada por Paulo Viera, avô de Dona Maria dos Anjos. Ambas famílias se mudaram para o Porto Boqueirão, para o assentamento nomeado SARqPB que iremos tratar no próximo item.

Acima procurei fazer a classificação de cada um dos sítios estudados, de acordo com aspectos e conceitos relacionados à arqueologia do abandono. Nas próximas páginas

faço a análise da formação do registro arqueológico e da materialidade relacionada a esses três contextos temporalmente diferentes, percorrendo sobre cada sítio, ou conjuntos de sítios (SArqPB; SLM, SLM-abandono e SLM-atual; SAK, SAK-abandono e SAK-atual), divididos em subitens.

Sobre a materialidade associada aos processos de abandono trabalhei basicamente com o que Schiffer chamou de “resíduo de fato” (Schiffer, 1988). Os resíduos de fato são tudo aquilo que foi abandonado pelos antigos moradores por não ter mais interesse de uso.

3.1.1. Sítio Arqueológico Porto Boqueirão - SArqPB

O Sítio arqueológico Porto Boqueirão (SArqPB) está localizado à margem direita do rio Alegre, há aproximadamente 3km da atual comunidade do Boqueirão. No local existem evidências materiais da antiga moradia da família de Dona Sérgia e João Sacerdote Frazão de Almeida, já falecidos.

Os pais de seu Lino e Ádio se mudaram para o Porto Boqueirão em 1949, e lá permaneceram até o ano de 1979, quando uma forte enchente acabou obrigando as famílias que ali viviam mudassem para áreas mais altas.

No ano anterior os moradores do Porto Boqueirão já haviam enfrentado outra enchente, e a família Frazão teria procurado abrigo no antigo paiol, que ficava a aproximadamente 3 km de distância. Quando o nível da água baixou eles puderam retornar para suas casas.

Porém a enchente de 1979 comprometeu a estrutura da casa, e as paredes barreadas da habitação de pau-a-pique desmoronaram em vários pontos. De acordo com Metilde, irmã de Lino e Ádio, entre barrear novamente a casa e viver com medo que uma nova enchente destruísse tudo, a família optou por ficar morando no antigo paiol, que foi sendo remodelado.

Nessa época João Sacerdote já era falecido, mas dona Sérgia viveu durante muitos anos ainda, inclusive Kika, atual esposa de Ádio comentou que conviveu algum tempo com dona Sérgia quando foi viver com Ádio na comunidade Boqueirão.

Esse paiol havia sido construído numa parte mais alta, numa antiga área de roça da família e tinha por objetivo armazenar produtos da colheita e ferramentas agrícolas. Com a mudança da família para o local o barracão passou por modificações e uma cozinha externa foi construída. O local ficou conhecido como “comunidade Boqueirão”, e o sítio em questão foi denominado durante minha pesquisa de mestra do como SAK (sítio Ádio e Kika).

Durante o mestrado realizei algumas expedições ao Porto Boqueirão, sempre acompanhada por seu Lino ou Ádio, mesmo depois de ter aprendido o caminho. Ou acreditar ter aprendido, pois anos depois me perdi no campo juntamente com meu colega Renato, durante a realização do levantamento da vegetação, como relatado no segundo capítulo dessa tese.

Figura 183: Kendra, Cauí e Riccardo atravessam o campo durante a parte final da “expedição pelo rio Guaporé”. A trilha que liga o Porto Boqueirão a comunidade Boqueirão às vezes se confunde com os carreiros feitos pelo gado (set/2016).

Os moradores da comunidade também se preocupavam com as pessoas de fora que se aventuravam pelo campo até o rio Alegre, porque era possível que topassem com alguma onça pelo caminho. Sobre tudo na mata onde está localizado o SARqPB, pela

proximidade deste com o rio, área utilizada para caça desse animal. Eu pessoalmente não encontrei nenhuma onça em todos esses anos.

Essas expedições realizadas durante o mestrado tiveram como objetivo principal realizar o mapeamento do sítio, a partir da identificação de possíveis árvores significativas para os irmãos Frazão, associadas à época em que eles ainda lá viviam.

A cada expedição eu me familiarizava um pouco mais com o sítio e assim fui construindo um olhar a partir de elementos relevantes indicados pelos irmãos Frazão, mas também a partir de elementos que eu estava considerando nesse processo de reconhecimento e mapeamento. Ao longo dos anos, as evidências e os depoimentos dos irmãos foram revelando a inserção na paisagem da antiga moradia da família Frazão.

Assim, procuro descrever a construção desse olhar apresentando suas etapas, atividades e percepções, tanto minhas, quanto de meus companheiros de campo ao longo dos anos. Essa experiência com os irmãos Frazão contribuiu para a construção uma visão completamente diferenciada daquela que o meu olhar solitário de arqueóloga poderia captar.

Nesse processo, a identificação de árvores significativas para os irmãos Frazão confirmou o caráter mnemônico das árvores, que ativaram recordações de Lino e Ádio do tempo em que lá viveram. Através das memórias dos irmãos, sobretudo de Ádio, que foi meu companheiro mais assíduo, vislumbrei cenas da vida diária, com crianças correndo, subindo e descendo de árvores, imaginei o manuseio da prensa de mandioca, o cheiro do fogão à lenha, as rezas e as festas.

Uma das primeiras árvores que tanto seu Lino, quanto Ádio se recordaram foi o cumbaru (*Dipteryx alata*). A árvore que tem o tronco torcido serviu de *playground* para as crianças da comunidade. Do cumbaru é que vem a castanha baru, que tem sabor parecido com o do amendoim.

O tarumã (*Vitex polygama*,) também foi outra árvore que remeteu à infância dos irmãos, por suas frutinhas pretas que eram muito apreciadas. Certa vez, logo que cheguei a Vila Bela, conversando com meu amigo o pescador Ronaldo Biguá, ele me disse que se

eu me interessava por árvores tinha que conhecer o tarumã, porque os quilombolas gostavam muito dessa árvore, e onde tinha uma comunidade quilombola, também teria um pé de tarumã. Em 2013 o tarumã foi eleito a árvore símbolo do Mato Grosso.²⁴

Figura 184: seu Lino ao lado do cumbaru torcido de sua infância (ago/2009).

Figura 185: árvore tarumã (set/2008).

Figura 186: o babaçu “gigante” (set/2008).

Figura 187: Ádio e o velho ingá (set/2008).

Outras duas árvores foram lembradas pelos irmãos Frazão por sua antiguidade, um pé de babaçu enorme que ainda estava de pé, além de um velho pé de ingá (*Ingá sp*). Ambas já existiam quando a família se mudou para lá, afirmou seu Lino.

24 Sobre a eleição do tarumã como árvore símbolo do Mato Grosso ver matéria do Jornal Bom dia MT: <http://g1.globo.com/mato-grosso/bom-dia-mt/videos/v/taruma-e-eleita-arvore-simbolo-de-mato-grosso/2640695/>

Outras duas árvores foram lembradas pelos irmãos Frazão por sua antiguidade, um pé de babaçu enorme que ainda estava lá, além de um velho pé de ingá (*Ingá sp*). Ambas já existiam quando a família se mudou para lá, afirmou seu Lino.

Figura 188-190: Ádio ao lado do jatobá prensa; à direita detalhes do furo que servia para encaixar a alavanca da prensa de mandioca (set/2008).

Uma referência importante que foi mencionada durante as expedições, foi a existência de muitas árvores frutíferas no quintal de dona Sérgia. Porém, a única árvore que ainda resistia era uma mangueira (*Mangifera indica*).

De acordo com Ádio existiam muitas mangueiras no quintal, além de outras árvores frutíferas exóticas que foram as primeiras a perecerem ao ataque de pragas. As árvores frutíferas exóticas dependem do cuidado humano e em caso de abandono são as primeiras a serem atacadas por formigas, cupins e outros insetos.

A mangueira também foi uma das árvores simbólicas identificadas durante a pesquisa de mestrado. Não apenas em Vila Bela, mas em pelo menos duas outras comunidades (Adrianópolis/PR e Ilha do Marajó/PA) que visitei, os quilombolas atribuíam propriedades mágicas à mangueira, que segundo eles, quando plantada na entrada da casa atrairia para si energias negativas que por ventura fossem direcionadas aos moradores da casa. Em nosso retorno ao sítio em 2018 a mangueira estava definitivamente morta.

Figura 191: mangueira remanescente (ago/2009).

Figura 192: esscarificações (set/2008).

Figura 193: Ádio ao lado da mangueira tombada, maio/2018.

Figura 194: detalhe da mangueira tombada, maio/2018.

No início do mestrado minha meta principal foi a identificação das árvores simbólicas e significativas para os quilombolas do Boqueirão, mas a cada expedição ao SARqPB evidências da estrutura da antiga casa tradicional foram, aos poucos, sendo reveladas.

No meio da mata meu olhar foi aprendendo a enxergar essas evidências e esse foi um processo simultâneo pelo qual Ádio também passou. É claro que ele, mais rapidamente que eu percebia as coisas ao seu redor, aquele ali era seu habitat e aquela materialidade fazia parte do seu cotidiano. Quantas vezes passei desapercebida por um esteio acreditando ser apenas um tronco seco de árvore.

Havia vários esteios que resistiram à ação do tempo, alguns estavam caídos, mas também havia aqueles que seguiam em pé. Além dos esteios, foi possível identificar alguns negativos, marcas que esses postes de sustentação da habitação deixaram no chão

quando foram retirados para serem reaproveitados, ou apenas desapareceram consumidos pelo tempo.

Figura 195: detalhe de esteio caído no chão (ago/2009).

Figura 196: esteio central caído no chão (ago/2009).

Figura 197: detalhe de esteio em pé (ago/2009).

Figura 198: negativo de esteio (ago/2009).

Outras evidências da ocupação pretérita foram sendo identificadas. Alguns materiais que foram deixados para trás quando o sítio foi abandonado, ou intervenções no ambiente, como nos exemplos a seguir:

Figura 199: antigo poço identificado (set/2008).

Figura 200: chapa de metal para torrar farinha (set/2008).

Figura 201: antiga sela de cavalo (set/2008).

Figura 202: garrafas abandonadas (set/2008).

No final do mestrado, tendo reunido todas essas informações sobre as árvores simbólicas e significativas, além das evidências arquitetônicas da antiga habitação, tive elementos suficientes para a produção de um croqui, cujo objetivo principal foi indicar a distribuição dessas árvores na paisagem em relação as estruturas habitacionais. Nesse momento, junto com Ádio conseguimos fazer uma delimitação precisa da cozinha, principalmente através de negativos dos antigos esteios. Já as evidências dos quartos e sala, ainda não apareciam totalmente nítidas para nós na paisagem.

Visibilidade do Negro

SÍTIO ARQUEOLÓGICO PORTO-BOQUEIRÃO (SArqPB)

Croqui esquemático da distribuição espacial das áreas edificadas, locais significativos e árvores principais

Legenda:

1. Jatobá (prensa de mandioca)
2. Mangueira
3. Cumbaru retorcido e cupinzeiro
4. Babaçu (15 m)
5. Ingá
6. Vestígios de habitação (cozinha)
7. Poço de água
8. Tarumã
9. Curral
10. Porto (antigo)
11. Porto (atual)
- ... Delimitação aproximada do quintal

"A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia de quilombos em Vila Bela/MT"

Mestranda: Patrícia Marinho de Carvalho
Orientadora: Marta Heloisa Leuba Salum
Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo
2012

Croqui: Patrícia Marinho / Mapa digital: Rachel Lima Rocha

Sítio arqueológico Porto Boqueirão

CROQUI ESQUEMÁTICO

Evidências de estruturas de habitação - localização da cozinha

Legenda:

- Cozinha
- Quartos
- Postes antigos ainda no local
- Marca de postes antigos
- Antigo Porto Boqueirão
- Área contigua (Sala de estar)

"A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia de quilombos em Vila Bela/MT"

Mestranda: Patrícia Marinho de Carvalho
Orientadora: Marta Heloisa Leuba Salum
Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo
2012

Croqui: Patrícia Marinho / Mapa digital: Rachel Lima Rocha

Figuras 203 e 204: croquis esquemáticos do SArqPB, à esquerda o quintal delimitado pelas árvores significativas e à direita o croqui da antiga cozinha (Fonte: Carvalho, 2012:120).

Já durante o doutorado, todas as expedições realizadas ao SARqPB tiveram por objetivo a delimitação precisa das antigas estruturas do sítio arqueológico, com a finalidade de realizar intervenções de subsuperfície.

No ano de 2015, foi feito levantamento da vegetação devido ao interesse de se realizar estudos arqueobotânicos no SARqPB, porém, como dito na primeira parte desta tese, na redefinição dos objetivos do projeto de pesquisa, eliminei essa linha de trabalho, motivada sobretudo pelas condições inadequadas para a coleta de material.

No ano de 2016, quando eu já havia me mudado para a comunidade, foi feito o levantamento topográfico do sítio arqueológico. Nessa oportunidade a limpeza do local levou à evidenciação de remanescentes da estrutura que não haviam sido identificados em campanhas anteriores, sobretudo as canaletas de sustentação das paredes, os alicerces. De acordo com Ádio as canaletas eram feitas com madeira resistente e tinham por objetivo sustentar as paredes de pau-a-pique e conservá-las por mais tempo, já que elas não ficariam em contato direto com o solo, mas sim em cima das canaletas.

Com a ajuda de Ádio foi possível identificar dois conjuntos de evidências que formavam a habitação principal, aqui denominada “sala/quartos” (16 metros de comprimento por 4 metros de largura), além de um outro conjunto de evidências localizado a noroeste do primeiro, e denominado “cozinha” (6 metros de comprimento por 4 metros de largura).

Figura 205: esteios que ainda estavam de pé Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 206: canaleta, já na campanha seguinte. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

A partir das evidências e da memória de Ádio foi elaborado um croqui para darmos início ao levantamento topográfico planimétrico recolhendo as medidas das habitações com auxílio do nível topográfico.

A partir dos marcos topográficos, cujas coordenadas UTM foram aferidas com GPS no Datum WGS84, foram feitos os cálculos de ângulos e distâncias para a produção do croqui. Na sequência, o processo de elaboração gráfica foi feito em ambiente virtual de SIG (Sistema de Informações Geográficas), por meio do software ArcGis, que possibilitou não apenas a solução cartográfica, mas também o diálogo com outros softwares para transferência de dados para o GPS.

O croqui da topografia do sítio arqueológico foi fundamental para a definição das áreas de interesse para as futuras escavações, que tiveram por objetivo fornecer uma amostra da materialidade relacionada com o período de ocupação da família Frazão de Almeida no local.

Esses dias intensos de trabalho no SARqPB serviram de estimulante às lembranças de Ádio: a casa do passado já tinha divisões internas, portas e janelas.

Em maio de 2018 voltei ao SARqPB, juntamente com Ádio, Wellington e Alice. Depois de passados quase dois anos da última intervenção, foi necessário realizar a limpeza do sítio, fazendo a varrição no interior das estruturas que delimitavam a antiga habitação, e na parte exterior, no quintal entre a cozinha e a sala/quartos. Também fizemos a poda de figueiras (*Ficus*), tucuns (*Astrocaryum huaimi* Mart.), e alguns arbustos que cresceram no interior das estruturas, pois dificultavam o trânsito no sítio.

Figura 207: poda de galhos de árvores na parte interna das antigas habitações (mai/2018).

Figura 208: remoção de folhas e poda da área das
Foto: Alice Matos. (mai/2018).

Figura 209: figueiras que cresceram no interior da
antiga habitação. Foto: Wellington Ferreira
(mai/2018).

Figura 210: cipó que cresceu nas delimitações da
antiga cozinha. Foto: Wellington Ferreira
(mai/2018).

Figura 211: área interna de sala/quartos após a remoção da folhagem (mai/2018).

Após realizar a remoção da folhagem demos início a evidenciação das estruturas (canaletas e marcas de esteios de sustentação) utilizando trinchas, vassouras, facão e pá de pedreiro. A evidenciação das canaletas relevou sua existência em uma área maior do imaginávamos.

Figura 212: Ádio trabalhando na evidenciação da canaleta da antiga habitação (mai/2018).

Figura 213: Alice trabalhando na evidenciação da canaleta da antiga habitação (mai/2018).

Figura 214: Paty trabalhando na evidenciação das estruturas. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 215: detalhe da evidenciação das estruturas mostra a canaleta queimada e grande quantidade de raízes no entorno (mai/2018).

Além das canaletas foram identificados esteios e batentes das portas, alguns ainda estavam em pé e outros caídos nas proximidades de seus lugares originais. No total foram identificados 10,10 metros de canaletas, dois batentes e nove esteios pertencentes a estrutura da antiga habitação, além de um esteio remanescente da cerca do quintal, localizado há aproximadamente 20 metros na face sudoeste das habitações.

Outra importante contribuição de Ádio para o entendimento do sítio arqueológico, surgiu de uma indagação minha. Por que toda a extensão de canaletas remanescente somente foi identificada na estrutura dos quartos e da sala, e nenhum trecho de canaleta foi evidenciado na cozinha?

De acordo com Ádio geralmente as cozinhas são construções mais simples, muitas vezes elas têm apenas meia parede, que podem ser de pau-a-pique ou de tábuas, logo não precisam de canaletas. Já os quartos têm que ser estruturas mais resistentes para melhor proteção da ação do frio, do calor e da chuva.

De acordo com Ádio, a madeira utilizada nessas canaletas era bastante resistente, provavelmente foram utilizados troncos de peroba (*Aspidosperma polyneuron*). Não é por acaso que passados quase setenta anos ainda reste trechos de canaletas documentando parte da história dos Frazão de Almeida.

Porém, a maior parte das canaletas e esteios já desapareceu, e Ádio acredita que as canaletas podem ter sido consumidas por incêndios naturais provocados pela combinação da baixa humidade e do calor intenso característicos dos meses de seca na região.

Outro fator que pode explicar o desaparecimento das canaletas é a grande quantidade de raízes da vegetação que cresceu na área da antiga habitação nesses 39 anos de abandono, além da ação de cupins, formigas e também pequenos roedores. Já alguns troncos que serviam de esteio podem ter sido reutilizados em outras estruturas, para a construção de alguma cerca perto dali, por exemplo.

Figura 216: área do sítio limpa; à esquerda a linha vermelha delimita parte da cozinha (mai/2018).

Figura 217: detalhe da figueira que cresceu dentro da antiga habitação, em sala/quartos (mai/2018).

Ainda que os remanescentes das canaletas se apresentassem fragmentados, foram suficientes para uma delimitação mais precisa da antiga habitação. A contribuição de Ádio foi fundamental também na delimitação interna da estrutura, que era formada por dois quartos, uma sala e um anexo, que servia de depósito e mais tarde foi usado por seu Lino para receber seus amigos, como ele mesmo me contou.

Figura 218: croqui das evidências das antigas habitações do SARqPB . Digitalização: Rafael Almeida.

Figura 219: imagem aérea de parte das habitações, do lado esquerdo da imagem a cozinha foi delimitada com hastes de babaçu, na parte inferior sala quartos. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

A estrutura que existiu no local, assim como aquelas analisadas nos sítios de abandono recente (SLM-abandono e SAK-abandono), foram construídas utilizando-se a técnica de pau-a-pique ou taipa de mão. A técnica foi trazida pelos portugueses durante a colonização e foi aperfeiçoada pelos africanos (Souza, 2017:115).

O processo consiste na construção de uma estrutura com troncos de peroba, aroeira, ou outra madeira resistente. Em seguida é feito o entrelaçamento de hastes de taquara ou outra madeira roliça, que são amarradas com fibra natural, no caso é comum o uso da fibra da entrecasca da árvore chamada embira (*Daphnopsis fasciculata*). Após a construção da estrutura é o momento em que se faz o barreamento com a argila, para depois finalizar com a colocação do teto feito de folhas de babaçu.

A seguir, algumas imagens selecionadas que ilustram esse processo que registrei ao longo dos anos.

Figura 220: Rudi segura a fibra de embira que ele mesmo colheu (jul/2009).

Figura 221: estrutura de madeira do galinheiro de dona Sebastiana (SS) (jul/2009).

Figura 222: Detalhe do entrelaçamento da madeira na técnica de taipa de mão (jul/2015).

Figura 223: a casa em ruínas de d. Maria e seu Lino (SLM-abandono) deixam evidente a técnica de taipa ou pau-a-pique (jul/2015).

No caso do galinheiro de dona Sebastiana (SS), os quatro postes que sustentam o teto e nos quais foi colocada a tela hexagonal de arame, própria para a construção de cercados para aves, foram enterrados diretamente no chão, sem a necessidade da construção de alicerces.

Na comunidade Boqueirão, uma das poucas casas tradicionais ainda habitada é a morada de Luciano e Vanusa (SLV). A cozinha é de ripas de madeira coberta com palha de babaçu, enquanto o outro conjunto formado por quartos e sala foi construído com adobe, também chamado tijolo cru, pois é moldado em formas de madeira e deixado secar ao sol, sem que seja cozido pela queima. As paredes são revestidas com uma camada de argamassa produzida com a argila do local.

Figura 224: vista geral da casa de Luciano e Vanusa (SLV). Da esquerda para a direita é possível ver ao fundo uma estrutura com teto de palha que abriga uma carroça, os quartos de adobe, uma saleta de visitas que une os quartos a cozinha de tábuas (mai/2015).

Figura 225: construção feita de adobe e madeira – quartos e sala interna (mai/2015).

Figura 226: detalhe da parede de adobe, revestida com argamassa (mai/2015).

Ainda no sítio SLV é possível ver outras construções tradicionais, além da garagem que abriga a carroça, há também mais dois paióis, onde Luciano e Vanusa armazenam comida para a criação e ferramentas diversas.

Figura 227: Os dois paióis existentes no quintal de Luciano e Vanusa (mai/2015).

No sítio de Dona Sebastiana, apesar da casa de dois quartos, sala e cozinha ter sido uma das primeiras casas de alvenaria construídas na comunidade, ainda mantida no quintal a cozinha tradicional com fogão de lenha. Até o ano de 2011, o antigo quarto de dona Sebastiana que havia sido transformado em um paiol para o armazenamento de ração e ferramentas ainda estava em pé, porém quando eu morei lá em 2016 o barracão já havia caído e só restavam algumas evidências da antiga construção.

Figura 228: Dona Sebastiana e seu irmão Augusto sentados na cozinha tradicional externa; ao fundo pode se ver o antigo barracão de pau-a-pique que já não existe mais (jul/2009)..

Figura 229: Neste outro ângulo vemos a cozinha tradicional externa no sítio de dona Sebastiana (SS); parte evidenciada de vermelho corresponde aos vestígios da antiga casa – sala e quartos (abr/2016).

As construções de pau-a-pique são consideradas de baixa visibilidade arqueológica, devido aos materiais utilizados em sua construção. Symanski e Souza (2007: 215) afirmam que a “visibilidade dos grupos escravos no registro arqueológico vincula-se, fundamentalmente, a nossa habilidade em diagnosticar as evidências a eles ligados”.

Segundo Rafael Abreu Souza (2017:51), o reconhecimento ou não de sítios arqueológicos onde houveram construções de taipa, pode ser de difícil identificação em se considerando as limitações do arqueólogo, que desconhece ou que tem uma relação de “não-engajamento com o ambiente”. Essa postura pode levar a noções pré-concebidas sobre determinados ambientes, além de perpetuar um desconhecimento e a não identificação por parte dos arqueólogos desses contextos afrodescendentes.

Em nossa opinião, o primeiro passo no desenvolvimento de políticas de preservação desse patrimônio é dar-lhe visibilidade, uma vez que, por causa da ausência de conhecimento a seu respeito, esses vestígios estão mais sujeitos a destruição e a não serem contemplados em programas de preservação, sobretudo quando postos em relação aos vestígios mais monumentais, associados as elites (Symanski e Souza, 2007:216).

Essas limitações irão refletir na escolha das metodologias, como bem observou Souza (2017:51) durante a realização de pesquisa arqueológica no semiárido nordestino, dado que a definição de uma malha de 20 em 20 metros poderia comprometer a localização de uma habitação de taipa, uma vez que esse tipo de construção tradicional pode ocupar áreas menores do que 20 metros de diâmetro.

O autor considera que a utilização métodos de campo não adequados para determinados contextos é reflexo de uma prática colonialista do arqueólogo, que acaba por invisibilizar esses contextos, pois seus métodos estão ancorados em padrões estrangeiros, ou voltados para os estudos de evidências monumentais, e não de grupos subalternizados (Souza, 2017:51).

As inúmeras expedições ao sítio arqueológico Porto Boqueirão foram um aprendizado, onde pude treinar meu olhar e experienciar a paisagem e o lugar, que sem dúvida é o que se espera que aconteça num processo de construção de conhecimento. Foi

uma oportunidade única, profunda e duradoura que me faz refletir sobre qual seria a probabilidade de identificar esse sítio arqueológico sem ser guiada por seu Lino ou Ádio, ou qualquer outro morador ou conhecedor da antiga casa dos Frazão de Almeida.

A história de Vila Bela informa sobre as ocupações Negras no Guaporé e seus afluentes desde o período colonial, o sítio está localizado a poucos metros de um porto, que na atualidade é menos utilizado, porém muitos pescadores da região ainda procuram o boqueirão do Alegre para pescar. Além da implantação espacial, ao se aproximar do sítio arqueológico evidências de superfície indicam a presença humana pretérita.

Sim, existe a possibilidade de se localizar o SARqPB, com algum empenho e tempo. Mas o que eu absolutamente não alcançaria seria o conhecimento profundo transmitido por aqueles que lá viveram.

Dando sequência ao nosso objetivo de ampliar o conhecimento sobre a formação do registro quilombola, faço a análise de cada intervenção realizada no Sítio Arqueológico Porto Boqueirão.

As intervenções de subsuperfície, foram realizadas nas partes internas e externas das habitações e totalizaram seis intervenções, sendo três unidades de escavação de 1x1m e três sondagens. As intervenções foram denominadas de Unidade Altar, Unidade Soleira, Unidade Lixeira e as tradagens na Cozinha, no Quintal e na Lixeira.

As unidades de escavação foram realizadas com o auxílio de enxada, pá e colher de pedreiro e eventualmente usamos facão e foice para contar raízes. Já as tradagens foram realizadas com auxílio da cavadeira articulada. Os sedimentos foram peneirados em peneira comum utilizada na construção civil. A análise laboratorial dos materiais identificados foi realizada no local e eventualmente levamos uma ou outra peça para que outros moradores da comunidade ajudassem a identificar. Ao final da escavação depositamos todos os materiais em suas respectivas unidades e fechamos com a terra novamente.

Figura 230: enquanto Ádio corta as raízes da Unidade Soleira, Paty faz a decapagem usando a colher de pedreiro. Foto Alice Matos (mai/2018).

Figura 231: Wellington fazendo tradagem Lixeira (maio/2018).

Figura 232: Paty escavando e peneirando o sedimento da Unidade Lixeira. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 233: toda equipe trabalhando na Unidade Lixeira, escavação e laboratório (maio/2018).

Figura 234: Alice lava os materiais com água do rio Alegre (mai/2018).

Figura 235: Wellington fotografa os materiais (maio/2018).

Figura 237: Alice e Ádio fechando a Unidade Soleira. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 238: Ádio recolocando os materiais na Unidade Lixeira (maio/2018).

Figura 239: Materiais devolvidos a Unidade Lixeira (mai/2018).

Também foi realizada a topografia para indicar a declividade do terreno e fornecer dados para a produção do perfil das escavações.

Figura 240: Wellington fazendo a topografia do terreno com nível bolha e régua (mai/2018).

Figura 241: croqui esquemático do perfil estratigráfico das escavações no SArqPB. Digitalização Marjorie Lima (set/2018).

não representa a divisão exata das camadas escavadas, mas é o croqui esquemático que representa o perfil da escavação, e também demonstra o declive.

a) Unidade Altar:

Foi durante o levantamento topográfico, enquanto elaborávamos a planta baixa das habitações do SARqPB que Ádio comentou sobre o altar em homenagem aos santos católicos que seus pais mantinham na sala. Ádio se levantou e apontou: “ali, bem ali naquele cantinho”.

A unidade Altar foi executada na parte interna da unidade habitacional, especificamente na antiga sala. O altar era uma mesa de madeira, sob a qual haviam estatuetas de santos católicos – dentre eles Santa’Ana e São José – aos quais dona Sérgia e João sacerdote eram devotados.

Ádio, seu Lino e Metilde contaram que seus pais eram festeiros, e que todos os anos realizavam uma grande festa na data de comemoração a Santa’Ana e São José. Ainda disseram que os pais eram festeiros de primeira, conceituados e que muitas pessoas compareciam nas celebrações religiosas por eles organizadas. As festas duravam dias, havia matança de animais para preparação de churrasco e eram preparados vários pratos típicos. Havia muita união e fartura nessa época, contam os irmãos.

Diante dessas informações considerei o local onde ficava o altar, como potencial espaço de poder mágico-religioso e levantei a hipótese de que poderia haver algum item de conteúdo religioso sob o piso. Essa indagação foi motivada pela constatação da existência de práticas religiosas sincréticas entre os quilombolas de Vila Bela, como pude verificar desde o mestrado. Além disso, Ádio em diversos momentos deixou claro que os pais eram católicos, mas se interessavam e frequentavam cultos de origem afro-brasileira.

Em minha experiência prática junto a espaços sagrados de religiosidade afro-brasileira observei o hábito de se enterrar ou “plantar”, ou ainda “assentar” objetos de conteúdo mágico-religioso no chão onde se cultua as divindades africanas, no chão do ilê, no chão do cazuá, no chão do barracão, todas designações para estrutura na qual os cultos são realizados.

No Nzo Tumbansi, casa de candomblé angola dirigida pelo sacerdote Tata Katuvanjesi, tomei conhecimento que no processo de transferência de seu candomblé do município de Ferraz de Vasconcelos para o município de Itapeçerica da Serra (ambos no estado de São Paulo), em 2005, Tata Katuvanjesi havia realizado rituais que estão relacionados ao enterramento de itens de poder. Certa vez o sacerdote afirmou que havia plantado um inquice²⁵ no chão do barracão, a entidade materializada em objeto havia vindo diretamente de Angola, e fora oferecida à Tata Katuvanjesi durante um ritual realizado junto com sacerdotes angolanos da aldeia visitada. Esse tipo de ritual é de extrema importância e deve contar com a participação dos mais velhos, ou seja, a mãe ou pai de santo da/o líder da casa.

O processo de criação de um terreiro de candomblé segue uma série de fundamentos, de rituais a fim de abrigar e equilibrar a energia das divindades naquele espaço que será sua morada. Nesse processo de fundação do terreiro o centro do barracão, o teto e o chão em conjunto corresponde ao espaço de concentração de energia, de força vital, numa representação da ligação dos mundos, o superior e o inferior, céu e a *terra ou o Òrun* e *Àiyé* na língua *yorùbá* (Prandi, 1997; Evangelista, 2015), ou *Nduño* e *Iungo* entre a tradição congo-angola.

Symanski e Souza (2007:226-227) realizaram escavação no interior da casa-grande do sítio Taperão, localizado na Chapada dos Guimarães. Nessa escavação foram identificados, dentre outras evidências, um prato de cerâmica com uma moeda de cobre no meio, sob o piso, num canto em uma das salas da casa-grande. Os arqueólogos consideraram esses objetos como “exógenos” ou pouco significativos na cultura senhorial, porém significativos nos sistemas de crença africano e diaspórico, identificando em bibliografia pertinente, o hábito de enterrar objetos de poder próximos às portas e cantos das habitações e em vários contextos diferentes.

²⁵ Inquice é a divindade cultuada nos terreiros de origem banto. “O Inquice, no entendimento dos seus adeptos, é uma força uma energia (nguzu) que vem das manifestações da natureza, como o raio, o trovão, a água salgada, a água doce, a chuva, e outros fenômenos atmosféricos, assim como plantas e animais” (definição de Sérgio Paulo Adolfo em “Nkissi Tata dia Nguzu: estudos sobre o candomblé Congo-Angola”. p. 93, 2010).

Em se considerando essa relação do espaço sagrado com a terra, com o chão, a Unidade Altar foi realizada no local informado por Ádio e confirmado mais tarde por seu Lino.

Figura 242: localização da unidade altar na planta baixa das habitações.

Definido o local da Unidade Altar, e tendo passado noções básicas sobre o processo de escavação para Ádio, nós iniciamos a abertura da quadrícula de 1 x 1 metro, com auxílio de enxada e colheres de pedreiro. Nos 10 cm iniciais, o sedimento apresentava-se pouco compactado e com uma coloração marrom escura associada a matéria orgânica que se acumulou ao longo dos anos nessa camada mais superficial do solo. Algumas raízes começaram a ser encontradas nessa camada.

Figura 243 e 244: Ádio e Alice trabalhando na abertura da quadrícula altar (mai/2018).

Figura 245 e 246: primeiros 10 cm da quadrícula altar e a presença de raízes (mai/2018).

Na base desse nível foram encontrados dois fragmentos de metal enferrujado e fios de nylon presos a um dos fragmentos metálicos, que poderia ser um prego originalmente fixado na parede de pau-a-pique ou em alguma outra parte da estrutura. Com o aprofundamento da quadricula verificou-se ser um fragmento de corda de nylon que estava amarrado ao fragmento ferro. Não foi possível identificar que tipo de instrumento era esse, pois a peça de ferro estava deformada pela ferrugem.

Conforme o aprofundamento da quadricula mais o solo ficava compactado e com presença se raízes.

Figura 247: Quadricula 0-10 cm (maio/2018).

Figura 248: Detalhes das evidências identificadas em 0-10 cm na Unidade Altar (mai/2018).

Logo no início do próximo nível, de 10-20 cm de profundidade foi identificado um sedimento de coloração marrom com pigmentação vermelha, que logo Ádio identificou como sendo proveniente da parede da antiga casa, uma vez que a argila retirada do quintal para fazer o barreamento da parede da habitação de pau-a-pique possuía essa coloração. A cavidade formada pela retirada da argila foi, mais tarde transformada em lixeira.

Figura 249: Base da Unidade Altar nível de 10-20 cm (mai/2018).

Figura 250: detalhe do solo argiloso com pigmentação vermelha (mai/2018).

Durante o primeiro semestre de 2007, a equipe do Projeto Fronteira Ocidental (Zanettini, 2007:68) realizou levantamentos nas comunidades quilombolas de Vila Bela e teve a oportunidade de registrar uma cavidade de aproximadamente 3 metros de diâmetro, de onde havia sido retirada a argila para “aterrar a área em que foi construída a casa, elevando seu nível em relação ao terreno envolvente. Após a retirada da argila o

buraco passou a ser utilizado para a deposição do refugo doméstico”. Apesar do autor citar as comunidades Boqueirão e Bom Futuro esse registro não foi feito lá, de acordo com os moradores consultados.

Figura 251: cavidade de onde foi retirada a argila usada na construção da casa (Fonte Zanettini, 2007:68).

Aos 22 cm de profundidade do nível 20-30 cm, foi identificado o piso de “barro de cupinzeiro batido e cinza de fogueira”, técnica construtiva utilizada na construção das casas de pau-a-pique que foi descrita por Ádio: “Era recolhido o barro dos cupinzeiros e com água se fazia uma massa que era socada sobre o solo até ficar bastante compactada. Também era jogado por cima uma camada de cinza de fogueira, e o piso era novamente compactado com o socador” (Ádio, 17/05/2018).

Exatamente no local escolhido para a abertura da unidade de 1 x 1 m havia uma mesa, o altar, logo não havia trânsito debaixo da mesa e o piso se encontrava bastante preservado. O piso era bastante compactado, inclusive quando batíamos com a enxada ou a colher de pedreiro o som era de metal batendo em metal. O sedimento era escuro evidenciando a presença de carvão em sua composição e possuía aproximadamente 3 milímetros de espessura.

Figura 252: piso aos 22 cm da Unidade Altar (maio/2018).

Figura 253: detalhe do piso da Unidade Altar (maio/2018).

Figura 254: perfil da Unidade Altar (mai/2018).

O aprofundamento da quadricula seguiu até os 30 centímetros e foi encerrada a escavação, sem que encontrássemos evidências materiais neste pacote de 20-30 cm.

A minha hipótese da possibilidade da existência de algum elemento religioso que estivesse enterrado sob o altar não se confirmou. A abertura desta unidade foi útil para a evidencição camadas.

Da camada mais superficial, com matéria orgânica acumulada nesses 39 anos de abandono do sítio, inclusive formada pelos restos construtivos da antiga habitação. Também, pudemos identificar a parede da antiga habitação e a especificidade de sua construção.

A evidenciação do piso da casa aos 22 cm de profundidade confirmou a descrição das técnicas construtivas feitas por Ádio – apesar de Ádio não ter participado da construção desta casa, pois ainda não era nascido, ele presenciou e participou da construção de outras casas de pau-a-pique ao longo de sua vida.

A integridade do piso também indica o pouco trânsito no local, confirmando que ali realmente existia alguma coisa, no caso a mesa que servia de altar, que limitou o pisoteamento conservando o piso.

b) Unidade Soleira:

A segunda unidade de escavação foi denominada Soleira, justamente porque estava localizada na região da soleira da porta de entrada da sala, de acordo com as informações de Ádio e também como indicaram as evidências de superfície: a canaleta que sustentava a parede de taipa e dois batentes que ainda estão no local, um caído e outro em pé, e pela memória de Ádio.

Figura 255: localização da unidade soleira na planta baixa das habitações.

Figura 256: em 2016 os dois batentes estavam em pé Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 257: Unidade Soleira e a indicação dos batentes das portas, à esquerda um batente caído e à direita um batente ainda em pé. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Seguindo o entendimento da importância dos espaços internos e o hábito africano e diaspórico de enterramento de itens de poder, optei por realizar uma unidade de escavação próxima a uma das portas de entrada da casa. Essa Unidade recebeu o nome de soleira.

Pelas portas entram e saem pessoas, pelas portas e janelas o ar e a energia circulam, ou seja, em se partindo de um pensamento mágico-religioso, que é também um dos meus pontos de vista como umbandista, portas e janelas são espaços que precisam de proteção. É comum ver nos terreiros de candomblé uma franja de palha nas portas de entrada, que tem por função a proteção do ambiente. Essa folha é consagrada ao orixá Ogum do candomblé quetu, dos iorubas.

De acordo com Verger (1193:217), a palma do dendezeiro (*Elaeis guineenses*), chamada de mariô ou mariwô, cumpre dupla função, a de proteger o interior do terreiro e também “determinam que, o espaço interior – das portas e janelas – onde o *màrìwò* é colocado, é sagrado”.

Figura 258: palmas enfeitam o terreiro de Mãe Amália para a Feste de Ogum (abr/2015).

A escolha do local exato para realizar a Unidade Soleira levou em consideração a integridade do piso. Na área onde ficavam as duas portas que davam acesso ao interior da casa haviam crescido figueiras e tucuns, sendo que em uma das soleiras a vegetação cresceu exatamente em cima impossibilitando qualquer intervenção arqueológica. Já na soleira da porta principal, mesmo com interferência das raízes da figueira, que cresceu ao lado da antiga porta do lado de dentro da estrutura, foi possível realizar uma unidade de

escavação de 1 x 1 que abrangeu 50% da área externa e os outros 50% na área interna da casa.

Figura 259: escavação na Unidade Soleira, no detalhe a vegetação que cresceu no interior do sítio próximo a soleira da porta (mai/2018).

Figura 260: Unidade Soleira, 50% na área externa e 50% na área interna da casa Foto: Wellington Ferreira. (mai/2018).

A escavação na Unidade Soleira atingiu 30 cm, tal qual a Unidade Altar. Porém não foi possível identificar a diferenciação entre camadas tão precisas quanto na Unidade Altar. A partir dos primeiros 10 cm, foi possível perceber uma pequena mudança na cor do sedimento, que começou a apresentar uma coloração mais avermelhada, que foi se intensificando com o aprofundamento da quadrícula. Mesmo assim não foi possível ver nitidamente as manchinhas vermelhas características do sedimento argiloso que foi utilizado para recheiar as paredes da antiga habitação. Provavelmente o próprio vão da porta explicaria a ausência desse tipo de sedimento no local, em se considerando que a parede caiu para dentro, e que no local onde havia a porta, não havia parede.

Evidências do piso da habitação feito de barro de cupinzeiro socado e cinzas não foram identificadas. Além da perturbação do registro provocada pela presença de muitas raízes da figueira que cresceu ao lado do batente da antiga porta, o trânsito de pessoas que existia no local quando a casa ainda era ocupada provavelmente levaram ao desgaste do piso.

Logo nos primeiros 10 centímetros dois fragmentos de metal começaram a ser revelados, sendo um pedaço de uma barra roliça de ferro, dessas usadas em construções

de alvenaria, e uma lâmina de machado, que ficaram totalmente expostos no final da camada de 10-20 cm.

Figura 261: Unidade Soleira de 0-10 cm (mai/2018).

Figura 262: machado de aço na Unidade Soleira 0-10 cm. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 263: fragmento de barra de ferro roliça e Lâmina de machado de metal na Unidade Soleira 10-20 cm. Foto: Wellington Ferreira (maio/2018).

Figura 264: machado de aço na Unidade Soleira (maio/2018).

Figura 265: fragmento de barra de ferro roliça e Lâmina de machado de metal na Unidade Soleira (maio/2018).

Uma lâmina de machado idêntica foi encontrada no quintal do sítio SAK-atual, em cima de um tronco cerrado de árvore. Essa lâmina estava em uso, não na sua função original, pois não tinha cabo, mas era usado como uma espécie de martelo para quebrar sementes, frutos, ou qualquer outro tipo de material.

Figura 266: lâmina de machado encontrada do sítio SAK-atual. Foto Wellington Ferreira (mai/2018).

A presença desses fragmentos de ferro na soleira da porta, sobretudo a lâmina de machado, me levou a fazer algumas indagações. Reconhecendo esse artefato como um item de poder relacionado a tradições africanas e afro-brasileiras, será que a presença desses materiais poderia estar relacionada a algum ritual de entrada ou mesmo de abandono da habitação?

O orixá Ogum para o povo iorubá é a divindade da agricultura e da metalurgia:

Na terra criada por Obatalá, em Ifé,
Os orixás e os seres humanos trabalhavam e viviam em igualdade.
Todos caçavam e plantavam usando frágeis instrumentos
Feitos de madeira, pedra ou metal mole.
Por isso o trabalho exigia grande esforço.
Com o aumento da população de Ifé, a comida andava escassa.
Era necessário plantar uma área maior.
(...)
Ogum, que conhecia o segredo do ferro, não tinha dito nada até então.
Quando todos os outros orixás, tinha fracassado,
Ogum pegou seu facão, de ferro foi até a mata e limpou o terreno
(Prandi, 2001:86).

Sendo a divindade da metalurgia, o orixá Ogum também é senhor da guerra. E assim como Ogum, outras divindades iorubanas, todas relacionadas a fenômenos naturais, passaram a assumir domínios em áreas essenciais para a manutenção da vida com o aumento da complexidade social (Prandi, 2005).

Na umbanda o orixá Ogum é sincretizado com o santo católico São Jorge, de acordo com a tradição católica romana o santo foi um soldado romano, já de acordo com os umbandistas São Jorge mora na lua, e montado em seu cavalo está à postos para defender seus filhos de todo mal.

Figura 267: ferramentas do senhor Ogum no terreiro de Mãe Amália (set/2018) Foto: Sara Oliveira (set/2018).

Figura 268: imagem de São Jorge sincretizado com o orixá ioruba Ogum, do “conga” (altar sagrado) do terreiro de Mãe Amália Foto: Sara Oliveira (set/2018).

Na Umbanda os orixás estão representados por forças que vibram e se desdobram em outras entidades, como Ogum Megê, Ogum Beira-mar, Ogum Rompe-Mato, entre outros, que são uma combinação de vibrações de Ogum com outro orixá. A principal função de Ogum é quebrar as demandas, as dificuldades e ajudar as pessoas a vencerem as “guerras” do cotidiano, as dificuldades do viver. Ogum está presente em todos rituais de limpeza espiritual e em muitos dos rituais da Umbanda.

No levantamento das plantas significativas para os quilombolas do Boqueirão a espada-de-são-jorge e outras espécies de *Sansevieria*, eram recorrentes nos quintais e em vasos, sobretudo nas portas e na parte da frente dos quintais. A *Sansevieria* é uma planta de origem africana e seu formato é

semelhante a lanças e espadas, um dos fatores que levou essa planta a ser atribuída ao senhor da guerra. Além de Ogum as “espadas” são atribuídas a Iansã, que também é uma divindade guerreira, por sua vez relacionada a uma espécie que tem a borda amarela, a *Sansevieria trifasciata* “laurentii”.

Figura 269: lança-de-ogum. Foto: Sara Oliveira (set/2018).

Figura 270: espadas-de-ogum do meu batizado na Umbanda. Foto: Sara Oliveira (set/2018).

Figura 271: espada-de-iansã do antigo sítio de dona Maria dos Anjos, denominado SLM (ago/2009).

Figura 272: espada de Iansã da minha coleção de plantas de proteção. Foto Sara Oliveira (set/2018).

No universo mágico-religioso dos quilombolas do Boqueirão, além das espadas (*Sansevieria*), também são encontradas outras plantas que têm a mesma função protetora,

como a comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia seguine*), arbustos como dracena (*Cordyline terminalis*) e o pinhão-roxo (*Jatropha gossypifolia*), além da própria mangueira como já dito anteriormente.

Essas plantas são cultivadas em pontos estratégicos do quintal como na entrada da propriedade ao lado de portas, e no entorno das hortas e das casas. As plantas de poder de Dona Maria dos Anjos estavam espalhadas por todo o quintal do antigo sítio (SLM), e a mãe de Ádio, dona Sérgia plantou comigo ninguém pode, na parte da frente da casa nova (SAK) quando se mudaram do Porto Boqueirão em 1979 e as plantas estão lá até os dias de hoje.

Figura 273: as dracenas e as espadas-de-iansã que circundam a antiga casa de dona Maria dos Anjos no sítio SLM (ago/2009).

Figura 274: touceira de comigo-ninguém-pode plantadas por dona Sérgia na frente do sítio SAK (ago/2009).

Porém, nem sempre é possível acessar o universo-mágico religioso. Eu já ouvi uma pessoa insinuar, de modo pejorativo, que alguém possui conhecimentos sobre feitiçaria. A “caça às bruxas” em Vila Bela é antiga. Certa vez dona Sebastiana me contou que uma mulher, a “última feiticeira de Vila Bela” havia sido assassinada entre os anos 1980 e 1990. O pai de Ádio era benzedor e como eles havia outras pessoas, até mesmo seu Lino fazia benzimento segundo o depoimento de muitos moradores da comunidade, porém ele sempre negou, desconversando, “isso aí é coisa do tempo de papai, coisa dos antigos”.

O que se vê é muito preconceito com as tradições populares e com práticas que remetam ao universo mágico-religioso afro-brasileiro, o que faz com que as pessoas omitam ou neguem seus conhecimentos tradicionais, sobretudo pelo fenômeno do avanço das religiões neopentecostais.

Para avançar na investigação sobre os possíveis significados simbólicos do machado enterrado na soleira da porta, no dia em que escavamos a lâmina levei-a para seu Lino dar uma olhada e ver se reconhecia o instrumento, já que Ádio não se recordava dele. Assim que mostrei a peça seu Lino falou “o machado velho de papai”!

Até o momento não encontrei na bibliografia, nem nos diálogos estabelecidos junto ao povo-de-santo, referências sobre rituais de abandono, porém minha mãe-de-santo, mãe Amália me falou sobre o enterramento de objetos de ferro para a proteção dos espaços e também como oferenda ao orixá Ogum.

Dessa maneira, não descarto a possibilidade desses materiais estarem relacionados há algum ritual de abandono, levando em consideração a função protetiva de Ogum e, conseqüentemente de suas ferramentas, uma vez que, de acordo com Ádio, depois da mudança membros da família retornavam eventualmente a “tapera” para pegar alguma coisa que havia ficado para trás.

Por outro lado, o artefato foi reconhecido como um “machado velho” conforme pontuou seu Lino, a peça pode ter sido descartada por não mais servir para sua função original. O que me leva também a ter a opinião provisória de que se trata de um refugio secundário, abandonado durante o processo de mudança.

No nível 20-30 cm identificamos dois artefatos plásticos, sendo um gargalo de garrafa cortado e uma tampinha preta. A Unidade Soleira seguiu até 30 centímetros de profundidade, sendo que tivemos de retirar uma grande raiz de figueira para poder finalizar a escavação na unidade.

No nível 20-30 cm identificamos dois artefatos plásticos, sendo um gargalo de garrafa cortado e uma tampinha preta. A Unidade Soleira seguiu até 30 centímetros de profundidade, sendo que foi retirado uma grande raiz de figueira para poder finalizar a escavação na unidade.

Figura 275: gargalo cortado de garrafa plástica (mai/2018).

Figura 276: tampinha plástica (mai/2018).

Figura 277: Ádio cortando a raiz da figueira na Unidade Soleira (mai/2018).

c) Unidade Lixeira (tradagem e quadrícula):

A terceira intervenção foi realizada em estrutura de deposição de refugos, denominada Unidade Lixeira. Ádio, apesar de não ter participado da construção da casa soube indicar exatamente o local onde a lixeira estava localizada e também informou que a cavidade que foi transformada em depósito de refugos foi originada da retirada da argila para a construção das paredes da casa de pau-a-pique. Ainda é possível ver uma depressão no terreno, sugerindo a localização da lixeira.

Figura 278: a unidade lixeira está localizada a 8 m. da face sudeste da estrutura sala/quartos.

Para confirmar a área de deposição de refugo realizamos uma amostragem por meio da abertura de uma sondagem de 40 x 60 cm, com auxílio da cavadeira articulada. Já nos primeiros centímetros de profundidade uma grande quantidade de vidro começou a ser evidenciada. Defini que aqueles resíduos menores de 2 cm deveriam ser descartados.

Figura 279: Imagem aérea da Unida de Lixeira Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Entre 50 e 60 centímetros foi evidenciada a base de argila que utilizada na construção da habitação, também neste nível houve menor frequência de materiais.

Figura 280: tradagem Lixeira 50-60 cm (mai/2018).

Figura 281: sedimento argiloso da tradagem Lixeira (mai/2018).

A escolha por escavar a lixeira foi justamente pela característica desse tipo de estrutura, que tem a propriedade de informar sobre o universo material dos grupos pretéritos, já que é formado por ações antrópicas. O descarte de materiais é inerente às atividades humanas, da casca de um fruto ao lixo espacial, muito se pode descobrir sobre uma determinada sociedade, sobre um determinado período de tempo. Esses depósitos informam sobre os hábitos culturais dos grupos humanos pela forma como essas estruturas foram executadas, e claro, por seu conteúdo.

O local onde estava localizada a lixeira apresentava a superfície com pouca vegetação, formando uma pequena clareira, que foi ampliada após a realização da limpeza com enxada e a poda de galhos de tucum e outras plantas que estavam no entorno da lixeira. Esse espaço também serviu como laboratório para análise inicial dos materiais que foram fotografados e descritos.

Logo nos primeiros 10 cm, conforme a lâmina da cavadeira penetrava no solo foi possível perceber a grande quantidade de fragmentos de vidros existentes no local e esse padrão se repetiu até os 50 cm, para logo em seguida aparecer o latossolo argiloso.

A finalização da tradagem se deu aos 60 cm e optamos por continuar a intervenção abrindo uma unidade de escavação de 1 X 1 metro, para ter um quadro ampliado da materialidade referente a ocupação do sítio no período em que a família de Ádio viveu no local.

O conjunto de artefatos em vidro escavados na Unidade Lixeira do SARqPB é muito maior do que qualquer outro tipo de material revelado na escavação. Para uma análise mais apurada do material contei com a colaboração de Débora Leonel e Erêndira Oliveira, e para a análise da tipologia e características de produção do material indicado seguimos metodologia proposta em Jones e Sullivan (1989), Zanettini e Bava de Camargo (1999) e Juliani (2003).

O material vítreo encontrava-se bastante fragmentado, o que prejudicou a observação de elementos mais diagnósticos como logomarcas e morfologias específicas. O conjunto é composto majoritariamente por fragmentos de garrafas industrializadas, de produção automática e de coloração variada, com exemplares em verde oliva, âmbar e água marinha.

O material coletado na tradagem compreende 40 fragmentos, sendo a maior concentração proveniente do nível 30-40 cm, com 13 fragmentos. O conjunto amostral da tradagem conta com ao menos 9 fragmentos de garrafas, dos quais 3 são gargalos. Estes foram classificados como “coroa”, “anel duplo” e “rosca”. Os demais fragmentos compreendem 3 bases e fragmentos de corpo. No total, as cores variam entre hialino (12 fragmentos), âmbar (8), água marinha (7) e verde oliva claro (13). Um conjunto de fragmentos de uma possível garrafa verde oliva claro apresentou algumas bolhas no corpo e textura, o que poderia indicar um processo de manufatura mais artesanal, através de molde. Ainda assim, a maior parte do material indica uma cronologia recente, dadas as características de produção automatizada.

Figuras 282-285: material vítreo coletado na tradagem Lixeira caracterizado por gargalos e bases de garrafas (mai/2018).

O material escavado compreende 406 fragmentos, com uma maior concentração entre os níveis 20-30 cm (104) e 30-40 cm (161). No total, foram identificados 62 elementos diagnósticos que compreendem 45 garrafas, 9 frascos, 2 copos americanos e 2 fragmentos de material construtivo (janela). Os demais fragmentos foram classificados como indeterminados, mas a curvatura e coloração de alguns destes sugere que se tratem, na maior parte, de fragmentos de corpo de garrafa. Com relação à coloração, há uma predominância de fragmentos na cor verde oliva claro (127), seguido de fragmentos de cor âmbar (88), hialino (69), água marinha (63), verde oliva (23), azul (6), azul cobalto (4) e verde (3). A coloração escura do vidro, principalmente nos tons verde oliva e âmbar, é geralmente associada à produtos que não podem ficar expostos à luz, como é o caso de muitas bebidas alcoólicas, ou de alguns tipos de medicamentos (Zanettini e Bava de Camargo, 1999). Já os tons mais claros e hialinos poderiam estar associados a outros tipos de bebidas como refrigerantes, ou mesmo outros medicamentos e bebidas alcoólicas.

Figura 286: fragmentos de borda de copo americano (mai/2018).

Figura 287: fragmentos de vidro hialino. Abaixo e ao meio dois fragmentos de vidro de janela plano (mai/2018).

Entre os elementos diagnósticos, foram analisados 22 gargalos, com uma predominância de peças na cor âmbar (8 fragmentos). Os demais apresentam variedade de coloração entre o hialino, azul e verde oliva. Os tipos de finalização destas peças compreendem uma maior parte de gargalos em “coroa” (11), normalmente pertencentes a garrafas fechadas com tampas de alumínio que contêm bebidas gasosas como refrigerantes e cervejas.

Além destes 7 gargalos apresentam finalização em rosca, também comumente vedados com tampas de alumínio, contendo bebidas, temperos ou medicamentos. Por fim, há 2 gargalos com finalização em anel e um em anel duplo, indicando uma possível vedação com rolha. O gargalo com anel duplo apresenta características de produção mais artesanal, pois teria sido aplicado na garrafa já finalizada. Este tipo de tecnologia, onde o gargalo é aplicado por último ao corpo da garrafa é mais característico de modos de produção por sopro em molde, mais populares antes da consolidação da produção automatizada no início do século XX.

Figuras 288 e 289: Fragmentos de gargalos e pescoços de garrafas nas colorações âmbar, hialino, verde oliva claro e água marinha. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 290: exemplos de gargalos do tipo coroa e rosca. O segundo gargalo, da esquerda para a direita apresenta morfologia em anel duplo e é possivelmente aplicado ao pescoço da garrafa (maio/2018).

As demais garrafas são representadas por fragmentos de bases (16) e corpo (12). Nestas também há uma predominância de peças de coloração âmbar (7) e verde oliva (8), sendo as demais hialina (5), verde oliva claro (5) e água marinha (3). Novamente, a predominância de recipientes de coloração escura e a morfologia e dimensões dos mesmos fala a favor de um conjunto formado majoritariamente por garrafas para armazenamento de bebidas, provavelmente alcoólicas. Entre estas, duas peças apresentam características diferenciadas que poderiam indicar modos de manufatura mais artesanais. Uma das garrafas, da qual dispomos de fragmentos do corpo, apresenta uma textura na face externa e uma outra peça tem a base espessa e presença de bolhas no corpo. Tais

elementos poderiam sugerir uma produção por sopro em molde, quando o material vítreo é soprado dentro de moldes, sendo esta técnica amplamente utilizada antes do advento da produção automatizada.

Muito embora este tipo de tecnologia possa indicar um modo de produção mais antigo, a cronologia de produção vidreira nacional não pode ser muito bem definida em recortes temporais com base nas técnicas de produção uma vez em que são muitos os casos em que técnicos manuais convivem com as mecânicas (Zanettini e Bava de Camargo, 1999). As formas de produção automática e semiautomática se consolidam na primeira metade do século XX, mas isso não leva ao abandono das tecnologias manuais.

Figura 291: fragmentos de garrafa verde oliva claro com textura no corpo. Foto Alice Matos (mai/2018).

Figura 292: fragmentos de corpo de garrafa. Foto Alice Matos (mai/2018).

Figura 293: garrafa verde oliva claro com base espessa e bolhas no corpo (mai/2018).

Figura 294: Garrafa de cor âmbar (mai/2018).

Os demais elementos diagnósticos compreendem frascos, provavelmente associados ao armazenamento de cosméticos e medicamentos. A maior parte destes exemplares apresentam cores claras como o hialino e o verde oliva claro. O conjunto de coloração azul cobalto poderia estar relacionado ao armazenamento de medicamentos, uma vez que era comum o uso de frascos desta coloração para a distribuição de determinados artigos medicinais, como é o caso do óleo de rícino, com ampla circulação durante o século XIX (Juliani, 2003), ou mesmo o Leite de Magnésia de Murray, substituído pela marca Phillips no início do século XX (Zanettini e Bava de Camargo, 1999). Ainda assim, não foi identificada nenhuma logomarca nos recipientes analisados.

Figura 295: fragmentos de vidro hialino com duas bases (acima) de frascos.

Figura 296: bases de garrafas (acima) e de frascos (abaixo) (maio/2018).

Figura 297: fragmentos de frasco de coloração azul cobalto, provavelmente associado ao armazenamento de medicamentos (mai/2018).

Figura 298 e 299: fragmentos de bases de garrafas e frascos com marcas de produção automática como a cicatriz circular na base. Provavelmente relacionadas ao armazenamento de bebidas (mai/2018).

Figura 300 e 301: fragmentos de corpos e gargalos de garrafas e frascos (mai/2018).

De um modo geral, os artefatos encontrados compreendem utensílios de vidro relacionados ao âmbito doméstico e aos produtos de uso cotidiano como bebidas e medicamentos. Estes tipos de materiais condizem com o contexto de lixeira escavado e se relacionam aos hábitos dos moradores do sítio arqueológico Porto Boqueirão. É interessante notar que alguns elementos parecem indicar artefatos mais antigos, como as marcas de produção manual ou mesmo alguns possíveis produtos como é o caso do frasco de coloração azul cobalto. Ainda assim, há que se considerar as formas de reutilização dos recipientes vítreos e a coexistência destes elementos com artefatos recentes, produzidos por maquinário automatizado. A amostragem analisada contempla uma variedade de objetos em vidro utilizados e descartados no contexto, e indica uma predominância da existência de recipientes para armazenamento como garrafas e frascos, e a ausência de outros materiais de âmbito doméstico como copos, pratos entre outros ou mesmo de materiais construtivos em vidro. Estes materiais podem estar representados

pelos fragmentos de cerâmica e louça encontrados, mas, ainda assim, há uma predominância do material vítreo, indicando talvez uma seleção dos artefatos descartados em lixeira.

Ádio e seu Lino contaram que as garrafas eram utilizadas para o armazenamento dos mais variados produtos, já que embalagens plásticas não eram comuns. João Sacerdote, de acordo de seu Lino gostava de beber, e sempre que tinha festa juntava uma grande quantidade de garrafas. Até hoje as garrafas de vidro são armazenadas no quintal, mesmo porque seu descarte é complexo e não há coleta de lixo na comunidade, que é armazenado e queimado em espaços destinados a lixeiras nos quintais. Porém tenho notado que a garrafa pet substituiu as garrafas de vidro no reaproveitamento para armazenamento.

Figura 302: Garrafas de vidro e plástica armazenadas e abandonadas no sítio SLM-abandono (mai/2018).

Figura 303: lixeira no sítio de Kika e Ádio (SAK-atual) (mai/2018).

Dona Sebastiana reutilizava garrafas de vidro para armazenar os remédios e alimentos que produzia, inclusive ela ia jogando garrafas de vidro numa parte específica de seu quintal, ao lado da casa para utiliza-las quando fosse necessário. Batica sempre estava fazendo seus remédios caseiros como o “melote”, um preparado de cascas de árvores com propriedades medicinais como o para-tudo, barbatimão (*Stryphnodendron*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), entre outros, e açúcar, indicado para o tratamento de várias doenças, desde anemia a doenças do aparelho respiratório.

Tive a oportunidade de ajudar dona Sebastiana a fazer óleo de babaçu em 2009, quando dona Sebastiana ainda tinha disposição e saúde para as atividades mais pesadas do cotidiano do sítio. O óleo de babaçu produzido foi armazenado em garrafas de vidro e pet.

Figura 304-307: Processo de produção de melote por dona Sebastiana; ao final o remédio era acondicionado em embalagens reaproveitadas de vidro e plástico (jul/2009).

Figura 308-311: parte do processo de produção do óleo de babaçu seu armazenamento em recipiente plástico (set/2008).

Em consulta ao relatório do projeto Fronteira Ocidental (Zanettini, 2007:82-83) referente à expedição ao longo do rio Guaporé, foi identificada “uma lacuna no que se refere aos sítios históricos do século XIX”, sobretudo naquelas localidades mais afastadas da área urbana, podendo essa invisibilidade ser consequência do declínio populacional relacionado a transferência da capital para Cuiabá em 1835.

Ao mesmo tempo em que havia uma situação tensa nessa região devido os conflitos com os índios Nhambiquara e Parecis, que se estenderam até a década de 1970. Outro fator dessa invisibilidade arqueológica estaria relacionado a dificuldade em acessar bens industrializados, como louças e garrafas de vidro, a partir da decadência de Vila Bela enquanto entreposto comercial, acarretando uma dependência da cerâmica de produção local “onipresente em todos os sítios de área rural levantados no vale do Guaporé” (Zanettini, 2007:83).

No sítio arqueológico Porto Boqueirão, que foi ocupado ainda na primeira metade do século XX pela família Frazão, a situação em relação aos materiais industrializados e aos de produção local ocorre o oposto daquilo proposto por Zanettini (2007) para o século XIX. Os moradores do Porto Boqueirão tiveram acesso a uma grande quantidade de garrafas de vidro industrializadas.

Na Unidade Lixeira, a quantidade de garrafas e outros vidros industrializados é predominante, representando 81% da amostra total, composta por 553 fragmentos. Para além do material em vidro, tem-se uma predominância de metais, em sua maioria fragmentados e enferrujados, seguido por plástico/borracha, louça, sendo que a cerâmica ocupa a quinta colocação conforme o gráfico de tipos e quantidades de matérias escavados:

Figura 312: gráfico de tipos e quantidades de matérias escavados. Digitalização Camila Jacome (set/2018).

Sobre os 17 fragmentos de louça branca identificados Unidade Lixeira, Ádio afirmou que eram pratos que sua mãe, dona Sérgia, só utilizava em dias de festa de santo. O cuidado que dona Sérgia deveria dispensar na conservação desses pratos, que só eram utilizados em ocasiões especiais, é um dos fatores. De acordo com Ádio, no cotidiano a família usava pratos de alumínio para fazer suas refeições.

Figura 313: prato de alumínio encontrado na superfície do SARqpPB (mai/2018).

Os 17 fragmentos de louça branca recuperados na lixeira foram classificados como sendo de louça brasileira (SOUZA, 2013). Foi possível ainda identificar alguns fragmentos com decoração de tipo superfície modificada, próxima à borda, com motivos que foram considerados como indeterminados por conta do tamanho reduzido dos fragmentos (é possível que se trate de motivo conhecido como trigal) (figura 309 peças circuladas). A coloração amarelada dos fragmentos ocorre devido a efeitos pós deposicionais que alteram a coloração do esmalte; para além disso é possível perceber que algumas possuem marcas de ferrugem causadas pelo contato com metais.

Figura 314: fragmento de prato (mai/2018).

Figura 315: os fragmentos circundados são os que apresentam decoração (mai/2018).

Um pequeno fragmento de 3,5 foi identificado por Ádio como sendo um caco de um pires, o que parece se confirmar devido a curvatura e o diâmetro aparentemente pequeno da peça.

Figura 316: fragmento de pires (mai/2018).

Figura 317: fragmento de pires (mai/2018).

Já sobre os fragmentos cerâmicos escavados (13), Ádio contou que a maioria das panelas que sua mãe usava para cozinhar eram de alumínio e que é provável que ela tivesse uma ou outra panela de barro, mas que de cerâmica ele se lembra mesmo era dos

potes para colocar água, que a mantinha geladinha. Ele também confirmou que entre os moradores do Porto Boqueirão não existia nenhum(a) ceramista.

Os fragmentos aparentemente podem estar relacionados a pelo menos três vasilhas diferentes, sendo que possuem espessuras variadas, não são decorados, e pelo padrão de quebra é possível dizer que o modo de produção seja roletado. Os fragmentos apresentam fuligem maior na face externa, o que demonstra que além da fuligem adquirida durante o processo pós-deposicional, a fuligem mais profunda é resultado do uso em fogão de lenha, o que indica que tais fragmentos provavelmente são de panelas. Não foi possível definir o antiplástico, nem o tratamento de superfície dos fragmentos.

Figura 318 e 319: fragmentos de cerâmica, face externa e interna (mai/2018).

Vila Bela está localizada numa região de fronteira, etnias indígenas, colonizadores europeus e africanos de diversas etnias. Diante deste contexto, Zanettini (2007:72) atribui a diversidade de cerâmicas históricas ao contato desses grupos.

O autor ainda sugere que a influência africana na cerâmica acompanharia o fluxo do tráfico transatlântico na região entre os séculos XVIII e XIX, sendo os povos bantos, sobretudo da região de Angola os primeiros a serem levados para a região, seguido, na segunda metade do século XVIII africanos da região norte do Oeste da África (Bissau e Cacheu), e por fim, entre o final XVIII e o início do XIX escravizados vindos da Costa da Mina (Oeste da África) e de Benguela (Zanettini, 2007:73).

Porém, os padrões observados nas cerâmicas descritas pelo autor não são similares aos dos fragmentos cerâmicos que escavamos no sítio arqueológico Porto Boqueirão.

Mesmo o padrão escovado, que poderia remeter a uma influência indígena não se confirmou.

Desde que iniciei os trabalhos na comunidade em 2008, registrei alguns potes que ainda estavam em uso, ou haviam sido recuperados do contexto de abandono. A seguir repasso uma descrição detalhada dos potes que foi feita por Kika:

Figuras 320 e 321: Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Este pote Kika e Ádio compraram há alguns anos de dona Maria da comunidade da Manga (comunidade remanescente de quilombo “Porto da Manga” localizada às margens do rio Alegre, e segundo os moradores a comunidade existe desde o “tempo da escravidão”).

Kika contou que a ceramista dona Maria está bem velhinha, não faz mais potes, nem mora mais na Manga, pois seus familiares a levaram para morar na Vila.

O pote se encontra na casa de Kika (SAK-atual)..

Figura 322: Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Esta vasilha também foi comprada por Kika e Ádio da mesma dona Maria da comunidade da Manga. Kika contou que essa vasilha se chama “testo” e era usada para torrar amendoim, para fazer bolo, ou qualquer outra comida assada. Kika acha que essa vasilha foi deixada na antiga casa, no sítio SAK-abandono quando a família se mudou para o SAK-atual em 2013/14.

Figuras 323 e 324: (jul/2015)

Este pote é herança de família, pois foi de dona Sérgia, mãe de Ádio. Quando a família se mudou do Porto Boqueirão em 1979 para a atual comunidade Boqueirão, levaram também o pote. Kika acredita que esse pote também tenha sido feito por dona Maria, pois eram poucas as ceramistas da região.

Esse pote também está na casa atual de Kika (SAK-atual).

Figuras 325 e 326: outra relíquia de família, este pote também pertenceu a dona Sérgia, mãe de Ádio. De acordo com Kika o nome desse pote é “botija”, e era usado pelos pais de Ádio para armazenar a chicha (suco de milho cru ou torrado) para oferecer aos convidados nas festas de santo que eles organizavam.

Em algum momento o pote foi levado para a casa (SJPA) de seu filho João Paulo e sua companheira Amélia (na imagem), que contou certa vez que armazena grãos nele. Com o falecimento de João Paulo em 2012 e a mudança de Amélia, o pote ficou abandonado no sítio e atualmente está na casa de Kika. Não sabemos quem foi que fez o pote (set/2008).

Figuras 327 e 328: esse pote foi fotografado na casa de Amélia (SJPA) e servia para o armazenamento de água. Também não pude confirmar que foi a(o) ceramista que fez a peça. E provavelmente Amélia tenha levado o pote com ela quando se mudou do sítio (set/2008).

Aparentemente houve uma descontinuidade nas técnicas, nos tratamentos de superfície e talvez nos antiplásticos. Uma análise minuciosa da cerâmica talvez fornecesse maiores informações sobre possíveis transformações pelas quais passaram a cerâmica de produção local. Porém, nosso objetivo inicial com a escavação da lixeira dos Frazão de Almeida foi buscar um quadro geral da materialidade referente a esse período de ocupação.

Dentre os materiais de metal escavados na Unidade Lixeira, um em especial pode ser identificado como parte de um instrumento de trabalho, uma foice.

Figura 329: fragmento de foice (mai/2018).

Figura 330: fragmento arqueológico comparado com a foice utilizada na escavação (mai/2018)

Dentre os tecidos (2) identificados, um chamou bastante atenção, um pedacinho de napa branca que deixou a todos intrigados e por isso levamos ao “laboratório noturno” para ouvir outras pessoas. Foi Kika quem deu a melhor explicação para o pedacinho de

napa, que provavelmente seria parte de uma roupa de peão de boiadeiro, inclusive ela mostrou uma roupa, só que de couro de peão e também vimos algumas fotos de seu filho Abdilson em atividade, usando roupas mais modernas, porém Kika afirma que além das roupas de couro também há roupas feitas de napa, sendo que os enfeites desse material eram bastante comuns.

Figuras 331 e 332: artefato de napa identificado na unidade lixeira (mai/2018).

Figuras 333 e 334: Kika ajudando na identificação do material recuperado na Lixeira. Foto Alice Matos (mai/2018).

Figura 335: nessa imagem enviada por Kika seu filho em ação, paramentado com o vestuário de peão de boiadeiro. Foto: autor desconhecido, enviada por Kika).

Dentre os materiais plásticos e itens de borracha, encontramos um pedaço de câmara de pneu, e vários fragmentos de sandálias Havaianas, inclusive um fragmento, que de acordo de Ádio foi usado para fazer rodinha de carrinho de brinquedo. As rodela feitas da sandália de borracha foram analisadas por Souza (2015), após observas sua recorrência em contexto do semiárido brasileiro e além da criatividade que marco o reuso das sandálias, mas também discute as mudanças trazidas pela modernidade que também introduziu materiais industrializados em larga escala em várias partes do mundo. Em Vila Bela não foi diferente, a crescente penetração dos produtos industrializados aparece tanto no registro arqueológico, quanto nas narrativas dos moradores.

Outro item de plástico que também fazia referência à infância de Ádio foi um aviãozinho verde de brinquedo quase intacto. Ádio prontamente se recordou do brinquedo e causou comoção geral na equipe!

Figura 336: fragmentos de sandálias havaianas (mai/2018).

Figura 337: fragmentos de sandálias havaianas (mai/2018).

Figura 338: fragmentos de sandálias havaianas; o fragmento circular era usado como rodinha (mai/2018).

Figura 339: aviãozinho de brinquedo de Ádio (mai/2018).

A experiência de escavar junto com o Ádio foi produtiva e ímpar, por seu interesse e empenho, mas também pelo diálogo que estabelecemos durante todo o processo. Suas recordações, seu conhecimento da área, da materialidade e de todos os processos presente na constituição daquele espaço onde ele nasceu e cresceu foram sem dúvidas fundamentais nas interpretações arqueológicas realizadas. As escavações realizadas no SARqPB forneceram uma amostra significativa da materialidade associada a família Frazão, dando um panorama do modo de vida dos antepassados de Ádio. O exercício reflexivo sobre a formação do registro arqueológico das comunidades quilombolas de Vila Bela seguem com a análise dos contextos de abandono mais recente (SLM-abandono e SAK-abandono), em diálogo com os contextos das atuais moradias.

d) Tradagem cozinha

A tradagem foi realizada na parte central da cozinha, com auxílio da cavadeira articulada e da colher de pedreiro. Meu objetivo vou verificar a estratigrafia dessa área, tomando por base o perfil da Unidade Altar. Nenhum artefato foi identificado.

Figura 340: localização da unidade tradagem cozinha representada na planta baixa das habitações.

Figura 341: imagem da área da cozinha onde foi feita a tradagem. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 342: circulado o gráfico do perfil da tradagem Cozinha.

Figura 343: imagem da sondagem
(mai/2018).

O padrão construtivo descrito por Ádio para a antiga cozinha do SARqPB e o mesmo que se observa nas cozinhas da comunidade. O chão de terra batida era feito de maneira mais simples, não sendo usada a técnica de barro de cupinzeiro com cinza de fogueira, sendo que a cozinha não era completamente cercada por paredes de taipa de mão. Por meio tradagem o perfil confirmou a descrição de Ádio, após a camada mais superficial não foi identificada nem a camada com evidências de parede de taipa (IV), tampouco o piso de cupinzeiro (III).

Quase todas as cozinhas tradicionais da comunidade Boqueirão eram abertas, como no caso da casa de Kika e Ádio (SAK), dona Sebastiana (SS) e no sítio de Edirges e Lidu (SEL).

Figura 344: parte da frente da antiga cozinha do SAK é aberta (set/2008).

Figura 345: parede lateral da cozinha do SAK protege o fogão à lenha (jul/2009).

Figura 346: cozinha externa do sítio de dona Sebastiana (SS), apenas é fechada nos cantos onde fica o fogão à lenha (mai/2018).

Figura 347: cozinha externa de Edivirges e Lidu (SEL) (out/2011).

Mais uma cozinha do Boqueirão, a de Vanusa (SLV) ilustrando a diversidade de padrões construtivos observados na comunidade do Boqueirão. A cozinha é totalmente fechada por paredes de tábua e o teto é de palma de babaçu.

Figura 348: a cozinha de Vanuza (SLV) Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 349: a cozinha de Vanuza (SLV) (mai/2018).

e) Tradagem quintal:

A tradagem foi realizada no quintal localizado entre as estruturas da cozinha e da sala/quartos. Esse era o quintal imediato no qual várias atividades cotidianas aconteciam. Foi nesse local que registrei a maior incidência de evidências de superfície. Por ser uma área de intenso trânsito de pessoas e materiais, optei por realizar uma tradagem para identificar possível evidências materiais associadas a essas atividades.

Figura 350: localização da unidade tradagem quintal na planta baixa das habitações.

Figura 351: imagem da área da cozinha onde foi feita a tradagem. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 352: perfil estratigráfico da tradagem quintal.

Figura 353: tradagem quintal (mai/2018).

Nenhuma evidência material foi identificada nessa tradagem, porém forneceu uma amostra bastante nítida do latossolo argiloso com pigmentação vermelha.

Figura 354: detalhe do perfil da tradagem Quintal (mai/2018).

A experiência de escavar junto com o Ádio foi produtiva e ímpar, por seu interesse e empenho, mas também pelo diálogo que estabelecemos durante todo o processo. Suas recordações, seu conhecimento da área, da materialidade e de todos os processos presente na constituição daquele espaço onde ele nasceu e cresceu foram sem dúvidas fundamentais nas interpretações arqueológicas realizadas. As escavações realizadas no SARqPB forneceram uma amostra significativa da materialidade associada a família Frazão, dando um panorama do moto de vida dos antepassados de Ádio. O exercício reflexivo sobre a formação do registro arqueológico das comunidades quilombola de Vila

Bela seguem com a análise dos contextos de abandono mais recente (SLM-abandono e SAK-abandono), em diálogo com os contextos das atuais moradias.

Quando cheguei em 2015 no Boqueirão para retomar a pesquisa e não vi mais as casas tradicionais de Kika e dona Maria dos Anjos, lembro que fiquei bastante emocionada pelas lembranças que vieram à minha mente e a sensação literal de que o passado estava se desmanchando. Eu havia estabelecido uma conexão profunda com aquele lugar e com aquelas pessoas, um dos motivos que trouxe de volta à comunidade.

Logo após ao sentimento nostálgico veio uma imensa alegria em ver que as minhas amigas tinham alcançado os seus objetivos ao conseguirem construir suas casas de alvenaria, cada uma a seu modo e tempo, mas ambas estavam orgulhosas pelas conquistas e eu orgulhosa por elas. Falo das mulheres apenas, mas é claro que se trata de uma conquista familiar, seu Lino e Ádio fazem parte, tornaram possível a conquista. Mas inúmeras vezes presenciei a insistência e a determinação delas duas impulsionando os maridos para a concretização do sonho.

Passado o impacto emotivo da alegria compartilhada, uma outra onda de empolgação me envolveu, dessa vez relacionada ao interesse arqueológico, a casa em ruínas significava uma oportunidade única para acompanhara formação do registro arqueológico de uma comunidade quilombola. Passei então a registrar e fotografar as habitações, as árvores e a materialidade envolvida. Aos poucos fui entendendo que no cotidiano dos moradores da comunidade o presente e o passado eram contemporâneos.

Para a análise dos contextos de abandono recente envolvendo os sítios de seu Lino e dona Maria dos Anjos (SLM) e de Ádio e Kika (SAK), adotei uma metodologia baseada nos pressupostos da arqueologia do abandono, identificando os tipos de descarte dos materiais e também a deterioração das estruturas, focada em entender a maneira como o registro arqueológico está se formando. Pelo dinamismo das transformações no contexto da comunidade, pelo caráter colaborativo da pesquisa, a análise do abandono caminha junto com a perspectiva da arqueologia do presente. E, portando, a análise do contexto de formação e de ocupação, no sentido da apropriação dos espaços dos sítios atuais, das moradias atuais das famílias é fundamental na análise, e procuro fazer a comparação de “como era” e “como é”, para marcar essa transição espacial e entender as escolhas

culturais que proporcionam a transformação, que definem a materialidade, a relação entre as pessoas e as coisas.

Dessa maneira, para cada um dos contextos, para cada um dos sítios (SLM e SAK), segui uma estrutura de análise que comporta, a introdução ao contexto de formação dos sítios no passado, o conhecimento anteriormente construído sobre esses sítios durante o mestrado, o relato dos processos de abandono dos antigos sítios entre 2013 e 2014. Feita essa caracterização inicial dos contextos estudados, procuro apresentar o conteúdo observado e registrado sobre o abandono propriamente dito, analisando os processos de deterioração das casas tradicionais, os processos de descarte, no contexto interno e externo as estruturas habitacionais e concluo com a análise de quintal, materiais descartados e abandonados e aspectos relativos a vegetação, as plantas significativas, que pude absorver.

3.1.2. SLM (Sítio Lino e Maria)

O sítio onde morou o casal dona Maria dos Anjos até 2013 foi nomeado durante o mestrado de SLM (sítio Lino e Maria). Quando retomei os estudos no doutorado e retornei à comunidade em 2015 passei a nomear esse sítio de SLM-abandono, enquanto o sítio para onde a família se mudou e onde atualmente vive nomeei de SLM-atual.

Quando jovens, dona Maria dos Anjos e seu Lino viviam no Porto Boqueirão. Na década de 1960, eles resolveram compartilhar a vida em comum e se mudaram para as proximidades do Porto Boqueirão, ainda dentro do território ocupado pela família Frazão, em um lugar localizado perto da lagoa que seu Lino me apresentou em 2009.

Figuras 355-357: lagoa próximo da qual seu Lino e dona Maria dos Anjos moraram logo que se casaram (jul/2009).

Esse lugar estava dentro dos limites das terras que a Família Frazão de Almeida havia tomado posse anos atrás. Mais tarde, ocorreram transações entre os familiares e a terra foi sendo partilhada entre os herdeiros de João Sacerdote e dona Sérgia. Seu Lino afirma que também adquiriu terras de outros proprietários, bem como vendeu parte de suas terras para o fazendeiro Isaías, proprietário da Fazenda Santa Cruz, sendo esse um assunto controverso entre os herdeiros da família Frazão.

Além de seu Lino e Ádio, suas irmãs Epídia e Metilde também são proprietárias de parcelas de terra que receberam de herança do pai João Sacerdote.

Durante a enchente de 1979, o sítio de seu Lino e dona Maria também foi atingido e eles resolveram se mudar para uma área de topografia mais elevada, dando início ao sítio SLM.

Durante o mestrado fiz o mapeamento do sítio SLM e uma informação foi fundamental para o entendimento da disposição das estruturas, equipamentos e sobretudo das plantas de poder. Quando dona Maria e seu Lino construíram esse sítio ainda não havia estrada, conforme relatado no primeiro capítulo dessa tese. Antes da estrada ficar pronta em 2006, o acesso mais comum era de barco, assim os visitantes que chegavam no sítio de Lino e Maria (também no de Ádio e Kika) vinham da direção do rio Alegre, lado oposto ao da estrada. Assim, a sala de visitas (sala/quartos) foi construída nesse local, na entrada do sítio e por esse motivo dona Maria dos Anjos cultivava ao redor dessa estrutura habitacional várias plantas de proteção. Essa estrutura era formada por sala e quarto.

Ao lado da sala/quartos, há cinco metros de distância aproximadamente, estava a cozinha, totalmente fechada com tábuas, possuindo duas portas e janelas nas quatro paredes e o teto de palhas de babaçu.

A sala de visitas e atividades (sala/atividades) que foi construída depois das outras duas estruturas, passou a ser a primeira estrutura habitacional em relação a estrada. Era nesse espaço que dona Maria e seu Lino recebiam as visitas e faziam comemorações. Além de receber as visitas em sala/atividades, o casal também armazenava alguns materiais utilizados na lida cotidiana com a criação, o roçado, atividades domésticas e os apetrechos de montaria de seu Lino. Essa era uma área aberta, sem paredes, coberta por

telhado de palhas de babaçu. Em seu interior havia bancos e uma mesa e em determinado momento, também foi colocado um tanquinho.

Antes de sala/atividades, ao lado da porteira havia um paiol, também chamado de moquiço que era utilizado para armazenamento de ferramentas, produtos e colheita.

No total essas estruturas estavam distribuídas num quintal de aproximadamente 8.000 m², conforme o croqui esquemático da área:

Figura 358 e 359: croquis esquemáticos do sítio de seu Lino e dona Maria dos Anjos – SLM (Fonte: Carvalho, 2012:104 croqui da esquerda).

Quadro 5: imagens do abandono: degradação das habitações do sítio SLM ao longo dos anos (2008-2018).

SLM
2008-2011
Figuras:
360-362

Sala/atividades (set/2008).

Cozinha (ago/2009).

Sala/quartos (ago/2009).

SLM
abandono
2015-2018

Sala/atividades (mai/2015).

Cozinha (jul/2015).

Sala/quartos (mai/2015).

Figuras:
363-368

Sala/atividades (mai/2018).

Cozinha (mai/2018).

Sala/quartos (mai/2018).

Entre 2011 e 2012 foi construída uma nova estrutura habitacional de um único cômodo para abrigar um ajudante que seu Lino contratou para trabalhar na construção da casa de alvenaria do SLM-atual. Uma “casa de peão” como chamou seu Lino, sendo que o lugar não foi habitado por muito tempo, e em 2018, já estava em adiantado processo de deterioração.

No interior da casa de peão havia um estrado de cama, duas câmaras de pneu (grandes), dois sacos de rafia, uma garrafa térmica e uma garrafa pet, além do fogão à lenha. Associada a estrutura ainda havia dois bancos de madeira.

Figuras 369-374: casa de peão SLM-abandono (mai/2018).

O abandono do sítio foi planejado por seu Lino e dona Maria e se deu de forma gradual. Assim que a casa de alvenaria ficou pronta para ser habitada a família deu início

a mudança. Em maio de 2015, quando fiz uma visita junto com dona Maria dos Anjos ao SLM-abandono, ela me contou e eu pude observar, que o sítio não havia sido totalmente abandonado, o barracão da cozinha estava trancado tendo em vista estar sendo usado para armazenar materiais que ainda não tinham tido tempo ou interesse de levar para o novo sítio.

Figuras 375-378: sítio atual de dona Maria e seu Lino (SLM-atual). Fotos: Wellington Ferreira (mai/2018).

As plantas de poder são marca registrada do sítio de dona Maria dos Anjos que é uma profunda conhecedora das plantas e das suas aplicações medicinais, alimentícias, construtivas e usos mágico-religiosas.

Figura 379: Dona Maria dos anjos entre suas plantas de poder, em frente a sua casa (ago/2009).

Essa imagem de Dona Maria dos Anjos entre suas plantas de poder foi feita em 2009, durante uma conversa com ela sobre as plantas e sua capacidade de proteger, de absorver energias negativas do ambiente. No sítio de dona Maria foi o único lugar da comunidade no qual eu encontrei a planta guiné (*Petivea alliacea*), espécie amplamente utilizada pelos praticantes de religiões afro-brasileiras, nos mais diversos rituais (Carvalho, 2012:169). Sua qualidade mágico-religiosa de proteção se difundiu na sociedade, sendo uma das plantas que compõe os populares vasos das “sete ervas de proteção (guiné, espada-de-são-jorge, arruda, comigo-ninguém-pode, pimenta, manjerição e alecrim) que se encontram em qualquer loja que venda de plantas.

Dona Maria cultivava essas plantas no entorno de sua habitação principal, sala/quartos, por suas propriedades mágico-religiosas enfatizando que antes da construção da estrada em 2006 essa edificação era a primeira que as pessoas acessavam vindo do rio Alegre.

Dona Maria cultivava plantas de poder em praticamente todo o entorno de sala/quartos e em outros pontos do quintal. Dada a relevância das plantas em contextos de diáspora africana (Carvalho, 2012) passei a acompanhar o comportamento de algumas plantas após o abandono.

Quadro 6: a herbacea comigo-ninguém-pode e os aspectos do comportamento da planta ao abandono SLM-abandono (2008-2018).

Figura 380: Sala/quartos (via rio Alegre) (mai2008).

Figura 381: Sala/quartos (via estrada) (ago/2009).

Figura 382: Sala/quartos (via rio Alegre) (mai/2015).

Figura 383: Sala/quartos (via estrada) (mai/2015).

Figura 384: Sala/quartos (via rio Alegre). Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 385: Sala/quartos (via estrada). Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

As plantas de poder no entorno da casa eram a espada-de-iansã, dracena vermelha, guiné e comigo-ninguém pode e um pé de pinhão roxo, perto da entrada principal. Com o passar dos anos de abandono, a espécie comigo-ninguém-pode foi a que mais cresceu, destacando-se das demais plantas de poder, justamente por se tratar de uma planta de fácil cultivo que não é tão dependente do trato humano (Carvalho, 2012:162;209). As plantas

estão numa condição ideal, num solo rico em matéria orgânica e protegidas pelas árvores da luz solar excessiva.

A dracena e a guiné resistem bravamente em meio a enorme touceira de comigo-ninguém-pode e os pés de cróton brasileiro (*Codiaeum variegatum*).

Figura 386: dracena vermelha e comigo-ninguém-pode (maio/2015).

Figuras 387 e 388: guiné, touceiras de comigo-ninguém pode e cróton brasileiro (maio/2015).

Dona Maria dos Anjos também mantinha um vaso com comigo-ninguém-pode na sala/atividades, que na nova configuração do sítio depois da construção da estrada passou a ser o espaço principal para receber as visitas, logo precisando de proteção.

Figura 389: planta comigo ninguém pode na sala/atividades SLM (ago/2009).

Em sua nova casa no sítio SLM-atual, dona Maria também mantém suas plantas de poder logo na entrada da casa, ou seja, na varanda que é um espaço para receber os visitantes, sendo também um espaço de atividades onde também ficam equipamentos como o frizer, além de materiais para a lida com as atividades cotidianas do sítio. Lá estão a comigo-ninguém-pode, a dracena vermelha que dona Maria chama de “pombagíria” e o pé de pimenta.

Figura 390: uma das entradas do sítio SLM-atual (mai/2018).

Figura 391: pimentas que dona Maria dos Anjos plantou em sua horta SLM-atual (jul/2015).

A horta é outro espaço que dona Maria tinha o cuidado de proteger por meio do plantio de plantas de poder. Em todo o entorno de sua horta dona Maria plantou várias espadas-de-são-jorge e de espada-de-iansã. Essas espadas ainda estão lá, indicando o local da antiga horta após quase seis anos de abandono. Dona Maria também cultivava várias pimentas, para uso culinário e também contra o mau-olhado

Figura 392-394: pimentas plantadas na horta de dona Maria dos Anjos SLM (ago/2009).

Além das plantas de poder, alguns artefatos também têm funções protetoras. Dona Maria dos Anjos mantinha um chifre de vaca na horta entre suas plantas, no sítio SLM e continuou a manter o costume, colocando um chifre de vaca na horta em sua nova casa no SLM-atual. De acordo com ela, o chifre ajuda a afastar mau olhado e inveja, assim como as pimentas. O chifre protege as plantas fazendo-as crescerem viçosas e abundantes. Realmente o encanto funciona, pois a horta de dona Maria foi uma das mais bonitas que vi no Boqueirão.

Figura 395: chifre de vaca na horta de Maria dos Anjos no antigo sítio SLM (ago/2009).

Figura 396: chifre de vaca na horta de dona Maria dos Anjos no sítio SLM-atual (mai/2015).

Algumas plantas de poder, ervas comestíveis, frutos e a horta foram plantadas antes da mudança para o sítio SLM-atual. Dona Maria contou que aos poucos foi formando sua horta e pomar, escolhendo os lugares para colocar suas plantas de poder e plantando muita pimenta na horta.

Figura 397-399: em uma das entradas do sítio SLM-atual muitas plantas; dona Maria gosta muito de flores e espalhou sementes por todo o quintal (jul/2015).

No entorno da casa, dona Maria dos Anjos cultiva, as plantas de poder, plantas que podem ser medicinais e outras que foram escolhidas por seu valor estético, pois dona Maria é realmente apreciadora de plantas em geral.

Figura 400: SLM-atual (mai/2018).

Figura 401: SLM-atual (mai/2018).

Figuras 402-405: pomar e horta do sítio SLM-atual (mai/2018).

A estrutura de sala/quartos foi a segunda a ruir completamente. Porém, antes de sua completa ruína a estrutura foi reutilizada para armazenar materiais que ainda não haviam sido levados para a nova casa. A parede voltada para a face norte, no lado do rio

Alegre “derreteu”, se desmanchou e foi possível identificar o barro acumulado e as varas de madeira que faziam parte da parede de pau-a-pique. A parede voltada para a face sul, do lado da estrada, também havia caído, porém esse material construtivo não estava no local, provavelmente houve uma retirada para facilitar o acesso e a construção da cerca de madeira.

Nestas fotografias de 2015 ainda é possível ver um cercado de paus feito por seu Lino. Além disso é possível identificar no entorno da casa uma tela hexagonal de arame, que é comumente utilizada para galinheiros.

Figura 406: sala/quartos sítio SLM-abandono (mai/2015).

Figura 407: sala/quartos sítio SLM-abandono, detalhe em amarelo circundando a cerca (jul/2015).

Em 2015 essa tela de arame não envolvia apenas sala/quartos, mas as três estruturas.

Figuras 408 e 409: continuidade do cercamento com tela de arame (mai/2015).

Em julho de 2018, as estruturas não estavam mais cercadas e parte da tela arame havia sido abandonada no local onde fora usada pela última vez. Já a tela de que envolvia

as outras estruturas foi retirada. Penso que seu Lino tenha retirado a tela quando terminou de fazer a transição para a casa nova, levando os itens que estavam armazenados na antiga cozinha e na sala/atividades. Essa tela pode ter sido retirada para ser usada em outro lugar, ou ainda, pode ter sido danificada por animais, pois como disse dona Maria dos Anjos, essas telas foram colocadas para evitar o trânsito de animais entre as estruturas.

Figuras 410-411: detalhes da tela de arame hexagonal abandonado no entorno da estrutura sala/quartos (mai/2018).

Figura 412: sala/quartos sítio SLM-abandono, detalhes internos (mai/2015).

Figura 413: sala/quartos sítio SLM-abandono, detalhes internos (mai/2015).

Em 2018 a estrutura sala/quartos estava quase que totalmente destruída. Somente restando a viga de madeira central que sustentava a cumeeira do teto de folhas de babaçu que, por sua vez, era sustentada por dois postes, pelo poste central e por outro poste no extremo da estrutura. Este poste central também sustentava o que sobrou de uma parede interna de pau-a-pique que dividia a sala dos quartos.

Ainda foi possível identificar o banheiro contíguo a casa e que fora construído depois da estrutura principal (entre 2011 e 2015). Havia outro banheiro, também feito de tábuas que ficava em frente aos fundos da sala/quartos, porém há uns 4 metros de distância próximo da cerca da propriedade.

Figura 414: sala/quartos; circulado em vermelho o banheiro (ago/2009).

Figura 415: sala/quartos; circulado em vermelho o banheiro (mai/2015).

Figura 416: sala/quarto; viga central (mai/2018).

Figura 417: sala/quartos e o banheiro (mai/2018).

Figura 418: parede interna que dividia a sala dos quartos (mai/2018).

Figura 419: vista interna do banheiro (mai/2018).

Em relação aos materiais na parte interna da estrutura sala/quartos, em 2015 tive oportunidade de entrar no que restava da estrutura e registrar alguns materiais que foram

deixados lá: uma máquina de costura, um botijãozinho de gás e um ferro de passar roupas à carvão.

Figuras 420-423: sala/quartos do sítio SLM-abandono, detalhe dos artefatos (mai/2015).

Ao ver a máquina de costura e o ferro à carvão comentei com dona Maria dos Anjos sobre a antiguidade desses artefatos e sobre seu valor histórico. Perguntei para ela porque tinha deixado esses itens para trás e ela então respondeu que eles estavam guardados e que eram coisas muito velhas e que agora ela não precisava, mas que assim que fosse possível ela pediria para Lino buscar essas coisas. Em 2018, esses artefatos já não estavam mais no SLM-abandono.

Em 2015, além desses artefatos no chão uma certa quantidade de plástico que fora usado como cobertura para o telhado, além de sacolas e sacos plásticos diversos, três peças de roupa e um calendário velho pendurado na parede que foram descartados durante o processo da mudança.

Outra classe de refugo identificado nesse ambiente foram prateleiras de madeira, que no geral são móveis fixados nas paredes da estrutura. Essas prateleiras não foram

retiradas na mudança e podem ser considerados como refugio de fato, pois ainda poderiam ser utilizados, mas foram deixados para trás pela família. Dona Maria dos Anjos e seu Lino providenciaram móveis novos para a casa nova.

Figura 424 e 425: detalhe da prateleira deixada no sítio SLM-abandono (mai/2018).

O fato é que em 2018 não havia mais condições de entrar na estrutura que desabou quase que completamente. O ferro de passar, a máquina de costura e o botijãozinho, haviam sido retirados da estrutura.

Assim sendo, o que provavelmente ficou, mas não pude confirmar foram: 3 peças de roupa, sendo que duas delas cobriam a máquina de costura, 1 sola de sapato feminino, 3 sacolas plásticas, 1 calendário de papel, 1 estante de madeira, muitos fragmentos de plástico preto que em algum momento serviu para cobrir o telhado de palha e vários fragmentos de sacolas, sacos plásticos e ráfia sintética.

Do lado externo da estrutura sala/quartos identifiquei um poste de madeira no qual ainda havia a fiação de energia elétrica que alimentava a sala/quartos.

Figura 426: fiação que alimentava sala/quartos (mai/2018).

A seguinte estrutura analisada é a cozinha do sítio SLM-abandono. Localizada entre sala/quartos e a sala/atividades, essa estrutura é totalmente fechada e foi utilizada como depósito para armazenamento de utensílios domésticos que não foram imediatamente levados para o SLM-atual.

Figura 427: cozinha, ao lado direito sala/quartos – fundos sítio SLM (out/2011).

Figura 428: cozinha, ao lado esquerdo sala/atividades – fundos sítio SLM-abandono (jul/2015).

Figura 429: cozinha, ao lado direito sala/quartos – fundos sítio SLM (mai/2015).

Figura 430: cozinha – fundos sítio SLM. Foto Wellington Ferreira (mai/2018).

A cozinha de tábuas estava parcialmente em pé no último campo realizado em 2018. Essa cozinha era formada por dois ambientes, a dispensa e a cozinha, propriamente dita, onde os alimentos eram preparados. A parede lateral que faz divisa com a sala/quartos havia desabado e o teto de folhas de babaçu havia caído. Em 2015 o teto estava repleto de cabacinhas que haviam crescido lá

Figura 431: cozinha parte da frente/lateral sítio – SLM (mai/2009).

Figura 432: cozinha parte lateral – sítio SLM (jul/2015).

Figura 433: cozinha vista lateral (divisa com sala/atividades) sítio SLM Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 434: cozinha vista lateral (divisa com sala/quartos) SLM (mai/2018).

A estrutura de madeira possuía piso de concreto e pela erosão embaixo da construção é possível ver que a casa foi erguida sobre uma elevação de terra e as tábuas das paredes foram fixadas sobre o piso, travadas com sarrafos horizontais fixados no chão, no meio da parede e próximo ao teto, sendo sustentadas por postes centrais e laterais.

Figuras 435-438: detalhes construtivos da cozinha do sítio SLM (mai/2018).

Sobre o processo de deterioração da cozinha é possível dizer que as tábuas da parede do lado direito da estrutura, correspondentes a dispensa foram retiradas antes ou depois de caírem, pois nenhuma tábua foi identificada no local. Seu Lino, com certeza reaproveitou madeiras na construção das estruturas do sítio SLM-atual. Já do outro lado

da cozinha, as tábuas que caíram para o lado de fora da cozinha permaneceram no mesmo lugar.

A cozinha do sítio SLM-abandono é similar a outras cozinhas construídas na comunidade, que apresentando tipologia com pouca variação. Na comunidade identifiquei dois tipos: a cozinha de madeira totalmente fechada e a cozinha de pau-a-pique semiaberta.

Por sua estrutura mais resistente, a cozinha serviu de local de armazenamento por pelo menos quatro anos. Também foi na cozinha que encontrei a maior parte de resíduos internos e em sua grande maioria os itens descartados são próprios desta área de atividade, ou seja, potes de temperos, panelas e vasilhas de cozinha, embalagens de alimentos.

O registro minucioso desses materiais foi dificultado pela alta incidência de colmeias de marimbondo no ambiente interno, o que impossibilitou a livre movimentação, especialmente na cozinha. Como o teto de palha de babaçu caiu havia muitos resíduos de palha, semente, vegetação e material construtivo. A presença dessa quantidade de resíduos, associada a dificuldade de caminhar pelo ambiente, impossibilitou a identificação de materiais de pequenas proporções e isto me levou a optar por uma curadoria amostral, sendo a fotografia o principal método de registro desses materiais.

Figuras 439 e 440: registro de algumas das colmeias de marimbondo existentes na cozinha do sítio SLM-abandono (mai/2018).

Os materiais encontrados na dispensa são de classe diferente daqueles encontrados na cozinha, estão em menor quantidade e não estão relacionados diretamente com atividades de preparação de alimentos. Havia dois sacos plásticos pendurados na parede, um rasgado e outro contendo frascos plásticos de hipoclorito de sódio que foi utilizado

pelos moradores da comunidade para o tratamento da água, durante um tempo determinado. De acordo com Kika, atualmente eles não precisam mais usar esse produto devido a profundidade da captação de água.

Figura 441 e 442: sacos plásticos na parede da dispensa; no detalhe a direita o saquinho contendo frascos de hipoclorito de sódio (mai/2018).

Havia um utensílio abandonado no chão com finalidade não identificada: um pedaço de cano de metal galvanizado, provavelmente um “T”, que estava amarrado com um pedaço de borracha. Ainda havia dois calendários na parede e uma pilha grande acomodada no sarrafo horizontal da parede. Outro refugo que chamou minha atenção foi uma seringa, provavelmente utilizada para tratamento da criação.

Figura 443: artefato feito com ferro galvanizado e borracha (mai/2018).

Figura 444: seringa encontrada na dispensa da cozinha SLM-abandono (mai/2018).

Figura 445: pilha alcalina (mai/2018).

Um artefato de ferro abandonado no piso da dispensa foi identificado como uma peça de montaria em cavalo e que com certeza pertenceu a seu Lino, pois ele é peão.

Figura 446 e 447: peça de metal usada em montaria em cavalos(mai/2018); à direita imagem comparativa de objeto similar (Fonte Google).

Figura 448: garrafa térmica na dispensa da cozinha SLM-abandono (mai/2018).

Figura 449: armário deixado na dispensa da cozinha SLM-abandono (mai/2018).

A parte da cozinha onde eram preparadas as refeições continha a maioria de materiais identificados para esta estrutura que, comparado com as outras duas estruturas, apresentava o maior conjunto artefactual da cozinha.

Vários itens da mobília foram deixados para trás, entre eles um antigo fogão de metal à lenha, uma mesa e outros móveis de madeira.

Figura 450: vista geral da cozinha SLM-abandono (mai/2018).

Essa mobília foi deixada para trás porque dona Maria dos Anjos comprou novos móveis para sua cozinha de alvenaria no SLM-atual. Dos itens antigos que dona Maria levou para casa nova, somente reconheci um fogão de quatro bocas, que hoje está ao lado de seu novo fogão de seis bocas.

Figura 451: cozinha de dona Maria no sítio SAK-atual (mai/2018).

Figura 452: fogão antigo de dona Maria SLM-abandono (mai/2018).

Figura 453: os fogões de quatro e seis bocas de dona Maria dos Anjos SLM-atual (mai/2018).

O tipo de refugo deixado para trás por dona Maria dos Anjos é próprio do uso na cozinha: uma série de potes de plástico e vidro, com tampas na maioria vazio; apenas um apresentava resquícios de alimento. De acordo com essas características é possível dizer que se trata de refugo de fato

Figura 454: porta papel tipo “TV” e bacia de plástico (mai/2018).

Figura 455: caixote com vários utensílios domésticos (mai/2018).

Os materiais identificados nos dois ambientes internos que compõem a cozinha do sítio SLM-abandono estão relacionados na Tabela 2.

Tabela 2: Refugio no interior da cozinha – sítio SLM-abandono (mai/2018).

Item	quantidade
Mobília	
armário de madeira	1
caixote de madeira	1
fogão de metal à lenha	1
fruteira de madeira	1
mesa de madeira	1
prateleira de madeira	1
suporte de madeira para o fogão	1
Recipientes para armazenamento	
frasco de vidro com tampa	2
frasco de vidro sem tampa	1
frasco plástico de hipoclorito de sódio	5
frasco plástico com tampa	8
frasco plástico resíduo alimentício	1
frasco plástico sem tampa	2
garrafa de vidro de bebida	2
garrafa pet	2
sacola plástica	4
Recipientes para cozinhar e servir	
chaleira	1
coador (parte de metal)	1
garrafa térmica (só a tampa)	1
panela de alumínio	2
Utensílio adaptado “gambiarra”	
cano de metal “T” com borracha	1
peça de couro na parede	2
Outros itens	
bacia plástica	1
balde de plástico	1
cabos elétricos (parte da fiação)	2
calendário de papel	1
lata e pedaço de lata de conserva	2
peça metal montaria em cavalos	1
pilha	1
porta-guardanapo de metal (“televisão”)	1
rodinha de borracha	1
seringa de plástico	1
tampa de plástico	3
tampa de metal	1
toalha de plástico	1
vassoura (1 apenas escova)	1

A sala/atividades é a última estrutura habitacional do sítio SLM-abandono. Escolhi esse nome porque esse espaço é a primeira estrutura que se acessa ao chegar ao sítio desde que a estrada foi construída. Lá dona Maria e seu Lino recebiam os visitantes e realizavam tarefas cotidianas. Esse espaço também era uma espécie de depósito para materiais relacionados com a lida animais, entre outras atividades.

Me recordo que havia um frízer nesse espaço. Desde que a energia elétrica chegou à comunidade, as técnicas de conservação de alimentos, como o salgamento da carne e de sua imersão em banha animal foram sendo substituídos pelo armazenamento em geladeiras e frízeres. Vale a pena repetir que os quilombolas de Vila Bela são criadores de gado e cada vez que se mata um animal nem sempre a carne é destinada à venda, sendo usada também para consumo próprio. A grande quantidade de carne gerada requer armazenamento.

Além de tratar das especificidades da sala/atividades, também incluo a análise de outras estruturas e atividades desenvolvidas no quintal que remetem a esse espaço. Além de sala de visitas este lugar foi também um local de armazenamento de materiais, que dava apoio a várias atividades desenvolvidas no quintal, desde o preparo de alimentos, a lavagem de roupas e o trato com animais.

Uma imagem (Figura 456) feita em 2009, durante o aniversário de dona Maria dos Anjos ilustra perfeitamente os múltiplos usos da estrutura sala/atividades. Além dos convidados que estão confraternizando com dona Maria, conversando, bebendo e comendo cabrito assado é possível ver os equipamentos de montaria de seu Lino pendurados na estrutura de madeira, o tanquinho e uma série de apetrechos acondicionados em sacos de ráfia sintética.

Figura 456: sala/atividades no dia do aniversário de dona Maria dos Anjos – SAK-abandono (ago/2009).

Hoje em dia, em sua casa nova no SLM-atual, dona Maria recebe os visitantes em sua varanda que também funciona como um espaço de atividades, tal qual sua sala/atividades no antigo SLM-abandono. A varanda da casa nova possui uma grande mesa e bancos, sendo também uma sala de jantar. Lá estão armazenados os mesmos apetrechos de montaria de seu Lino e uma série de materiais utilizados no cotidiano da vida o sítio. Também há tanques para lavagem de roupas e utensílios domésticos. Alguns itens e equipamentos que estão na varanda dão suporte para atividades desenvolvidas no quintal.

Figura 457: varanda da casa de dona Maria dos Anjos e seu Lino no SLM-atual. Foto: Alice Matos (mai/2018).

A varanda da casa nova de dona Maria dos Anjos também é área de lazer e descanso, onde ela arma sua rede. No sítio anterior as redes ficavam no quintal, entre as mangueiras.

Figura 458: redes no quintal do sitio SLM-abandono (ago/2009).

Figura 459: dona Maria em sua rede na varanda do sítio SLM-atual (jul/2015).

Na sala/atividades dona Maria dos Anjos mantinha o seu tanquinho para lavar roupas e ali próximo havia os tambores de plástico para o armazenamento de água que além de servir à lavagem de roupa servia para a lavagem da louça e preparação de alimentos, pois o fogão à lenha de dona Maria ficava no quintal e não dentro de sua cozinha. Havia uma bancada em área próxima à sala/atividades que comportava uma grande bacia de alumínio e que dona Maria usava para lavar louças, limpar, cortar e picar alimentos.

Essa extensão da cozinha para fora da estrutura é recorrente na comunidade e pude observar a sua presença em praticamente todos os sítios. Mesmo aqueles que possuíam cozinha com pia, mantinham essas estruturas no quintal.

Figura 460: atrás de dona Maria e de seu netinho Maguila é possível ver os latões e a mangueira de água (set/2008).

Figura 461: dona Maria dos Anjos lavando vasilha em sua pia no quintal do SAK-abandono (ago/2009).

Figura 462: Lidu e Edivirges preparando alimento (carne) (out/2011).

Figura 463: Cauí e Paty preparando alimento (carne) (jul/2016).

Sobre o processo de deterioração, essa foi a primeira estrutura a ruir completamente. Mas antes de ruir ela foi reutilizada após a mudança da família para o sítio SLM-atual.

Em 2015 a estrutura estava cercada por tela e seu Lino colocou um portãozinho de madeira para controlar o acesso à estrutura. Pendurados nas madeiras da estrutura havia várias sacolas plásticas com objetos, um frasco de remédio, o tanquinho de lavar roupas ainda era mantido lá, carrinho de mão e um toco coberto com pedaço de couro que desconheço sua utilidade. Também havia um banco de madeira com a inscrição “gentileza João de Ituiutaba e seu Mané”.

Figura 464-466: estrutura sala/atividades sendo reaproveitada (mai/2015).

Quando retornei em 2018 o tanquinho, o tronco e o banco, bem como o carrinho de mão já haviam sido retirados. Ainda foi possível identificar o antigo portãozinho e madeiras usadas na estrutura.

Figura 467 e 468: evidências da sala/atividades SLM-abandono (mai/2018).

No interior da estrutura sala/atividades foram abandonados uma mesa de madeira, um banquinho de madeira, um pedaço de filtro de cerâmico e um pedaço de couro que em 2009 estava sendo usado sob um tronco de madeira.

Figura 469: mesa abandonada no interior da estrutura sala/atividades (mai/2018).

Figura 470: banquinho na sala/atividades (mai/2018).

Figura 471: no detalhe pedaço de couro sobre um tronco (maio/2018).

Figura 472: pedaço de couro (maio/2018).

Entre os restos construtivos foi identificado um poste de sustentação tombado, sendo possível ainda ver o buraco onde ele havia sido colocado, além de vários outros fragmentos de madeira usada na estrutura.

Figura 473: pedaço de filtro de barro no interior da estrutura sala/atividades (mai/2018).

Figura 474: poste de sustentação e seu respectivo negativo no solo (mai/2018).

Além das três estruturas habitacionais, no sítio SLM-abandono havia outras estruturas não habitacionais como o moquiço, o galinheiro e o curral de caprinos e ovinos.

Quadro 7: estruturas do quintal: paiol e galinheiro SLM (2008-2018).

SLM
2008-2009

Figuras:
475 e 476

Paiol (ago/2009)

Galinheiro (ago/2009)

SLM
Abandono

2015-2018

Paiol (mai/2015)

Galinheiro (mai/2015).

Figuras:
477-480

Paiol (jul/2015)

Galinheiro (mai/2018) Foto W.F.

Desde que conheci dona Maria dos Anjos em 2008 observei que ela sempre tinha uma grande criação de aves, com diversas espécies de galinhas e muitos patos que eram destinados ao consumo próprio e comercialização.

Figuras 481 e 482: a criação de aves de nodas Maria dos Anjos SLM-abandono (ago/2009).

Em 2015 quando fui conhecer a casa nova de dona Maria dos Anjos e seu Lino fotografei um enorme galinheiro que contava com uma estrutura coberta por telha e palha de babaçu e totalmente cercado por tela hexagonal de arames.

Figura 483: galinheiro do sítio SLM-atual (mai/2015).

Já em 2018 dona Maria dos Anjos comentou que ela e a cunhada Metilde, outra criadora de aves, haviam perdido dezenas de galinhas que foram atingidas por alguma doença fulminante no início daquele ano.

Além dos galinheiros observei outras estruturas existente nos quintais dando suporte à criação de galinhas. No quintal do sítio SLM-abandono há pequenas estruturas que eu apelidei de “prisão de galinhas” e que tem por objetivo apartar determinadas galinhas com objetivos diversos. Por exemplo, quando dona Maria resolve vai preparar

uma galinha para refeição e a deixa aprisionada por alguns dias antes de sacrificá-la. Segundo ela, para que a ave só coma milho e não “qualquer porcaria do quintal”.

Figuras 484 e 485: variações de prisão de galinhas sítio SLM-abandono (ago/2009).

Ao lado do paiol, que também foi construído no sítio SLM-atual, também há dessas pequenas prisões de galinhas.

Figura 486: à frente do paiol as pequenas prisões de galinhas. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

O seu Lino é criador de ovinos e caprinos e sempre que tem alguma comemoração pode ter certeza que seu Lino fará churrasco de carne de cabrito. Até hoje o curral das cabras está no mesmo lugar, em frente a sala/quartos.

Figura 487: curral de caprinos e ovinos (ago/2009).

Figura 488: curral de caprinos e ovinos. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Outras estruturas estão espalhadas pelo quintal do sítio SLM-atual, como, por exemplo, bancadas de madeira, estruturas para moedores de milho, e várias casinhas de cachorros. Seu Lino é o sitiante que mais tem cachorros no Boqueirão, em 2018 contei seis animais. É dona Maria dos Anjos quem faz comida para os cachorros utilizando o fogão à lenha. No antigo sítio existia um forno à lenha feito com barro de cupinzeiro e no sítio atual, também foi construído um forno no quintal.

Figura 489: fogão de cupinzeiro no antigo sítio SLM-abandono (ago/2009).

Figura 490: fogão de cupinzeiro no antigo sítio SLM-atual. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Sobre as evidências materiais no quintal do sítio arqueológico fiz um levantamento amostral, dada a grande quantidade de detritos e a dificuldade de identificação de materiais em áreas onde a vegetação cresceu muito.

Esse levantamento amostral serviu para dar uma ideia do tipo de refugio que pode ser encontrado no local. Há concentração de materiais no entorno das estruturas, porém

não foi possível precisar a classe de abandono desses objetos, uma vez que o descarte de materiais em áreas não específicas (lixreira) era uma prática recorrente, ainda que dona Maria sempre estivesse varrendo o quintal na frente da habitação e no quintal próximo onde estavam as mangueiras.

Diante desse contexto procurei apresentar os materiais no entorno da área externa das estruturas existentes, para depois analisar os materiais que estavam espalhados pelo quintal. Os materiais que considerei mais significativos foram fotografados e o levantamento geral de todos os materiais do quintal é apresentado em tabela e gráfico.

No entorno de sala/quarto notei a presença das plantas de poder de dona Maria. As herbáceas comigo-ninguém-pode estavam plantadas em latas de metal e recipientes de plástico reaproveitados para esse fim. As latas estavam enferrujadas e algumas já tinham estourado ou desmanchado, bem como a de material plástico. De acordo com os depoimentos de dona Maria dos Anjos, essas latas deveriam estar ali desde os primeiros anos de ocupação do sítio.

Figuras 491-494: vasos de latas de metal e de recipiente de plástico.

Ainda na parte da frente da casa foi identificada uma peça que fazia parte da antena parabólica que havia nesse lugar.

Figura 495: peça de antena parabólica (mai/2018).

Figura 496: sala/quartos, no detalhe vasos e peça da parabólica (ago/2009).

No entorno da sala/quartos também foi identificada uma antiga cadeira de balanço de ferro e fio de polipropileno. Esse tipo de cadeira é bastante comum não apenas na comunidade, mas vi desse tipo de cadeira em várias casas de Vila Bela e em Várzea Grande/MT. Há ainda muitos fragmentos do plástico preto que cobria o telhado desta estrutura.

Figura 497: cadeira de ferro com fio de polipropileno (mai/2018).

Figura 498: plástico preto (mai/2018).

Além do plástico preto que cobria a casa, uma grande quantidade de fragmentos de plástico, de várias cores e tamanhos são recorrentes nesse e em muitos outros pontos no entorno das estruturas.

Tabela 3: Refugo no exterior de sala/quartos – sítio SLM-abandono (mai/2018).

Item	quantidade
Mobília	
cadeira de ferro e fio de polipropileno	1
Recipientes para armazenamento	
frasco plástico larvicida Cidental	1
frasco plástico com tampa	1
frasco plástico de remédio	1
garrafa de vidro de bebida	9
garrafa pet	5
Recipientes para cozinhar e servir	
garrafa térmica	1
Utensílio adaptado “gambiarra”	
vaso de lata	9
vaso de recipiente plástico	2
Outros itens	
lata de cerveja alumínio	2
peça plástica de antena parabólica	1
saco de nylon	1
saco de ráfia sintética	1

Também foram identificados alguns restos construtivos como blocos de cerâmica e tijolos, porém não está claro se faziam parte da estrutura de sala quartos ou serviam de suporte para algum vaso de planta, pois esses tijolos estavam entre os vasos de planta.

Figura 499 e 500: tijolos identificados no SLM-abandono (mai/2018).

Na curadoria das evidências materiais no entorno da cozinha se destacou a presença de muitas garrafas de vidro acumuladas na parede da cozinha que faz divisa com a sala/atividades e que também foram encontradas em outros pontos do quintal. Algumas dispersas no chão e outras acumuladas em recipientes no quintal.

A grande quantidade de garrafas se explica pelo consumo, mas também pela dificuldade de reciclagem desse material. No passado, as garrafas sempre foram

reutilizadas e ainda o são. Mas com introdução de materiais plásticos, como as garrafas pet, esse reaproveitamento dos recipientes de vidro diminuiu. Além do consumo próprio, seu Lino também comercializa bebidas e parte dessas garrafas pode estar relacionada ao consumo de seus clientes.

Figura 501 e 502: garrafas de bebida próximo a parede da cozinha do SLM-abandono (mai/2018).

Havia uma cadeira escolar com prancheta encostada próxima à parede. Desde que cheguei pela primeira vez na comunidade notei que havia dessas cadeiras em vários sítios do Boqueirão. De acordo com Kika, as mais antigas foram doadas em 2008 pela administração da Fazenda Santa Cruz, depois que a escola que lá existia foi fechada. A outra leva de cadeiras escolares foram doadas pela Secretaria de Educação de Vila Bela em 2013, para que Kika pudesse dar aulas de alfabetização na comunidade do Boqueirão e da comunidade do Retiro.

Um tambor de metal foi abandonado ao lado da cozinha, possivelmente no mesmo local onde ele estava sendo usado quando a família vivia no sítio SLM-abandono.

Figura 503: cadeira escolar com prancheta (mai/2018).

Figura 504: tambor de metal 200 litros (mai/2018).

Essas garrafas amontoadas e a cadeira são refugos secundários que foram descartados nesse local quando deixaram de ser utilizados. Já o tambor de metal estava sendo usado naquele mesmo lugar onde foi descartado, podendo ser classificado como um resíduo de fato.

Tabela 4: Refugo no exterior da cozinha – sítio SLM-abandono (mai/2018).

Item	quantidade
Mobília	
cadeira escolar com prancheta	1
Recipientes para armazenamento	
frasco de vidro de remédio	2
frasco de vidro com tampa	1
frasco plástico de remédio	1
frasco plástico larvicida Cidental	3
galão plástico 5 litros (fragmentos)	1
galão plástico tipo bombona 20 litros	1
garrafa de vidro de bebida	14
garrafa pet	2
tambor de metal 200 litros	1
Recipientes para cozinhar e servir	
copo plástico	1
Outros itens	
pneu (1 deles cortado ao meio)	2

No entorno de sala/atividade nenhum material pareceu ter relação tão específica com as atividades ali realizadas. Mesmo porque quando visitei o sítio em maio de 2015 essa estrutura ainda estava sendo usada para armazenar alguns materiais, mas praticamente tudo já havia sido retirado do local.

Entre a cozinha e a sala/atividades havia uma série de materiais descartados, mas como disse anteriormente é difícil precisar com exatidão aqueles materiais que são resíduos de fato, primário ou secundário. Ainda assim procurei classificar alguns resíduos dispersos pelo quintal.

Nas proximidades da sala/atividades havia um pneu cortado que servia para o armazenamento de garrafas de vidro. Essa “lixeira” foi formada com refugo secundário que por sua vez foi abandonado no sítio quando a família se mudou.

Figuras 505 e 506: pneu feito de lixeira para armazenamento de garrafas (mai/2018).

Tabela 5: Refugo no exterior da sala/atividades – sítio SLM-abandono (mai/2018).

Item	quantidade
Recipientes para armazenamento	
frasco plástico de remédio (arnica)	1
garrafa de vidro de bebida	6
garrafa pet (1 gargalo)	2
garrafão	3
pote plástico de margarina	1
Outros itens	
bota de borracha	1
bota de couro	2
cesto de roupas	1
lanterna	1
lata de cerveja alumínio	2
mangueira de borracha água	1
pneu como recipiente para garrafas	1

No quintal, em vários pontos diferentes foram encontrados vários frascos de um remédio para o tratamento de animais, um larvicida chamado Cidental, sugerindo que se trata de um refugo primário que foi descartado no mesmo local onde foi usado pela última vez. Eu presenciei muitas vezes na comunidade os animais, principalmente os cães, sendo tratados por seus donos, atividade que podia acontecer a qualquer horário e em qualquer parte do quintal. É possível que ao findar o conteúdo o frasco fosse descartado no local e não dispensado na lixeira para ser posteriormente queimado.

Figura 507: larvicida Cidental utilizado no tratamento da criação (mai/2018).

Um resíduo de fato abandonado no sítio SLM-abandono foi uma mão de pilão que provavelmente foi descartada pois já estava bastante desgastada. A família levou o pilão de tronco de madeira para o novo sítio e lá não identifiquei outra mão de pilão.

Figura 508: mão de pilão abandonado no sítio SLM-abandono (mai/2018).

Figura 509: antigo pilão levado para sítio SLM-atual (mai/2018).

Dois itens que foram deixados para trás e que me chamou a atenção estavam fixados em árvores do quintal: um caldeirãozinho que servia de vaso de planta e estava pendurado numa árvore e uma roda de bicicleta que estava encaixada na forquilha de um tronco de árvore.

Figura 510: vaso de caldeirãozinho (mai/2018).

Figura 511: roda de bicicleta (mai/2018).

Tabela 6: Refugo no quintal – sítio SLM-abandono (mai/2018).

Item	quantidade
Mobília	
banco de madeira	2
Recipientes para armazenamento	
garrafa de vidro de bebida (1 gargalo)	5
garrafa pet	2
garrafão	2
lata de cerveja alumínio	1
lata de conserva	1
saco de ráfia sintética	3
Recipientes para cozinhar e servir	
garrafa térmica	1
Utensílio adaptado “gambiarra”	
vaso de caldeirãozinho alumínio	1
Outros itens	
bacia de alumínio	1
bacia de plástico (fragmentos)	1
boné	1
bota de borracha	1
bota de couro	1
caixa de luz (1 em parte; 1 completa)	2
câmara de pneu	2
chinelo havaianas	1
mangueira de borracha para água	1
mão de pilão de madeira	1
motor de tanquinho	1
peça de metal	1
pneu	1
roda de bicicleta	1
roda de carro	1
tambor de metal 200 litros	1
vassoura	1

O total de materiais identificados em todas as estruturas habitacionais, incluindo a casa de peão, tanto na parte interna quanto externa, além de tudo aquilo que pude identificar no quintal foram reunidos na Tabela 7.

Tabela 7: Refugio geral – sítio SLM-abandono (mai/2018).

Item	Quant.	Item	Quant.
Mobília		Utensílio adaptado “gambiarra”	
armário de madeira	1	cano de metal “T” com borracha	1
banco de madeira	3	peça de couro na parede	2
cadeira de ferro e fio de polipropileno	1	pneu como recipiente para garrafas	1
cadeira escolar com prancheta	1	vaso de caldeirãozinho alumínio	1
caixote de madeira	1	vaso de lata	9
estrado de cama	1	vaso de recipiente plástico	2
fogão de metal à lenha	1	Outros itens	
fruteira de madeira	1	bacia de alumínio	1
mesa de madeira	2	bacia plástica (1 fragmentada)	1
prateleira de madeira	2	balde de plástico	1
suporte de madeira para o fogão	1	boné	1
Recipientes para armazenamento		bota de borracha	2
frasco de vidro com tampa	3	bota de couro	3
frasco de vidro sem tampa	1	cabos elétricos (parte da fiação)	4
frasco de vidro de remédio	2	caixa de luz (1 em parte; 1 completa)	2
frasco plástico de hipoclorito de sódio	5	calendário de papel	2
frasco plástico larvicida Cidental	4	câmara de pneu	1
frasco plástico de remédio (1 arnica)	3	cesto de roupas	1
frasco plástico com tampa	9	chinelo havaianas	1
frasco plástico resíduo alimentício	1	filtro de barro (fragmento)	1
frasco plástico sem tampa	2	lanterna	1
galão plástico 5 litros (fragmentos)	1	mangueira de borracha p/água	2
galão plástico tipo bombona 20 litros	1	mão de pilão de madeira	1
garrafa de vidro de bebida (1 gargalo)	36	motor de tanquinho	1
garrafa pet (1 gargalo)	13	pedaço de couro	1
garrafão	5	peça metal montaria em cavalos	1
lata de cerveja alumínio	5	peça plástica de antena parabólica	1
lata de conserva (1 pedaço)	3	pilha	1
pote plástico margarina	1	pneu (1 cortado ao meio)	3
sacola plástica	7	porta-guardanapo metal (“televisão”)	1
saco de nylon	1	roda de bicicleta	1
saco de ráfia sintética	4	roda de carro	1
tambor de metal 200 litros	2	rodinha de borracha	1
Recipientes para cozinhar e servir		seringa de plástico	1
chaleira	1	sola de sapato feminino	1
coador (parte de metal)	1	tampa de plástico	3
copo	1	tampa de metal	1
garrafa térmica (1 só a tampa)	4	tecido	3
panela de alumínio	2	toalha de plástico	1
		vassoura (1 apenas escova)	2

Figura 512: gráfico geral classes de materiais SLM-abandono. (digitalização Viviana Lo Monaco).

Alguns materiais não foram relacionados nessa lista geral, como foi o caso do material construtivo (madeiras, tijolos e telhas), das telas de arame hexagonais, bem como uma série de resíduos de fragmentos de plásticos provenientes de sacolas, lonas e variados tipos de embalagens e fragmentos de sacos de rafia sintética.

Além daqueles tijolos identificados no entorno de sala/quartos entre as plantas herbáceas havia uma pilha de telhas de cerâmica ao lado da “casa de peão” e um exemplar nas proximidades. Essas telhas são sobras da construção da casa nova do casal Lino e Maria no SLM-atual.

Figura 513: telhas acumuladas ao lado da casa de peão (mi/2018).

Figura 514: telha abandonada no quintal. Foto Wellington Ferreira (mai/2018).

Figuras 515-518: fragmentos de plásticos e sacos de ráfia sintética (mai/2018).

De um modo geral é possível dizer que o quintal estava bastante limpo naqueles locais por onde transitavam as pessoas.

Figuras 519 e 520: diferentes partes do quintal SLM-abandono (mai/2018).

A concentração de materiais foi identificada no entorno das estruturas, como é o caso das garrafas que deliberadamente eram acumuladas em locais específicos, como na parede externa da cozinha, onde também eram depositados móveis danificados e outros materiais.

3.1.3. SAK (Sítio Ádio e Kika)

Em 1979, depois da enchente, quando dona Sérgia e sua família tiveram que abandonar a casa que viviam no Porto Boqueirão, às margens do rio Alegre foi para o sítio que nomeei de SAK que eles se mudaram. Na época o SAK ainda não era um sítio com todas as habitações e equipamentos que eu conheci em 2008. Se tratava de um paiol para armazenamento da colheita, pois ali era uma área de roça. As benfeitorias vieram na sequência e as habitações foram construídas nos moldes da que fora abandonada nas margens do rio Alegre pelo que pude ver nos estudos que realizei no SARqPB

Anos depois da mudança Ádio, filho de dona Sérgia conheceu Kika e o casal passou a viver junto na comunidade Boqueirão. Quando dona Sérgia faleceu, Kika assumiu a responsabilidade total pela casa junto com o marido Ádio.

Figura 521: casamento de Kika e Ádio realizado em Vila Bela (set/2018) Foto: autor desconhecido.

O sítio de Ádio faz divisa com a propriedade de seu irmão Lino e está localizado na coordenada UTM 21L 0184935/8321849 (WGS 84).

Visibilidade do Negro

Figuras 522 e 523: croqui esquemático do sítio de Ádio e Kika – SAK (Fonte: Carvalho, 2012:112 croqui da esquerda).

Quadro 8: imagens do abandono: degradação das habitações do sítio SLM ao longo dos anos (2008-2018).

SAK

1979-2013

Figuras:
524-526

Vista geral cozinha e quartos/sala (set/2008).

Sala (set/2008).

Quartos à esq. e a cozinha à dir. (set/2008).

SAK
abandono

2015-2018

Figuras:
527-529

Vista geral cozinha/sala Foto: Ádio. (jul/2015).

Sala (jul/2015).

Cozinha e quartos Foto: Ádio. (jul/2015)

continua...

Continuação:

Figuras:
530-535

Vista geral cozinha/sala (set/2016) Foto: R.R.

Quartos e sala (set/2016) Foto: R.R.

Cozinha (set/2016) Foto: R.R.

Vista geral cozinha/sala (mai/2018) Foto: W.F.

Quartos e sala (mai/2018) Foto: W.F.

Cozinha (mai/2018) Foto: W.F.

Juntos o casal teve dois filhos, Alessandra (Vana) e Abdilson e os quatro viveram nesse sítio até final de 2013, início de 2014. Quando retomei os estudos no doutorado e retornei à comunidade em 2015, a família havia se mudado.

Em 2013 a família começou a enfrentar problemas, pois o desmatamento acelerado na região provocou alagamentos no local. No primeiro momento o chão da casa que era de terra batida começou a ficar encharcado e a água do poço ferruginosa.

Então a família iniciou a transferência para uma parte mais alta da propriedade onde já existia um prédio de alvenaria de dois cômodos e um banheiro que começara a ser construído em 2006 para abrigar a sede da Associação Quilombola alguns anos antes. Porém, como essa construção nunca chegou a ser ocupada, rapidamente a família teve que realizar uma reforma, para poder terminar a obra e se transferir para lá.

A família ficou morando nesse prédio até a casa nova de alvenaria ficar pronta, ou quase pronta, uma vez que Kika tem planos de ampliação da estrutura. Ela quer construir uma varanda em todo o entrono da casa e ampliar a cozinha deixando uma parte aberta, nos moldes das casa tradicionais.

Figuras 536-539: antigo prédio que fora construído para abrigar a Associação quilombola, antes da reforma (jul/2009).

Kika contou que nesse período de transição a família necessitava das duas casas, a velha e a nova. Durante a noite dormiam na casa nova e durante o dia faziam almoço na casa velha. As roupas de todos também ficavam guardadas no SAK-abandono, além de uma série de utensílios e equipamentos. Essa movimentação foi facilitada devido proximidade entre o sítio SAK-atual e o SAK-abandono, que estão um em frente ao outro. A distância também influenciou no comportamento da família em relação aos materiais envolvidos nesse que foi um abandono foi gradual e lento.

Figura 540: localização dos sítios SAK-atual e SAK-abandono (mai/2015).

Apesar da mudança para o sítio SAK-atual ter sido realizada as presas com baixo planejamento no primeiro momento, Kika e Ádio já haviam definido há algum tempo o local no qual a casa seria construída: próximo ao bambuzal preexistente. O processo de formação do sítio foi gradativo, desde a construção da casa, até a formação de roça e a colocação de equipamentos no quintal, como a construção de chiqueiro e curral e estruturas de apoio para diversas atividades cotidianas. Também as plantas começaram a ser cultivadas, muitas espécies frutíferas e ornamentais.

Em 2015 quando retornei à comunidade o casal já havia feito a mudança definitiva para o SAK-atual, pois a casa nova já estava habitável, era possível dormir, preparar os alimentos e armazenar todos os itens pessoais da família.

Figura 541: vista panorâmica do sítio SAK-atual. Foto Riccardo Rella (set/2016).

O antigo prédio da associação então, passou a abrigar um quarto de hóspedes e um bar, a varanda coberta se transformou numa sala de atividades onde fica o refrigerador para o armazenamento do leite comercializado pela comunidade e vários materiais relacionados a lida com o sítio.

No quarto de hóspedes Kika mantinha todas as minhas coisas pessoais desde que retornei à São Paulo no segundo semestre de 2016, deixando de morar na casa de dona Sebastiana. Tudo aquilo que eu havia levado para o Boqueirão quando eu me mudei era

mantido como seu estivesse morando ali, minha biblioteca organizada, meu computador, minha mala de roupas, objetos pessoais e minhas vasilhas de fazer acarajé.

O atual quarto de hóspedes, foi o quarto de Kika e Ádio durante o período de transição. Esse quarto também foi a morada de meu filho Cauí e sua família enquanto eu estava em São Paulo para o Exame Qualificação do Doutorado.

E em maio 2018, foi meu escritório de trabalho e o quarto que dividi com meu companheiro Wellington, que também colaborou para a realização da última etapa de campo. Assim que falar do SLM-abandono e do SLM-atual, é falar um pouco de casa também. Uma família que me acolheu, me ajudou e acreditou nos meus ideais ao longo desses 10 anos. Por esse motivo a análise dos sítios de Ádio e Kika, além de arqueológica e etnográfica no sentido do rigor acadêmico, é também uma análise emocional, pois cada foto, cada descrição, remetem a momentos e vivências especiais. E não me furtei do direito de incluir esse aspecto emotivo na análise.

Figuras 542 e 543: quarto e bar do SAK-atual. Fotos: Wellington Ferreira (mai/2018).

O casal mantém o bar e quarto de hóspedes, pois o sítio de Kika é muito movimentado, a família de Ádio e Kika é grande (ver árvore genealógica página 164) e sempre recebem visitantes, principalmente os netos.

Figura 544: os netos de Kika e Ádio se divertem na piscina montada na área coberta do bar (set/2018).

Figura 545: à esquerda Jéssica, filha de Kika, Kika e Alice estudante da arqueologia da UFOPA e as netas de Kika: Hadilly Sophia, filha de Jéssica e Yasmim filha de Abdilson.

No sítio SAK-abandono observei que, assim como no sítio de dona Maria dos Anjos (SLM-abandono) a herbácea comigo-ninguém-pode foi cultivada junto a parede da sala/quartos. Essa também é a primeira habitação que os visitantes acessam antes de chegar ao sítio, vindos do rio Alegre. Dona Sérgia plantou neste local e um pouco mais para frente, junto a cerca, bem próximo a porteira a herbácea comigo-ninguém-pode.

Quadro 9: a herbácea comigo-ninguém-pode e os aspectos do comportamento da planta ao abandono SAK-abandono (2008-2018).

F. 546: sala/quartos (via rio Alegre) (jul/2009).

F. 547: sala/quartos (via rio Alegre) (jul/2009).

F. 548: sala/quartos (via rio Alegre) (jul/2015).

F. 549: herbácea na cerca (jul/2015).

F. 550: sala/quartos Foto: R.R. (set/2016).

F. 551: sala/quartos Foto: R.R. (set/2016).

F. 552: sala/quartos. Foto: W.F. (mai/2018).

F. 553: sala/quartos. Foto: W.F. (mai/2018).

No antigo sítio SAK-abandono, além da herbácea comigo-ninguém-pode, Kika cultivava espadas-de-são-jorge na frente de sua horta.

No sítio SAK-atual, Kika manteve o hábito do cultivo de plantas de poder com o objetivo de proteção. Ela tem espadas-de-são-jorge plantadas no quintal entre a casa e o bar/quarto de hóspedes, no trecho que dá acesso à casa da família.

Figuras 554 e 555: Espadas-de-são-jorge que ficam entre a casa de kika e o bar/quarto visitas (jul/2015).

Figura 556: as espadas-de-são-jorge, bem como a vegetação do entorno se alastraram nesse registro de 2018. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

O hábito de cultivar plantas de poder no entorno das hortas é comum entre as mulheres do Boqueirão, com exceção das evangélicas praticantes. No sítio de Vanusa (SLV) há uma touceira enorme de espadas-de-iansã e muitas pimentas.

Depois de dois meses da minha mudança para a casa de dona Sebastiana na comunidade do Boqueirão consegui fazer minha horta com a ajuda de Rudi. A horta foi “oficialmente inaugurada” quando plantei uma muda de espada-de-iansã doada por Vanusa. Em 2018, quando retornei para o último trabalho de campo visitei o sítio de dona

Sebastiana, onde agora vive seu irmão Florêncio e com satisfação vi que a mudinha tinha virado uma pequena touceira.

Figura 557: horta de Vanusa (SLV) e sua exuberante touceira de espadas-de-iansã (mai/2015).

Figura 558: minha horta no sítio de dona Sebastiana (SS) (set/2016).

Figura 559: espada-de-iansã que plantei em 2016 na entrada da horta no sítio de dona Sebastiana (mai/2018).

Além das plantas de poder, Kika e Ádio cultivam outras espécies no quintal, sobretudo árvores frutíferas como, mamoeiros, pés de tamarindo, cupuaçu, limão e vários coqueiros que foram plantados na parte frontal do terreno junto a cerca. Entre 2015 e 2018 houve uma multiplicação na quantidade de plantas no quintal do SAK-atual.

Figura 560: coqueiros plantados na entrada do sítio SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 561: vegetação em frente a casa SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 562: vegetação em frente a casa SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 563: coqueiros plantados na entrada do sítio SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Com o passar do tempo o casal também conseguiu fazer uma horta em frente a cozinha e um roçado ao lado do bar. Em 2018 a roça estava repleta de pés de mandioca, muito consumida pelos moradores de Boqueirão. De acordo Ádio o churrasco perfeito é com carne de boi e mandioca.

Figura 564: localização da roça ao lado do bar SAK-atual. Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 565: localização da roça ao lado do bar SAK-atual. Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 566: roçado de mandioca SAK-atual. Foto Wellington Ferreira (mai/2018).

Enquanto o sítio SAK-atual floresce, as plantas do SAK-abandono, paulatinamente definham diante do ataque das pragas, agravado pela diminuição dos tratos humanos. Ádio e Kika têm muitas mangueiras no antigo quintal, além de outras árvores exóticas e nativas, frutíferas ou não, que eles gostariam de preservar: cajueiro, pequizeiro, tarumã, pé de mangava, bocaiuvera, jenipapeiro, urucuzeiro, pé de ingá-de-casa, além de uma lista longa de herbáceas, comestíveis, medicinais e de poder. Mas a tarefa de cuidar de dois sítios é complexa. Em 2016 e 2018 quando realizava estudos no SAK-abandono, passava o dia todo vendo e ouvindo o trabalho incessante das formigas saúvas cortando e carregando as folhas das mangueiras e de outras plantas.

Figura 567: mangueiras na entrada na SAK-abandono, lado da estrada (jul/2009).

Figura 568: mangueiras na entrada na SAK-abandono, lado do rio Alegre (jul/2009).

Figura 569: quintal do SAK-abandono repleto de mangueiras; Kendra e Ádio fazendo o levantamento topográfico. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Como relatado na análise do sítio arqueológico, o SARqPB também era repleto de mangueiras (ver página 170), mas depois que a família abandonou o sítio em 1979, as espécies frutíferas exóticas rapidamente pereceram diante do ataque das pragas.

Figuras 570 e 571: destaque para o árduo e ininterrupto trabalho das saúvas (mai/2018).

A ausência do trato humano leva a proliferação de insetos, que atacam as plantas e vão se apropriando dos espaços da estrutura. Tal e qual o SLM-abandono, o interior das estruturas do SAK-abandono também estava infestado de marimbondos. E confesso que

marimbondo para mim é mais apavorante do que cobra. Ainda assim, foi possível fazer um registro razoável do interior das habitações, ainda que já havia ocorrido desabamento de parede interna do quarto de Kika, quando retornei à comunidade em maio de 2015.

Diferente da casa de dona Maria dos Anjos no sítio SLM-abandono, pude observar que o processo de deterioração das habitações do SAK-abandono foi mais acelerado. Possivelmente porque as habitações eram mais antigas e pelo processo que levou ao encharcamento do chão de terra batida.

A primeira habitação que analiso detalhadamente é o conjunto formado pelos quartos do casal, das crianças e pela sala. Enquanto no sítio SLM-abandono a sala de dona Maria dos Anjos era fechada, a sala de Kika era aberta, caracterizando-se como uma sala de visitas na qual a família recebia os amigos e parentes, assistiam televisão e ouviam música, faziam festa, se configurando num espaço de lazer. As pessoas faziam as refeições nesse local e eventualmente alguns alimentos eram ali preparados.

Outra função importante é que a sala servia ao armazenamento de materiais e a realização de algumas atividades relacionadas a vida cotidiana com o sítio. É importante informar que no SAK-abandono não havia um moquiço, estrutura habitual de armazenamento de materiais.

Nesse espaço Ádio mantinha suas ferramentas, equipamentos de montaria, matérias de pesca, entre outros. Esta habitação se assemelha em função e estrutura a sala/atividades do sítio SLM-abandono, logo, optei por nomeá-lo quartos/sala-atividades.

Figura 572: quartos/atividades SAK-abandono (set/2008).

Além das atividades cotidianas do sítio, como o cuidado com as criações, o roçado, preparo de alimento, Kika mantinha sua máquina de costura em quartos/sala-atividade.

Já no sítio SAK-atual o armazenamento de materiais e a realização de atividades cotidianas acontece na varanda coberta de bar/quarto. Como esse espaço é aberto, certos materiais são armazenados dentro do bar. Esse espaço também dá suporte para outras atividades como a lavagem de roupas e de utensílios em geral, pois os galões, baldes, bacias e a mangueira de água foram colocados próximo ao local. A família utiliza um tanquinho para lavar roupas que está localizado na parte coberta deste espaço.

Figura 573: refrigerador e alguns equipamentos do bar/atividades no SAK-atual; destaque para minha amiguinha Hadilly Sofia. Fotos: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 574: do lado externo os galões e baldes para armazenamento de água para lavagens de roupa e utensílios e na parte coberta uma série de materiais. Foto: Wellington Ferreira (mai2018).

Figura 575: área de lavagem de roupas. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 576: área de lavagem de utensílios e alimentos (mai/2018).

A deterioração das estruturas quartos/atividades e cozinha foi rápida, pois no intervalo de aproximadamente quatro anos as estruturas estavam completamente no chão.

Em maio de 2015, a primeira constatação que fiz foi que na estrutura quartos/sala-atividades havia desabado a parede interna do quarto do casal Kika e Ádio, que fazia divisa com a sala. A parede externa desse cômodo (face voltada para o rio Alegre) também havia desabado. As paredes do quarto dos filhos do casal, Alessandra e Abdilson, permaneciam de pé. Também foi possível registrar a deterioração das folhas de babaçu do teto antes que ele caísse.

Figura 577: notem nas figuras que seguem a deterioração das paredes e teto (jul/2009).

Figura 578: desabamento parcial da parede interna (jul/2015).

Figura 579: desabamento parcial da parede interna (jul/2015).

Dois meses depois, em julho de 2015, os quartos estavam a ponto de desabar. O quarto do casal só conservava a parede divisória com o quarto das crianças e a parede parcial que separava da sala-atividades e a janela de metal já havia caído. O quarto das crianças conservava praticamente três paredes que ainda não haviam desabado completamente.

Figura 580: a partir da esquerda, porta do quarto das crianças, porta do quarto do casal e sala-atividades (set/2018).

Figura 581: a partir da esquerda o quarto das crianças e do casal. A parede divisória entre os quartos continua de pé (jul/2015).

No meu retorno em setembro de 2016, o que sobrou dessa parede que dividia o quarto de Kika da sala, era a única das paredes da habitação que continuava de pé, todas as outras haviam caído inclusive o telhado. Na sala-atividades só restou essa parede e os postes de sustentação.

Figura 582: destaque para a parede interna que permaneceu em pé. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 583: apenas os postes de sustentação da sala permaneciam em pé. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 584: parede externa do quarto das crianças. Foto: Riccardo Rella (set/2008).

Figura 585: parede externa do quarto das crianças caída. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Em setembro de 2016 a estrutura quartos/sala-atividades havia desabado completamente, mas a cozinha ainda resistia e as três paredes de pau-a-pique permaneciam de pé. A cozinha do sitio SAK-abandono, como dito anteriormente, seguia um dos padrões observados para as cozinhas da comunidade, era semifechada.

Figura 586: frente da cozinha (aberta) (set/2008).

Figura 587: lateral (fundos), parede onde ficava o forno do lado de dentro (jul/2009).

Figura 588: frente da cozinha (aberta) (mai/2015).

Figura 589: lateral cozinha vista frente (jul/2015).

Figura 590: cozinha e sala/quartos (set/2016).

Figura 591: frente da cozinha (aberta) (mai/2015).

Figura 592: lateral cozinha vista frente (jul/2015).

As estruturas não habitacionais que existiam no quintal eram formadas por um banheiro e o curral, que permaneceu abrigando as vacas leiteiras e bezerros até que Ádio e Kika concluíssem o curral no novo sítio (entre 2014 e 2015). No sítio atual também foi construído um chiqueiro e um cercado eletrificado para porcos que Kika começou a criar para comercialização e uso próprio

Figura 593: curral SAK-abandono (out/2011).

Figura 594: curral SAK-atual (mai/2018).

Figura 595: chiqueiro no SAK-atual. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 596: chiqueiro no SAK-atual. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 597: cercado eletrificado no SAK-atual. Foto: Riccardo Rella (mai/2016).

Figura 598: porquinhos fofos da Kika. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Além dessas estruturas, havia uma bancada para a preparação de alimentos e lavagem, que ficava próxima ao poço. Também haviam bancos que ficavam fora da sala/atividades, que também davam suporte para as atividades feitas ao ar livre. Esses itens não existem mais no sítio abandonado.

Já no SAK atual existem a várias estruturas que foram sendo construídas ao longo dos anos para a realização de diversas atividades, sendo que algumas mudaram de lugar, como descrito no /quadro 10:

Quadro 10: estruturas no quintal do sítio SAK-atual.

Figura 599 e 600: Ádio ergueu a caixa d'água de 5 mil litros. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018) e a estrutura de sustentação serve para pendurar a carne para pesar, cortar etc. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 601: mas o melhor é o chuveirão que foi instalado Hadilly com a vovó Kika (set/2016).

Figura 602: no quintal a mais de uma estrutura de para preparar alimentos, principalmente churrasco. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 603 e 604: no quintal a mais de uma estrutura de para preparar alimentos, principalmente churrasco. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 605: uma mesa e uma pia de cozinha ficavam ao lado da casa. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

Figura 606: a mesa e a pia foram retiradas. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 607: a pia foi colada em frente a horta, que fica em frente à cozinha. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Outra estrutura relacionada ao preparo de alimentos existente no quintal de SAK-atual é um buraco feito na terra para assar cabeça de vaca, iguaria muito apreciada por Ádio e outro vilabelenses. Em 2009 eu tive a oportunidade de presenciar o processo de preparação (e experimentação!) da cabeça de vaca.

Uma vaca foi sacrificada e Ádio reservou a cabeça, a colocou num ecipiente com água ali ela passou o dia todo. Depois ele fez um buraco na terra, do lado de onde hoje é

o bar/quarto de hóspedes no SAK-atual. No final do dia Ádio colocou lenha (tronquinhos de peroba rosa, segundo Ádio a melhor lenha) no buraco e quando estava em brasa, ele depositou a cabeça de vaca sobre as brasas e tampou o buraco com uma folha de zinco. No dia seguinte, as crianças e eu fomos buscar a cabeça assada com um carrinho de mão. Foi a primeira vez que experimentei e sinceramente não gostei e concordo com Kika que o é o ritual que envolve a preparação da cabeça a coisa mais interessante.

Figura 608-610: preparação da cabeça de vaca assada (jul/2009).

Outra estrutura existente no quintal é uma mesa com bancos que fica à sombra do bambuzal e onde a família e os visitantes se acomodam para almoços e jantares ao ar livre.

Figuras 611 e 612: mesa no quintal à sombra do bambuzal. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Há no quintal do SAK-atual pelo menos dois pontos de água encanada para facilitar as atividades domésticas, aguar a horta e encher o cocho do gado que circula depois da cerca que limita o quintal, entre outras utilidades.

Figuras 613 e 614: uma bica de água dica próximo a cozinha e a outra está localizada ao lado da sala de atividades (do quarto/bar). Fotos: Wellington Ferreira (mai/2018).

A curadoria de materiais na parte interna das estruturas SAK-abandono, tanto no quartos/sala-atividades, quanto na cozinha, não pôde ser realizada com precisão. Isso ocorreu não somente porque a estrutura estava completamente em ruínas quando retornei à comunidade em maio de 2018 para finalizar a pesquisa, mas também porque se tratou de um abandono gradual e as pessoas voltavam com frequência ao sítio para pegar algum item que havia sido deixado temporariamente para trás.

Figura 615: detalhe dos materiais abandonados na sala e no quarto de Kika e Ádio (jul/2015).

No início dessa análise foi dito que a família teve que se mudar as pressas devido ao alagamento da antiga casa no Porto Boqueirão, porém durante algum tempo continuaram a desenvolver certas atividades no local, bem como a armazenar alguns itens. A casa nova ainda não havia ficado pronta e os atuais bar e quarto de hóspedes, não comportavam todos os pertences da família. Do mesmo modo que a família recorria a antiga habitação para o desenvolvimento de atividades, ela também retornava para resgatar materiais que seriam reaproveitados no novo sítio, como é o caso dos potes cerâmicos que tratamos na análise do sítio arqueológico (Figuras 320-324).

Kika me contou também que depois da mudança provisória algumas roupas foram deixadas na casa antiga já que não tinham condições de manter tudo armazenado na habitação provisória. Logo, nesse período o retorno foi frequente.

Não pude precisar a frequência com que esses retornos aconteciam, porém observei um caso em particular envolvendo um ralador de (triturator) de milho. Já em 2015, Kika pedia insistentemente que Ádio buscasse o triturador de milho no SAK-abandono, porém Ádio nunca trazia o tal triturador. Ele passava com certa frequência no local, pois é caminho para ir até o rio pescar. Porém Ádio voltava com os peixes, mas se esquecia do triturador. Depois de alguns meses ele foi buscar o triturador e o instalou no SAK-atual.

Figura 616 e 617: triturar de milho. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Em julho de 2016, antes de eu viajar para São Paulo para o Exame de Qualificação, a estrutura quartos/sala-atividades estava a ponto de cair, o que se efetivou num intervalo de 2 meses, pois quando voltei para comunidade em setembro, ela estava no chão e a cozinha ainda se mantinha em pé.

Nesse intervalo, é provável que alguém da família tenha retornado ao antigo sítio para buscar um ou outro objeto que estava no quintal, mangueiras, cabos elétricos, entre outros. Durante a redação dessa tese conversei com Kika e ela confirmou que depois de 2016 Ádio voltou ao SAK-abandono para buscar o fogão para fazer uma churrasqueira no SAK-atual.

Após comparar as fotos de maio e julho de 2015 com as fotos de setembro de 2016 confirmei com Kika o destino de alguns materiais:

Quadro 11: itens retirados do SAK-abandono ao longo do tempo.

Figura 618: após set/2016 é possível que essas 6 garrafas tenham sido retiradas (jul/2015).

Figura 619: três engradados cheios de garrafas de cerveja foram retirados pós set/2016. Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 620: Ádio retirou o armário branco e colocou no bar para guardar suas ferramentas (mai/2015).

Figura 621: o fogão foi retirado pós set/2016 pra servir de churrasqueira no SAK-atual. Foto Riccardo Rella (set/2016).

Figura 622 e 623: após jul/2015 o armário de cozinha, o pote cerâmico o liquidificador e algumas embalagens e garrafas pet foram retiradas da cozinha do SAK-abandono (jul/2015).

Kika contou que eles se preocuparam em tirar a maioria do refugio do local antes que a casa caísse. Algumas garrafas pet, uma forma de bolo de alumínio, frascos de vidro e tampas de plástico e embalagens que vimos anteriormente foram retiradas.

A cozinha deve ter caído poucos meses depois, provavelmente entre a época das chuvas que começa a partir de novembro. Quando a cozinha ruiu definitivamente, diminuiu a probabilidade de retorno ao sítio abandonado a procura de objeto. Porém, a família não deixou de ir completamente ao sítio, já que lá havia algumas plantas que vez ou outra eram procuradas. Eu mesma fui por duas vezes (em julho de 2016 e maio de 2018), buscar gengibre no quintal e em outra oportunidade presenciei Ádio colhendo uma taquara chamada taboca.

Durante as expedições que fizemos ao Porto Boqueirão, quase sempre Ádio voltava com alguma planta ou casca de árvore, para uso próprio ou atendendo a pedido s de sua irmã Metilde, ou outras pessoas.

Figura 624: gráfico de ocupação do SAK e SAK atual e retornos ao SAK-abandono (1979-2018).

Com esse retorno estendido, não foi possível definir com certeza todos objetos que foram soterrados pelos escombros do desabamento definitivo das estruturas. Dessa maneira, a partir da análise das fotografias da conversa com Kika, listei alguns dos materiais que ficaram no interior das estruturas quando elas desabaram.

- Quartos e Sala/atividades: um estante de madeira, uma mesa, uma cadeira escolar, uma cortina, um mosqueteiro, um pote plástico, várias roupas, algumas sacolas e pedaços de plástico, um saco de ráfia sintética, uma caixa de isopor quebrada.
- Cozinha: uma cortina, uma tampa de panela de pressão, uma colher, um galão de plástico de 5 litros, 1 frasco de plástico com tampa, 1 frasco de vidro com tampa, uma tampa de plástico, uma panela e uma chaleira de alumínio.

Figura 625: detalhe dos itens que foram deixados para trás em quartos e sala de atividades no SAK-abandono (jul/2015).

Figuras 626 e 627: detalhe dos materiais deixados para trás na cozinha no SAK-abandono (jul/2015).

Figuras 628 e 629: detalhe dos materiais que foram deixados para trás na cozinha no SAK-abandono (set/2016).

Assim, os materiais abandonados associados a parte interna dessa estrutura foram incluídos na curadoria final dos materiais (ver Tabela 8).

Na parte interna da cozinha, o fogão à lenha permaneceu praticamente intacto até o colapso da estrutura. O mesmo foi observado para os contextos de abandono recente na casa de peão do sítio SLM-abandono e no sítio do João Paulo (SJPA).

Figura 630-632: fogão à lenha nos contextos de abandono, a partir da esquerda: SAK-abandono. Foto Riccardo Rella (set/2016); casa de peão no SLM-abandono. Foto: Paty Marinho (mai/2018); na antiga cozinha SJPA. Foto: Riccardo Rella (set/2016).

De acordo com Souza (2017:123):

Mais durável que a própria estrutura da casa, o fogão à lenha acaba predominando posteriormente ao colapso das paredes e é também ele, junto das clareiras e outros elementos, que indica a existência de uma antiga moradia. Seu formato compacto e a ação contínua do fogo em suas paredes de argila aumentam sua durabilidade, tornando-o típico das habitações rurais, mas também típico da paisagem formada pela casa e após a mesma. Depois do terreiro, pode-se dizer que o forno à lenha é um dos elementos mais duradouros pós-abandono do ciclo da casa como habitação (Souza, 2017:123)”.

Além de postes de madeira, palha de babaçu, portas e janelas, também registrei o abandono de duas janelas de ferro dos quartos da habitação.

Sobre os materiais distribuídos pelo quintal, diferentemente do critério adotado

para o SLM-abandono, não considerei itens abandonados ao redor da estrutura, devido o avançado estado de deterioração das mesmas e a dificuldade em se caminhar por entre os escombros e pela vegetação que crescia ao redor. A curadoria dos itens do quintal também está registrada na Tabela Geral (Tabela 8).

Me recordo que muitas vezes observei no SAK-abandono, quando a família de Kika ainda morava lá, que muitas vezes ocorria o descarte no quintal. Esse descarte incluía desde restos de alimentos que depois eram consumidos geralmente pelos cães, até latas de cerveja, que podiam ficar dias ou até semanas no local onde foram consumidas. Quando atingiam uma grande quantidade eram recolhidas e amontoadas num local específico.

No sítio SAK-atual, onde uma grande quantidade de cerveja é consumida devido a existência do bar, as latas são armazenadas em um “bag”, uma embalagem de rafia sintética de grandes proporções, pois são vendidas para uma empresa de reciclagem de alumínio da cidade vizinha de Pontes e Lacerda. A empresa vem periodicamente na casa de Kika retirar a *bag* com as latinhas.

No SAK-atual havia uma grande quantidade de latinhas dentro de um latão de 200 litros que havia tombado espalhando várias latinhas ao redor. Essas latinhas não foram contabilizadas porque Ádio disse que elas seriam vendidas.

Figura 633 e 634: latinhas espalhadas dentro e no entorno do latão de ferro (mai/2018).

Assim como observado no sítio SLM-abandono, não havia muitos itens de pequenas proporções espalhados pelo quintal do sítio de Kika. Entre 2008 e 2009 observei que a varrição do quintal era constante e esse trabalho era geralmente executado por Kika ou Vana.

No quarto abaixo destaquei alguns itens identificados no quintal de SAK-abandono:

Figura 635 e 636: antiga cela de cavalo abandonado no SAK-abandono(mai/2018).

Figura 637 e 638: inicialmente achei que essas poderiam ser antigas caixas nas quais Ádio guardava seus apetrechos de pescaria, porque aí havia porque havia linha e carretel de linha de anzol para pesca, mas Kika esclareceu que aqui foi depositado alguns itens descartados durante a mudança, ou seja resíduos de fato, para que não ficassem espalhados pelo quintal (mai/2018).

Figura 639: localizei alguns frascos de hipoclorito de sódio antigamente usado para o tratamento da água, tal qual observei no SLM-abandono (mai/2018).

Figura 640: ao redor dessa mangueira contei 34 garrafas de vidro, que como na lixeira do SarqPB se configurou como a maior categoria de evidências materiais (mai/2018).

Tabela 8: Refugo geral – sítio SAK-abandono (mai/2018).

Item	Quant.	Item	Quant.
Mobília		Outros materiais	
cadeira escolar	1	balde	1
estante de madeira	2	bicicleta (roda e quadro)	2
mesa	1	bota de couro	1
Recipientes para armazenamento		botijãozinho de lampião	1
frasco de vidro com tampa	1	cabo elétrico	1
frasco de vidro de perfume	1	caixa de água	1
frasco plástico de hipoclorito de sódio	4	caixa de ferramentas sem tampa	1
frasco plástico com tampa	1	caixa de isopor	3
frasco plástico sem tampa	1	capacete de segurança	1
galão plástico 5 litros (fragmentos)	2	carretel de linha de nylon pesca	1
galão plástico tipo bombona 5 litros	2	cordão (pedaço)	1
galão plástico tipo bombona 20 litros	3	cortina	2
garrafa de vidro de bebida	45	couro (pedaço)	1
garrafa pet (1 com tampa)	13	janela de ferro	1
garrafão (1 gargalo)	1	lâmpada fluorescente elétrica	1
garrafa de vidro de bebida	45	lanternas (partes)	2
garrafa pet (1 com tampa)	13	lapiseira	1
garrafão (1 gargalo)	1	mosqueteiro	1
garrafa de vidro de bebida	45	rede de balanço (pedaço)	1
garrafa pet (1 com tampa)	13	regador	1
Recipientes para cozinhar e servir		remendo para pneu bicicleta (pote)	1
chaleira	1	rex (peça de instalação elétrica))	1
colher	1	sola de chinelo	1
copo de vidro	1		
panela de alumínio	1		
tampa panela de pressão	1

Figura 641: me chamou a atenção não ter identificado no SAK-abandono frascos de Cidental, pois já havia visto Ádio usando nos cães, provavelmente os frascos foram queimados, ou entre o matagal. Esse frasco estava armazenado no SAK-atual, na estrutura de ferro do bar. Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

Figura 642: se no sítio abandonado as garrafas de vidro de bebida eram depositadas aos pés de uma mangueira, no SAK-atual, onde o volume gerado é bem maior, as garrafas são armazenadas ao lado do bar (mai/2018)

A análise dos três tempos, SarqPB, SLM e SAK abandono, SLM e SAK atual, remete a transformações e permanências na materialidade, que refletem um modo de vida no qual os saberes populares sobrevivem junto a modernização da comunidade.

As transformações e permanências que pude observar estão associadas ao aspecto geracional, também envolvem relações de gênero e status sociais, que foram percebidas no registro arqueológico do SarqPB, nos abandonos recentes e também no contexto atual, que é o futuro do registro arqueológico.

No trabalho desenvolvido na comunidade do Boqueirão, considerei que a cozinha é um espaço privilegiado para refletir sobre a formação do registro arqueológico, pois em cada um dos três tempos identifiquei peculiaridades que também podem colaborar com essa reflexão.

Nas classes de materiais associadas a cozinha localizadas na lixeira do sítio arqueológico Porto Boqueirão, a cerâmica foi um item que não se repetiu nos outros dois contextos (abandono recente e atual). Ainda que os potes cerâmicos existentes nos contextos de abandono recente tenham sido resgatados, no contexto atual esses itens ainda não receberam uma destinação específica. O seu resgate esteve relacionado mais a uma questão sentimental associada a ancestralidade das peças, do que a necessidade de uso.

Somente no SARqPB foram identificados fragmentos cerâmicos com fuligem, com marcas de uso no fogo, os outros potes cerâmicos identificados nos outros contextos não eram próprios para se levar ao fogo. O único recipiente feito para o uso no fogo, o testo (Figura 316) destinado ao preparo de bolos, torra de amendoim, ou qualquer outro tipo de assado, não apresentava marcas de uso e era já uma aquisição do casal Ádio e Kika, e não uma herança de família.

Até mesmo na cozinha de dona Maria dos Anjos, que eu chamaria de “mais tradicional”, em relação, por exemplo, a cozinha de Kika, não há panelas cerâmicas em uso. A escassez ou mesmo a inexistência de ceramistas em Vila Bela, é uma das explicações possíveis para essa ausência.

Por outro lado, a valorização do artefato cerâmico foi mantida. Também é possível que em escavações futuras no SAK-abandono ou SLM-abandono sejam identificadas evidências desses materiais.

Alguns homens da comunidade cozinham, uns por necessidade, outros porque gostam e até se especializaram em seguimentos específicos da culinária, Ádio e seu Martinho por exemplo, dizem que gostam de fazer doces, que aprenderam com suas mães.

Ádio que já morou sozinho e é casado com Kika, uma mulher que trabalha também fora de casa, cozinha com frequência e muito bem. Porém, o comando da cozinha pertence a Kika, não apenas no preparo dos alimentos, frisando que ela é uma excelente cozinheira, mas também na aquisição dos equipamentos.

Kika, com seu espírito empreendedor e bom gosto, desde que se mudou para a casa nova tornou-se uma revendedora da marca Tupperware, nome pelo qual também são identificados os produtos pelos consumidores. Trata-se de vasilhas e outros utensílios desenvolvido nos anos 1940 nos Estados Unidos, caracterizado por ser “leve, flexível e inquebrável”²⁶, que associado ao “sistema de venda direta” se espalhou pelo mundo.

A cozinha de Kika mais parece uma loja de revenda desses produtos. A cozinha dela, aliás é muito bem equipada e lindamente decorada. E antes mesmo de se mudar para sua casa nova, Kika já havia comentado comigo que ela só teria móveis e utensílios domésticos bonitos, quando construísse sua casa de alvenaria.

²⁶ Sobre a história do Tupperware

Figuras 643-647: o arsenal de tupperware de na cozinha de Kika no SAK-atual Foto: Wellington Ferreira (mai/2018).

A introdução dos utensílios Tupperware remete a uma discussão sobre status social, pois esse produto acabou se transformado num objeto de desejo das mulheres de Vila Bela (e com certeza em outros locais mundo a fora). Tive a oportunidade de visitar algumas amigas em Vila Bela e ver os objetos de desejo expostos em prateleiras e armários de cozinhas. Também presenciei mulheres que não conseguiram conter o seu ímpeto de consumo e estavam endividadas junto às revendedoras do produto, inclusive ouvi a solicitação de uma compradora, que clamava por segredo, pois seu marido não podia saber em hipótese alguma que ela havia adquirido mais alguns potes.

Quem já teve um tupperware sabe que estamos falando de herança de família. Antigamente (creio que até os dias atuais em alguns casos), as mães davam para suas filhas que casavam louças, porcelanas e pratas que pertenceram a avós. Era parte do rito de formação do enxoval da futura noiva. Eu mesma quando sai de casa da minha avó, ganhei dela algumas louças antigas e no meio, já havia um potinho da Tupperware.

Com certeza esse arsenal de Kika vai demorar para compor o registro arqueológico da comunidade quilombola do Boqueirão. Mas isso é uma outra história.

Conclusão: Eu só quero é ser feliz... e visível! Visibilidade arqueológica e social do Negro

O registro fotográfico do acompanhamento do comportamento da herbácea comigo-ninguém-pode (Quadro 9) diante do abandono do sítio SAK, ilustra bem os processos que tive a oportunidade de observar durante esses 10 anos de pesquisa junto aos moradores da comunidade remanescente de quilombo do Boqueirão

As plantas foram o impulso para eu investigar aspectos socioculturais entre os quilombolas do Boqueirão durante o mestrado. Procurei interpretar o modo de vida das pessoas por meio da observação de aspectos do universo mágico-religioso e da percepção deles sobre a paisagem. Nessa caminhada comecei a observar aspectos da deterioração das plantas diante do abandono, tomando como referência árvores do SARqPB.

Outra planta que comecei a observar em 2008, foi uma mangueira remanescente no antigo quintal de dona Sérgia e seu João Sacerdote no Porto Boqueirão (SARqPB). Pude acompanhar a entrada dessa árvore para o registro arqueológico. Diante de quase quarenta anos de abandono, em 2018 a mangueira havia tombado definitivamente.

A oportunidade de continuar observando processos de abandono ganhou força no doutorado e incorporei à pesquisa a análise dos processos da deterioração, da transformação de estruturas tradicionais que passaram por um variado número de eventos, após seu abandono. Esses eventos formaram – e ainda estão formando, pois trata-se de um processo contínuo – o registro arqueológico desses quintais do Boqueirão.

O Quadro 9 da comigo-ninguém-pode reuniu os processos de transformação da planta e também das habitações, ambas se transformando diante da ação do tempo e da ausência de tratos humanos.

Outro processo que pude observar foi o do comportamento dos moradores da comunidade do Boqueirão diante da transformação da materialidade antes, durante e após o abandono. Nesses 10 anos de pesquisa, presenciei, investiguei e interpretei uma série de comportamentos que incluem o aspecto sentimental em relação as moradias tradicionais, intimamente ligados com os ancestrais dessas famílias.

Pude investigar aspectos desse que também é um contexto de formação e transformação de identidades afrodiaspóricas (Hall 2010), no qual um universo de códigos é compartilhado e que não estão de forma alguma dissociados do contexto histórico no qual está inserida a família Frazão e as famílias que se relacionam a sua história, também pela relação com o território. Não está dissociado do contexto histórico marcado por políticas nacionais (ou ausência dela) e seus reflexos sobre a população Negra, quilombola, vilabelense. Não está dissociado do tráfico transatlântico de pessoas de origem africana.

As famílias estudadas são herdeiras dessa história afrodiaspórica e ainda compartilham a transmissão de conhecimentos tradicionais, através de ações cotidianas norteadas por saberes ancestrais. Dona Maria dos Anjos, a mais velha, continua aplicando os conhecimentos que começou a desenvolver junto aos seus ancestrais, ensinamentos que recebeu de seus ancestrais humanos e inumanos. Conhecimentos que também reverberam em crenças religiosas, que se traduzem num universo simbólico que dá agência aos materiais. Kika a mais nova, aprendeu com as mais velhas. Ela continua a tradição e introduz novas práticas, novos conhecimentos e novos materiais. Dona Maria dos Anjos e Kika ensinam, assim como as outras sábias mulheres do Boqueirão.

Durante a pesquisa procurei dar visibilidade para essas pessoas. A investigação da visibilidade arqueológica foi um instrumento para conquistar essa visibilidade social, através das práticas de campo de coleta de dados e na confecção dessa tese, também elaborada para ser um documento histórico e afetivo para estas famílias.

Essa tese é autoral, e não poderia ser diferente, mas ao mesmo tempo ela também é multivocal. Tem várias vozes falando, escrevendo e reverberando. Vozes ancestrais, vozes de um passado presente, vozes do presente que são daqueles que colaboraram em todos os momentos da pesquisa. São 10 anos de uma vida.

Um dos importantes objetivos da pesquisa que se refletiu nessa tese foi sua proposta multifocal e de representatividade. Eu gostaria que as pessoas que fizeram parte desse processo, sobretudo os moradores de Vila Bela, do Boqueirão se sentissem representados, se enxergassem nas palavras, nas fotos e nas lembranças que essa tese materializa.

A tese foi escrita para ser lida por um leitor que é alfabetizado e também para aquele leitor que não é, por isso procurei fazer dela uma tese imagética. Se tivesse tempo hábil seria também não imagética, seria tátil (p.ex. em Braille). Escrevi esta tese para aprender e exercitar a multivocalidade, como proposta de atuação na arqueologia e no mundo.

Essa tese também foi escrita para alcançar os futuros pesquisadores da diáspora africana, lhes oferecendo conhecer interpretações e múltiplos caminhos que podem ser trilhados no estudo de contextos de diáspora africana.

Escrevi essa tese também para comunicar a esses futuros pesquisadores a importância de se privilegiar uma abordagem colaborativa e multivocal, entendendo que os saberes populares são fundamentais aspectos de um coletivo social de comunidades tradicionais, ainda que na epistemologia universal eles não sejam valorizados.

Para entender as relações entre pessoas e materiais é preciso investigar as visões de mundo que orientam a atuação das pessoas. Ao produzir conhecimento sobre contextos afrodiaspóricos o pesquisador deve considerar que conhecer aspectos da religiosidade afro-brasileira, podem colaborar para o entendimento de aspectos dessas visões de mundo, independente da especificidade arqueológica do tema abordado diáspora africana, e sobretudo independente de crenças religiosas (ou ausência de crença) d(a) pesquisador(a) e dos coletivos estudados.

A religiosidade é “boa para pensar”. O universo mágico-religioso tem muito a dizer sobre a ação no mundo e a abordagem dessa temática é recorrente entre cientistas sociais. Assim que, minha intenção é deixar marcado, deixar bem claro a necessidade desse aprofundamento nas questões simbólicas dos coletivos. Além do que, a arqueologia brasileira tem muito que dialogar e esmiuçar sobre a diáspora africana, dada a visibilidade tardia que concedeu às populações afrodiaspóricas.

Como disse Binford (1968:23), se existe alguma limitação em relação ao nosso conhecimento sobre o passado elas estão relacionadas ao nosso despreparo e não sendo “inerentes à natureza do registro arqueológico”. As questões de visibilidade do registro

arqueológico em contextos de diáspora africana não estão dissociadas da capacidade do arqueólogo em identificar vestígios do passado.

Em se tratando de contextos de diáspora africana, o(a) arqueólogo(a) deve, além de atentar para características especiais da paisagem transformada, ele tem a obrigação de aprofundar seu conhecimento da cultura afrodescendente, tanto da cultura local, mas também da cultura em seu sentido afrodiaspórico. E sem dúvidas deverá privilegiar uma abordagem decolonial sobre o tema.

Outro ponto que aparece como desafio para a arqueologia brasileira é fomentar e absorver estudantes e profissionais afrodescendentes nas universidades e nos outros campos de atuação profissional em arqueologia. É preciso incorporar visões e experiências diaspóricas, por questões teórico-metodológicas, mas também pelo compromisso ético, que penso que a arqueologia deve ter com os coletivos humanos que estudados, colaborando com a eliminação de racismos e fascismos que levam a invisibilidade.

Referências Bibliográficas

- AB'SABER, A. N. *Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil. Orientação* - Depto. de Geografia USP, 3, 45-48, 1967.
- ASCHER, R. Analogy in archaeological interpretation. *Southwest. Journal of Anthropology*, 17:217-25, 1961.
- ALLEN, S. Identidades em jogo: Negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. In: ALMEIDA L., GALINDO, M., ELIAS, J. (ed.), *Índios do Nordeste: Temas e Problemas 2*, Maceió: EDUFAL, 2000, p. 245-275.
- ALLEN, S. Zumbi nunca vai morrer: history, the practice of archaeology, and race politics in Brazil. Providence, Rhode Island: *Thesis*, Doctor of Philosophy, Department of Anthropology Brown University, 2001.
- ALMEIDA, F. G. Terra de Quilombo: Arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira – Município de Cananéia/SP. *Dissertação de Mestrado em arqueologia MAE/USP*, 2013.
- ALVES, L. B. A diáspora africana no litoral Norte paulista: desafios e possibilidade de uma abordagem arqueológica. *Dissertação de Mestrado em arqueologia MAE/USP*, 2016. ♥
- AMARAL, D. M. Loixa de Barro um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana, *Dissertação de Mestrado em arqueologia MAE/USP* 2013. ♥
- ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil*. Campinas: Papirus, 2001.
- ARRUDA, J. C. de; SILVA, C. J. da.; SANDER, N. L. *Conhecimento e uso do babaçu (Attalea Speciosa Mart.) por quilombolas em Mato Grosso*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 239-252, abr/jun 2014.
- BANDEIRA, M. L. *Território Negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. ♥

- BARROS, J. F. *O segredo das folhas: sistema de Classificação de Vegetais no candomblé Jêje-Nagô do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, UERJ, 1993.
- BARROS, J. F. *A floresta Sagrada de Ossaim: o segredo das folhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva Negra. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31 no.1, Brasília Jan./Abr., 2016.
- BASTIDE, R. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Nacional, 1978.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade. p.70-104. Comentário: Sabine Mabordi (UBC - University of British Columbia). Tradução do comentário: Mariana Lustosa (UFRGS).
- BHABHA, H. K. *O Local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Editora UFMG, 2005.
- BINFORD, L. R. ; BINFORD, S. R. *New perspectives in archaeology*. Chicago, Adline, 1968.
- BINFORD, L. R. *Working at Archaeology. Behavioral Archaeology and the "Pompeii Premise"*. Departament of Antropology, University of New Mexico, Albuquerque, New Mexico, 1981.
- BINFORD, L. The archaeology of place. *Journal of Anthropological Archaeology*, no. 1, 1982, p. 5-31.
- BONCIANI, R. F. Diáspora e Colonização. Dossiê II Seminário Sankofa. Sankofa *Revista de História e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV, no. 8, dez., 2011.
- BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Fernando Tomaz (tradução). Memória e Sociedade. Lisboa: Difel Difusão Editorial Ltda, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 1989.

- BRASIL. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. Brasília, Ipea, 2013. 160p ♥
- BRASIL. *Dossiê de Registro: Ofício das Baianas de Acarajé*. Brasília, Brasília, IPHAN, 2007. ♥
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes/Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p.
- BULLEN, A. & BULLEN, R. “Black Lucy’s Garden”, *Bulletin of the Massachusetts Archaeological Society*, v. 5, n. 2 (1944), pp. 20-5. ♥
- CABRAL, M. P. “E se todos fossem arqueólogos?": experiências nas terras indígenas Wajãpi. *Anuário Antropológico/2013*, Brasília, UnB, 2014, v. 39, n. 2: 115-132.
- CALONGA, M. D. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. *Revista Espaço Acadêmico*, no. 168, maio/2015, Ano XIV.
- CAMERON, C. M. Structure Abandonment in Villages. *In: Archaeological Method and Theory* vol. III, edited by Michael B. Schiffer. University of Arizona Press, Tucson, 1991. ♥
- CAMERON, C.M. A Consideration of Abandonment from Beyond Middle America. *In: The Archaeology of Settlement Abandonment in Middle America*, edited by T. Inomata and R. Webb, pp. 203-210. The University of Utah Press, Salt Lake City, 2003. ♥
- CAMERON, C. M. e TOMKA, S. (Eds). *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. ♥

- CARLE, C. B. A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX. *Tese de Doutorado em Arqueologia*, PUCRS, Porto Alegre, 2005
- CARVALHO, A. V. de. Palmares como espaço de sonhos: análise dos discursos arqueológicos sobre a Serra da Barriga. *Dissertação*. Departamento de História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2005.
- CARVALHO, P. M. A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT (e sua interface com a religiosidade afro-brasileira). *Dissertação*, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012. ♥
- CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da Violência 2017*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2017.
- CHAVES, O. R. Escravidão, fronteira e liberdade: resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850. Salvador: *Dissertação Mestrado*, UFBA, 2000.
- CLIFFORD, J. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. London: Harvard University Press, 1997.
- COLLIER, J. 1995 Photograph and Visual Antropology. In: HOCKINGS, P (ed.) Principles of the Visual Antropology. 2 ed. New York: Moun-ton de Gruyter, p. 235-253.
- COLWELL-CHANTHAPHONHH, C. Myth of the Anasazi: Archaeological Language, Collaborative Communities, and the Contested Past. *Public archaeology: archaeological ethnographies*, Vol. 8 No. 2–3, 2009, 191–207.
- CONCEIÇÃO, L., Rafael S. Araújo do Anjos, Juavair Fernandes de Freitas, Rodrigo de Oliveira Vilela, Rafael Farias da Silva, Natália Pires, Tiago Bueno Flores, Larissa Oliveira e Gabarra, Luiz Gonzaga Falcão. Relatório de trabalho de campo no Quilombo de Campo Grande/Ambrósio-MG, Versão Preliminar. Ver. *Eletrônica Tempo Técnica Território*, v.1, n.2 (2010) 13:47, capturado em 30/11/2017

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21177/1/ARTIGO_RelatorioTrabalhoCampo.pdf ♥

COSTA, L. R. Os grupos ceramistas da Serra da Barriga: caracterização da tecnologia cerâmica no contexto da Tradição Aratu. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal de Pernambuco. 2010.

CRENSHAW, K. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, 14, 1989. ♥

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. ♥

CURTONI, R. P.; ENDERE, M. L. (org.) *Análisis, interpretación y gestión en la arqueología de Sudamérica*. Front Cover. Rafael Pedro Curtoni, María Luz Endere. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2003

DAMIN, P. H. A. B. Identificação e mapeamento de antigas áreas de moradia quilombolas: estudo de caso da comunidade remanescente de Pedro Cubas/SP. *Dissertação de Mestrado em Arqueologia MAE/USP*, São Paulo, 2013.

DAVID, N.; KRAMER, C. Teorizando a etnoarqueologia e a analogia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, no. 18, dez, 2002, p. 13-60.

DINIZ, D.; Medeiros, M. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2012.

DJOKIC, A. Colorismo: o que é, como funciona. *Blogueiras Negras*. Disponível em <<https://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>> ♥

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1994.

EVANGELISTA, D. F. Fundando um axé: reflexões sobre o processo de construção de um terreiro de candomblé. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(1): 63-85, 2015.

- FANON, F. “On National”. In: *The wretched of the earth*. Londres-Nueva-York: Grove Press. [Los condenados de la tierra. México: Fondo de Cultura económica, 1963].
- FERREIRA, J. C. V. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá, Secretaria de Estado da Educação, 2001.
- FERREIRA, L. M. Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces. *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 3, n.1, jan-jun/2009.
- FERREIRA, L. M. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. On the concept of archeology oh the African diaspora, *Capitulo13.pmd* 267 4/5/2011.
- FERREIRA, L. M. Entrecampos: Trajetórias na Antropologia e na Arqueologia. *Cadernos do LEPAARQ* Vol. XIII, n°26, 2016.
- FERREIRA, R. A institucionalização dos estudos africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. *Revista Brasileira de História*, 30(59), jun/2010.
- FERRETTI, S. E. Sincretismo Afro-Brasileiro E Resistência Cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1995.
- FERRETTI. S. E. Multiculturalismo e sincretismo. Conferência apresentada no I Congresso Internacional em Ciências da Religião, do PPGCR da Universidade Católica de Goiás, Goiânia 03 a 05/09/2007. Publicado In: MOREIRA, A S e OLIVEIRA, I D. O futuro das religiões na sociedade global. Uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas/UCG, 2008, p 37-50.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [2017]. *Diário*. Disponível em: < <http://www.folha.uol.com.br/> >. Acesso em: 10/07/2018.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [2017a]. *Diário*. Disponível em: < <http://www.folha.uol.com.br/> >. Acesso em: 10/07/2018.
- FUNARI, P. P. A. “República de Palmares” e a Arqueologia da Serra da Barriga. *Revista USP*, n. 28, dez/fev de 1995/1996, p. 6-13

- FUNARI, P.P. *Palmares ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.
- FUNARI, P. P. A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo de Palmares. *In: Revista de História Regional* 6 (1):11-38. Verão 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço*. Com Ciência, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq13.shtml>. Acesso: 20/12/2012.
- FUNARI, P. P. The Archaeological Study of African Diaspora in Brazil. In: A. Ogundiram e T. Falola (orgs.). *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora*. Bloomington: Indiana University, 2007, pp. 355-71.
- GADELHA, R. M. d'Aquino F. A Lei de Terras (1850) e a Abolição da Escravidão Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do Século XIX. *R. História*, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.
- GASCO, J. L. Spanish colonialism and processes of social change in Mesoamerica. *In: The archaeology of colonial encounters: Comparative perspectives*, ed. G. J. Stein Santa Fe: School of American Research Press, 2005.
- GAETA, M. A. A cultura clerical e a folia popular. *Revista de História Brasileira*, 1997, 17(34). ♥
- GASPAR, E. *Cantigas de umbanda e de candomblé: pontos cantados e riscados de orixás, caboclos, pretos-velhos e outras entidades*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.
- GILROY, P. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1993.
- GILROY, P. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Ed. 34 / Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – CEAA, 2001

- GNECCO, C. Da Arqueologia do Passado à Arqueologia do Futuro: Anotações Sobre Multiculturalismo e Multivocalidade. *Amazônica Revista de Antropologia*, v. 2, no. 1, 2010, 92-103.
- GNECCO, C. Escavando arqueologias Alternativas. *Revista de Arqueologia*. Universidad del Cauca. Volume 25 - N.2: 08-22 - 2012
- GOOGLE EARTH-MAPAS. <http://mapa.google.com>. Consulta realizada em 2012 e 2018.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp; Polis, 2005.
- GOMES, N. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul-set, 2012.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. "The past is tomorrow. Towards an archaeology of the vanishing present". *Norwegian Archaeological Review*, t. 39, n. 2, 110-125, 2006.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J.; DOMINGO, I.; ASKARRÁGA, J.; BONET, H. (Org.). *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica*. Valencia: Museo de Prehistoria, p. 16-27, 2009.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Ethnoarchaeology or simply archaeology? *World Archaeology*, Vol. 48, 2016. Acessado em 21/08/2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00438243.2016.1209125>
- GUIMARAES, A.S.A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003.
- GUIMARÃES, C. M. O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, XVI (1, 2), pp. 161-174, jul-dez., 1990.
- GUIMARÃES, C. M.; LANNA, A. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais”, *Pesquisas: Série Antropológica*, n. 31, pp.147-64.1980. ♥

- HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- HALL, S. Cultural identity and diaspora. In: P. W. Chrisman (ed.), *Colonial discourse & Postcolonial Theory: a reader*. London: Harvester Wheatsheaf, 1994.
- HALL, S. A Formação de um Intelectual Diaspórico. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Org. Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HALL, S. *Sin garantías*. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh y Víctor Vick (Ed.). Peru/Ecuador: Enviñ Editores, Instituto de Estudios Peruanos, Instituto de Estudios Sociales y Culturales, Universidade Javeriana, Universidade Andina Simón Bolívar, 2010.
- HAMPÂTÉ-BÂ, Amadou. 1980. *A tradição viva*. História Geral da África Ki--Zerbo, J. (coord.). Vol I, Metodologia e Pré-história da África. Ática--UNESCO, SP, 1980.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41. ♡
- HARRISON, F.V. Introduction: An African Diaspora Perspective for Urban Anthropology. *Urban Anthropology*, 17(2-3), 1998, pp. 111-141
- HODDER, I. *Reading the past: current approaches to interpretation in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HODDER, I. *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- HOWSON, J. E. Social Relations and Material Culture: A Critique of the Archaeology of Plantation Slavery. *Historical Archaeology*, 24(4), 78-91, 1990.
- INOMATA, T.; WEBB, R.W. *Archaeological studies of abandonment in Middle America*, 1-10, Salt Lake City, University of Utah Press, 2003.
- JONES, O. & SULLIVAN, C. *The Parks Canada Glass Glossary*. Canadian Parks Service, 1989. ♡

- JOYCE, A. A.; JOHANNESSEN, S. Abandonment and the production of archaeological variability at domestic cities. *In*: CAMERON, C. M. e TOMKA, S. (Eds). Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- LANE, P. Present to past: Ethnoarchaeology. *In*: TILLEY, C; KEANE, W; KÜCHLER, S; ROWLANS, M; SPYER, P. Handbook of Material Culture. London: SAGE publications, pp.402-424, 2006.
- JULIANI, L. C. O. Material de Vidro. *In*. CALDARELLI, S.B. (Coord.) Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. SP-170 – Rodovia Carvalho Pinto; São Paulo: Dersa Desenvolvimento Rodoviário SA., pp.172-190, 2003. ♥
- LEITE, I. B. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *In*: Leite, I. B. (org.). Negros no sul do Brasil – invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Catarina/SC: Letras contemporâneas, 1996. ♥
- LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnografia Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social* (ISCTEE, IV (2), 2000, 333-354.♥
- LEITE, J. C.; SILVA, V. C. Quilombolas do Vale do Guaporé: modos de conhecimento e territorialidade. Cuiabá: EdUFMT, Ed. Sustentável, 2014.
- LEONE, M. P., LAROCHE, C. J., & BABIARZ, J. The Archaeology of Black Americans in Recent Times. *Annual Review of Archaeology*, n. 34, 2005, 578-598.♥
- LIMA, T. A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista História e Cultura Material* 1, Nova Série 1, 1993, pp. 225-262 ♥
- LOPES, N. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MACHADO, C. E. D. e LORAS, A. B. *Gênios da humanidade: ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente*. EDUEL, Londrina, PR, 2017.♥
- MAGGIE, Ivonne. O medo do feitiço. Verdades e mentiras sobre a repressão as religiões mediúnicas. *In*: Religião e Sociedade. v. 13, n. 1, março 1986. Pacheco1,

- Lwmdmila Constant. Racismo e Intolerância Religiosa: Representações do Xangô nos jornais de Maceió entre 1905 e 1940. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VIII, N°XV, Agosto/2015. ♥
- MENDES, R. R. Atributos ecológicos, edáficos e sócioeconômicos em sistemas agroflorestais com leguminosas em Vila Bela da Santíssima Trindade, MT. *Tese de doutoramento Instituto de Florestas Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Florestais, UFRRJ*, 2012
- MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. *In: SPINK, Mary Jane Paris*(Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. ♥
- MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da ABPN*, v. 4, n. 8, jul-out, 2012, p. 6-14.
- MYASHITA, F. S. Entre memórias, jongos e cultura material [manuscrito]: por uma etnografia arqueológica na Fazenda do Colégio, Campos dos Goytacazes-RJ, *Dissertação de Mestrado, UFMG*, 2017.
- NASCIMENTO, E. L. M. A “*textura da vida diária*”, materialidade e paisagem no cotidiano do Quilombo de Marques (Vale do Mucuri/MG). *Dissertação de Mestrado, UFMG – Belo Horizonte*, 2012. ♥
- NASCIMENTO, E. L.; Gá, L. C. (org.). *Adinkra: Sabedoria em Símbolos Africanos*. Rio de Janeiro, Pallas, 2009. ♥
- NOGUEIRA, O. *Preconceito de marca*. Edusp, São Paulo, 1998.
- ORSER, C. E. The Archaeology of the Diaspora. *Annual Review of Anthropology*, 27, 63-82, 1998.
- ORTIZ, A. & MANZANILLA, L. Indicadores arqueológicos de abandono y recuperación del conjunto habitacional teotihuacano de Oztoyahualco. *Trace* 43, junio/juin, 2003.

- OTTO, J. *Cannon's Point Plantation, 1794-1860: living conditions and status patterns in the Old South*. Academic Press 1994.
- POLITIS, G. G. Tendencias de la etnoarqueologia em América Latina. In: POLITIS, G. G.; PERETTI, R. D. (ed.). *Teoria Arqueológica em América del Sur*. Olavarría, 2004.
- PRANDI, R. *Herdeiras do axé*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____. *Mitologia dos orixás*. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.
- _____. *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- QUEIROZ, M. I. P. de. O catolicismo rústico no Brasil. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)* n. 5, São Paulo, 1968, 104-123. ♥
- QUEIROZ, R. S. *Caipiras Negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo, Edusp, 2006.
- RIBEIRO, D. Simone Be Beauvoir e Judith Buther: aproximações e distanciamento e os critérios da ação política. *Tese de doutoramento*. Universidade Federal de São Paulo, 2015. ♥
- RIBEIRO, D. *O que é Lugar de Fala?* –Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, Coleção Feminismos plurais, 2017. ♥
- ROCKMORE, E. *The New York Times online*; conteúdo disponível em: https://www.nytimes.com/2015/10/22/opinion/how-texas-teaches-history.html?smid=fb-nytopinion&smtyp=cur&_r=1, 2015, Acesso 30/08/2017 ♥
- RODRIGUES G. J. (In)visibilização social: o jogo dramático de visibilidade e invisibilidade dos atores sociais. *Monografia* apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2007.

- SALUM, M. H. A Madeira e seu emprego na Arte Africana: um exercício de interpretação a partir da estatuária Bantu. São Paulo: *Tese* de Doutorado, FFLCH Universidade de São Paulo, 1996. ♥
- SANTANA, N. A. *Mussuca*: Por Uma Arqueologia de um Território Negro em Sergipe D'el Rey. UFRJ. Rio de Janeiro, 2008. ♥
- SCHIFFER, M. B. *Contexto Arqueológico y contexto sistémico*. *American Antiquity*, vol. 37, nº 2. pp.156165, 1972.
- SCHIFFER, M. B. *Behavioral Archaeology*: Origins and the Four Strategies, 1976.
- SCHIFFER, M. B. *Formation Processes of the archaeological record*. University of New Mexico, Albuquerque, 1987.
- SCHIFFER, M. B. ¿existe una “premisa de pompeya” en arqueología? Michael B. Schiffer *Boletín de Antropología Americana* No. 18 (diciembre 1988), pp. 5-31 <https://www.jstor.org/stable/40977331>.
- SHANKS, M. Photography and Archaeology. In Molineaux, B. (ed.) *The Cultural Life of Images: Visual Representation in Archaeology*, Routledge, London & New York, 1997, pp. 73–107.
- SILVA, F. A. Arqueologia e Etnoarqueologia na aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, 2009, pp. 205 – 219. ♥
- SILVA, S. F. M.; MÜTZENBERG, D.; CISNEIROS, D. Arqueologia Visual: o Uso das Imagens Fotográficas na Produção do Conhecimento Arqueológico e Historiografia da Arqueologia. *Revista Museu Arqueologia Etnologia*, São Paulo, n. 22: 137-156, 2012.
- SINGLETON, T. A. The Archaeology of Slavery in North America. *Annual Review of Anthropology*, 24, 1995, 119-140. ♥

- SINGLETON, T. A. Commentary: Facing the Challenges of a Public African-American Archaeology. *In: I the Realm of Politics: Prospects for Public Participation in African-American and Plantation Archaeology*, Carol McDavid and David W. Babson, editors. Thematic issue, *Historical Archaeology* 31(3):146–152, 1997. ♡
- SINGLETON, T. A. An introduction to African-American archaeology. *In* T. A. SINGLETON (Ed.), *I, too, am America: archaeological studies of African American life* (pp. 1-20). Charlottesville: University Press of Virginia, 1999. ♡
- SINGLETON, S.; SOUZA, M. A. T. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. *In*: T. Majewski e D. Gaimster (orgs.), *International Handbook of Historical Archaeology*, New York: Springer, 2009, pp. 449-69. ♡
- SIQUEIRA, R. Assassinatos no campo subiram 105% desde 2013, aponta CPT. Brasil de fato, 16/04/2018. *Entrevista* concedida a Vinicius Mansur.
- SOTERO, E. C. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. *In*: BRASIL. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília: Ipea, 2013, 36-52. ♡
- SOUZA, M. A.; SYMANSKI, L.C.P. Slave Communities and pottery variability in Western Brazil: the plantations of Chapada dos Guimarães. *International Journal of Historical Archaeology*, 13, 513-548.
- SOUZA, R. A. Não somos estrangeiras! Pelas louças brasileiras. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, V. X, nº20. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2013.
- SOUZA, R. A. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob ótica arqueológica. *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 9, n. 2, julho-dezembro, 2015.

- SOUZA, R. A. Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do nordeste brasileiro. *Tese de doutorado*, Unicamp, 2017.
- STEIN, G. *The Archaeology of Colonial Encounters: Comparative Perspectives* (ed) School of American Research Press, Santa Fe, 2005.
- SUGUIMATSU, I. C. A senzala do Colégio dos Jesuítas: cultura material e processos de formação do registro arqueológico, campos dos Goytacazes (RJ), século XIX. *Monografia* Universidade Federal do Paraná, 2012. ♥
- SUGUIMATSU, I. C.; SYMANSKI, L.C.P. Atividades cotidianas, deposição de refugio e ação do arado: processos de formação do registro arqueológico no espaço de uma senzala de Campos dos Goytacazes. *Clio Arqueológica*, v.30, 1, p. 38-76, 2015. ♥
- SYMANSKI, L. C. P. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Vol. 1, n. 2, jun.-dez., 2007.
- SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W. F. & MOI, F. P. *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo, Editora AnnaBlume, 2009.
- SYMANSKI, L. C. P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. *Afro-Ásia*, 49, 2014, 159-198.
- SYMANSKI, L.C.P.; SOUZA, M. A. A Arqueologia Histórica: Relações Sociais e Construção de Identidades na Região do Rio Manso, Séculos XVIII e XIX. In *Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Histórico-Cultural da Região da UHE Manso. Relatório Final de Atividades*, coord. Leila Fraga, 1–412. Goiânia, Brasil: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/Universidade Católica de Goiás.
- SYMANSKI, L.C.P.; SOUZA, M.A. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico Nacional*, (33): 215-242, 2007.

- SYMANSKI, L.C.P.; GOMES, F.S.; SUGUIMATSU, I. C. Práticas de descarte de refugo em uma plantation escravista: o caso da fazenda do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes. *Revista de Arqueologia*, volume 28, número 1, pp. 93-122, 2015. ♥
- SYMANSKI, L.C.P.; ZANETTINI, P. Encontros Culturais e Etnogênese: O Caso das Comunidades Afro-Brasileiras do Vale do Guaporé. *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 4(2): 89–123, 2010.
- TAVARES, J. C. de. Diáspora africana: a experiência negra de interculturalidade. In: cadernos PENESB: discussões sobre o negro na contemporaneidade e suas demandas. Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira Faculdade de Educação – UFF n. 10, janeiro de 2008/junho de 2010, p. 77-86.
- THOMAS, B. W. Source Criticism and the Interpretation of African-American Sites. *Southeastern Archaeology*, 14(2), 1995, 149-157.
- TONEZER, C.; TRZCINSKI, C.; DAL MAGRO, M.L.P. As *Vulnerabilidades da Velhice Rural*: um estudo de casos múltiplos no Rio Grande do Sul. Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, n. 40, jul/set. 2017.
- VAN DOMMELEN, P. Colonial interactions and hybrid practices. Phoenician and Carthaginian settlement in the Ancient Mediterranean. In: G. J. Stein (ed.) *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. Santa Fe, Oxford: School of American Research Press, James Curry Ltd., 2005, p.109-141.
- VERGER, P. F. 1993. “Orixás da Bahia”. VERGER, P. F. Orixás da Bahia. In: CARYBÉ. Os deuses africanos no candomblé da Bahia, Salvador, Editora Bigraf, 1993.
- VERGER, P. F. *Ewé o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VILELA, M.; CARVALHO, S.A.; ARAÚJO, B.D.; ARAÚJO, E. *Festaça de Vila Bela da Santíssima Trindade*. GFK Comunicação, 2002.

- VOLPATO, L. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993, 251p. ♥
- VOLPATO, L. R. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. *In*: REIS, J. J. & GOMES, F. dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996. ♥
- WASELFSZ, J. J. *Mapa da violência 2016*. Homicídios por armas de fogo no Brasil. PDF file. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA; 2016. Capturado em 28/11/2017: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf
- WHEATON, T., & GARROW, P. H. Accuturation and archaeological record in Carolina Lowcountry. *In*: SINGLETON, T. (Ed.), *The Archaeology of Slavery and plantation life*. Orlando: Academic. 1985, pp. 239-259.
- ZANETTINI, P. E.; BAVA DE CAMARGO, P.F. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?* São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999.
- ZANETTINI, A. Arqueologia e história: Vila Bela da Santíssima Trindade. Projeto Fronteira Ocidental - Fase 1 – Ações de Comunicação, *Relatório Final* (vol. I), 2002.
- ZANETTINI, A. Arqueologia e história: Vila Bela da Santíssima Trindade. Projeto Fronteira Ocidental - Fase 4 – A presença africana no vale do Guaporé, *Relatório Final* (vol. IV), 2007.